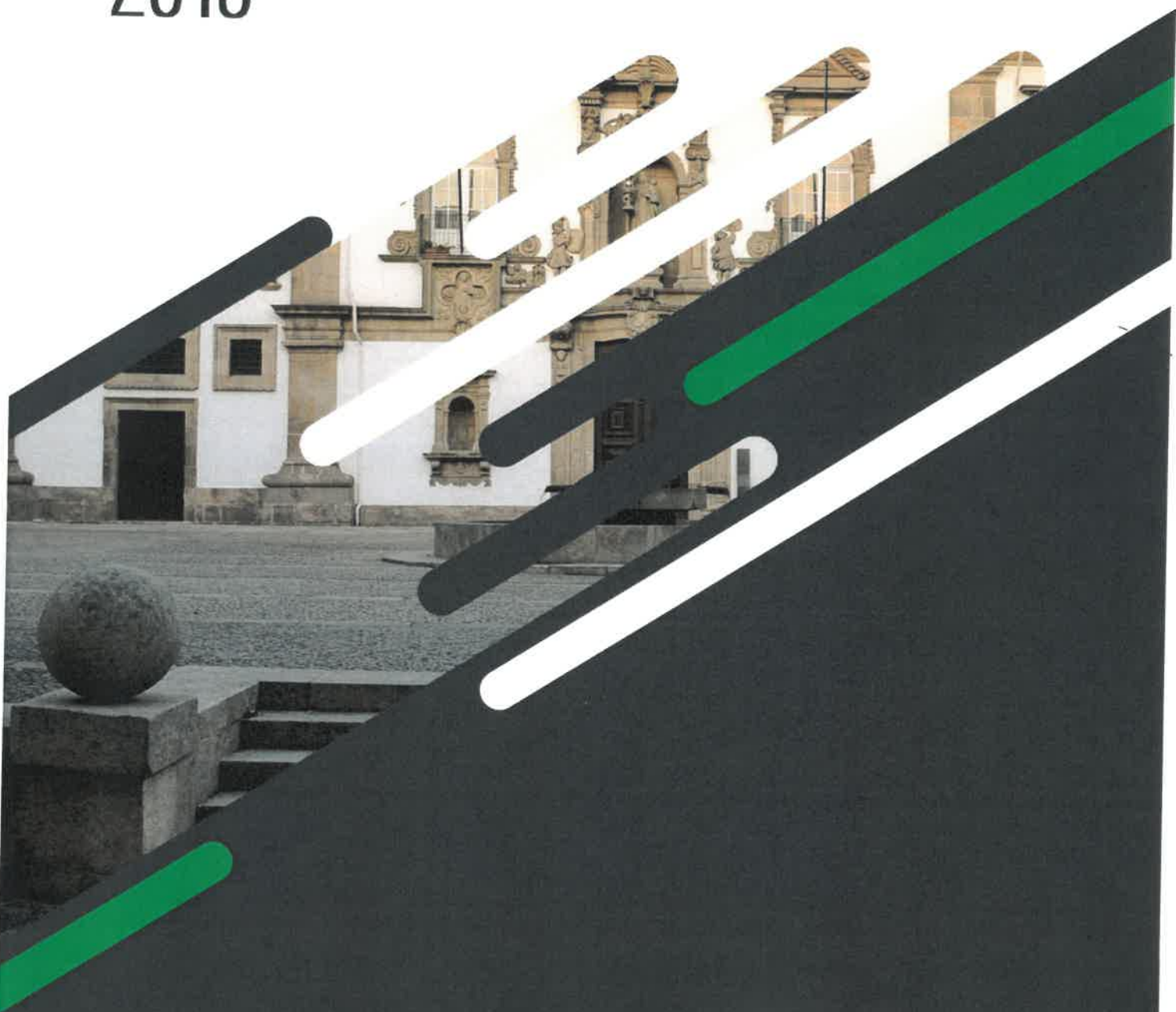


GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2019



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



Grandes Opções do Plano

- I – Introdução
- II - Enquadramento Financeiro
- III – Funções Sociais
- IV – Funções Económicas
- V – Freguesias
- VI – Responsabilidades Contingentes
- VII – Mapa do Equilíbrio Orçamental
- VIII – Conclusão

Plano Plurianual de Investimentos

Plano de Atividades

Quadro Plurianual de Programação Orçamental

Orçamento

- Regulamento do Orçamento
- Resumo do Orçamento
- Resumo das Receitas e Despesas
- Orçamento da Receita
- Orçamento da Despesa

Mapa de Pessoal

- Mapa de Pessoal

Anexos

- Mapa dos Empréstimos
- Mapa das Responsabilidades Contingentes
- Orçamentos das Entidades Participadas
- Mapa das Entidades Participadas



GRANDES OPÇÕES

Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades

2019

I Introdução

O Plano de investimentos e atividades do Município de Guimarães para o ano de 2019 insere-se numa perspetiva plurianual que visa concretizar os grandes objetivos definidos no início do presente mandato em 2017 e que ao longo do ano de 2018 já decorrido tiveram efetivos desenvolvimentos.

Esses objetivos, já definidos em planos anteriores, são:

A **sustentabilidade ambiental**, entendida como um conceito de vida na sociedade, com componentes que abrangem todas as áreas da atividade municipal: a preservação da natureza, do ambiente e património natural herdado, o que implica, em muitos casos, intervenções regeneradoras de agressões praticadas num passado sem preocupações ambientais; a incorporação de novas tecnologias e do saber académico nos investimentos geradores do desenvolvimento económico, recusando o crescimento a qualquer preço; a qualificação escolar com formação cívica, ecológica e cultural, procurando formar eco – cidadãos com capacidades profissionais condizentes com as novas exigências do mundo de hoje; a abrangência em todo o território do Município destes conceitos prosseguindo uma política de coesão territorial com o primado na qualidade urbana; a prática do desporto como instrumento essencial de uma cultura física transversal à totalidade da população dirigida aos diferentes escalões etários; a valorização da cultura como interligação das relações humanas e do comportamento social.

A afirmação de Guimarães como **Cidade exemplo em Portugal, na Europa e no Mundo**. Centro de atração turística, mas também fomentadora das



relações dos nossos residentes com outros mundos, desenvolvendo o cosmopolitismo, a receção das melhores ideias para a inovação e progresso. A crescente aposta na afirmação de Guimarães como cidade universitária que, no presente plano, tem concretização nos seus maiores investimentos, concretamente as novas faculdades a instalar no edifício Jordão/Avenida, a consolidação da Universidade das Nações Unidas e o Instituto Cidade de Guimarães no Avepark, correspondem a esse objetivo prioritário. Queremos Guimarães cada vez mais internacionalizada, inserida no mundo global, porta aberta à receção e criação da cultura europeia.

A continuada política de **coesão territorial** do Município, a nunca terminada afirmação de todo o Município como um território em que todos os Vimaraneses contam independentemente do sítio onde vivam, assumindo a continuidade como conceito de qualidade de vida compatível tanto nas comunidades de baixa densidade populacional como nas de elevada densidade, percorre igualmente a totalidade das propostas apresentadas, quer nos programas culturais de que o “excentricidade” é exemplo, como na requalificação dos edifícios escolares, nas intervenções nas vias dotando-as de todas as infraestruturas ambientais integradas, na instalação de equipamentos desportivos, sociais e culturais, na aposta numa política habitacional dirigida às classes médias, visando a permanência residencial em todo o território, diminuindo os fatores indutores da deslocalização obrigatória para centros urbanos próximos de maior dimensão.

A classificação pelo júri europeu no corrente ano de 2018 de Guimarães como 5ª cidade europeia entre catorze candidaturas, todas elas com políticas de sustentabilidade ambiental assumidas, foi um estímulo muito forte ao objetivo definido em 2013 de Guimarães território verde. Tal caminho prosseguirá em 2019, sem qualquer interrupção e com reforçados esforços, procurando sustentar e valorizar ainda mais as componentes melhor classificadas e assumindo intervenções mais fortemente corretoras naquelas onde fomos menos bem classificados. O



reforço nesse objetivo irá contar com a criação da mais “Brigadas Verdes”, procurando-se atingir a totalidade das freguesias e com mais projetos nas escolas onde se inicia a formação dos eco – cidadãos do futuro.

O Município promoverá através da empresa “Vimágua” a instalação em todo o território das redes de água e saneamento prosseguindo o investimento nas garantias de impossibilidade de “acidentes” ambientais em conjugação também com a “Águas do Norte”.

Embora, contrariamente aos nossos objetivos e propostas, não esteja prevista a transferência para os municípios das competências na fiscalização das linhas de água que atravessam o território, as quais continuam nas competências da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), continuaremos na liderança da mobilização de todas as entidades da administração central com responsabilidades na gestão dos recursos hídricos para a concretização do objetivo central de um Ave, e outras linhas de água, exemplo ambiental e longe do seu histórico de décadas passadas.

Nesta área, mais marcadamente ambiental, continuaremos a apoiar e a privilegiar a importância da agricultura como componente da atividade económica do concelho, estimulando a criada Incubadora de Base Rural para o seu alargamento.

O objetivo de um ambiente urbano de elevada qualidade no território de maior densidade populacional, concretamente na cidade central, exigiu intervenções na ordenação do estacionamento automóvel e no estímulo a novas respostas na mobilidade.

O investimento constante da presente proposta deste Plano na edificação do Parque Camões, em pleno centro da cidade, irá proporcionar uma alteração estrutural na vivência quotidiana dos vimaranenses. Representará uma oferta muito significativa de centenas de lugares de estacionamento, permitirá a retirada do estacionamento de ruas adjacentes, o que irá permitir a sua requalificação, como nas Ruas D. João I e Caldeiroa.



Também o projeto do parque intermodal que está a ser estudado para localizar junto à estação da CP irá, em conjunto com o Parque Camões, permitir a redução muito significativa dos veículos automóveis na zona central e mais crítica da cidade, melhorando a qualidade do ar e a fruição do espaço público pelos vimaranenses.

Para tal contribuirá também o estímulo que iremos dar à mobilidade elétrica, aumentando significativamente os postos de carregamento e avançando com novas normas de concessão ou criação de transportes públicos, introduzindo a exigência de uma elevada componente de veículos elétricos.

Na habitação, ainda na componente mais ambiental, foram incluídas no presente plano plurianual, elevados investimentos na eficiência energética das habitações sociais, propriedade do Município, o que muito contribuirá também para a melhoria da qualidade ambiental do território, pela sua referenciação e replicação de boas práticas.

Definimos atrás como objetivo central do presente plano a internacionalização de Guimarães. Foi recentemente concluída a Residência para Investigadores no coração do Centro Histórico, na Rua da Rainha. É um exemplo do que pretendemos. Guimarães como cidade acolhedora de muitos dos melhores em várias áreas da inteligência e do conhecimento.

A Universidade das Nações Unidas, instalada na zona de Couros, num antigo edifício fabril recuperado pelo Município, é outro exemplo. Provavelmente, com o desconhecimento de muitos vimaranenses, todos os dias governantes e técnicos de todo o mundo ali adquirem e valorizam a sua formação na governação eletrónica, hoje uma componente fundamental dos governos de todos os territórios. O Instituto Cidade de Guimarães, a instalar no Avepark, com uma dotação financeira no presente plano, é outra peça do mesmo objetivo.

A Guimarães turística, divulgada em todo o mundo em plataformas digitais universais, é hoje uma realidade em forte crescimento. As nossas



praças e ruas são hoje, em diferentes épocas sazonais, percorridas diariamente por centenas de visitantes de diferentes línguas e nacionalidades. A ocupação hoteleira e a restauração constituem uma forte componente da economia local. Queremos mais porque sentimos ter ainda capacidade para crescer. Tal exige maior investimento, mais valorização da nossa monumentalidade e património. A criação de uma taxa turística, a exemplo de Braga, Porto, Gaia, no Norte do País, será naturalmente uma obrigação para corresponder às novas exigências de requalificação patrimonial e para manter o patamar de excelência na limpeza urbana que nos é reconhecida.

Nesta área da criação de valor na componente turística, o presente plano inclui o investimento na Escola – Hotel, correspondendo à necessidade de valorização dos recursos humanos qualificados que o futuro crescentemente exigirá.

O terceiro objetivo enunciado continua a ser o da **coesão territorial**. Definida há cinco anos como componente fundamental desta presidência, alcançados já muitos dos seus objetivos, definida como linha política, hoje subscrita por todas as forças partidárias, ela continua a exigir uma seleção de investimentos muito pormenorizada, uma recusa de fáceis soluções e respostas simples aos sucessivos pedidos e pretensões das diferentes comunidades.

Guimarães ainda tem amplas zonas de desigualdades nas funções urbanas à disposição dessas populações. Nas vias de comunicação, nas escolas, na oferta de equipamentos culturais e desportivos, nos parques de lazer, nos edifícios sociais, nos transportes públicos.

As reuniões descentralizadas da Câmara Municipal que, ao longo dos últimos cinco anos, decorreram em todas as vilas e várias freguesias, apresentaram um diagnóstico de algumas dessas necessidades e proporcionaram a exposição de projetos para a concretização de soluções.

É, porém, um caminho vasto a prosseguir que, ao longo do presente mandato, terá efetivos desenvolvimentos.



Todas as freguesias terão intervenções, desde há muito identificadas e constantes das propostas eleitorais sufragadas pelos eleitorados dessas comunidades.

Para além dessas intervenções de maior significado, o Município continuará a propor às freguesias protocolos para a execução de pequenas obras de conservação, manutenção, e valorização dos seus territórios que representando competências municipais, são mais facilmente realizadas pelas freguesias. A correção das assimetrias que envolvem investimento mais significativo, nomeadamente de competências técnicas, será promovida pela câmara em parceria com as juntas de freguesia.

Em contrapartida os contratos com as freguesias para a realização da limpeza dos espaços públicos e conservação e pequenas obras em escolas serão reforçados dado o maior custo com os recursos humanos contratados e as novas exigências ambientais na utilização de materiais mais adequados. Assim sendo são reforçadas as verbas que integram os contratos neste âmbito a celebrar.

Ao mesmo tempo reforçar-se-á o apoio escolar procurando a equidade na formação das nossas crianças e jovens quer estudem nas EB1 das freguesias quer na cidade e nas vilas. Os projetos educativos, já em número próximo das duas dezenas, a expansão do programa “excentricidade”, as intervenções nas requalificações das vias, a continuação do programa de instalação de relvados sintéticos, os subsídios às IPSS, às associações culturais e desportivas, ao longo de todo o território, visam sempre a coesão territorial abrangente em todas as áreas de intervenção do município.

A conceção do modelo cidade – território que enformou o programa de candidatura a Capital Verde integrando todo o território e não apenas a cidade, estará sempre presente em todas as nossas políticas.

Reconhecemos que as questões da mobilidade na totalidade do concelho, nomeadamente nas freguesias de baixa densidade, mas também em áreas



de maior população como a zona sul, é algo que limita a concretização efetiva da procura de coesão que identificamos.

A implementação do estudo em curso para uma política integrada de transportes públicos que proporá diferentes soluções de acordo com as desigualdades dos diversos territórios, que deverá integrar soluções municipais e intermunicipais será um primeiro passo na concretização de condições para uma melhor mobilidade. Será uma prioridade ao longo de todo o mandato.

II Enquadramento Financeiro

Um orçamento de 105,5 milhões de euros e as respostas económicas e sociais

O orçamento para 2019 elevar-se-á a 105,5 milhões de euros correspondendo à aplicação das receitas correntes e de capital que será possível arrecadar numa previsão rigorosa e objetiva.

A receita orçada assenta numa previsão próxima de 81,8 milhões de euros de receitas correntes e de perto de 23,7 milhões de receitas de capital.

Nas receitas correntes é expectável a previsão de receita de IMI em 19,2 milhões, sendo mantidas a taxas aplicadas em 2018 e em uniformidade com os municípios vizinhos de Braga e Famalicão. Mantêm-se igualmente os critérios de majoração e minoração aplicados anteriormente.

A isenção de IMI nos prédios do Centro Histórico classificado e as reduções atribuídas nos projetos de interesse económico municipal implicam naturalmente a redução da receita a arrecadar, mas considera-se do interesse municipal a prossecução dessas políticas muito importantes para a conservação do património que a zona classificada representa e para o desenvolvimento económico que os estímulos fiscais atribuídos têm na economia concelhia.

Ainda nas receitas correntes é prevista a cobrança de 13 milhões de euros provenientes dos impostos de circulação, transmissões e derrama, de 19



milhões de euros em transferências do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e do FSM (Fundo Social Municipal), de 5 milhões da comparticipação do IRS liquidado no município, de 4,8 milhões de euros na venda de bens, prestações de serviços e outras receitas correntes, de 7,1 milhões em rendimentos de propriedade, de 2,5 milhões em taxas, multas e penalidades, de 1,9 milhões em impostos indiretos.

Nas receitas de capital é expectável a comparticipação do Estado e de Fundos Comunitários em 19,7 milhões de euros, a que acresce 1,7 milhões do FEF e 1,8 milhões da variação prevista no n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013.

Para a despesa está previsto um total de 64,5 milhões em despesas correntes, provenientes de 26,8 milhões em custos com pessoal, 26,5 milhões em aquisição de bens e serviços, 3,8 milhões em transferências para as juntas de freguesia e outras instituições, 5,3 milhões em subsídios.

Registe-se que as receitas correntes se elevam a 81,7 milhões e a despesa corrente a 64,5 milhões, o que vai permitir que a diferença de cerca de 17,2 milhões seja canalizada para investimento.

As receitas de capital de 23,7 milhões acumuladas com o diferencial atrás referido de 17,2 milhões vão permitir um investimento próximo dos 40 milhões, para além das transferências para as juntas de freguesias e outras instituições em cerca de 6 milhões e a amortização de 5,3 milhões de empréstimos anteriormente contraídos.

III Funções Sociais

Nas funções sociais do Município (Educação, Saúde, Habitação, Ação Social, Cultura, Desporto) está previsto um investimento próximo dos 18 milhões de euros, com particular incidência na educação e mais especificamente no ensino superior e unidades de formação e investigação ligadas à internacionalização de Guimarães.



Assim a edificação das instalações das novas Faculdades da Universidade do Minho no centro da cidade, polo de Couros, concretamente nos antigos edifícios Jordão/Avenida, são o principal investimento nesta área, a que acresce a instalação da Universidade das Nações Unidas na antiga “Freitas & Fernandes, a Escola – Hotel a instalar na antiga Quinta do Costeado à Cruz de Pedra, o projeto de instalação de uma Residência Universitária nas antigas escolas de Santa Luzia à Rua Francisco Agra, o reforço do Instituto de Design como unidade também ligada à Universidade do Minho e o novo Instituto Cidade de Guimarães no Avepark.

Esta concentração de investimentos em unidades do ensino superior terá particular significado em 2019 com marcas importantes no perfil de Guimarães como cidade universitária, no alargamento da “massa crítica” residente, na reabilitação da zona de Couros onde se situam vários dos equipamentos referenciados.

Também se integram no investimento na Educação outros níveis de ensino. Desde logo no básico (2º/3º ciclos) com a conclusão da nova EB2,3 das Caldas Taipas. Mas também com a abertura de dotações para as necessárias requalificações das EB 2,3 de Pevidém e S. Torcato.

Para o 1º ciclo estão dotados investimentos na EB 1 de Casais – Brito e Fafião – Briteiros S. Estêvão, esta última numa área de crescimento industrial onde importa fixar as populações. O novo Centro Escolar da Vila de Moreira de Cónegos – a edificar na antiga escola de Vermis - também terá o seu processo iniciado em 2019.

A seguir, nos montantes a investir, à área da Educação segue-se o programa previsto para a habitação. Será uma prioridade em diferentes áreas concelhias mas cujo principal projeto se situa na intervenção prevista para o Monte Cavalinho/Vila Flor onde se pretende desenvolver um primeiro programa de construção de residências a preços controlados correspondendo às evidentes necessidades de famílias da classe média não abrangidas pelos programas de habitação social e também sem



capacidade de adquirirem habitação a preços atualmente amplamente inflacionados em consequência da paralisação da nova construção muito sentida no concelho no pós crise de 2008.

Na reabilitação urbana iniciar-se-á o programa da nova centralidade da Vila das Caldas das Taipas com uma profunda alteração na Avenida da República daquela vila, projetada por uma equipa da escola de arquitetura da Universidade do Minho.

Na Cultura e Património merecem referência as intervenções no adarve da Muralha da Avenida Alberto Sampaio, do edifício sede Município até ao Museu Alberto Sampaio, e na Torre da Alfândega junto ao pano da Muralha “Aqui nasceu Portugal”. Prevê-se igualmente o início da reabilitação dos Fornos da Cruz de Pedra.

No Desporto iniciar-se-ão os processos de construção de equipamentos como a Vila Desportiva em S. João de Ponte, o novo Centro Comunitário de Serzedelo a instalar numa antiga fábrica adquirida pelo Município, o novo Pavilhão da EB 2,3 João de Meira, previsto desde a requalificação da mesma escola e a nova pista de patinagem.

Importa também relevar as importantes dotações nas atividades a desenvolver na Cultura, Desporto e Ação Social, que serão concretizadas através dos contratos-programa com a “Oficina”, “Tempo Livre”, “Fraterna”, “Taipas Termal”, “Turipenha”, “Casfig”.

As atividades desenvolvidas por estas cooperativas e empresa municipal são uma pedra basilar no programa social e cultural do município. Abrangem transferências de muitos milhões de euros, descritos nos mapas anexos, possibilitando a funcionalidade de uma vasta rede que integra o CCVF, a Casa da Memória, a Plataforma das Artes, o Multiusos, os pavilhões municipais, os complexos de piscinas, o Teleférico, o parque de campismo, as Termas e todos os equipamentos da Vila das Taipas, o parque de habitações sociais, o equipamento social gerido pela “Fraterna”, entre outros.



Nestas atividades merecem ainda referência a criação das Brigadas Verdes que integram centenas de voluntários em dezenas de freguesias com uma resposta importante na valorização ambiental do território, mas também na consciencialização dos valores da sustentabilidade ecológica que tanto têm desenvolvido.

Realçamos ainda o apoio à Saúde que nos obriga à comparticipação, em parceria com o Estado central, com uma dotação superior a 1 milhão de euros para a obra da ampliação da Urgência do Hospital Senhora da Oliveira e construção do novo Centro de Saúde de Moreira de Cónegos.

IV Funções Económicas

O programa de investimentos que apresentamos inclui várias áreas da atividade económica concelhia: indústria, transportes e comunicações, energia, estacionamento, mobilidade.

Terá em 2019 um investimento global de 9 milhões de euros que será muito reforçado em 2020 e 2021.

A maior parcela do investimento refere-se aos transportes e comunicações. A conservação e obras não previstas na cidade, vilas e freguesias, continuam a exigir dotações elevadas. Incluímos aqui também requalificações importantes como as previstas para a Avenida D. João IV e áreas confinantes como o espaço público nas traseiras do Centro Comercial Villa.

A Ecovia continuará e serão construídas suas penetrações no centro da cidade com o objetivo, sempre assumido, de ser uma via para a deslocação quotidiana dos vimaranenses.

O principal investimento será, porém, realizado no Parque Camões (3 milhões), em vias de conclusão, e na requalificação dos arruamentos próximos como as Ruas D. João I e Caldeiroa, uma vez libertas do denso estacionamento que hoje suportam.



Nas freguesias relevamos o investimento na Rua 24 de junho que liga Aldão a Atães, hoje já uma clara periferia urbana.

O orçamento participativo contará com a dotação de 615.000€ e continuará a ser instrumento não só de investimentos em todo o concelho, também através do OP – Escolas, mas fundamentalmente espaço de participação e mobilização democrática, muito importante como fomentador de cidadania.

A indústria merecerá também importante referência. A instalação de infraestruturas e requalificação dos espaços públicos e acessibilidades nas áreas industriais construídas sem planeamento global é fundamental para a sua qualificação como verdadeiros parques industriais.

Também o desenvolvimento das Incubadoras de Base Tecnológica visará a modernização do nosso tecido industrial e a criação de emprego para quadros formados na nossa universidade e que importa fixar em Guimarães.

Incluímos também nestes investimentos as intervenções para a eficiência energética com um amplo programa que intervencionará todo o parque de habitações sociais do Município.

Por último prosseguirá a intervenção integrada da nova via de acesso ao Avepark que se iniciará com o desnivelamento da Rotunda de Silves, prosseguirá com a construção da nova Rotunda junto ao parque industrial de Ponte e ligará ao Avepark, constituindo uma via alternativa para o nordeste concelhio, permitindo diminuir a intensidade de trânsito na EN 101 e a sua requalificação. Este investimento terá os seus principais desenvolvimentos em 2020 e 2021.



V – FREGUESIAS

O presente plano reforça a coesão territorial do concelho pelo que dá uma particular atenção às freguesias não pertencentes à cidade central e histórica.

Porém reconhece-se que há uma concentração para 2019 de dotações financeiras de grande dimensão na cidade central como no edifício Jordão/Avenida e Parque Camões.

Daí que seja necessário encontrar compensações para as freguesias no reforço da coesão territorial.

O Município executará obras de investimento nas freguesias quer por delegação de competências através de contratos interadministrativos, quer por subsídios, sendo as de maior dimensão e complexidade técnica executadas pela câmara em inteira harmonização com cada junta de freguesia.

Haverá um reforço de dotações nas áreas da proteção civil e combate a incêndios que têm muita incidência nos territórios das freguesias.

Serão reforçadas as dotações para os contratos de delegação de competências na limpeza, reparação e manutenção de escolas, jardins e parques de lazer.

Serão disponibilizados nas freguesias equipadas com “espaços do cidadão”, - competência delegada diretamente pelo Estado central nas freguesias, de acordo com a lei nº 50/2018 de descentralização de competências - mais acessos a serviços, até agora prestados no atendimento personalizado apenas no Balcão Único de Atendimento (BUA) do Município.

VI – RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

No cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º 1, artigo 46.º da Lei nº 73/3013, de 3 de setembro, são incluídas neste relatório a identificação e



descrição das responsabilidades contingentes, em anexo ao presente documento.

VII – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Equilíbrio Orçamental - Limite das despesas correntes (art.º 40.º da RFALEI)		
(1)	Valor das receitas correntes brutas previstas para 2018	81.760.616,00 €
(2)	Amortizações médias de empréstimos existentes	5.356.099,23 €
(3)	Amortizações médias de empréstimos a contratar	- €
(4) =(1)-(2)-(3)	Limite às despesas correntes para 2018	76.404.516,77 €



VIII – CONCLUSÃO

A presente proposta inclui os três anos que completam o atual mandato municipal: 2019, 2020 e 2021.

Está alicerçada nos investimentos e atividades já definidos para 2019, mas integra todos os projetos que esperamos concretizar até final do mandato, sem prejuízo da inovação necessária que novas exigências sociais venham a determinar.

Guimarães reforçará neste mandato a afirmação de cidade da cultura, do património, do conhecimento, da sustentabilidade ambiental.

Procurar-se-á encontrar políticas que estimulem mais oferta de habitação não no sentido da densa concentração urbana, mas na qualidade de vida adequada a uma cidade e território de média dimensão. Procuraremos atrair novas famílias, estudantes universitários, quadros técnicos que em Guimarães encontrem o seu primeiro emprego.

Igualmente é nosso propósito reforçar a construção nas zonas limites do concelho, oferecendo condições de fixação residencial na concorrência com municípios vizinhos com centros urbanos próximos.

Temos, porém, consciência que hoje há uma integração da vida social, profissional, académica, em diferentes municípios, vive-se ou trabalha-se em Guimarães e pode-se residir em Braga ou Famalicão, frequentar o lazer e a cultura fora do concelho residente ou o inverso. Há assim que reforçar as políticas públicas intermunicipais nos transportes, na economia, na cultura. Através da associação Quadrilátero Urbano poderemos e deveremos encontrar as melhores soluções para a intervenção e cooperação intermunicipal.

O desenvolvimento económico continuará a ser pedra base da sustentabilidade das políticas municipais pelas receitas que proporciona. Só com empresas, emprego, comércio, turismo, os vimaranenses se integrarão nas suas comunidades sociais, se sentirão realizados como



componentes ativos da sociedade e contribuirão, através dos seus impostos, para as políticas públicas do Município.

Terminamos assim como iniciamos este texto de apresentação do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades para o triénio 2019/2021.

As políticas públicas do Município serão prosseguidas em obediência e tendo o seu fio condutor sustentado em três pilares centrais: a sustentabilidade ambiental abrangendo todas as áreas sociais e económicas, a afirmação e a ligação de Guimarães à Europa e ao Mundo como base de uma política de sociedade aberta e integradora da inovação e conhecimento e a coesão territorial como eixo corretor e unificador da qualidade de vida do todo concelhio.

O sucesso destes três objetivos é a sustentação da nossa proposta. Será esse desafio e essa missão que queremos partilhar com todos os vimaranenses.

Guimarães, 26 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Domingos Bragança

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES

Plano Plurianual de Investimentos



FUNÇÃO	PROJEÇÃO	COD.	ANO	UNID.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	RECURSOS DE	MONT. RECORRIDO	RECORRIDO	DATA	MUNICÍPIO	DESPESAS			TOTAL PREVISTO		
												2018	2019	2020			
ORÇ./PROG.												2018	2019	2020	2021	2022	
FUNÇÕES GERAIS																	
SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																	
ADMINISTRAÇÃO GERAL																	
1.1.1.1.1.1.	01	2002	184		Aquisição de viaturas	05-07010305	O		ADM/DMT	2018		1.954.750	0	2.259.300	1.587.000	0	5.801.050
1.1.1.1.1.1.	02	2002	185		Aquisição de maquinaria e equipamento	05-07010305	O		ADM	2018		1.880.750	0	2.135.000	1.575.000	0	5.590.750
1.1.1.1.1.1.	06	2006	89		Modernização administrativa	05-07010305	O	85	ADM/DSI	2018		300.000	0	1.200.000	1.575.000	0	5.590.750
1.1.1.1.1.1.	13	2002	195		Cartografia digital	05-07010305	O		ADM/DSI	2018		150.000	0	1.200.000	1.575.000	0	5.590.750
1.1.1.1.1.1.	15	2006	92		Publicações	04-070113	O		DDI	2018		400.000	0	100.000	100.000	0	2.700.000
1.1.1.1.1.1.	19	2001	111		Edifícios municipais	02-070113	O		ADM	2018		30.750	0	400.000	100.000	0	800.000
1.1.1.1.1.1.	20	2002	88		Outras aquisições de edifícios	11-07010307	E		DDM	2018		350.000	0	100.000	50.000	0	500.000
1.1.1.1.1.1.	23	2011	4		Requalificação do denominado "antigo edifício da GNR"	03-07010307	E		DDM	2018		500.000	0	225.000	225.000	0	950.000
1.1.1.1.1.1.	24	2015	7		Espacos do cidadão	03-07010307	E		DDM	2018		50.000	0	50.000	50.000	0	100.000
1.1.1.1.1.1.	25	2018	8		Centro de Recolha Oficial de Animais (Canil/Gatil)	03-07010307	E		DDM	2018	2019	100.000	0	60.000	0	0	160.000
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																	
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																	
1.2.1.1.2.1.	01	2002	111		Serviço de proteção civil	05-07010413/13	O		DSUA	2018		74.000	0	124.300	12.000	0	210.300
1.2.1.1.2.1.	03	2002	113		Equipamento	05-07010413/13	O		DSUA	2018		62.000	0	104.300	12.000	0	178.300
1.2.1.1.2.1.	08	2010	12		Plano operacional municipal de defesa da floresta contra fogos florestais	05-070113	O		DSUA	2018		10.000	0	10.000	10.000	0	30.000
1.2.1.1.2.1.	09	2011	5		Plano de emergência	05-070113	O		DDI/DSUA	2018		2.000	0	2.000	2.000	0	6.000
1.2.1.1.2.1.	09	2011	5		Plano de emergência	05-070113	O		DSUA	2018	2019	50.000	0	92.300	0	0	142.300
POLÍCIA MUNICIPAL																	
1.2.2.1.2.2.	01	2010	13		Aquisição de equipamento	06-070109/1002/11/15	O		DPM	2018		12.000	0	20.000	0	0	32.000
1.2.2.1.2.2.	01	2010	13		Aquisição de equipamento	06-070109/1002/11/15	O		DPM	2018		12.000	0	20.000	0	0	32.000
FUNÇÕES SOCIAIS																	
EDUCAÇÃO																	
ENSINO NÃO SUPERIOR																	
ENSINO PRÉ - ESCOLAR																	
2.1.1.1.1.1.	01	2002	3		Renovação e apetrechamento de jardins de infância	07-07010305	O		DE	2018		100.000	0	300.000	300.000	0	700.000
2.1.1.1.1.1.	03	2001	3		Parques infantis para jardins de infância	07-07010305	O		DE	2018		50.000	0	150.000	150.000	0	350.000
2.1.1.1.1.2.	01	2002	11		Mobiliário, equipamento e material didático	07-07010305	O		DE	2018		2.130.000	0	2.548.500	223.500	0	4.902.000
2.1.1.1.1.2.	02	2002	12		Conservação de edifícios escolares	07-07010305	O		DDM	2018		50.000	0	200.000	200.000	0	450.000
2.1.1.1.1.2.	04	2002	14		Material informático para as escolas	07-07010305	O		DDM	2018		200.000	0	250.000	250.000	0	450.000
2.1.1.1.1.2.	18	2002	19		Ampliação da EB1 de Azurém Pegada	05-07010305	E		DE/DDM	2014	2016	40.000	0	23.000	23.500	0	86.500
2.1.1.1.1.2.	23	2002	210		Ampliação da EB1 e Jardim de Infância de Selho S. Cristóvão	05-07010305	E		DDM	2014	2018	5.000	0	5.000	5.000	0	5.000
2.1.1.1.1.2.	26	2006	8		Reconversão da EB1 e Jardim de Infância de Eirinha Serzedelo	05-07010305	E		DDM	2014	2018	20.000	0	20.000	20.000	0	20.000
2.1.1.1.1.2.	65	2007	10		Reconversão da EB1 de Penela Souto Sta Maria p/ centro escolar	05-07010305	E		DE/DDM	2018	2021	0	0	0	0	0	0
2.1.1.1.1.2.	66	2007	11		Requalificação da EB1 Vermis Moreira de Cónegos	05-07010305	E		DE/DDM	2018	2019	151.475	0	1.765.000	1.915.000	0	1.915.000
2.1.1.1.1.2.	72	2015	1		Centro escolar de Azurém	03-07010305	E		DDM	2015	2019	10.000	0	500	500	0	10.500
2.1.1.1.1.2.	73	2015	16		Requalificação da EB1 Sta. Luzia Azurém	03-07010305	E		DDM	2015	2018	5.000	0	5.000	5.000	0	5.000
2.1.1.1.1.2.	74	2015	17		Requalificação da EB1 Casais Brito	03-07010305	E		DDM	2015	2019	800.000	0	100.000	100.000	0	900.000
2.1.1.1.1.2.	75	2018	1		Requalificação da EB1 e JI de Fafião Briteiros St.ª Estevão	03-07010305	E		DDM	2018	2019	750.000	0	100.000	100.000	0	850.000
2.1.1.1.1.2.	76	2019	1		Requalificação da EB1 do Salgueiral	03-07010305	E		DDM	2019	2020	100.000	0	110.000	110.000	0	210.000

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Plano Plurianual de Investimentos



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Associação para o Desenvolvimento Municipal

FUNÇÃO	Cód./P.N.	PROPOSTA		CLASSIFICAÇÃO	COMO NA CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	FORMA DE MANUTENÇÃO	NOME DO FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		FASE DE EXECUÇÃO	REALIZADO	ZEL TOTAL	DIFERENÇA	MÃO DE OBRA	DIVERSAS			TOTAL PREVISTO
		COD.	ANO				ANO	ANO	ANO		ANO	ANO						ANO	ANO	ANO	
2.1.1.3.	05	ENSINO BÁSICO 2 E 3 CICLO E SECUNDÁRIO	3	Conservação de edifícios escolares	03-07010305	A/O/E	85	DE	DOM	2018	2021	0	1.440.000	0	2.710.000	0	260.000	0	4.410.000		
	06		4	Biblioteca de EB 2/3 João de Meira	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	1	50.000	50.000	250.000	0	300.000				
	07		5	Mobiliário, equipamento e material didático	03-07010305	O	85	DE	DOM	2018	2021	0	100.000	100.000	250.000	0	350.000				
	08		15	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo de Pevidém	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	100.000	100.000	260.000	0	620.000				
	09		16	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo de S. Torcato	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	50.000	50.000	550.000	0	600.000				
	10		17	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo das Taipas	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	100.000	100.000	1.400.000	0	1.500.000				
	11		18	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Fernando Távora	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	4	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000					
	12		19	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo D. Afonso Henriques	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	20.000					
	13		20	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Briteiros	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	14		21	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Prof. Abel Salazar	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	15		22	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Arqueólogo Mário Cardoso	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	16		23	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Virginia Moura	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	C	10.000	10.000	0	10.000					
	17		24	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Egas Moniz	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	18		8	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Gil Vicente	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	C	10.000	10.000	0	10.000					
	19		9	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Abação	03-07010305	E	85	DE	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	2.1.1.4.		01	32	Aquisição de material didático e equipamento	07-07011002/15	O	85	DE	DOM	2018	2021	0	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000			
	2.1.3.		02	ENSINO SUPERIOR	33	Universidade do Minho	03-07010305	E	85	DOM	2018	2021	0	9.910.000	9.910.000	2.500.000	0	26.520.000			
	04		1		Campus Universitário de Coudres	03-07010305	O	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
	0406		2		Centro de Ciência Viva	03-07010305	O	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0					
0407	2	Instituto de Design	03-07010305		E	85	DOM	2018	2021	1	3.130.160	100.000	0	100.000							
0408	30	Centro de Formação Pós Graduada	03-07010305		E	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0							
06	45	Reabilitação dos tanques de Coudres	03-07010305		A	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0							
07	31	Requalificação do edifício Jordão e garagem avenida para escola de música e artes performativas e visuais	03-07010307		E	85	DOM	2014	2020	2	347.399	8.200.000	5.300.000	13.500.000							
08	32	Instituto Cidade de Guimarães	0101-090702		O	85	ADM	2014	2020	1	10.000	110.000	120.000								
10	2	Nações Unidas	03-07010307		E	85	DOT	2015	2020	1	1.000.000	100.000	1.100.000								
11	10	Escola Hotel/IPCA	03-07010307		E	85	DOM	2017	2021	0	500.000	8.500.000	2.500.000	11.500.000							
12	11	Polo do Instituto Politécnico do Cávado e Ave em Guimarães	03-07010307		E	85	DOM	2018	2021	0	0	100.000	200.000								
13	12	Antiga Escola Sª Luzia-alojamento para estudantes	03-07010307		E	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0								
2.2.					SAUDE																
2.2.1.				SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE																	
2.2.1.1.	01	3	Extensões dos centros de saúde	03-07010307	O	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2.2.1.2.	02	10	Centro de saúde de Moreira de Cónegos	03-07010307	E	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2.2.1.3.	03	11	Hospital Senhora da Oliveira	03-07010307	E	85	DOM	2018	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2.3.				SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL																	
2.3.1.				SEGURANÇA SOCIAL																	
2.3.2.	04	5	Instalação da cantina económica em edifício municipal	03-07010307/15	E	85	DAS	2014	2018	C	965.067	145.000	145.000	0	0	0	0	0	145.000		
2.3.2.1.	13	1	Inclubadora social	07-070109/1002/15	O	85	DAS	2018	2021	0	0	45.000	45.000	0	0	0	0	45.000			
2.3.2.2.	16	2	Desenvolvimento e inovação social	07-070109/1002/15	O	85	DAS	2019	2021	0	0	100.000	100.000	0	0	0	0	100.000			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano Plurianual de Investimentos



FUNÇÃO	PROJETO / AÇÃO	ENUNCIADO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	FORMA DE FINANCIAMENTO	PORT. FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEL	DADOS		FASE DE EXECUÇÃO	REALIZADO	DEPESAS			TOTAL PERÍODO
							ANO	VALOR			DEPENSA	ANO	VALOR	
UNID. PVAL	COD.	ANEXO	VALOR	AC	AA	AC	AC	AA	AC	AC	2020	2021	2022	€
2.4.		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS												
2.4.1.		HABITAÇÃO												
2.4.1.01	2002	73 Requalificação de casas particulares	05-07010203	E		DOM		2018	0		3.339.600	3.010.000	0	8.997.200
2.4.1.02	2002	74 Infraestruturas em loteamentos assumidas pela Câmara	03-07030301	E		DDT/DOM		2018	0		110.000	0	0	280.000
2.4.1.03	2002	75 Implementação de habitações sociais	03-07010202	O		DOM		2018	0					0
2.4.1.04	2002	76 Obras a realizar pela Câmara em substituição dos proprietários	03-07010202	A/E		DOM/DOM		2018	0					0
2.4.1.05	2006	51 Habitação social - IHRU	03-07010202	O		DOM/ADM		2018	0		100.000			150.000
2.4.1.09	2011	6 Requalificação do edifício do parque da cidade	03-07010203	E		DOM		2014	0					0
2.4.1.10	2011	7 Reparação das habitações sociais de Urgezes	03-07010203	E		DOM		2014	0		10.000			110.000
2.4.1.11	2019	27 Plano de ação para a habitação	03-07010203	E		DOM		2019	0					10.000
2.4.2.		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO												
2.4.2.01	2002	78 Revisão do PDM, estudos de urbanização, de pormenor e ordenamento do território	03-070113	O		DDT		2018	0		2.026.600	3.000.000	0	7.108.100
2.4.2.02	2006	53 Plano Municipal de redução de ruído	04-070113	O	85	DDT/PSUA		2018	0					0
2.4.2.04	2002	87 Aquisição de terrenos	11-0701030301	O		DDM		2018	0		30.000			61.500
2.4.2.05	2006	63 Arranjos urbanísticos no Centro Histórico	03-07030301	O		DDM		2018	0		1.000.000			1.000.000
2.4.2.06	2006	Estudos e projetos:	03-07030301/0115	E		DDM		2018	0		15.000			15.000
2.4.2.0601	2019	3 Estudo e projeto do novo arruamento de ligação entre a rotunda da Av. D. João IV e o teleférico	03/070113	O		DDM/DDT		2019	0		50.000			50.000
2.4.2.0602	2019	4 Estudo e projeto da nova acessibilidade de ligação da saída Sul da autoestrada à variante em Mesão Frio	03/070113	O		DDM/DDT		2019	0		50.000			50.000
2.4.2.0603	2019	5 Estudo e projeto da via estruturante e plataforma modal no Monte de Cavalinho	03/070113	O		DDM/DDT		2019	0		250.000			250.000
2.4.2.0604	2019	6 Outros						2019	0					
2.4.2.09	2010	2 Túnel sob Av. D. Afonso Henriques	03/04-070113	O		DDM/DDT		2019	0		200.000			200.000
2.4.2.10	2010	3 Arranjo urbanístico da Cruz de Pedra	03-07030301	O/E		DDM		2014	0		100.000			100.000
2.4.2.11	2010	4 Arranjos no Complexo Multifuncional de Curos	03-07030301	A/E		DDM		2018	0					0
2.4.2.13	2010	9 Plano urbano de pormenor de Curos	03-07030301	A/E		DDT		2018	0					0
2.4.2.16	2010	48 Requalificação de arruamentos da área urbana	03-07030301	O/E		DDM		2018	0					0
2.4.2.18	2011	9 Novas oficinas municipais	03-07030301	E		DDM		2014	0		20.000			20.000
2.4.2.19	2011	10 Execução da programação do PDM Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	03-07010307	E		DDT		2018	0					0
2.4.2.22	2012	2 Requalificação da Avenida da República/espaco central das Taipas - 1ª fase	04-070113	O		DDT		2018	0					0
2.4.2.23	2012	3 Requalificação do parque das Hortas e área envolvente	03-07030301/07010002	E		DDM		2018	0					0
2.4.2.25	2015	3 Plano de mobilidade urbana sustentável	03-07030301/06	E	85	DDM		2014	0		250.000			250.000
2.4.2.26	2016	2 Estudo de centralidades	04-070113	O		DDT		2018	0		20.000			20.000
2.4.2.27	2016	3 Estudo de unidades operativas (UOPG)	04-070113	O		DDT		2018	0		17.000			17.000
2.4.2.28	2017	14 Estudo para o estacionamento e mobilidade na cidade	04-070113	O		DDT		2018	0		18.450			18.450
2.4.3.		SANEAMENTO												
2.4.4.		ABASTECIMENTO DE ÁGUA												
2.4.5.		RESÍDUOS SÓLIDOS												
2.4.6.		PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA												
2.4.6.01	2002	172 Criação de novos parques e jardins	05-07010101	O		DEV		2018	0		651.000	10.000	0	1.609.100
2.4.6.02	2002	173 Manutenção e conservação de fontes	05-07010101/11/15	A/O		DEV/DOM		2018	0		50.000			50.000
2.4.6.03	2002	174 Conservação de parques e jardins	05-07010101/11/15	A/O		DEV/DOM		2018	0		20.000			20.000
2.4.6.04	2002	175 Maquinaria e equipamento	03-07030301/07010002	O		DSUA		2018	0		25.000			25.000
2.4.6.08	2002	179 Horto Municipal de Monchique - Requalificação	03-07030301/07010013	E		DDM/DEV		2018	0		200.000			200.000
2.4.6.09	2002	180 Arborização	05-07010101	O		DEV		2018	0		100.000			110.000

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'KAD' and another that looks like 'Rui'. There are also some smaller initials and a date 'Página 3 de 8' at the top right.

Plano Plurianual de Investimentos



FUNÇÃO	OBJ./ANEXO	PROJETO ANO		DESCRIPÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FORMA DE EXECUÇÃO	PORT. FINANCIAMENTO		RECURSOS	DATA		FAZ DE EXECUÇÃO	REALIZADO	DESPESAS			TOTAL PREZERTO
		ANO	PERÍO				AC.	PA.		MESES	ANOS			DETERMINADA	NÃO DETERMINADA	2020	
2.4.6.	12	2002	183	Alargamento da rede de rega automática furos artesanais	05-07011002	O			DEV	2018	2021	O		10.000	10.000	10.000	30.000
2.4.6.	13	2005	7	Recuperação de fontes e lavadouros	03-070306	A/E			DOM	2018	2021	O		0	0	0	0
2.4.6.	17	2006	84	Rede de pontos de água e caminhos florestais	05-07030301	A/E			DOM/DEV	2018	2021	O		10.000	10.000	10.000	10.000
2.4.6.	18	2006	85	Requalificação das linhas de água	05-07030301	E			DEV	2018	2021	O		10.000	10.000	20.000	30.000
2.4.6.	22	2002	107	Arranjo de sanitários públicos	03-07010307	A/E			DEV/DOM	2018	2021	O		1.000	1.000	1.000	1.000
2.4.6.	24	2002	108	Conservação de cemitérios	03-07030312/0115	A/O			DOM/DSU	2018	2021	1		15.000	15.000	5.000	20.000
2.4.6.	27	2010	46	Laboratório da paisagem	03-07030312/0115	O/E			DOM	2018	2021	O	2.763,583	0	0	0	0
2.4.6.	28	2010	47	Requalificação ambiental da Veiga /Ribeira de Couros/Horta Pedagógica	03-070306/0113	O	85		DOM	2018	2021	C		10.000	10.000	60.000	
2.4.6.	30	2011	15	Requalificação das zonas ribeirinhas	05-070113/0301	O			DEV	2018	2021	O		50.000	50.000	300.000	
2.4.6.	32	2016	4	Central de compostagem de resíduos verdes	05-070113/0301	O			DSUA	2018	2021	O		10.000	250.000	31.600	
2.4.6.	33	2016	5	Plano de gestão de resíduos	05-070113	O			DSUA	2018	2021	O		10.000	21.600	21.600	
2.4.6.	34	2017	6	Plano Municipal da qualidade do ar	04-070113	O			DOT	2018	2021	O		10.000	51.500	61.500	
2.4.6.	35	2017	12	Reforestação da montanha da Penha	05-070101/070301	O			DSUA	2018	2021	O		30.000	180.000	210.000	
2.4.6.	36	2019	7	Reabilitação dos trilhos da Montanha da Penha	05-070301	O			DOM	2019	2021	O		50.000	260.000	310.000	
2.4.6.	37	2019	8	Classificação de património natural	05-070101	O			DSUA	2019	2021	O		10.000	30.000	40.000	
2.4.6.	38	2019	9	Guimarães mais verde	05-070101	O			DSUA	2019	2021	O		15.000	60.000	75.000	
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS										1.661.500	5.088.100	6.815.500	
2.5.1.				CULTURA										946.500	1.025.600	2.038.100	
2.5.1.	01	2006	36	Aquisição de fundos bibliográficos e audiovisuais	02-070109/1002	O			DA6/D6	2018	2021	O		25.000	25.000	125.000	
2.5.1.	02	2006	37	Aquisição de maquiaria e equipamentos - Cultura	05-070109/1002/11/15	O			DC	2018	2021	O		25.000	50.000	25.000	
2.5.1.	03	2006	38	Auditorio da U.M. (protocolo)	09-070109/1002/11/15	O			DC	2018	2021	O		5.000	5.000	5.000	
2.5.1.	04	2006	39	Aquisição de maquiaria e equipamentos - Biblioteca	09-070109/1002/11/15	O			DB	2018	2021	O		5.000	5.000	5.000	
2.5.1.	06	2006	32	Reabilitação dos sítios de valor patrimonial de interesse municipal	03-07030307	E			DOM	2018	2021	O		20.000	100.000	120.000	
2.5.1.	10	2006	40	Aquisição de maquiaria e equipamentos - Arquivo	09-070109/1002/11/15	O			DA	2018	2021	O		5.000	5.000	5.000	
2.5.1.	11	2006	41	Aquisição de fundos bibliográficos e documentos - Arquivo	09-07011002	O			DA	2018	2021	O		500	500	500	
2.5.1.	12	2006	102	Cadastro dos sítios de valor patrimonial de interesse municipal	09-07011002	O			DB	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.1.	14	2006	102	Cadastro dos sítios de valor patrimonial de interesse municipal	09-07011002	O			DB	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.1.	15	2006	103	Obras de arte	03-07010307	O			DD7/DOOM	2018	2021	O		1.000	1.000	1.000	
2.5.1.	22	2009	6	Casa da Memória	03-07010307	O	85		ADM	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.1.	25	2009	9	Requalificação e ampliação da Biblioteca Raul Brandão	03-07010307	E			DD7/DOOM	2014	2018	C		0	0	0	
2.5.1.	34	2011	18	Salas de ensaio/bandas de garagem	03-07010307	O			DOM	2018	2021	O		50.000	110.000	160.000	
2.5.1.	3401	2011	18	Salas de ensaio/bandas de garagem	03-07010307	O			DCH	2011	2013	C	685,732	30.000	30.000	30.000	
2.5.1.	3407	2011	24	Fornos Cruz de Pedra	03-07010307	O			DCH	2014	2019	1		150.000	150.000	300.000	
2.5.1.	3409	2019	10	Espaço criação (bairro da criação)	03-07010307	O			DCH	2019	2021	O		20.000	20.000	20.000	
2.5.1.	36	2012	6	Residência dos Artistas/Investigadores	03-07010307	E			DOM	2012	2018	C	1.079,614	50.000	50.000	50.000	
2.5.1.	37	2014	4	Adaptação da antiga EB1 do Bairro/Pevidém para escola de música/biblioteca	03-07010307	E			DOM	2014	2018	C	412,687	20.000	20.000	20.000	
2.5.1.	38	2015	15	Apoio à atividade editorial	09-07011002	O			DCT	2015	2018	1		5.000	5.000	5.000	
2.5.1.	43	2016	8	Espaços culturais nas freguesias	09-07011002/15	O			DCT	2016	2021	O		25.000	25.000	25.000	
2.5.1.	44	2017	1	Valorização do património cultural	03-07010307	E	85		DOM/DCH	2017	2020	1		250.000	250.000	850.000	
2.5.1.	4401	2017	1	Torre da Alfândega - requalificação estrutural	03-07010307	E			DOM/DCH	2017	2019	3	126,579	250.000	250.000	250.000	
2.5.1.	4402	2017	3	Muralha - percurso pedonal no Adarve	04-070113	O	85		DCH	2017	2018	O		0	0	0	
2.5.1.	4403	2017	2	Hereditas - base de dados do património de Guimarães	04-070113	O			DCH	2017	2018	O		0	0	0	
2.5.1.	4404	2017	4	Centro interpretativo	03-07010307	O			DCH	2017	2018	O		0	0	0	
2.5.1.	45	2018	12	Loja Ponto Já	03-07010307	O			DISE/DOOM	2018	2021	O		10.000	10.000	10.000	
2.5.2.	01	2002	44	Equipamentos desportivos para as escolas	07-07010406/1002	O			DISE	2018	2021	O		20.000	20.000	20.000	
2.5.2.	05	2006	44	Parques de lazer ribeirinhos	03-07030305	A/E			DOM	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.2.	10	2002	54	Apetechamento de pavilhões	07-07011002/11/15	O			DISE	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.2.	11	2002	55	Pátios desportivos	09-07030306/13/02/0308	O			DOM/DISE	2018	2021	O		20.000	20.000	20.000	
2.5.2.	12	2002	56	Requalificação e beneficiação de pavilhões	09-07030306/13/02/15	A/O			DISE/DOOM	2018	2021	1		25.000	25.000	125.000	
2.5.2.				DESPORTO RECREIO E LAZER										715.000	4.062.500	4.777.500	
2.5.2.	01	2002	44	Equipamentos desportivos para as escolas	07-07010406/1002	O			DISE	2018	2021	O		20.000	20.000	20.000	
2.5.2.	05	2006	44	Parques de lazer ribeirinhos	03-07030305	A/E			DOM	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.2.	10	2002	54	Apetechamento de pavilhões	07-07011002/11/15	O			DISE	2018	2021	O		0	0	0	
2.5.2.	11	2002	55	Pátios desportivos	09-07030306/13/02/0308	O			DOM/DISE	2018	2021	O		20.000	20.000	20.000	
2.5.2.	12	2002	56	Requalificação e beneficiação de pavilhões	09-07030306/13/02/15	A/O			DISE/DOOM	2018	2021	1		25.000	25.000	125.000	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Raul Brandão' and other initials.

Plano Plurianual de Investimentos



FUNÇÃO	OBJ/PROJ	Cód.	PROPOSTA		RELAÇÃO	COMO DA CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PARTE DO FINANCIAMENTO			ESPECIFICAR	INÍCIO		FASE DE EXECUÇÃO	REALIZADO	DESPESAS					TOTAL PREVISTO			
			ANO	MÊS				AC	MA	FC		INDIC	MÊS			2018	2019	2020	2021	2022		2023	2024	2025
2.5.2.	22	2002	63	Parque de lazer da Quinta de Ardão - Silvares	O	03-0701092/030305				DOM	2018	2018	C	74.883	50.000	50.000	60.000	110.000						
2.5.2.	24	2002	65	Equipamentos de animação nos parques de lazer	O	07-0701009/1002/15			DISE	2018	2021				35.000	35.000	42.500	77.500						
2.5.2.	25	2006	46	Manutenção de equipamentos dos parques de lazer	E	07-0701002/030305			DOM/DISE	2018	2021				5.000	5.000	5.000	5.000						
2.5.2.	28	2005	4	Planos de emergência para instalações desportivas	O	07-0701113			DOM/DISE	2018	2021				25.000	25.000		25.000						
2.5.2.	27	2006	48	Novos parques de lazer	O	03-07030305			DOM	2018	2021				0	0		0						
2.5.2.	38	2014	7	Academia de ginástica desportiva	E	03-07010406/1002/15			DOM	2015	2018				10.000	10.000		10.000						
2.5.2.	39	2014	8	Requalificação da pista de atletismo	E	03-07010406/1002/15			DOM	2017	2018				60.000	60.000		60.000						
2.5.2.	40	2014	9	Construção de parque radical	E	03-0701002/0406			DOM	2017	2018				10.000	10.000		10.000						
2.5.2.	41	2014	10	Construção do parque desportivo de Azurém	E	03-07010406			DOM	2014	2018				5.000	5.000		5.000						
2.5.2.	42	2014	11	Requalificação do campo de jogos de Aldão	E	03-07010406			DOM	2015	2018				5.000	5.000		5.000						
2.5.2.	43	2014	12	Parque de lazer na centralidade de Lordelo	E	03-07010406			DOM	2014	2018				5.000	5.000		5.000						
2.5.2.	44	2015	4	Pavilhão ginnodesportivo da EB2/3 João de Meira	E	03-0701002/030305			DOM	2014	2018				5.000	5.000		5.000						
2.5.2.	45	2015	5	Construção de relvados sintéticos	E	03-07010305			DOM	2016	2020				50.000	50.000	1.050.000	1.100.000						
2.5.2.	47	2016	10	Complexo de piscinas	E	03-07010302			DOM	2015	2019				0	0		0						
2.5.2.	48	2016	11	Multibussos	A/E	03-07010302			DOM/DSUA	2017	2019				100.000	100.000	10.000	110.000						
2.5.2.	49	2017	5	Centro Municipal de BTT	A/E	03-07010302			DOM/DSUA	2016	2018				20.000	20.000		20.000						
2.5.2.	50	2017	6	Academia de desportos de combate	O	07-07010406			DISE	2017	2018				20.000	20.000		20.000						
2.5.2.	51	2018	7	Parques infantis	O	07-07010302			DISE	2017	2018				0	0		0						
2.5.2.	53	2018	3	Pista de patinagem	O	03-07010302			DISE/DOOM	2017	2018				100.000	100.000	100.000	200.000						
2.5.2.	54	2018	9	Vilas desportivas	O	03-07010302			DOM	2018	2020				50.000	50.000	700.000	750.000						
2.5.2.	55	2019	11	Vila desportiva de Ponte	O	03-07010406			DISE	2018	2021				0	0		0						
2.5.2.	56	2019	12	Centro Comunitário e Cultural de Serzedelo - Antiga fábrica Calvarex	A/E	07-07010302			DOM	2019	2021				50.000	50.000	1.100.000	1.150.000						
2.5.2.	56	2019	12	Centro Comunitário e Cultural de Serzedelo - Antiga fábrica Calvarex	A/E	03-07010307			DOM	2019	2021				50.000	50.000	900.000	950.000						
2.5.3.				OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																				
3.				FUNÇÕES ECONÓMICAS																				
3.1.				AGRICULTURA, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca																				
3.1.1.	01	2014	13	Laboratório da Paisagem/Incubadora de empresas de base agrícola e alimentar	O/E	05-07013/0413			DOM/DSUA	2018	2021				8.800.890	8.800.890	20.923.845	10.436.000	40.240.334					
3.2.				INDÚSTRIA E ENERGIA																				
3.2.1.				INDÚSTRIA																				
3.2.1.	01	2002	127	Requalificação de parques industriais	O	03-07010307			DDT	2018	2021				640.000	640.000	4.073.000	150.000	4.863.000					
3.2.1.	02	2006	70	Incentivo à instalação de indústrias inovadoras/FINICIA	O	03-07010307			ADM	2018	2021				100.000	100.000	0	150.000	323.000					
3.2.1.	06	2009	19	Quadriângulo para a competitividade e inovação	O	03-07010413			ADM	2018	2021				0	0		50.000	50.000					
3.2.1.	09	2014	14	Incubadora de empresas de base tecnológica	O	03-07010307/15			ADM	2018	2021				50.000	50.000	73.000	150.000	273.000					
3.2.2.				ENERGIA																				
3.2.2.	02	2002	79	Eletrificações diversas	O	03-07004/07/002/15			ADM/DOAM	2018	2021				540.000	540.000	4.000.000	0	4.540.000					
3.2.2.	03			Eficiência energética											50.000	50.000		0	50.000					
3.2.2.	0301	2010	33	Projeto/Auditoria	O	03-070113			DOM	2018	2021				20.000	20.000		20.000						
3.2.2.	0302	2010	34	Equipamentos de energia renováveis	O	03-07010305/15			DOM	2018	2021				20.000	20.000		20.000						
3.2.2.	0303	2011	29	Redução dos fluxos energéticos da IP	O	03-07010413/15			DOM	2018	2021				369.738	369.738		369.738						
3.2.2.	04	2014	15	Implementação de projeto do pacto de autarcas	O/E	03-0701002/13/15			ADM/DOAM	2018	2021				10.000	10.000		10.000						
3.2.2.	05	2015	13	Apoio à eficiência energética no centro histórico	O/E	03-0701002/13/15			ADM/DOAM	2018	2021				10.000	10.000		10.000						
3.2.2.	06	2015	14	Apoio à eficiência energética em habitações sociais	O/E	03-0701002/13/15			ADM/DOAM	2015	2019				10.000	10.000		10.000						
3.2.2.	07	2016	9	Iluminação LED na rede de IP	E	03-07010410/030310			DOM	2016	2019				400.000	400.000	4.000.000	4.400.000						

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

Plano Plurianual de Investimentos



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Autarquia Local

FUNÇÃO	OBJ. PPA	COD.	PROJECTO AÇÃO		DESCRIPÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO		RESPONSÁVEL	DATAS		FASE DE EXECUÇÃO	REALIZADO	DESPESAS			TOTAL PREVISTO	
			ANO	INICIAL				AL	IA		PC	PERÍODO			FIN	DEFEITA	MAO DEBIDA		2020
TRANSPORTES COLECTIVOS																			
3.3.1.3.	01		2002	169	Estação central de camionagem	05-0701001/1002/15	O			DMT/DOM	2018	2021	0		400.000	0	690.000	0	1.090.000
3.3.1.3.	02		2009	37	Sistema de informação nas paragens TUG/Operadores Interurbanos	05-070115	O/E			DMT/DOM	2018	2021	0		50.000	0	230.000	0	280.000
3.3.1.3.	04		2014	29	Mobilidade elétrica postos de carregamento	05-070115	O/E			DMT/DOM	2014	2018	1		150.000	150.000	100.000	100.000	300.000
3.3.1.3.	05		2018	13	Projetos no âmbito da promoção do transporte público	05-070113	O/E			DMT/DOM	2014	2018	1		100.000	100.000	60.000	60.000	200.000
3.3.1.3.	06		2019	23	Mobilidade modos suaves	05-070115	O/E			DMT/DOM	2019	2021	0		50.000	50.000	150.000	150.000	110.000
3.3.1.3.	07		2019	24	Mobilidade transportes públicos	05-070115	O/E			DMT/DOM	2019	2021	0		50.000	50.000	150.000	150.000	200.000
ESTACIONAMENTOS																			
3.3.1.4.	06		2012	13	Parques de estacionamento	05-07011002	O			DMT	2018	2021	0		3.000.000	0	0	0	3.000.000
3.3.1.4.	07		2017	11	Parque de estacionamento de Camões	05-070143/15/0802	O/E			DOM	2017	2019	3	2.227.600	3.000.000	0	0	0	3.000.000
TRANSPORTES AÉREOS																			
TRANSPORTES FLUVIAIS																			
COMÉRCIO E TURISMO																			
MERCADOS E FEIRAS																			
TURISMO																			
3.4.2.	01		2002	120	Parque de campismo da Penha	05-070106/1002/11/15	E			DOM	2018	2019	0		210.000	0	110.000	0	320.000
3.4.2.	03		2001	165	Obras no âmbito do projeto de recuperação da estância da Penha	03-07030301	E			DOM	2018	2021	0		100.000	100.000	110.000	110.000	210.000
3.4.2.	14		2011	34	Requalificação e ampliação das instalações do posto de turismo da Praça S.Tiago	03-07010307	E			DOM	2018	2018	C	335.025	20.000	20.000	5.000	5.000	20.000
3.4.2.	15		2014	25	Plataforma interativa de informação turística de Guimarães	09-070107/06/13	O			DT	2018	2021	0		5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
3.4.2.	16		2014	34	Projeto Interpretação de Couros	09-070113	O			DT	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.4.2.	17		2014	35	Welcome Center	09-070100/102/11/15	O			DT/DOM	2014	2018	C	125.432	5.000	5.000	30.000	30.000	5.000
3.4.2.	26		2019	25	Aquisição de maquinaria e equipamento - turismo	09-070100/102/11/15	O			DT/DOM	2019	2021	0		30.000	30.000	50.000	50.000	30.000
3.4.2.	27		2019	26	Aquisição de sinalética	09-070115	O			DT	2019	2021	0		50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS																			
3.5.	02		2006	62	Empresa Intermunicipal Vimãgua	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		258.890	0	129.445	0	388.334
3.5.	05		2006	65	Turipenha	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	16		2006	93	Parque de Ciência e Tecnologia	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	18		2009	16	Águas do Noroeste	0101-090701	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	20		2010	51	Quedilhãtero	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	21		2010	52	Talpas Turtermas	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	22		2010	53	Resinorte	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	23		2010	54	Cooperativa de Energia do Ave	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	24		2010	55	Subscrição de ações	0101-090702	O			ADM	2018	2021	0		0	0	0	0	0
3.5.	25		2015	6	Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	0101-090802	O			ADM	2015	2021	0		258.890	0	129.445	0	388.334
3.5.	26		2018	7	Empresa Municipal de Transportes	0101-090802	O			ADM	2018	2021	0	1.747.504	0	0	0	0	388.334
OUTRAS FUNÇÕES																			
4.															552.500	0	305.500	0	858.000
4.3.	08		2013	2	Orçamento Participativo	0103-070113	A/E/O			ADM	2014	2021	1		500.000	500.000	250.000	250.000	750.000
4.3.	09		2014	26	Candidatura da zona de Couros a Património Mundial	0103-070113	O			ADM	2018	2021	0		52.500	52.500	45.500	45.500	98.000
4.3.	10		2014	27	Capital Verde Europeia	0103-070113/15	A/E/O			ADM	2018	2021	0		0	0	5.000	5.000	5.000

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano Plurianual de Investimentos



FUNÇÃO	PROJETO / AÇÃO	ORÇ/ANEXO	COD.	ANO	INICIAL	FINAL	INSCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FORMA DE FINANCIAMENTO			RECURSOS	REALIZAÇÃO			FASE DE EXECUÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	ALIM	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL PERÍODO	
									AC	IA	FC		INIC	2018	2019										2020
4.3.	11			2014	28	Capital Europeia do Voluntariado										0103-070113			0	0	5.000		5.000		
Total do Plano																									
																			29.627.240	29.627.240	0	51.589.445	18.387.500	5.000	99.609.184

FORMAS DE REALIZAÇÃO

- A - Administração direta
- E - Empreitadas
- O - Fornecimentos e Outras

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - Não iniciada
- 1 - Com projeto técnico
- 2 - Ajudiciada
- 3 - Execução física até 50%
- 4 - Execução física superior a 50%

FORMAS DE FINANCIAMENTO

- AC - Adm. Central
- AA - Adm. Municipal
- F.C. - Fundos Comunitários

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 31 de outubro de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 17 de novembro de 2018

(Handwritten signatures and notes in blue ink)

(Handwritten signatures and notes in blue ink)

PLANO DE ATIVIDADES

1.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	PERÍODO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	MUNICÍPIO DE FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEL	VALOR		FAZER DE EXERCÍCIO	REALIZADO	DESPESA		ANOS SEQUENTES			TOTAL PREVISTO
	ANO	SEMESTRE					INICIAL	FINAL			TOTAL	DESPESA	2020	2021	2022	
1.			FUNÇÕES GERAIS												900 000,00	
1.2.			SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS												900 000,00	
1.2.1.	04	2006	64	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS											900 000,00	
1.2.1.1.				Prevenção de fogos florestais	O	DSUA									500 000,00	
															500,00	
															1 000,00	
															348 000,00	
															3 000,00	
															4 000,00	
															50 000,00	
															93 500,00	
															400 000,00	
1.2.1.1.	11	2012	1	Serviço de proteção civil	O	SMPC									2 000,00	
															1 000,00	
															5 000,00	
															1 000,00	
															1 000,00	
															1 700,00	
															50 000,00	
															5 000,00	
															330 000,00	
															100,00	
															100,00	
															1 000,00	
															1 700,00	
															50 000,00	
															5 000,00	
															330 000,00	
															100,00	
2.				FUNÇÕES SOCIAIS											18 806 500,00	
2.1.				EDUCAÇÃO											7 551 550,00	
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR											337 200,00	
2.1.1.2.				ENSINO BÁSICO											337 200,00	
2.1.1.2.1.	58	2006		Atividades											307 200,00	
2.1.1.2.2.	5801	2006	30	Projetos-Escolas	O	DE									230 000,00	
															1 000,00	
															144 000,00	
															1 000,00	
															60 000,00	
															1 000,00	
															20 000,00	
															1 000,00	
															2 000,00	
															10 000,00	
															2 500,00	
															7 300,00	
															100,00	
															100,00	
2.1.1.2.2.	5803	2011	3	Regime de fruta escolar	O	DE									62 200,00	
2.1.1.2.2.	5804	2015	7	Eco Escolas	O	DE									5 000,00	
2.1.1.2.2.	59	2017	1	Material didático	O	DE									30 000,00	
															30 000,00	

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	CMB/PROJ.	ANO	PROJ.	PROJ. ANO	PROJ. ANO	SEÇÃO	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL	FORMA DE REALIZAÇÃO	FASE DE EXECUÇÃO			RESPONSÁVEL	MUNICÍPIO	DESPESAS					TOTAL PREVISTO	
									ORÇ.	INSTR.	FINANCIAMENTO			TOTAL	2014			ANOS SEQUENTES		
															AC	AM	PI	DE FINEZA		2015
2.1.1.2. SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																				
2.1.1.2.	56	2006	4			Refeitórios escolares de Jardins de Infância e 1.º CEB					DE		5 999 350,00	3 043 900,00	3 043 900,00	3 043 900,00	5 999 350,00			
2.1.1.2.	57	2006	29			Transportes escolares					DE		3 020 000,00	23 900,00	23 900,00	23 900,00	3 043 900,00			
2.1.1.2.	59	2006	5			Atividades de animação e apoio à família					DE		2 321 250,00	405 250,00	405 250,00	405 250,00	2 321 250,00			
													12 000,00	105 000,00	105 000,00	105 000,00	405 250,00			
													200 000,00	36 250,00	36 250,00	36 250,00	105 000,00			
													50 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	200 000,00			
													1 000,00	228 950,00	228 950,00	228 950,00	36 250,00			
2.1.1.2.	60	2014	1			Ação Social Escolar (Despacho 11860/13, de 12/09)					DE		228 950,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	228 950,00			
2.1.1.2.	6001	2014	1			Auxílios económicos diretos aos alunos do 1.º CEB					DE		228 950,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	228 950,00			
													1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00			
													1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00			
2.1.1.2.	69	2010	25			Refeitórios escolares 2.º e 3.º CEB (DL 144/08, de 28/07)					DE		224 950,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	224 950,00			
2.1.1.2.	70	2010	26			Ação Social Escolar: Auxílios económicos diretos aos alunos do 2.º e 3.º CEB					DE		224 950,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	224 950,00			
													1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00			
2.1.1.3.	09	2014	23			ENSINO NÃO SUPERIOR					ADM		1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00			
2.1.1.3.						Instituto Cidade de Guimarães							1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00	1 215 000,00			
2.2.						SAÚDE							1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00			
2.2.1.						SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE							1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00			
2.2.1.	04	2018	9			Centro de saúde de Moreira de Cónegos					ADM		1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00			
2.2.1.	05	2018	10			Hospital Senhora da Oliveira					ADM		1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00	1 150 000,00			
2.3.						SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS							1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00			
2.3.2.	05	2014				AÇÃO SOCIAL							1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00	1 996 800,00			
2.3.2.	0501	2014	3			Gabinete da Rede Social							250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00			
2.3.2.	0501	2014	3			Projetos e programas					DAS		110 000,00	110 000,00	110 000,00	110 000,00	110 000,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													4 500,00	500,00	500,00	500,00	4 500,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													1 000,00	500,00	500,00	500,00	1 000,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													20 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	20 000,00			
													75 000,00	500,00	500,00	500,00	75 000,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													30 000,00	500,00	500,00	500,00	30 000,00			
2.3.2.	0502	2014	4			Incubadora Social					DAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
2.3.2.	0503	2014	5			Gabinetes locais de desenvolvimento social					DAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
													500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	Cód. / Funç.	ANO	RESUMO ATIV.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PROGRAMA DE REALIZAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEL	DATA	FAZ DE EXERCÍCIO	REALIZADO	2011			2012			TOTAL PREVISTO
												TOTAL	DEF. FINDA.	€	€	€	€	
2.3.2.	0504	2014	6	Atividades de animação social		O	DAS					50 500,00	50 500,00					50 500,00
					07/020104							100,00	100,00					100,00
					07/020108							100,00	100,00					100,00
					07/020115							4 000,00	4 000,00					4 000,00
					07/020117							100,00	100,00					100,00
					07/020120							500,00	500,00					500,00
					07/020121							100,00	100,00					100,00
					07/020208							1 000,00	1 000,00					1 000,00
					07/020210							14 300,00	14 300,00					14 300,00
					07/020212							100,00	100,00					100,00
					07/020213							2 000,00	2 000,00					2 000,00
					07/020217							17 000,00	17 000,00					17 000,00
					07/020220							11 000,00	11 000,00					11 000,00
					07/020225							5 000,00	5 000,00					5 000,00
					07/06020305							4 000,00	4 000,00					4 000,00
2.3.2.	0505	2014	7	Publicações/divulgação/informação		O	DAS					5 000,00	5 000,00					5 000,00
					07/020217							500,00	500,00					500,00
					07/020220							4 000,00	4 000,00					4 000,00
					07/020225							500,00	500,00					500,00
2.3.2.	0506	2019	1	Plano Municipal para a integração de imigrantes		O	DAS					54 000,00	54 000,00					54 000,00
					07/020121							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					07/020210							5 000,00	5 000,00					5 000,00
					07/020216							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					07/020220							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					07/020225							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					07/06020305							9 000,00	9 000,00					9 000,00
2.3.2.	06	2014	8	Apoio à população migrante		O	DAS					7 600,00	7 600,00					7 600,00
					07/02010299							100,00	100,00					100,00
					07/020108							100,00	100,00					100,00
					07/020115							500,00	500,00					500,00
					07/020121							400,00	400,00					400,00
					07/020217							500,00	500,00					500,00
					07/020220							5 000,00	5 000,00					5 000,00
					07/020225							1 000,00	1 000,00					1 000,00
2.3.2.	07	2010	23	Comissão de proteção de crianças e jovens em risco		O	DAS					2 000,00	2 000,00					2 000,00
					07/020108							100,00	100,00					100,00
					07/020117							50,00	50,00					50,00
					07/020120							50,00	50,00					50,00
					07/06020305							1 800,00	1 800,00					1 800,00
2.3.2.	09	2010		Apoios e benefícios sociais		O	DAS					625 000,00	625 000,00					625 000,00
2.3.2.	0901	2010	15	Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos		O	DAS					100 000,00	100 000,00					100 000,00
					07/020210							25 000,00	25 000,00					25 000,00
					07/020225							1 000,00	1 000,00					1 000,00
					07/040701							4 000,00	4 000,00					4 000,00
					07/04080202							40 000,00	40 000,00					40 000,00
2.3.2.	0902	2010	16	Benefícios para transportes		O	DAS					30 000,00	30 000,00					30 000,00
2.3.2.	0905	2018	6	Bolsas de estudo		O	DAS					450 000,00	450 000,00					450 000,00
2.3.2.	10	2010		Apoio a instituições		O	DAS					75 000,00	75 000,00					75 000,00
2.3.2.	1001	2010	19	Atribuição de subsídios - equipamento		O	DAS					579 000,00	579 000,00					579 000,00
					07/08010102							150 000,00	150 000,00					150 000,00
					07/080701							1 000,00	1 000,00					1 000,00
2.3.2.	1002	2010	20	Atribuição de subsídios - despesas correntes		O	DAS					149 000,00	149 000,00					149 000,00
					07/04010102							179 000,00	179 000,00					179 000,00
					07/040701							1 000,00	1 000,00					1 000,00
												178 000,00	178 000,00					178 000,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.]

Plano de Atividades



FUNÇÃO	PERÍODO		DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	SISTEMA DE REGISTO	FONTES DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	SÍMBOLO	FASE DE EXECUÇÃO		DESPESAS			TOTAL PREVISTO			
	CÓD.	ANO				MUN.	M.C.	M.A.			M.F.C.	REALIZADO	P.L.	TOTAL	2017		ANOS SEQUENTES		
															DEFINIDA		INDIFINIDA	2020	2021
2.3.2.	1003	2010	21		O			DAS				250 000,00				250 000,00			
				07/020121								1 000,00				1 000,00			
2.3.2.	11	2010	22					DAS				249 000,00				249 000,00			
2.3.2.	12	2014	10		O			DAS				516 000,00				516 000,00			
				07/05010102								17 200,00				17 200,00			
				07/02010202								100,00				100,00			
				07/020108								100,00				100,00			
				07/020115								100,00				100,00			
				07/020121								100,00				100,00			
				07/020208								100,00				100,00			
				07/020210								100,00				100,00			
				07/020212								1 000,00				1 000,00			
				07/020213								1 000,00				1 000,00			
				07/020220								500,00				500,00			
				07/020225								13 000,00				13 000,00			
				07/06020305								1 100,00				1 100,00			
2.4.												1 110 000,00				1 110 000,00			
2.4.1.												380 000,00				380 000,00			
2.4.1.	08	2006	63		O			DAS				380 000,00				380 000,00			
				07/020225								160 000,00				160 000,00			
				07/04080202								155 000,00				155 000,00			
				07/05010101								65 000,00				65 000,00			
2.4.6.												730 000,00				730 000,00			
2.4.6.	31	2017			O			DSUA				400 000,00				400 000,00			
2.4.6.	3101	2017	7		O			DSUA				20 500,00				20 500,00			
				05/020210								1 000,00				1 000,00			
				05/020217								1 000,00				1 000,00			
				05/020220								12 000,00				12 000,00			
				05/020225								5 500,00				5 500,00			
				05/040701								1 000,00				1 000,00			
2.4.6.	3102	2017	8		O			DSUA				7 500,00				7 500,00			
				05/020115								2 500,00				2 500,00			
				05/020225								5 000,00				5 000,00			
2.4.6.	3103	2017	9		O			DSUA				18 300,00				18 300,00			
				05/020208								2 000,00				2 000,00			
				05/020220								16 000,00				16 000,00			
				05/020225								100,00				100,00			
				05/06020305								100,00				100,00			
2.4.6.	3104	2017	10		O			DSUA				80 000,00				80 000,00			
2.4.6.	3105	2017	11		O			DSUA				30 000,00				30 000,00			
				05/020115								7 000,00				7 000,00			
				05/020121								100,00				100,00			
				05/020220								22 800,00				22 800,00			
				05/020225								100,00				100,00			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	OBJ./PHL	PROJEÇÃO		RESERVAÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO DE BALANÇO	NÍVEL DE PRIORIDADE			RESPONSÁVEL	STATUS	FASE DE EXECUÇÃO	REVENIDAS			TOTAL PREVISTO	
		ANO	VALOR				O	A	R				TOTAL	2019			
														DEFINIDA	I		F
2.4.6.	3106	2017	12	Capital Verde Europeia - Guimarães 2030 - Plano de Desenvolvimento Sustentável		O				DSUA		97 300,00	97 300,00	97 300,00	97 300,00		
					05/020115							1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00		
					05/020201							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/020208							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/020209							2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00		
					05/020210							1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00		
					05/020212							500,00	500,00	500,00	500,00		
					05/020213							10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00		
					05/020214							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/020216							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/020217							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/020220							30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00		
					05/020225							30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00		
					05/040701							20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00		
					05/0602010199							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/060202							100,00	100,00	100,00	100,00		
					05/06020305							2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00		
2.4.6.	3107	2017	13	Apoio a projetos de I&D para o ambiente e desenvolvimento sustentável		O				DSUA		86 400,00	86 400,00	86 400,00	86 400,00		
					05/020214							86 400,00	86 400,00	86 400,00	86 400,00		
					05/020220							86 200,00	86 200,00	86 200,00	86 200,00		
					05/040701							100,00	100,00	100,00	100,00		
2.4.6.	3108	2019	3	Classificação de Património Natural		O				DSUA		60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00		
2.4.6.	32	2017	14	Incubadora de base rural		O				DSUA		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00		
2.4.6.	33	2019	2	Projeto URBACT "Tropas Verdes"		O				85 DSUA		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00		
					05/020216					DSUA		80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00		
					05/020217							15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00		
					05/020225							30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00		
					05/020225							35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00		
2.4.6.	34	2019	4	Brigadas Verdes		O				DSUA		250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00		
					05/020121							125 000,00	125 000,00	125 000,00	125 000,00		
					05/020225							125 000,00	125 000,00	125 000,00	125 000,00		
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS								6 998 150,00	6 998 150,00	6 998 150,00	6 998 150,00		
2.5.1.				CULTURA								4 710 150,00	4 710 150,00	4 710 150,00	4 710 150,00		
2.5.1.	16	2006		Subsídios								531 000,00	531 000,00	531 000,00	531 000,00		
2.5.1.	1601	2006	13	Cinema em noites de verão		O				DC		75 000,00	75 000,00	75 000,00	75 000,00		
2.5.1.	1604	2006	16	Protocolos de descentralização		O				DC		150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00		
2.5.1.	1605	2006	17	Festas de interesse concelhio e local		O				DC		17 000,00	17 000,00	17 000,00	17 000,00		
2.5.1.	1607	2006	19	Bolsas de investigação		O				DC		133 000,00	133 000,00	133 000,00	133 000,00		
2.5.1.	1609	2010	27	Prémio de História Alberto Sampaio		O				DC		12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00		
2.5.1.	1610	2015	1	RMECARH		O				DC		4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00		
					09/04050102							130 000,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00		
					09/040701							1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00		
					09/080701							79 000,00	79 000,00	79 000,00	79 000,00		
2.5.1.	1611	2017	2	Sociedade Martins Sarmento		O				DC		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00		
2.5.1.	1612	2019	5	Apoio à internalização		O				DC		140 000,00	140 000,00	140 000,00	140 000,00		
2.5.1.	17	2006		Atividades do arquivo		O				DC		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00		
					09/040701							64 500,00	64 500,00	64 500,00	64 500,00		

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

FUNÇÃO	CÓD. PROJ. / FINEC.	ANO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	COMO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	TIPO DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	CÁTEDRA	FASE DE EXECUÇÃO			ANOS SEQUENCIAIS			TOTAL PREVISTO				
							AC	MA	TC			REALIZADO	EMPL	PM	TOTAL	2011			2012			
																DEFINIDA	€		€	€	€	€
2.5.1.	1701	2006	20	Atividades de difusão cultural (exposições, conferências)	09/020108	O	DA						7 000,00	7 000,00				7 000,00				
													100,00	100,00								
													100,00	100,00								
													1 000,00	1 000,00								
													400,00	400,00								
													400,00	400,00								
													100,00	100,00								
													700,00	700,00								
													100,00	100,00								
													100,00	100,00								
													700,00	700,00								
2.5.1.	1703	2006	22	Boletim de trabalhos históricos	09/06020305	O	DA						3 000,00	3 000,00				3 000,00				
													400,00	400,00								
													100,00	100,00								
													5 000,00	5 000,00								
													5 000,00	5 000,00								
2.5.1.	1705	2014	11	Edição do catálogo do fundo de Alfredo Pimenta (protocolo de doação assinado em 26 de setembro de 2002)	09/020220	O	DA					500,00	500,00				500,00					
2.5.1.	1706	2011	6	Serviço educativo - "Uma aventura no arquivo"	09/020108	O	DA					1 000,00	1 000,00				1 000,00					
2.5.1.	1710	2013	1	Edição do catálogo do fundo de Freitas do Amaral (protocolo de doação assinado em 24 de junho de 2004)	09/020114	O	DA					200,00	200,00				200,00					
												50,00	50,00									
												100,00	100,00									
2.5.1.	1712	2016	1	Restauração de documentos	09/020120	O	DA					50,00	50,00				50,00					
												100,00	100,00									
2.5.1.	1713	2017	17	Congresso Internacional	09/020121	O	DA					100,00	100,00				100,00					
												500,00	500,00									
2.5.1.	18	2006	25	Atividades da Biblioteca	09/020220	O	DA					15 000,00	15 000,00				15 000,00					
												30 000,00	30 000,00									
												500,00	500,00									
2.5.1.	1803	2006	25	Animação de leitura com escritores	09/020225	O	DB					25 000,00	25 000,00				25 000,00					
												4 500,00	4 500,00									
												75 000,00	75 000,00									
2.5.1.	1806	2006	28	Ateliês/oficinas/espetáculos	09/020225	O	DB					1 000,00	1 000,00				1 000,00					
												5 000,00	5 000,00									
												600,00	600,00									
2.5.1.	1817	2016	2	Projeto pedagógico BE'S	09/020108	O	DB					100,00	100,00				100,00					
												100,00	100,00									
												500,00	500,00									
												1 000,00	1 000,00									
												500,00	500,00									
												100,00	100,00									
												100,00	100,00									
												1 000,00	1 000,00									
												2 000,00	2 000,00									
												100,00	100,00									
2.5.1.	1819	2016	4	Publicações periódicas	09/020121	O	DB					31 240,00	31 240,00				31 240,00					
												30 000,00	30 000,00									
												1 240,00	1 240,00									

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	PERÍODO		RESERVAÇÃO	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA	FORMA DE EXECUÇÃO	FRONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSABILIDADE		DATA	FASE DE EXECUÇÃO		DESPESAS			TOTAL PREVISTO
	ED.	ANO				MO	AN	PC	ANEXO	PM		REALIZADO	INDB	2019	2020	2021	
OBJ.FUNC.	1820	2019	6		O	01	01	01	DB			TOTAL	2019	2020	2021	2022	€
2.5.1.	1820	2019	6	Húmos - Festival Literário de Guimarães 2019	O				DB			35 760,00	35 760,00				35 760,00
2.5.1.	19	2006		Atividades da cultura								20 760,00	20 760,00				20 760,00
2.5.1.	1902	2006	77	Programação cultural da Páscoa	O				DC			565 000,00	565 000,00				565 000,00
												60 000,00	60 000,00				60 000,00
												200,00	200,00				200,00
												300,00	300,00				300,00
												100,00	100,00				100,00
												100,00	100,00				100,00
												100,00	100,00				100,00
												500,00	500,00				500,00
												500,00	500,00				500,00
												200,00	200,00				200,00
												700,00	700,00				700,00
												600,00	600,00				600,00
												100,00	100,00				100,00
												10 000,00	10 000,00				10 000,00
												6 000,00	6 000,00				6 000,00
												40 000,00	40 000,00				40 000,00
2.5.1.	1903	2006	78	Comemorações do 25 de abril	O				DC			20 000,00	20 000,00				20 000,00
												100,00	100,00				100,00
												100,00	100,00				100,00
												400,00	400,00				400,00
												300,00	300,00				300,00
												500,00	500,00				500,00
												100,00	100,00				100,00
												100,00	100,00				100,00
												1 300,00	1 300,00				1 300,00
												1 300,00	1 300,00				1 300,00
												15 000,00	15 000,00				15 000,00
												100,00	100,00				100,00
												500,00	500,00				500,00
												100,00	100,00				100,00
2.5.1.	1904	2006	79	Comemorações do 24 de junho	O				DC			5 000,00	5 000,00				5 000,00
2.5.1.	1905	2006	80	Comemorações da classificação como património mundial	O				DC								2 000,00
																	2 500,00
																	500,00
2.5.1.	1909	2008	4	Programação cultural de verão	O				DC								500,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	ATIVIDADE			ORÇAMENTO	FORMA DE REALIZAÇÃO	NOME DE FINANCIAMENTO			DATA		FASE DE EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL	RECURSOS			TOTAL	ANOS SEQUENCIAIS				TOTAL PREVISTO
	CÓDIGO	ANO	NOME			AC	MA	PC	MUNIC	ESTM			2019	2020	2021		2022	2023	2024		
																				ORÇAMENTO	
2.5.1.	1915	2014	13	Excentricidade	O		DC								75 000,00	75 000,00					75 000,00
					09/010107										10 000,00	10 000,00					10 000,00
					09/02010299										100,00	100,00					100,00
					09/020108										100,00	100,00					100,00
					09/020117										100,00	100,00					100,00
					09/020120										100,00	100,00					100,00
					09/020121										100,00	100,00					100,00
					09/020201										100,00	100,00					100,00
					09/020203										500,00	500,00					500,00
					09/020212										10 000,00	10 000,00					10 000,00
					09/020216										100,00	100,00					100,00
					09/020217										100,00	100,00					100,00
					09/020218										100,00	100,00					100,00
					09/020220										100,00	100,00					100,00
					09/020225										32 400,00	32 400,00					32 400,00
					09/0602010199										100,00	100,00					100,00
					09/060202										1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/06020305										100,00	100,00					100,00
2.5.1.	1917	2015	4	Ações de comunicação	O		DC								75 000,00	75 000,00					75 000,00
					09/020108										500,00	500,00					500,00
					09/020115										500,00	500,00					500,00
					09/020117										500,00	500,00					500,00
					09/020121										500,00	500,00					500,00
					09/020208										500,00	500,00					500,00
					09/020213										500,00	500,00					500,00
					09/020216										500,00	500,00					500,00
					09/020217										9 500,00	9 500,00					9 500,00
					09/020220										10 000,00	10 000,00					10 000,00
					09/020225										50 000,00	50 000,00					50 000,00
					09/060202										1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/06020305										1 500,00	1 500,00					1 500,00
2.5.1.	1918	2015	5	Parlamento Jovem Europeu	O		DC								1 500,00	1 500,00					1 500,00
					09/020212										100,00	100,00					100,00
					09/020213										200,00	200,00					200,00
					09/020225										1 200,00	1 200,00					1 200,00
2.5.1.	1920	2015	15	Edições	O		DC								25 000,00	25 000,00					25 000,00
2.5.1.	1922	2015	17	Programação cultural de Natal / Passagem de Ano	O		DC								7 000,00	7 000,00					7 000,00
2.5.1.	1925	2017	20	Bienal de Ilustração de Guimarães	O		DC								200,00	200,00					200,00
					09/020210										1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/020225										6 800,00	6 800,00					6 800,00
					09/04080202										10 000,00	10 000,00					10 000,00
2.5.1.	1926	2018	1	Musica Erudica	O		DC								118 500,00	118 500,00					118 500,00
					09/020115										100,00	100,00					100,00
					09/020121										100,00	100,00					100,00
					09/020203										1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/020208										100,00	100,00					100,00
					09/020210										100,00	100,00					100,00
					09/020212										500,00	500,00					500,00
					09/020213										100,00	100,00					100,00
					09/020217										5 000,00	5 000,00					5 000,00
					09/020220										4 900,00	4 900,00					4 900,00
					09/020225										105 500,00	105 500,00					105 500,00
					09/060202										1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/06020305										100,00	100,00					100,00

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	OBJ.FUNL	PERÍODO		DESCRIÇÃO	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NOME DO REALIZADOR	NOME DO FINANCIADOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FIM	FASE DE EXECUÇÃO		RECURSOS		ANOS SEQUENTES			TOTAL PREVISTO
		CÓD.	ANO								TOTAL	DEFINIDA	2010	2011	2012			
																€	€	
2.5.1.	1928	2018	5	Feira Afonsina								100 000,00	100 000,00					100 000,00
					09/02010299	O	DC					100 000,00	100 000,00					100 000,00
					09/020107							100,00	100,00					100,00
					09/020108							100,00	100,00					100,00
					09/020114							100,00	100,00					100,00
					09/02011603							100,00	100,00					100,00
					09/020117							5 000,00	5 000,00					5 000,00
					09/020120							3 000,00	3 000,00					3 000,00
					09/020121							7 000,00	7 000,00					7 000,00
					09/020201							100,00	100,00					100,00
					09/020202							1 000,00	1 000,00					1 000,00
					09/020203							100,00	100,00					100,00
					09/020208							100,00	100,00					100,00
					09/020212							30 000,00	30 000,00					30 000,00
					09/020214							100,00	100,00					100,00
					09/020217							100,00	100,00					100,00
					09/020218							11 300,00	11 300,00					11 300,00
					09/020220							7 000,00	7 000,00					7 000,00
					09/020225							4 000,00	4 000,00					4 000,00
					09/0602010199							30 000,00	30 000,00					30 000,00
					09/060202							200,00	200,00					200,00
					09/06020305							500,00	500,00					500,00
												100,00	100,00					100,00
2.5.1.	1929	2018	11	Contextile		O	DC					40 000,00	40 000,00					40 000,00
2.5.1.	1930	2019	7	Vaudeville Rendez-Vous		O	DC					5 000,00	5 000,00					5 000,00
2.5.1.	1931	2019	8	Residências Excêntricas		O	DC					20 000,00	20 000,00					20 000,00
2.5.1.	1932	2019	9	Arte Urbana em espaço público (Bairro da Criação)		O	DC					15 000,00	15 000,00					15 000,00
2.5.1.	1933	2019	10	Rede de Cidades Criativas da UNESCO		O	DC					20 000,00	20 000,00					20 000,00
2.5.1.	20	2014	15	Gestão/programação da PAC, CCVF e CDMG		O	DC					2 500,00	2 500,00					2 500,00
2.5.1.	41	2016	6	Apoio logístico às atividades		O	DC					3 424 650,00	3 424 650,00					3 424 650,00
2.5.1.	42	2017	3	Valorização do Património Cultural		O	DCH					50 000,00	50 000,00					50 000,00
					09/020220							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					09/020225							40 000,00	40 000,00					40 000,00
2.5.2.	03	2006		DESPORTO RECREIO E LAZER								2 288 000,00	2 288 000,00					2 288 000,00
2.5.2.	0301	2006	33	Transferências		O	ADM					665 000,00	665 000,00					665 000,00
2.5.2.	0302	2006	34	Obras de raiz		O	ADM					645 000,00	645 000,00					645 000,00
2.5.2.	32	2006		Equipamento								20 000,00	20 000,00					20 000,00
2.5.2.	3201	2006	37	Subsídios								1 000,00	1 000,00					1 000,00
2.5.2.	3203	2011	14	Apoio às associações		O	DISE					19 000,00	19 000,00					19 000,00
2.5.2.	33	2006		Bolsas de formação desportiva		O	DISE					436 000,00	436 000,00					436 000,00
2.5.2.	3302	2006	84	Atividades do Desporto		O	DISE					425 000,00	425 000,00					425 000,00
2.5.2.				Jogos do Eixo Atlântico		O	DISE					11 000,00	11 000,00					11 000,00
					07/020115							234 000,00	234 000,00					234 000,00
					07/020120							10 000,00	10 000,00					10 000,00
					07/020210							5 000,00	5 000,00					5 000,00
					07/020220							100,00	100,00					100,00
					07/020225							100,00	100,00					100,00
												1 700,00	1 700,00					1 700,00

Plano de Atividades



FUNÇÃO	PROJEÇÃO			RECORRENÇA	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NOME DA ACTIVIDADE	ORÇAMENTO DE EXECUÇÃO			RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	DESPESAS			TOTAL PREVISTO		
	CÓD.	ANO	VALOR				FASE DE EXECUÇÃO	DATA	RECURSOS				RECURSOS	RECURSOS	2014			
															TOTAL		DE JANEIRO	DE ABRIL
2.5.2.	3305	2011	15	Gala do desporto	0	07/020115	DISE	20 000,00	20 000,00				20 000,00			20 000,00		
						07/020121		4 000,00	4 000,00				4 000,00			4 000,00		
						07/020208		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020217		10 000,00	10 000,00				10 000,00			10 000,00		
						07/020220		200,00	200,00				200,00			200,00		
2.5.2.	3306	2012	7	Liga Mini de Futebol	0	07/020225	DISE	8 000,00	8 000,00				8 000,00			8 000,00		
						07/020107		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020108		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020109		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020115		3 000,00	3 000,00				3 000,00			3 000,00		
						07/020120		700,00	700,00				700,00			700,00		
						07/020121		500,00	500,00				500,00			500,00		
						07/020212		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020217		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020220		1 900,00	1 900,00				1 900,00			1 900,00		
2.5.2.	3307	2014	16	Meia Maratona de Guimarães	0	07/020225	DISE	70 000,00	70 000,00				70 000,00			70 000,00		
						07/06020305		600,00	600,00				600,00			600,00		
						07/020115		1 500,00	1 500,00				1 500,00			1 500,00		
						07/020117		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020120		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020201		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020208		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020217		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020218		8 000,00	8 000,00				8 000,00			8 000,00		
						07/020220		10 400,00	10 400,00				10 400,00			10 400,00		
2.5.2.	3309	2014	18	Rally de Portugal	0	07/020225	DISE	5 000,00	5 000,00				5 000,00			5 000,00		
						07/0602010199		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020115		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020117		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020120		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020121		500,00	500,00				500,00			500,00		
						07/020201		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020208		500,00	500,00				500,00			500,00		
						07/020218		500,00	500,00				500,00			500,00		
						07/020220		500,00	500,00				500,00			500,00		
2.5.2.	3310	2014	19	Sarau de dança e Fitness	0	07/020225	DISE	12 000,00	12 000,00				12 000,00			12 000,00		
						07/040701		1 500,00	1 500,00				1 500,00			1 500,00		
						07/0602010199		100,00	100,00				100,00			100,00		
						07/020115		12 000,00	12 000,00				12 000,00			12 000,00		
						07/020120		1 500,00	1 500,00				1 500,00			1 500,00		

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

Plano de Atividades



FUNÇÃO	PROJEÇÃO		DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO FUNDAMENTAL	NORMA DE REGULAÇÃO	PONTO DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATA		FASE DE EXECUÇÃO	MANEJO	2013		ANOS SEQUENTES			TOTAL PREVISTO	
	ORÇ.	ANEXO				INDIC.	INDIC.	INDIC.		INDIC.	INDIC.			2014	2015	2016	2017	2018		2019
2.5.2.	3313	2016	12	Jogos da comunidade	O	DISE								10 000,00	10 000,00				10 000,00	
				07/020115											1 500,00	1 500,00				1 500,00
				07/020121											100,00	100,00				100,00
				07/020201											1 800,00	1 800,00				1 800,00
				07/020208											100,00	100,00				100,00
				07/020212											5 000,00	5 000,00				5 000,00
				07/020217											100,00	100,00				100,00
				07/020220											100,00	100,00				100,00
				07/020222											1 000,00	1 000,00				1 000,00
				07/020225											100,00	100,00				100,00
2.5.2	3314	2016	13	Mini olimpíadas	O	DISE								1 000,00	1 000,00				1 000,00	
				07/020115											500,00	500,00				500,00
				07/020121											300,00	300,00				300,00
				07/020212											150,00	150,00				150,00
				07/020225											50,00	50,00				50,00
2.5.2	3315	2016	14	Guimarães Legens	O	DISE								1 000,00	1 000,00				1 000,00	
				07/020115											500,00	500,00				500,00
				07/020225											250,00	250,00				250,00
				07/06020305											20 000,00	20 000,00				20 000,00
2.5.2	3316	2016	15	Estafeta da amizade	O	DISE								20 000,00	20 000,00				20 000,00	
				07/020210											1 400,00	1 400,00				1 400,00
				07/020217											800,00	800,00				800,00
				07/020218											3 500,00	3 500,00				3 500,00
				07/020220											12 500,00	12 500,00				12 500,00
				07/020225											1 800,00	1 800,00				1 800,00
2.5.2	3319	2017	6	Outros eventos e atividades desportivas	O	DISE								42 000,00	42 000,00				42 000,00	
				07/020015											200,00	200,00				200,00
				07/020120											100,00	100,00				100,00
				07/020208											100,00	100,00				100,00
				07/020210											15 000,00	15 000,00				15 000,00
				07/020212											100,00	100,00				100,00
				07/020217											100,00	100,00				100,00
				07/020218											6 000,00	6 000,00				6 000,00
				07/020220											2 400,00	2 400,00				2 400,00
				07/020222											100,00	100,00				100,00
				07/020225											17 900,00	17 900,00				17 900,00
2.5.2	3320	2018	3	Berço Urban Race	O	DISE								15 000,00	15 000,00				15 000,00	
				07/020115											15 000,00	15 000,00				15 000,00
				07/020121											3 500,00	3 500,00				3 500,00
				07/020208											1 000,00	1 000,00				1 000,00
				07/020220											2 000,00	2 000,00				2 000,00
				07/020225											5 000,00	5 000,00				5 000,00
				07/06020305											1 500,00	1 500,00				1 500,00
2.5.2	3321	2018	12	Taça do Mundo de Ginástica Artística	O	DISE								20 000,00	20 000,00				20 000,00	
				07/020210											1 400,00	1 400,00				1 400,00
				07/020217											800,00	800,00				800,00
				07/020218											3 500,00	3 500,00				3 500,00
				07/020220											12 500,00	12 500,00				12 500,00
				07/020225											1 800,00	1 800,00				1 800,00
2.5.2.	34	2014	22	Tempo Livre - Contrato Programa - Gestão de instalações desportivas	O	DISE								948 000,00	948 000,00				948 000,00	
2.5.2.	52	2018	4	Manutenção e conservação dos parques infantis em espaços públicos	O	DISE								5 000,00	5 000,00				5 000,00	
				07/020121											100,00	100,00				100,00
				07/020203											4 900,00	4 900,00				4 900,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano de Atividades



MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

FUNÇÃO	OBJETIVO	ANO	ORÇ. ANO	ORÇ. ANO	ORÇ. ANO	RESCREÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NOME DA REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	FASE DE EXECUÇÃO	MATERIAL	DESPESAS			TOTAL PREVISTO			
									REALIZADO						2015				ANOS SEQUENTES		
									AC	PA	FE				TOTAL	DEFINIDA	2016		2017	2018	
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS																					
3.2. INDUSTRIA E ENERGIA																					
3.2.1. INDUSTRIA																					
3.2.1.01	2006	67				Promoção de novas áreas industriais											880 000,00				
3.2.1.06	2006	68				Incentivo à instalação de indústrias inovadoras; protocolos CMG/Avepark/Empresas/ FINICIA											40 000,00				
							01.03/020204	O	ADM								40 000,00				
3.2.1.08	2011	17				Promoção da regeneração urbana											15 000,00				
							01.03/06020305	O	DCH								25 000,00				
							04/020220										40 000,00				
3.3. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																					
3.3.1. TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																					
3.3.1.1. REDE VIÁRIA URBANA E RURAL																					
3.3.1.1.80	2018	7				Desenvolvimento da rotunda de Silveiras de acesso à A11 - EP											255 000,00				
3.3.1.1.81	2018	8				Requalificação da EN105 - Protocolo com IP											255 000,00				
							01.03/08010102	O	ADM								255 000,00				
								O	ADM								255 000,00				
3.4. COMÉRCIO E TURISMO																					
3.4.2. TURISMO																					
3.4.2.19	2016	7				Ações de promoção de Guimarães											585 000,00				
							09/020115	O	DT								585 000,00				
							09/020203										30 000,00				
							09/020208										20 000,00				
							09/020210										500,00				
							09/020213										500,00				
							09/020217										500,00				
							09/020220										500,00				
							09/020225										7 000,00				
3.4.2.20	2016	8				Material promocional											500,00				
							09/020115	O	DT								70 000,00				
							09/020121										60 000,00				
							09/020217										500,00				
							09/020220										500,00				
							09/020225										8 500,00				
3.4.2.21	2019	11				Atividades do Turismo											500,00				
							09/020115	O	DT								30 000,00				
							09/020121										1 000,00				
							09/020217										500,00				
							09/020220										500,00				
							09/020225										25 000,00				
3.4.2.22	2019	12				Ações de Comunicação											3 000,00				
							09/020217	O	DT								70 000,00				
							09/020220										45 000,00				
3.4.2.23	2019	13				Movijovem (protocolo)											25 000,00				
3.4.2.24	2019	14				Contrato Programa com a Taipas Turtermas											20 000,00				
3.4.2.25	2019	15				Contrato Programa com a Turipenha											340 000,00				
							09/05010102	O	DT								25 000,00				
							09/05010102	O	DT								25 000,00				

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

Plano de Atividades



NACIONAL	OBJ./FMS.	PROJETO/Atividade		RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	REALIZADO	TIPO DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATA		FASE DE EXECUÇÃO	RUBRICO	2013			ANOS SEQUINTE			TOTAL PREVISTO								
		CDD.	ANO			MUN.	RE.	A.A.		P.C.	INICIO			FIM	TOTAL	DEFINIDA	NÃO REALIZADO	2010	2011		2012							
																						€	€	€				
4.3.	02	2013	4	Plataforma das Artes	0				ADM						65 000,00				65 000,00									
4.3.	03	2013	5	Casa da Memória	0				ADM						2 500,00				2 500,00									
4.3.	04	2013	6	Instituto de Design	0				ADM						12 500,00				12 500,00									
4.3.	05	2013	7	Centro de Ciência Viva	0				DISE						50 000,00				50 000,00									
4.3.	06	2013	8	Centro de Formação Pós Graduada	0	07/020220			ADM						65 000,00				65 000,00									
4.3.	07	2013	9	Laboratório da Paisagem	0	07/020225			ADM						2 500,00				2 500,00									
4.3.	08	2019	16	Candidatura da zona de Crous a Património Mundial	0	07/06020305			ADM						50 000,00				50 000,00									
Total do Plano															24 037 070,00				24 037 070,00									24 037 070,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
 Em 31 de Outubro de 2018
[Handwritten signatures]

ÓRGÃO DELIBERATIVO
 Em 27 de novembro de 2018
[Handwritten signature]

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

1.

A
P
L
S



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



Quadro Plurianual de Programação Orçamental

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Orçamentos e as Grandes Opções do Plano enquadram-se num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) e devem ter em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao orçamento do Estado.

Nos termos do n.º 1 do artigo 44º da citada norma, o Órgão Executivo apresenta ao Órgão Deliberativo uma proposta de QPPO, em simultâneo com a proposta de Orçamento Municipal, em articulação com as Grandes Opções do Plano.

O QPPO delimita, numa base móvel, para os quatro exercícios seguintes, os limites para a despesa e as projeções da receita discriminada entre as provenientes do OE e as cobradas pelo Município, sendo os referidos limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício do orçamento e indicativos para os restantes, pelo que deve ser atualizado anualmente.

Porém, o artigo 47º da mesma Lei determina que o QPPO deve ser regulado por Decreto-Lei a aprovar até 120 dias após a sua publicação, ou seja, até janeiro de 2014.

Ora, tendo em conta que tal regulamentação ainda não foi publicada, e considerando:

- Que a falta de normativo legal regulamentador dos artigos 41º e 44º não permite conhecer exatamente o modo de cumprimento dos requisitos legais ali previstos;
- Que não são conhecidas as projeções macroeconómicas que servem de base ao OE, condição indispensável à correta elaboração de um QPPO, nos termos da Lei.

Proponho que os montantes apresentados no QPPO, não sejam considerados vinculativos, face à aludida falta de regulamentação e ao desconhecimento das projeções macroeconómicas que servem de base ao OE.

Refira-se, por último, que a posição vertida na presente proposta é corroborada pela Associação nacional de Municípios Portugueses mas contraditada pela Direção Geral das Autarquias Locais que, contudo, não sustenta esta posição nem oferece qualquer alternativa ao que ora se propõe.

Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2019-2022

Rubrica	2019	2020	2021	2022
Total da receita	105.498.852,00€	107.608.829,00€	109.761.006,00€	111.956.226,00€
Total da despesa	105.498.852,00€	107.608.829,00€	109.761.006,00€	111.956.226,00€

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

1. 



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES

1.
Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

**REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
ANO 2019**



REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
ANO 2019

CAPÍTULO I
ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS

Artigo 1º

Objeto

1. O presente regulamento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município de Guimarães (MG) no ano de 2019, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.
2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução do orçamento municipal, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 2º

Execução orçamental

1. O Presidente da Câmara e os Vereadores, baseados em critérios de economia, eficácia, eficiência e serviço público, tomam as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.
2. A execução dos documentos previsionais norteia-se pelos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria, pelo que a assunção das despesas deve ser justificada quanto à sua necessidade, utilidade e oportunidade e em obediência à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).
3. As dotações orçamentais são afetadas, em primeira instância, aos compromissos e às dívidas transitadas do ano anterior.
4. É da responsabilidade de cada unidade orgânica a cobertura orçamental de todos os compromissos transitados não executados.

Artigo 3º

Modificações orçamentais

1. As alterações orçamentais são instrumentos de correção e reafetação de verbas alocadas às diferentes unidades orgânicas/projetos, no cumprimento do disposto no nº 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
2. São proibidas as alterações orçamentais que impliquem anulação em dotações de projetos com financiamento alheio e a reafetação de dotações de projetos/ações com financiamento alheio a outros projetos/ações.
3. Não deve ser feita a anulação em dotações orçamentais de capital para reforço de despesa corrente, ficando sujeita a prévia avaliação do equilíbrio corrente.
4. As alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) visam conformar este instrumento ao perfil temporal e de valor dos investimentos não substituindo os requisitos legais de repartição de encargos e de autorização de compromissos plurianuais, sendo da responsabilidade de cada unidade orgânica assegurar estes procedimentos, preferencialmente antes de solicitar a alteração orçamental que os deve retratar.



5. Todas as modificações orçamentais devem ser submetidas ao Presidente da Câmara ou ao Vereador responsável antes de serem encaminhadas para a Divisão de Contabilidade e Tesouraria (DCT).
6. O Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada em matéria financeira aprova a alteração orçamental.

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e pela emissão das faturas/guias de receita.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviados pelos fornecedores diretamente para a DCT, via postal ou para o endereço eletrónico fatura@cm-guimaraes.pt. Quando forem indevidamente recebidas faturas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a DCT, no prazo máximo de 2 dias úteis após a sua receção.
3. As faturas deverão ser devidamente conferidas pelos serviços respetivos e remetidas ao Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico (DFDE) no prazo máximo de 5 dias após a sua receção. Na impossibilidade de conferência, o serviço requisitante deverá, de igual forma, remeter o documento ao DFDE com a correspondente justificação.
4. As medições de trabalhos executados no âmbito das empreitadas de obras públicas devem ser enviadas à DCT até ao 10º dia do mês imediatamente seguinte aquele a que respeitam.

Artigo 5.º

Contabilidade analítica

1. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da contabilidade analítica, constam das Instruções de Trabalho aprovadas (ITs).
2. A execução orçamental deverá estar refletida por centros de responsabilidade de forma a permitir:
 - a) Apurar custos diretos e indiretos da mesma;
 - b) Analisar na ótica económica e com isso determinar os custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços;
 - c) Obter a demonstração de resultados por funções e por atividades.

Artigo 6.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal e do Regulamento Interno de Gestão dos Bens Móveis.

Artigo 7.º

Gestão de stocks

1. O aprovisionamento de bens e serviços comuns à generalidade dos serviços municipais é coordenado e gerido pela Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos (DCPGF).
2. Ao responsável pelo armazém, cabe o controlo dos produtos armazenados e a sua movimentação. Os bens em armazém apenas poderão ser entregues, rececionados, requisitados e disponibilizados no correspondente armazém.
3. O adequado funcionamento deste sistema pressupõe uma correta definição e acompanhamento dos níveis de stock mínimo e de segurança. Quando se trate de bens com especificações técnicas, os serviços requisitantes enviam as características e determinam quais as quantidades mínimas que deverão existir em armazém.



4. A saída de bens do armazém, deve ser formalizada com a emissão da Requisição Interna (RQI) pelo serviço requisitante através da respetiva ficha de atividade\folha de obra, caso se verifique, associado sempre ao respetivo centro de custo.
5. Até ao dia 30 do mês de setembro, o responsável pelo armazém deve reavaliar os artigos em stock que apresentem as seguintes características:
 - a) Danificados, fora de validade ou obsoletos;
 - b) Sem movimento em armazém;
 - c) Sem possibilidade de venda;
 - d) Sem interesse confirmado em transferência para outro armazém.
6. A proposta de abate deve indicar a designação e código do artigo, quantidade, preço unitário e valor global da existência, motivo para o abate e sugestão de destino final.
7. A proposta de abate carece de validação do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém e do respetivo vereador.
8. As propostas de abate aprovadas pelo Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação, serão comunicadas ao responsável pelo armazém para encaminhamento do artigo para o destino final;

Artigo 8.º

Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

1. A DCPGF, através do Serviço de Gestão e Financiamentos (SGF), é o serviço municipal responsável:
 - a) pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários;
 - b) pela apresentação dos pedidos de pagamento e enquadramento das despesas na candidatura aprovada, em conformidade com as obrigações do beneficiário, nos termos dos regulamentos aplicáveis.
2. Compete aos serviços municipais responsáveis pela execução física e financeira dos projetos com financiamento alheio:
 - a) Assegurar que toda a despesa associada a estes projetos seja requisitada, dando lugar a procedimentos legais em matéria de contratação pública, concorrência, igualdade de oportunidade, ambiente, mercados públicos e publicidade;
 - b) Enviar à DCPGF todas as requisições e faturas das operações/projetos e ações financiados, para esta divisão proceder à submissão dos pedidos de pagamento;
 - c) Enviar à DCPGF, mensalmente, um relatório de execução das operações/projetos e ações, que deve incluir a especificação dos valores executados, com a identificação da operação, ação do plano, valor da despesa executada e previsão de despesa para os meses seguintes, conforme anexo a definir pela DCPGF e justificação qualitativa da situação.
 - d) Enviar à DCPGF, toda a informação relativa a qualquer candidatura a financiamento alheio, de forma a permitir um cabal acompanhamento por aquela divisão e o cumprimento dos requisitos dispostos nos contratos de financiamento.
3. Compete à DCPGF promover a submissão das candidaturas, pedidos de pagamento, relatórios anuais e finais sempre com o contributo dos serviços municipais executores das operações/projetos e ações.

CAPÍTULO II

RECEITA

Artigo 9º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

Na execução do orçamento da receita devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, nomeadamente:



- a) Nenhuma receita pode ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento, conforme disposto no ponto 2.3.4.2 alínea a) e b) do POCAL.
- b) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
- c) A arrecadação de receitas é efetuada com base na legislação e regulamentos em vigor.
- d) No momento da liquidação ou arrecadação da receita, os serviços verificam os normativos legais e regulamentares de suporte e solicitam aos utentes (clientes/particulares ou empresas) a apresentação do respetivo número de identificação fiscal.
- e) A alienação de bens imóveis do domínio privado municipal é da competência do Órgão Deliberativo para imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida) e do Órgão Executivo para imóveis de valor igual ou inferior a 1000 vezes a RMMG, nos termos do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 25º e da alínea g) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- f) Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao Presidente da Câmara.

Artigo 10.º

Entrega de receitas cobradas

1. A entrega de receitas cobradas por responsáveis de caixa dá entrada na Tesouraria da Câmara Municipal no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. A entrega de receitas cobradas por serviços externos é feita no dia útil seguinte ao da cobrança, mediante guias de receita/faturas a emitir pelo responsável do serviço a que as mesmas digam respeito.
3. As receitas cobradas nos serviços externos, onde não seja viável a entrega diária, desde que os montantes sejam inferiores a €50, serão entregues na Tesouraria da Câmara Municipal, com periodicidade semanal ou mensal.
4. A entrega da receita na Tesouraria deve ser acompanhada pela guia resumo referente às cobranças e pelas guias de receita/faturas que lhe deram origem.

Artigo 11.º

Valores recebidos pelo correio

1. Todos os valores recebidos pelo correio, em cheque ou vale postal, são registados pela DCT – Serviço Contabilidade e entregues, no próprio dia, na Tesouraria.
A DCT envia a cópia ao serviço responsável para emissão da correspondente fatura/guia de receita.
Este procedimento deverá ocorrer nas 24 horas subsequentes.
2. O serviço responsável após emissão da fatura/guia de receita comunica à Tesouraria o número do documento correspondente.

Artigo 12.º

Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático

1. Os terminais de pagamento automático (TPAs) existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da Autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos respetivos TPAs, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.



Artigo 13.º

Valores creditados em conta bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Vereador responsável pela área financeira e do Presidente da Câmara.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

Artigo 14º

Estorno, anulação e restituição de receitas

1. Os estornos/anulações de guias de recebimento/faturas devem ser feitos mediante informação dos serviços responsáveis, devidamente fundamentada e autorizada pelo respetivo Vereador e pelo Presidente da Câmara.
2. As restituições de receitas devem ser efetuadas mediante informação dos serviços responsáveis, devidamente fundamentada e autorizada pelo respetivo Vereador e pelo Presidente da Câmara.
3. Para o efeito dos nº1 e 2 deverá ser utilizado o modelo nº600 SQ1.

Artigo 15º

Pagamento em prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações devem ser formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. Depois de devidamente autorizados, os planos de pagamentos em prestações são calculados pela unidade orgânica responsável por essa receita e obrigatoriamente objeto de registo na aplicação informática contabilístico-financeira.
3. O previsto nos números anteriores não se aplica aos pedidos de pagamento em prestações no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais seguem as normas próprias previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária.

Artigo 16.º

Cauções

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigação, dão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.
2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal, entre outros, deverão, após verificação da conformidade, remeter o original à DCT-Serviço de Contabilidade ficando com uma cópia no processo administrativo.
3. Cabe à DCT – Serviço de Contabilidade registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
4. As garantias referidas ficam à guarda da Tesouraria.
5. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis, ou os serviços destinatários dos contratos, no caso de contratação pública, devem enviar à DCT-Serviço de Contabilidade com a antecedência mínima de 10 dias do fim do prazo decorrente da lei, informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.



6. Sempre que a devolução da caução à entidade bancária/seguradora obrigue à devolução do documento original, terá de ser assegurada cópia autenticada para constar no processo administrativo.
7. A libertação de cauções efetuadas terá de ser comunicada à DCT, através de cópia do ofício remetido à entidade bancária, para efeitos de arquivamento do processo administrativo.

CAPÍTULO III DESPESA

Artigo 17.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, na LCPA, e, ainda, as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do referido Decreto- Lei nº 127/2012.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado, previamente à realização da despesa, no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis, caso a lei assim o obrigue.
4. As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento.
5. O credor pode requerer o pagamento dos encargos, no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito.
6. Os serviços, no prazo improrrogável definido no ponto anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
7. Para as adjudicações realizadas dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, nos termos da alínea c) do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, as declarações aí referidas são solicitadas pelas unidades orgânicas promotoras da despesa à DCT que, após confirmação da dotação prevista nos documentos previsionais do ano seguinte, emite a declaração, que é autorizada pelo responsável político com competência em matéria financeira.
8. Os processos de despesa não pagos até ao final do ano transato são automaticamente cabimentados e comprometidos no ano seguinte, até à concorrência da dotação disponível, sem ser necessária a revalidação da autorização da despesa por parte do serviço responsável.
9. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimento (PPI), com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
10. O pagamento das despesas está condicionado à confirmação pelos serviços responsáveis do cumprimento das condições contratualmente assumidas.
11. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano, em prazo exequível, fica o Departamento Financeiro (DF) autorizado a definir uma data limite para a receção das faturas nos serviços competentes do DF.



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '1.' and several illegible signatures.

Artigo 18º

Despesas com pessoal

1. As despesas relativas a remunerações dos trabalhadores são processadas pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. As remunerações dos trabalhadores são pagas no dia 20 de cada mês, ou no dia útil anterior.
3. Até ao terceiro dia útil anterior ao dia 20 de cada mês (ou dia útil anterior), e após o processamento definitivo, é extraída uma listagem e um ficheiro "Banco" que são enviados para a DCT a quem compete assegurar os subseqüentes procedimentos de pagamento.
4. Após o processamento dos vencimentos, imprime-se a folha de vencimentos "D5", que contém o detalhe das remunerações e descontos de cada trabalhador. São impressas também listagens dos descontos efetuados para penhoras, pensão de alimentos, seguros e sindicatos. As listagens referidas são enviadas, até ao dia 23, sendo dia útil, para DCT-Contabilidade.
5. Entre os dias 20 e 26 de cada mês, após o processamento de vencimentos, é impressa a listagem dos descontos para a ADSE e remetida à DCT, que efetua a entrega dos respetivos descontos até ao final do mês.
6. Entre o dia um e o dia dez do mês seguinte são gerados e enviados os ficheiros para as seguintes entidades: CGA – Caixa Geral de Aposentações, CRSS – Centro Regional de Segurança Social, DMR/AT – Declaração Mensal de Remunerações, para a Autoridade Tributária e STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional.
7. As irregularidades verificadas no processamento e/ou pagamento das remunerações são repostas, em regra, no vencimento do mês seguinte ao da sua deteção.

Artigo 19º

Reposição de remunerações e abonos indevidamente recebidos

1. As reposições ao Município de quantias indevidamente pagas a trabalhadores podem ser efetuadas por um dos seguintes procedimentos:
 - a) Por pagamento voluntário através de guia de reposição abatida nos pagamentos/guia de recebimento;
 - b) Por compensação no vencimento, em valor que não exceda 1/6 da remuneração;
 - c) Por compensação no vencimento, a requerimento do trabalhador.
2. As reposições devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias contados da receção da respetiva comunicação pelos serviços.
3. A reposição pode ser efetuada em prestações mensais por compensação ou por guia de reposição abatida nos pagamentos, mediante requerimento fundamentado do interessado e autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal, desde que o prazo de entrega não exceda o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
4. Em casos especiais, pode ser autorizado que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor.
5. Não pode ser autorizada a reposição em prestações quando os interessados tiveram conhecimento, no momento em que receberam as quantias em causa, de que esse recebimento era indevido.

Artigo 20.º

Despesas de deslocação

1. Os trabalhadores da Câmara Municipal de Guimarães têm direito ao pagamento de despesas de transporte, alojamento e ajudas de custo quando deslocados do seu domicílio necessário, por motivo de serviço público, quer no território nacional, quer no estrangeiro, de acordo com as normas e instruções em vigor.



2. Essas despesas assumem a natureza de despesas com pessoal, sendo processadas pela DRH e pagas juntamente com a remuneração mensal.
3. Os trabalhadores podem beneficiar de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações, a pagar juntamente com a remuneração mensal, desde que a deslocação em serviço esteja já autorizada.
4. O adiantamento é pago juntamente com o vencimento mensal seguinte, desde que requerido até ao dia 10.
5. Os trabalhadores que beneficiaram de adiantamento estão obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas no prazo de cinco dias úteis contados da data do seu regresso ao serviço.
6. Se, dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues na DRH, esta procede à compensação no vencimento do mês seguinte.
7. As ajudas de custo e o transporte são pagos de acordo com as tabelas em vigor.
8. Por opção do interessado, o pagamento da percentagem de ajudas de custo relativas a alojamento (50%) pode ser substituído pelo reembolso da despesa efetuada com o alojamento em estabelecimento hoteleiro até 3 estrelas ou equivalente, até ao limite de €50, caso em que o documento de despesa deve ser emitido em nome do trabalhador.
9. Nas deslocações ao estrangeiro, pode ser autorizado o alojamento em estabelecimento superior a 3 estrelas, caso se trate de países em que os estabelecimentos hoteleiros de 3 estrelas não apresentem condições mínimas de funcionamento, designadamente por razões de segurança ou outras.
10. Podem ainda ser pagas, desde que previamente previstas na autorização da deslocação, as despesas comprovadamente realizadas com parques de estacionamento, táxis ou transportes públicos urbanos.
11. A utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço só pode ser autorizada a título excepcional e em caso de comprovado interesse do serviço, quando, esgotadas as possibilidades de utilização económica das viaturas do serviço, ponderado o interesse do serviço numa perspetiva económico-funcional mais rentável e o atraso no transporte implique grave inconveniente para o serviço.

Artigo 21º

Casos excecionais de representação







1. São considerados casos excecionais de representação aqueles em que há lugar à representação do Município de Guimarães em congressos e missões, bem como em feiras ou outros certames internacionais.
2. Os casos excecionais de representação estão sujeitos a autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal, podendo os encargos com alojamento e alimentação ser satisfeitos contra reembolso, mediante apresentação dos respetivos comprovativos.
3. Nos casos especiais de representação em território nacional não há lugar ao pagamento de ajudas de custo.

Artigo 22º

Cativações

1. Por indicação do Presidente da Câmara, podem ser cativadas, em qualquer momento, dotações ao orçamento disponível, em qualquer uma das rubricas que compõem o orçamento, com exceção das de pessoal, excluindo horas extraordinárias e ajudas de custo, e de serviço da dívida.
2. Compete ao Presidente da Câmara autorizar a descativação de alguma das verbas abrangidas pelo disposto no número anterior.



1. 






Artigo 23º

Suspensão da aquisição de bens e serviços

1. Ficam suspensas quaisquer aquisições de bens e serviços a partir do dia 31 de outubro e até ao final do mesmo ano.
2. Se, a partir de 31 de outubro, existirem aquisições de bens e serviços consideradas imprevisíveis e indispensáveis ao normal funcionamento do Município, terão estas de ser obrigatoriamente fundamentadas pelo dirigente do serviço proponente e submetidas a aprovação conjunta do Vereador respetivo, do Vereador responsável pela área financeira e do Presidente da Câmara.

Artigo 24º

Compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, consideram-se autorizados pela Assembleia Municipal, de forma prévia genérica, a assunção de compromissos plurianuais que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano.
2. Exceção de disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa, conforme disposto no nº 2 do artigo 12º do referido Decreto-Lei.
3. Consideram-se também autorizados pela Assembleia Municipal os compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, referidas no artigo seguinte.
4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente, para conhecimento deste órgão deliberativo, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
5. O Presidente da Câmara tem competência para autorizar despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem €99.759,58, nos termos do nº 3, do artigo 6º da LCPA, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março e da deliberação de Câmara de 19 de outubro de 2017.

Artigo 25º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior

Ao abrigo da alínea a), nº 3, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2018, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2019, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento para 2019, que ocorre nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26º

Autorizações assumidas

Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no referido Decreto-Lei nº 127/2012, e outros requisitos legais, as seguintes despesas:

- a) Os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria;
- b) Retenções aos montantes da participação dos Municípios nos impostos do Estado (Fundos Municipais);
- c) Contribuições, impostos e emolumentos devidos pelo Município;
- d) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos trabalhadores do Município e aos Eleitos em regime de permanência, bem como senhas de presença a pagar aos demais Eleitos, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal;
- e) Juros de mora;



- f) Serviços bancários diversos;
- g) Rendas (contratos antigos).

Artigo 27º

Contratação excluída

Os procedimentos necessários para a formação dos contratos abrangidos pela contratação excluída, identificados no Código dos Contratos Públicos (CCP) são da responsabilidade das respetivas unidades orgânicas, a quem compete desenvolver toda a tramitação.

Artigo 28º

Gestão de contratos

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão da execução dos respetivos contratos.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada serviço deve nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos, nomeadamente:
 - a) Assegurar a avaliação de fornecedores nos termos aprovados no Sistema de Gestão de Qualidade em vigor;
 - b) Manter evidências de acompanhamento material e financeiro dos contratos, com recurso a uma ficha de contrato.
3. A execução de contratos em desrespeito dos termos contratuais (por exemplo: limites temporais ou financeiros) é da exclusiva responsabilidade dos serviços municipais e respetivos responsáveis hierárquicos.
4. Os factos comprovativos do desrespeito referido no número anterior devem ser comunicados pelo gestor do contrato, com a indicação, fundamentada, de medidas corretivas que se revelem adequadas, aos responsáveis hierárquicos desses mesmos serviços que a reencaminha à Divisão Jurídica (DJ) para apuramento de eventuais responsabilidades.
5. Cada serviço municipal deve manter atualizada a designação dos seus gestores de contrato e gestores do Plano Anual de Contratação (PAC).
6. O dirigente funcional máximo da unidade orgânica assume a função de gestor do contrato e de gestor PAC enquanto não designar um colaborador para esse efeito ou seu substituto, na ausência do primeiro.
7. O gestor do contrato será identificado no contrato, em cumprimento do disposto no art.º 96.º n.º 1 alínea i) do CCP.
8. O incumprimento contratual deve ser comunicado à DJ, pelos dirigentes dos serviços responsáveis pela execução dos contratos, para que esses serviços proponham a decisão sobre a aplicabilidade, e dimensão da penalidade, à entidade que decidiu contratar o contrato em causa, competente também para aplicar penalidades nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP, em conjugação com o CPA.
9. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à DJ para assegurar a competente análise e tramitação adequada.
10. O disposto no presente artigo aplica-se, também, à execução dos contratos excluídos ou de contratação excluída.

Artigo 29º

Fundos de manei

1. Em caso de reconhecida necessidade, poderá ser autorizada pela Câmara Municipal a constituição de fundos de manei, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

1.



2. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneiio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, que deverá ter caráter mensal com o inerente registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
3. A competência para o pagamento de despesas por conta do Fundo de Maneio é da responsabilidade do seu titular.
4. O Fundo de Maneio será saldado até ao penúltimo dia útil do mês de dezembro de cada ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
5. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.
6. Tratando-se de despesas com alimentação, devem os titulares do fundo de maneiio identificar, no documento, os participantes que, sendo colaboradores, deverão conter o respetivo nº mecanográfico, bem como o fim visado e o interesse público subjacente à sua realização que justifique a despesa a título de representação dos serviços.
7. Sempre que os documentos do fundo de maneiio respeitem ao pagamento de despesas efetuadas no âmbito de projetos com financiamento comunitário ou projetos participados, o serviço responsável deve identificar no documento o projeto objeto de candidatura.
8. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de Fundo de Maneio.

Artigo 30º

Prazos para apresentação das despesas e reconstituição dos fundos de maneiio

1. Os documentos originais das despesas efetuadas pelo fundo de maneiio, deverão ser remetidos à DCT, até ao 2º dia útil do mês seguinte àquele a que respeita.
2. Todos os documentos devem estar conferidos e assinados pelo responsável do fundo de maneiio, e conter a justificação para a realização da despesa.
3. Os documentos justificativos das despesas terão de respeitar os requisitos fiscais, nomeadamente, o nome, a morada e o número de identificação fiscal (NIF) do Município de Guimarães.
4. Na reconstituição do fundo de maneiio não são aceites despesas com data anterior à constituição do mesmo, ou com data anterior à última reposição.
5. A reposição periódica do fundo de maneiio não pode ser superior ao fundo de maneiio atribuído.
6. Após a verificação da conformidade da documentação enviada, a contabilidade emite as respetivas ordens de pagamento e assegura o prazo estipulado para a fase da sua reconstituição que deverá ocorrer até ao 5º dia útil, incluindo o pagamento pela DCT.
7. Na posse das ordens de pagamento devidamente autorizadas, a DCT efetua o pagamento ao responsável pelo fundo de maneiio, em numerário ou por transferência bancária.

Artigo 31º

Equipamento e soluções informáticas

1. As necessidades de soluções informáticas (*hardware* e *software*) devem ser encaminhadas para a Divisão de Sistemas de Informação (DSI), de forma clara e fundamentada, a quem compete avaliar as solicitações apresentadas, designadamente, do ponto de vista técnico-financeiro.
2. Os procedimentos de formação de contratos para aquisição de bens e serviços são da responsabilidade da DCPGF, com base nos requisitos técnicos definidos pela DSI.
3. Todo e qualquer projeto informático, validado pela DSI para desenvolvimento, deverá ter associado um valor orçamental estimado de acordo com os respetivos planos de projeto e caderno de encargos detalhados.



Artigo 32º

Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

1. Compete ao Departamento de Administração Geral (DAG) a elaboração de todos os contratos administrativos, com exceção do nº 4 do presente artigo.
2. O outorgante em representação do Município é o Presidente da Câmara, sem prejuízo de delegação de competências nesta matéria.
3. Compete ao DAG a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46º da Lei nº 98/97, de 26 agosto, com as respetivas alterações e demais legislação aplicável, com exceção dos contratos referidos no nº 4 do presente artigo.
4. Os contratos de empréstimos bancários são de responsabilidade e competência do Departamento Financeiro.

Artigo 33.º

Protocolos, Acordos, Parcerias, Contratos-programa e outros instrumentos contratuais

1. Os Protocolos, Acordos, Parcerias, Contratos-programa e outros instrumentos contratuais que venham a ser submetidos a aprovação do Executivo Municipal, e que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer do DFDE para efeitos de condições de pagamento.

Artigo 34.º

Seguros

1. Cabe à Divisão de Património Municipal (DPM) desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros dos bens móveis, imóveis, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e de responsabilidade civil do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela divisão as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Quanto aos restantes seguros, os procedimentos serão da responsabilidade dos serviços requisitantes que enviam RQI e respetivo caderno de encargos à DCPGF, com antecedência mínima em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
4. A gestão dos seguros é da responsabilidade da DPM, exceto os seguros de frota automóvel que são da responsabilidade da Divisão de Mobilidade e Transportes (DMT), os seguros de acidentes de trabalho da responsabilidade do Departamento de Recurso Humanos (DRH) e os seguros previstos no nº3 da responsabilidade do serviço requisitante.

**CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 35º

Sistema Nacional de Contabilidade – Administração Pública (SNC-AP)

Em conformidade com a Circular emitida pela Direção Geral das Autarquias Locais, o Orçamento Municipal de 2019 é elaborado em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2019 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

1.
[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Artigo 36º

Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do Orçamento e na aplicação do seu Regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada em matéria financeira.

1.
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled signature and several arrows pointing to the right and down.]



Índice

CAPÍTULO I ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS.....	1
Artigo 1.º Objeto.....	1
Artigo 2.º Execução orçamental	1
Artigo 3.º Modificações orçamentais	1
Artigo 4.º Registo contabilístico	2
Artigo 5.º Contabilidade analítica.....	2
Artigo 6.º Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia	2
Artigo 7.º Gestão de stocks	2
CAPÍTULO II RECEITA.....	3
Artigo 9.º Princípios gerais para a arrecadação de receitas	3
Artigo 10.º Entrega de receitas cobradas	4
Artigo 11.º Valores recebidos pelo correio	4
Artigo 12.º Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático	4
Artigo 13.º Valores creditados em conta bancária.....	5
Artigo 14.º Estorno, anulação e restituição de receitas	5
Artigo 15.º Pagamento em prestações.....	5
Artigo 16.º Cauções	5
CAPÍTULO III DESPESA.....	6
Artigo 17.º Princípios gerais para a realização da despesa	6
Artigo 18.º Despesas com pessoal.....	7
Artigo 19.º Reposição de remunerações e abonos indevidamente recebidos	7
Artigo 20.º Despesas de deslocação.....	7
Artigo 21.º Casos excecionais de representação.....	8
Artigo 22.º Cativações	8
Artigo 23.º Suspensão da aquisição de bens e serviços	9
Artigo 24.º Compromissos plurianuais	9
Artigo 26.º Autorizações assumidas	9
Artigo 27.º Contratação excluída.....	10
Artigo 28.º Gestão de contratos.....	10
Artigo 29.º Fundos de maneiio	10
Artigo 30.º Prazos para apresentação das despesas e reconstituição dos fundos de maneiio .	11
Artigo 31.º Equipamento e soluções informáticas	11



Artigo 32º Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos.....	12
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Artigo 35º Sistema Nacional de Contabilidade – Administração Pública (SNC-AP).....	12
Artigo 36º Dúvidas sobre a execução do orçamento	13

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and various scribbles.

RESUMO DO ORÇAMENTO

Receitas	Montante	Despesas	Montante
Correntes	81 760 616,00	Correntes	64 524 408,00
Capital	23 738 236,00	Capital	40 974 444,00
Total	105 498 852,00	Total	105 498 852,00

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 31 de outubro de 2018
Américo Mendes

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de novembro de 2018
[Signature]



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Receitas			Despesas		
	Valor	%		Valor	%
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Impostos diretos			Pessoal	26 785 358,00	25,4
Imposto municipal sobre imóveis	19 195 660,00	18,2	Aquisição de bens e serviços		
Imposto único de circulação	3 664 000,00	3,5	Bens	6 558 283,00	6,2
Impostos abolidos	3 830,00	0,0	Serviços	20 064 750,00	19,0
Imposto municipal s/ transmissões oneros:	5 734 815,00	5,4	Encargos da dívida	218 104,00	0,2
Derrama	3 610 000,00	3,4	Transferências correntes		
Impostos indiretos	1 886 970,00	1,8	Freguesias	975 503,00	0,9
Taxas multas outras penalidades	2 481 351,00	2,4	Outras	2 871 729,00	2,7
Rendimentos propriedade	7 076 044,00	6,7	Subsídios	5 318 657,00	5,0
Transferências correntes			Outras despesas correntes	1 732 024,00	1,6
Orçamento do Estado					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	15 497 593,00	14,7			
Fundo Social Municipal	3 421 105,00	3,2			
IRS	4 975 058,00	4,7			
Outras	9 415 253,00	8,9			
Venda bens e prestações de serviços					
Venda bens	93 725,00	0,1			
Serviços	4 064 902,00	3,9			
Rendas	53 265,00	0,1			
Outras receitas correntes	587 045,00	0,6			
Total das Receitas Correntes	81 760 616,00	77,5	Total das Despesas Correntes	64 524 408,00	61,2
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Venda de bens de investimento	78 241,00	0,1	Aquisição de bens de investimento		
Transferências capital			Terrenos	1 128 000,00	1,1
Orçamento do Estado			Habitação	535 000,00	0,5
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 721 955,00	1,6	Outros edifícios	15 421 850,00	14,6
nº3 artº35º da Lei nº 73/2013	1 829 321,00	1,7	Construções diversas	7 936 500,00	7,5
Outras	19 753 414,00	18,7	Equipamento de transporte	333 500,00	0,3
Ativos financeiros			Maquinaria e equipamento	1 913 400,00	1,8
Reembols de empréstimos	14 200,00	0,0	Outros	2 090 100,00	2,0
Outras receitas capital	300 605,00	0,3	Transferências capital		
Reposições não abatidas nos pagamentos	40 500,00	0,0	Juntas de freguesia	2 001 503,00	1,9
			Outras	4 011 199,00	3,8
			Activos financeiros	268 892,00	0,3
			Passivos financeiros		
			Amortização empréstimos	5 332 500,00	5,1
			Outras despesas capital	2 000,00	0,0
Total das Receitas de Capital	23 738 236,00	22,5	Total das Despesas de Capital	40 974 444,00	38,8
Total Geral	105 498 852,00	100,0	Total Geral	105 498 852,00	100,0



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Receita

Código	Designação	Ano de 2019 Montante
01	RECEITAS CORRENTES	81 760 616,00
01.02	IMPOSTOS DIRECTOS	32 208 305,00
	OUTROS	32 208 305,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	19 195 660,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	3 664 000,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL S/TRANSMISSÕES ONEROSAS IMÓVEIS	5 734 815,00
01.02.05	DERRAMA	3 610 000,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	3 830,00
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	3 270,00
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	550,00
01.02.07.03	IMPOSTO MUNICIPAL S/VEÍCULOS	10,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	1 886 970,00
02.02	OUTROS	1 886 970,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1 886 970,00
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	5,00
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	1 107 000,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	426 150,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	142 232,00
02.02.06.07	UTILIZAÇÃO DE REDE VIÁRIA	5,00
02.02.06.08	ARRENDAMENTO URBANO	5,00
02.02.06.99	OUTROS	211 573,00
02.02.06.99.01	TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM	36 000,00
02.02.06.99.02	TAXA DEPÓSITO F. T. HABITAÇÃO	2 450,00
02.02.06.99.99	OUTROS	173 123,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 481 351,00
04.01	TAXAS	1 686 559,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1 686 559,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	215,00
04.01.23.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	1 331 245,00
04.01.23.99	OUTROS	355 099,00
04.01.23.99.01	TAXA DEPÓSITO FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	1 243,00
04.01.23.99.05	TAXA GESTÃO DE RESÍDUOS	18 960,00
04.01.23.99.99	OUTROS	334 896,00
04.01.23.99.99.03	EXECUÇÕES FISCAIS	7 509,00
04.01.23.99.99.99	OUTRAS	327 387,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	794 792,00
04.02.01	JUROS DE MORA	599 942,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	26 200,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	168 420,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	230,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	7 076 044,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	43 350,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	43 350,00
05.03	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	864,00
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	864,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
05.07.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	5,00
05.07.99	OUTRAS	5,00
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1 455,00
05.09.01	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	5,00
05.09.99	OUTROS	1 450,00
05.10	RENDAS	7 030 360,00
05.10.01	TERRENOS	30 360,00
05.10.99	OUTROS	7 000 000,00
05.11	ATIVOS INCORPÓREOS	5,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33 309 009,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
06.01.01	PÚBLICAS	10,00
06.01.01.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	5,00
06.01.01.99	OUTRAS	5,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	33 308 969,00
06.03.01	ESTADO	32 951 768,00
06.03.01.01	FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	15 497 593,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	3 421 105,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	4 975 058,00
06.03.01.99	OUTROS	9 058 012,00
06.03.06	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	357 196,00
06.03.06.01	FEDER	27 516,00
06.03.06.03	FSE	275 319,00



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Receita

Código	Designação	Ano de 2019 Montante
06.03.06.99	OUTROS (UE)	54 361,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00
06.05.01	CONTINENTE	5,00
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	5,00
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5,00
06.08	FAMÍLIAS	5,00
06.08.01	FAMÍLIAS	5,00
06.09	RESTO DO MUNDO	15,00
06.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	5,00
06.09.04	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES-MEMBROS	5,00
06.09.05	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	5,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 211 892,00
07.01	VENDA DE BENS	93 725,00
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	5,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	5,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	5,00
07.01.08	MERCADORIAS	1 890,00
07.01.08.99	OUTROS	1 890,00
07.01.09	MATÉRIAS DE CONSUMO	5,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	5,00
07.01.10.99	OUTROS	5,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	14 605,00
07.01.11.02	OUTROS	14 605,00
07.01.99	OUTROS	77 200,00
07.02	SERVIÇOS	4 064 902,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	77 100,00
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	5,00
07.02.06	REPARAÇÕES	5,00
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	5,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	56 115,00
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	5,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	5,00
07.02.08.02.99	OUTROS	5,00
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	56 100,00
07.02.08.03.99	OUTROS	56 100,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	5,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	3 931 672,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	2 100 000,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLETIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	5 112,00
07.02.09.03.99	OUTROS	5 112,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	39 100,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	58 100,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	340 000,00
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	14 870,00
07.02.09.09	CANÍDEOS	19 490,00
07.02.09.99	OUTROS	1 355 000,00
07.03	RENDAS	53 265,00
07.03.01	HABITAÇÕES	5,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	53 255,00
07.03.99	OUTRAS	5,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	587 045,00
08.01	OUTRAS	587 045,00
08.01.99	OUTRAS	587 045,00
08.01.99.01	INDEMNIZAÇÕES P/DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO BENS PATRIMONIAIS	5,00
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS OU OUTROS EQUIPAMENTOS	530 000,00
08.01.99.04	IVA (INVERSÃO SUJEITO PASSIVO)	3 640,00
08.01.99.99	DIVERSAS	53 400,00
	RECEITAS DE CAPITAL	23 697 736,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	78 241,00
09.01	TERRENOS	77 621,00
09.01.10	FAMÍLIAS	77 621,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	620,00
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	620,00
09.04.02.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	620,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23 304 690,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	23 304 685,00



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Receita

Ano de 2019

Código	Designação	Montante
10.03.01	ESTADO	3 551 276,00
10.03.01.01	FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	1 721 955,00
10.03.01.05	ART.35.º, N.º3 DA LEI N.º 73/2013	1 829 321,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	19 677 330,00
10.03.07.01	FEDER	19 523 135,00
10.03.07.03	FSE	154 195,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	76 079,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00
10.05.01	CONTINENTE	5,00
10.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	5,00
11	ATIVOS FINANCEIROS	14 200,00
11.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	14 200,00
11.06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	14 200,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300 605,00
13.01	OUTRAS	300 605,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	300 000,00
13.01.02	ATIVOS INCORPÓREOS	5,00
13.01.99	OUTRAS	600,00
	OUTRAS RECEITAS	40 500,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	40 500,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	40 500,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	40 500,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS		105 498 852,00

A rubrica 15.01.01 reposições não abatidas nos pagamentos foi dotada com a importância de 40.500,00 euros atendendo ao facto de que a maioria das importâncias são restituídas no ano económico seguinte.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 31 de outubro de 2018

[Handwritten signature]

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de novembro de 2018

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Orgânica	Económica	Designação	Orgânica	Económica
01		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	12 141 538,00	
01.01		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5 840 491,00	
		DESPESAS CORRENTES		239 100,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		217 100,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		217 000,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		217 000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		217 000,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		100,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		100,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22 000,00
	06.02	DIVERSAS		22 000,00
	06.02.03	OUTRAS		22 000,00
	06.02.03.04	SERVIÇOS BANCÁRIOS		22 000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		5 601 391,00
	09	ATIVOS FINANCEIROS		268 891,00
	09.07	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		10 001,00
	09.07.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS		1,00
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		10 000,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		258 890,00
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		258 890,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		5 332 500,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		5 332 500,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		5 332 500,00
01.02		CLASSES INATIVAS	25 000,00	
		DESPESAS CORRENTES		25 000,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		25 000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		25 000,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		25 000,00
01.03		ORGÃOS DA AUTARQUIA	6 138 124,00	
		DESPESAS CORRENTES		2 539 529,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		928 319,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		747 222,00
	01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		253 750,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		4,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		2 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		360 740,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		47 850,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		21 752,00
	01.01.13.01	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		1,00
	01.01.13.02	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		15 226,00
	01.01.13.03	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - ORGÃOS AUTÁRQUICOS		6 525,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		60 124,00
	01.01.14.01	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		1,00
	01.01.14.02	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		60 123,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5 506,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		5 500,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02	OUTROS		1,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		175 591,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		174 086,00
	01.03.05.01	ADSE		1,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		171 585,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		46 241,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		125 344,00
	01.03.05.03	OUTROS		2 500,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09	SEGUROS		1 001,00
	01.03.09.01	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Paulo' and several other initials and marks.



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		914 232,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		21 367,00
	02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		103,00
	02.01.02.01		GASOLINA		1,00
	02.01.02.02		GASÓLEO		1,00
	02.01.02.99		OUTROS		101,00
	02.01.03		MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		1,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		101,00
	02.01.05		ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1,00
	02.01.06		ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		1,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		600,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		150,00
	02.01.09		PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		101,00
	02.01.10		PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		100,00
	02.01.11		MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00
	02.01.12		MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		1,00
	02.01.13		MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		1,00
	02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		1 050,00
	02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		10 000,00
	02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		3,00
	02.01.16.01		ÁGUA		1,00
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		150,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		3 000,00
	02.01.21		OUTROS BENS		6 000,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		892 865,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		150,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		600,00
	02.02.04		LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		15 001,00
	02.02.05		LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		1,00
	02.02.06		LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		5 001,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		101,00
	02.02.10		TRANSPORTES		101,00
	02.02.11		REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1 000,00
	02.02.12		SEGUROS		101,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 100,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		1,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		2 600,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		57 000,00
	02.02.21		UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		1,00
	02.02.22		SERVIÇOS DE SAÚDE		1,00
	02.02.24		ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		800 000,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		10 100,00
	03		JUROS E OUTROS ENCARGOS		1 004,00
	03.04		JUROS TRIBUTÁRIOS		2,00
	03.04.01		INDEMNIZATÓRIOS		1,00
	03.04.02		OUTROS		1,00
	03.05		OUTROS JUROS		1 001,00
	03.05.02		OUTROS		1 001,00
	03.05.02.02		JUROS DE MORA		1 000,00
	03.05.02.99		OUTROS		1,00
	03.06		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1,00
	03.06.01		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		423 615,00
	04.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		2,00
	04.01.01		PÚBLICAS		2,00
	04.01.01.01		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1,00
	04.01.01.02		OUTRAS		1,00
	04.03		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		2,00
	04.03.01		ESTADO		1,00
	04.03.05		SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1,00
	04.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		338 604,00
	04.05.01		CONTINENTE		338 604,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	04.05.01.01		MUNICIPIOS		1,00
	04.05.01.02		FREGUESIAS		21 000,00
	04.05.01.03		SERVIÇOS AUTÓNOMOS ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1,00
	04.05.01.04		ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS		317 601,00
	04.05.01.05		ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIAS		1,00
	04.06		SEGURANÇA SOCIAL		2,00
	04.06.01		SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	04.06.99		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		1,00
	04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		85 000,00
	04.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		85 000,00
	04.08		FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02		OUTRAS		2,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	04.09		RESTO DO MUNDO		3,00
	04.09.01		RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES		1,00
	04.09.02		RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES-MEMBROS		1,00
	04.09.03		RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		1,00
	05		SUBSÍDIOS		4,00
	05.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		3,00
	05.01.01		PÚBLICAS		2,00
	05.01.01.01		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1,00
	05.01.01.02		OUTRAS		1,00
	05.01.03		PRIVADAS		1,00
	05.08		FAMÍLIAS		1,00
	05.08.03		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		272 355,00
	06.02		DIVERSAS		272 355,00
	06.02.01		IMPOSTOS E TAXAS		2 002,00
	06.02.01.01		IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		2 001,00
	06.02.01.01.01		D.C. - TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR		1,00
	06.02.01.01.99		D.C. - OUTRAS		2 000,00
	06.02.01.02		RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADAS		1,00
	06.02.02		ATIVOS INCORPÓREOS		250,00
	06.02.03		OUTRAS		270 103,00
	06.02.03.01		RESTITUIÇÕES		200 000,00
	06.02.03.02		IVA PAGO		1,00
	06.02.03.03		DIFERENÇAS DE CÂMBIO		1,00
	06.02.03.04		SERVIÇOS BANCÁRIOS		1,00
	06.02.03.05		OUTRAS		70 100,00
			DESPESAS DE CAPITAL		3 598 595,00
	07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		808 500,00
	07.01		INVESTIMENTOS		808 400,00
	07.01.06		MATERIAL DE TRANSPORTES		206 000,00
	07.01.06.01		RECOLHA DE RESÍDUOS		6 000,00
	07.01.06.02		OUTRO		200 000,00
	07.01.07		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		5 000,00
	07.01.08		SOFTWARE INFORMÁTICO		5 000,00
	07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		55 000,00
	07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		224 500,00
	07.01.10.01		EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		14 500,00
	07.01.10.02		OUTRO		210 000,00
	07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		22 000,00
	07.01.12		ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR		600,00
	07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		58 000,00
	07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		232 300,00
	07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		100,00
	07.03.05		BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		100,00
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2 788 094,00
	08.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		255 002,00
	08.01.01		PÚBLICAS		255 002,00
	08.01.01.01		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1,00
	08.01.01.02		OUTRAS		255 001,00
	08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		148 091,00
	08.05.01		CONTINENTE		148 091,00
	08.05.01.04		ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS		148 091,00
	08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2 385 001,00
	08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2 385 001,00
	09		ATIVOS FINANCEIROS		1,00
	09.06		EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1,00
	09.06.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS		1,00
	11		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		2 000,00
	11.02		DIVERSAS		2 000,00
	11.02.01		RESTITUIÇÕES		1 000,00



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
01.04	11.02.99	OUTRAS		1 000,00
		EQUIPA DE PROJETO - COUROS: SÍTIOS PATRIMONIAIS	70 018,00	
		DESPESAS CORRENTES		70 018,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		29 809,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		23 633,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		19 234,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		19 155,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		77,00
	01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		1,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		1 098,00
	01.01.13.01	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		1 097,00
	01.01.13.02	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		3 194,00
	01.01.14.01	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		3 193,00
	01.01.14.02	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		100,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		360,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		50,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		200,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02	OUTROS		1,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		5 816,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		5 311,00
	01.03.05.01	ADSE		1,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		5 309,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		5 308,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		1,00
	01.03.05.03	OUTROS		1,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09	SEGUROS		1,00
	01.03.09.01	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		40 205,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		610,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		3,00
	02.01.02.01	GASOLINA		1,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		1,00
	02.01.02.99	OUTROS		1,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		1,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21	OUTROS BENS		1,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		39 595,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		1,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1,00
	02.02.12	SEGUROS		1,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 500,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		37 880,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		1,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		200,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2,00
	04.08	FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02	OUTRAS		2,00
	04.08.02.01	PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02	OUTRAS		1,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2,00
	06.02	DIVERSAS		2,00
	06.02.02	ATIVOS INCORPÓREOS		1,00
	06.02.03	OUTRAS		1,00
	06.02.03.05	OUTRAS		1,00
01.06		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	67 905,00	
		DESPESAS CORRENTES		67 905,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		63 502,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		63 001,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		500,00
	01.02.12	INDENIZACÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		62 500,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		62 500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4 303,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4 103,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		500,00
	02.02.12	SEGUROS		1,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2 000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100,00
	06.02	DIVERSAS		100,00
	06.02.03	OUTRAS		100,00
	06.02.03.05	OUTRAS		100,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3 862 983,00	
		DESPESAS CORRENTES		3 423 483,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 548 309,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 244 151,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		966 415,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		929 469,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		10 512,00
	01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		26 433,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		17 761,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		73 984,00
	01.01.13.01	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		73 983,00
	01.01.13.02	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		175 985,00
	01.01.14.01	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		175 984,00



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

1. 8 MA
M
B

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		10 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		9 378,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		1 300,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		1 300,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		2 071,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		500,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2 001,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		2 000,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		2 200,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		294 780,00
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		15 000,00
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		6 000,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		273 775,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		273 773,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		227 885,00
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		45 888,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09		SEGUROS		2,00
	01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 471 376,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		59 869,00
	02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		3,00
	02.01.02.01		GASOLINA		1,00
	02.01.02.02		GASÓLEO		1,00
	02.01.02.99		OUTROS		1,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		150,00
	02.01.05		ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1,00
	02.01.06		ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		1,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5 000,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		29 700,00
	02.01.09		PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		1,00
	02.01.10		PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		1,00
	02.01.11		MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00
	02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		9 225,00
	02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1,00
	02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		3,00
	02.01.16.01		ÁGUA		1,00
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		5 300,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		40,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		440,00
	02.01.21		OUTROS BENS		10 000,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 411 507,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		70 000,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		25 000,00
	02.02.04		LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00
	02.02.05		LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		1,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		100 000,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		310 000,00
	02.02.10		TRANSPORTES		4 000,00
	02.02.12		SEGUROS		1,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		10 000,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		420 000,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		47 500,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		20 000,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00

↑
↓
Saul
↓



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

1.
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Orgânica	Económica	Designação	Orgânica	Económica
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		155 000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		100 000,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		1,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		150 000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2 790,00
	04.08	FAMÍLIAS		2 790,00
	04.08.02	OUTRAS		2 790,00
	04.08.02.01	PROGRAMAS OCUPACIONAIS		2 789,00
	04.08.02.02	OUTRAS		1,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		401 008,00
	06.02	DIVERSAS		401 008,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		55 001,00
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		55 000,00
	06.02.01.01.99	D.C. - OUTRAS		55 000,00
	06.02.01.02	RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADAS		1,00
	06.02.02	ATIVOS INCORPÓREOS		15 000,00
	06.02.03	OUTRAS		331 007,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		317 507,00
	06.02.03.05	OUTRAS		13 500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		439 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		439 500,00
	07.01	INVESTIMENTOS		439 500,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		216 000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		136 500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		2 500,00
	07.01.10.02	OUTRO		2 500,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		41 500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		40 000,00
03		DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS	35 843 655,00	
		DESPESAS CORRENTES		9 562 554,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		2 194 780,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 757 881,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		1 338 989,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1 270 614,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		17 540,00
	01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		50 834,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		10 748,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		148 594,00
	01.01.13.01	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		148 593,00
	01.01.13.02	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		247 045,00
	01.01.14.01	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		247 044,00
	01.01.14.02	SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		10 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		36 210,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		1 200,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		32 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		1,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02	OUTROS		1,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		3 000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		400 689,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		15 000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		9 000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		2 000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		374 685,00
	01.03.05.01	ADSE		1,00



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

M. J. AM
bx
M

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
01.03.05.02			SEGURANCA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		374 683,00
01.03.05.02.01			CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		271 434,00
01.03.05.02.02			SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		103 249,00
01.03.05.03			OUTROS		1,00
01.03.06			ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
01.03.08			OUTRAS PENSÕES		1,00
01.03.09			SEGUROS		2,00
01.03.09.01			SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
01.03.09.02			SEGUROS SAÚDE		1,00
02			AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		6 611 568,00
02.01			AQUISIÇÃO DE BENS		816 060,00
02.01.01			MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
02.01.02			COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1 002,00
02.01.02.01			GASOLINA		1,00
02.01.02.02			GASÓLEO		1,00
02.01.02.99			OUTROS		1 000,00
02.01.04			LIMPEZA E HIGIENE		1,00
02.01.07			VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		50,00
02.01.08			MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3 000,00
02.01.14			OUTRO MATERIAL - PEÇAS		6 000,00
02.01.15			PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1,00
02.01.16			MERCADORIAS PARA VENDA		3,00
02.01.16.01			ÁGUA		1,00
02.01.16.02			ELETRICIDADE		1,00
02.01.16.03			OUTROS		1,00
02.01.17			FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		50 000,00
02.01.18			LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
02.01.19			ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
02.01.20			MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		6 000,00
02.01.21			OUTROS BENS		750 000,00
02.02			AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5 795 508,00
02.02.01			ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1 800 000,00
02.02.02			LIMPEZA E HIGIENE		1,00
02.02.03			CONSERVAÇÃO DE BENS		100 000,00
02.02.08			LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		80 000,00
02.02.09			COMUNICAÇÕES		1,00
02.02.10			TRANSPORTES		500,00
02.02.12			SEGUROS		1,00
02.02.13			DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1,00
02.02.14			ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		150 000,00
02.02.15			FORMAÇÃO		1,00
02.02.16			SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
02.02.17			PUBLICIDADE		1,00
02.02.18			VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
02.02.19			ASSISTÊNCIA TÉCNICA		130 000,00
02.02.20			OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		35 000,00
02.02.25			OUTROS SERVIÇOS		3 500 000,00
04			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		703 206,00
04.05			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		700 001,00
04.05.01			CONTINENTE		700 001,00
04.05.01.02			FREGUESIAS		700 001,00
04.07			INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1,00
04.07.01			INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1,00
04.08			FAMÍLIAS		3 204,00
04.08.02			OUTRAS		3 204,00
04.08.02.01			PROGRAMAS OCUPACIONAIS		3 203,00
04.08.02.02			OUTRAS		1,00
06			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		53 000,00
06.02			DIVERSAS		53 000,00
06.02.01			IMPOSTOS E TAXAS		50 000,00
06.02.01.01			IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		50 000,00
06.02.01.01.99			D.C. - OUTRAS		50 000,00
06.02.03			OUTRAS		3 000,00
06.02.03.05			OUTRAS		3 000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		26 281 101,00
07			AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		24 281 100,00
07.01			INVESTIMENTOS		19 514 700,00
07.01.02			HABITAÇÕES		535 000,00
07.01.02.03			REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		535 000,00
07.01.03			EDIFÍCIOS		14 913 600,00
07.01.03.01			INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		20 100,00
07.01.03.02			INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		336 500,00
07.01.03.03			MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		1 000,00
07.01.03.05			ESCOLAS		3 387 500,00

Handwritten signatures and marks on the right side of the page, including a large 'X' and several illegible signatures.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	07.01.03.07		OUTROS		11 168 500,00
	07.01.04		CONSTRUÇÕES DIVERSAS		3 012 000,00
	07.01.04.06		INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		74 500,00
	07.01.04.10		INFRAESTRUTURAS P/ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		44 500,00
	07.01.04.13		OUTROS		2 893 000,00
	07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		10 250,00
	07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		192 500,00
	07.01.10.01		EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		250,00
	07.01.10.02		OUTRO		192 250,00
	07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		22 500,00
	07.01.12		ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR		1 000,00
	07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		565 500,00
	07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		262 350,00
	07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		4 766 400,00
	07.03.03		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		4 739 400,00
	07.03.03.01		VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		3 861 000,00
	07.03.03.05		PARQUES E JARDINS		44 000,00
	07.03.03.08		VIAÇÃO RURAL		556 000,00
	07.03.03.10		INFRAESTRUTURAS P/ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		19 500,00
	07.03.03.12		CEMITÉRIOS		900,00
	07.03.03.13		OUTROS		258 000,00
	07.03.06		OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		27 000,00
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2 000 001,00
	08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		2 000 001,00
	08.05.01		CONTINENTE		2 000 001,00
	08.05.01.02		FREGUESIAS		2 000 001,00
04			DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	1 908 284,00	
			D E S P E S A S C O R R E N T E S		1 743 934,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		1 514 911,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 270 042,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		794 571,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		755 801,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		9 933,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		28 836,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		270 000,00
	01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11		REPRESENTAÇÃO		2 922,00
	01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		56 447,00
	01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		56 445,00
	01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.13.03		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		1,00
	01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		135 998,00
	01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		135 997,00
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		10 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		1 310,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		100,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		1,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		1,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		200,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		243 559,00
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		12 000,00
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		500,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		231 054,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		231 052,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		203 360,00



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		27 692,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09		SEGUROS		2,00
	01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		214 021,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		7 313,00
	02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		3,00
	02.01.02.01		GASOLINA		1,00
	02.01.02.02		GASÓLEO		1,00
	02.01.02.99		OUTROS		1,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		300,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		2 500,00
	02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		1,00
	02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		4 000,00
	02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		3,00
	02.01.16.01		ÁGUA		1,00
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21		OUTROS BENS		500,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		206 708,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		100,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		2 500,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10		TRANSPORTES		2 600,00
	02.02.12		SEGUROS		1,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		5 000,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		61 500,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		15 000,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		20 000,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		100 000,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2,00
	04.08		FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02		OUTRAS		2,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15 000,00
	06.02		DIVERSAS		15 000,00
	06.02.03		OUTRAS		15 000,00
	06.02.03.05		OUTRAS		15 000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		164 350,00
	07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		164 350,00
	07.01		INVESTIMENTOS		163 350,00
	07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		163 350,00
	07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		1 000,00
	07.03.05		BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		1 000,00
05			DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE	14 338 062,00	
			DESPESAS CORRENTES		12 795 061,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		4 771 276,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3 753 186,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		2 797 956,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		2 672 427,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		43 126,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		82 402,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		5 000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Paulo' and other initials.]

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11		REPRESENTAÇÃO		21 495,00
	01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		402 979,00
	01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		402 977,00
	01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.13.03		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - ORGÃOS AUTÁRQUICOS		1,00
	01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		500 751,00
	01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		500 750,00
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		25 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		156 006,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		15 000,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		3 000,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		3 000,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		80 000,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		18 000,00
	01.02.12		INDENIZACÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		2 000,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		1,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		35 000,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		862 084,00
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		40 000,00
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		30 000,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		8 000,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		784 080,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		784 078,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		661 778,00
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		122 300,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09		SEGUROS		2,00
	01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		7 042 263,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		1 683 658,00
	02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		935 000,00
	02.01.02.01		GASOLINA		50 000,00
	02.01.02.02		GASÓLEO		850 000,00
	02.01.02.99		OUTROS		35 000,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		65 500,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		22 800,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		2 500,00
	02.01.09		PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		10 000,00
	02.01.10		PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		1 000,00
	02.01.11		MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00
	02.01.12		MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		300 000,00
	02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		50 000,00
	02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		10 501,00
	02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		3,00
	02.01.16.01		ÁGUA		1,00
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		21 000,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		150,00
	02.01.21		OUTROS BENS		265 200,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5 358 605,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		190 100,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		3 048 000,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		350 000,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		3 600,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		5 001,00
	02.02.10		TRANSPORTES		24 000,00
	02.02.12		SEGUROS		1 700,00



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		10 100,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		136 300,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		15 101,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		31 101,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		900 000,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		2 000,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		220 900,00
	02.02.22		SERVIÇOS DE SAÚDE		1,00
	02.02.24		ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		100 000,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		320 700,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		259 120,00
	04.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		100 001,00
	04.05.01		CONTINENTE		100 001,00
	04.05.01.02		FREGUESIAS		100 001,00
	04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		154 600,00
	04.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		154 600,00
	04.08		FAMÍLIAS		4 519,00
	04.08.02		OUTRAS		4 519,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		4 518,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		722 402,00
	06.02		DIVERSAS		722 402,00
	06.02.01		IMPOSTOS E TAXAS		700 101,00
	06.02.01.01		IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		700 101,00
	06.02.01.01.01		D.C. - TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR		700 000,00
	06.02.01.01.99		D.C. - OUTRAS		101,00
	06.02.02		ATIVOS INCORPÓREOS		201,00
	06.02.03		OUTRAS		22 100,00
	06.02.03.05		OUTRAS		22 100,00
			DESPESAS DE CAPITAL		1 543 001,00
	07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 463 000,00
	07.01		INVESTIMENTOS		1 320 500,00
	07.01.01		TERRENOS		60 000,00
	07.01.03		EDIFÍCIOS		3 250,00
	07.01.03.07		OUTROS		3 250,00
	07.01.04		CONSTRUÇÕES DIVERSAS		32 500,00
	07.01.04.06		INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		5 500,00
	07.01.04.09		SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		2 500,00
	07.01.04.11		INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS		10 000,00
	07.01.04.13		OUTROS		14 500,00
	07.01.06		MATERIAL DE TRANSPORTES		127 500,00
	07.01.06.01		RECOLHA DE RESÍDUOS		500,00
	07.01.06.02		OUTRO		127 000,00
	07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3 500,00
	07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		483 000,00
	07.01.10.01		EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		198 000,00
	07.01.10.02		OUTRO		285 000,00
	07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		21 750,00
	07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		205 750,00
	07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		383 250,00
	07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		142 500,00
	07.03.01		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		68 000,00
	07.03.03		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		34 500,00
	07.03.03.01		VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		20 500,00
	07.03.03.05		PARQUES E JARDINS		13 500,00
	07.03.03.13		OUTROS		500,00
	07.03.06		OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		40 000,00
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		80 001,00
	08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		80 001,00
	08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		80 001,00
06			DEPARTAMENTO DE POLÍCIA MUNICIPAL	1 512 365,00	80 001,00
			DESPESAS CORRENTES		1 500 365,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		1 409 887,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 028 896,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		791 133,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		734 810,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		26 285,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		30 037,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1,00	
01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00	
01.01.11		REPRESENTAÇÃO		8 410,00	
01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00	
01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		75 538,00	
01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		75 537,00	
01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00	
01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		135 809,00	
01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		135 808,00	
01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00	
01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		18 000,00	
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		128 007,00	
01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		500,00	
01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00	
01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		500,00	
01.02.05		ABONO PARA FALHAS		11 000,00	
01.02.06		FORMAÇÃO		1,00	
01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00	
01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00	
01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00	
01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		80 000,00	
01.02.12		INDENIZACÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00	
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		6 001,00	
01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00	
01.02.13.02		OUTROS		6 000,00	
01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		30 000,00	
01.03		SEGURANÇA SOCIAL		252 984,00	
01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		12 000,00	
01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		12 000,00	
01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1 500,00	
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		227 480,00	
01.03.05.01		ADSE		1,00	
01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		227 478,00	
01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		177 654,00	
01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		49 824,00	
01.03.05.03		OUTROS		1,00	
01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00	
01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00	
01.03.09		SEGUROS		2,00	
01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00	
01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00	
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		89 476,00	
02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		58 463,00	
02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00	
02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		3,00	
02.01.02.01		GASOLINA		1,00	
02.01.02.02		GASÓLEO		1,00	
02.01.02.99		OUTROS		1,00	
02.01.03		MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		800,00	
02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		1,00	
02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		48 000,00	
02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		4 500,00	
02.01.09		PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		1,00	
02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		50,00	
02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1,00	
02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		3,00	
02.01.16.01		ÁGUA		1,00	
02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00	
02.01.16.03		OUTROS		1,00	
02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00	
02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00	
02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00	
02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00	
02.01.21		OUTROS BENS		5 000,00	
02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		31 013,00	
02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1,00	
02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		1,00	
02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		1 000,00	
02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		1,00	
02.02.09		COMUNICAÇÕES		1,00	
02.02.10		TRANSPORTES		1,00	
02.02.12		SEGUROS		1,00	
02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1,00	
02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		1,00	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		1,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		10 000,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		20 000,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2,00
	04.08		FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02		OUTRAS		2,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1 000,00
	06.02		DIVERSAS		1 000,00
	06.02.03		OUTRAS		1 000,00
	06.02.03.05		OUTRAS		1 000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		12 000,00
	07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		12 000,00
	07.01		INVESTIMENTOS		12 000,00
	07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		5 000,00
	07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		5 000,00
	07.01.10.02		OUTRO		5 000,00
	07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1 000,00
	07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		1 000,00
07			DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO	21 623 295,00	
			DESPESAS CORRENTES		20 023 791,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		9 518 596,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		7 964 859,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		5 432 869,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		5 306 076,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		78 733,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		48 059,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		577 223,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		338 484,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		238 739,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		9 000,00
	01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11		REPRESENTAÇÃO		4 676,00
	01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		830 736,00
	01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		763 171,00
	01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		67 565,00
	01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		1 050 352,00
	01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		955 018,00
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		95 334,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		60 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		31 100,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		700,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		500,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		11 000,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		250,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		18 443,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		1,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		200,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		1 522 637,00
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		30 000,00
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		47 000,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		3 000,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		1 442 634,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		1 442 632,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		636 852,00
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		805 780,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.03.09	SEGUROS		2,00	
	01.03.09.01	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00	
	01.03.09.02	SEGUROS SAÚDE		1,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		7 585 973,00	
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3 468 762,00	
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00	
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		268 201,00	
	02.01.02.01	GASOLINA		1,00	
	02.01.02.02	GASÓLEO		18 100,00	
	02.01.02.99	OUTROS		250 100,00	
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		101,00	
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFEIONADAS		3 032 001,00	
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFEIONAR		62 201,00	
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		400,00	
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 700,00	
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		10 100,00	
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00	
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		500,00	
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		30 501,00	
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		3,00	
	02.01.16.01	ÁGUA		1,00	
	02.01.16.02	ELETRICIDADE		1,00	
	02.01.16.03	OUTROS		1,00	
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		3 850,00	
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00	
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00	
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		36 800,00	
	02.01.21	OUTROS BENS		22 400,00	
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4 117 211,00	
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		150 300,00	
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		10 000,00	
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		45 000,00	
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00	
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		28 651,00	
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1,00	
	02.02.10	TRANSPORTES		3 096 950,00	
	02.02.12	SEGUROS		4 050,00	
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 601,00	
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		1 001,00	
	02.02.15	FORMAÇÃO		1,00	
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		10 501,00	
	02.02.17	PUBLICIDADE		5 101,00	
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		21 501,00	
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00	
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		393 300,00	
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		2 101,00	
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		347 150,00	
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 305 369,00	
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1 001,00	
	04.01.01	PÚBLICAS		1 001,00	
	04.01.01.02	OUTRAS		1 001,00	
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		126 501,00	
	04.05.01	CONTINENTE		126 501,00	
	04.05.01.02	FREGUESIAS		126 501,00	
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		885 350,00	
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		885 350,00	
	04.08	FAMÍLIAS		292 514,00	
	04.08.02	OUTRAS		292 514,00	
	04.08.02.01	PROGRAMAS OCUPACIONAIS		11 513,00	
	04.08.02.02	OUTRAS		281 001,00	
	04.09	RESTO DO MUNDO		3,00	
	04.09.01	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES		1,00	
	04.09.02	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES-MEMBROS		1,00	
	04.09.03	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		1,00	
	05	SUBSÍDIOS		1 529 002,00	
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1 529 002,00	
	05.01.01	PÚBLICAS		1 529 002,00	
	05.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		65 001,00	
	05.01.01.02	OUTRAS		1 464 001,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		84 851,00	
	06.02	DIVERSAS		84 851,00	
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		300,00	
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		300,00	
	06.02.01.01.99	D.C. - OUTRAS		300,00	



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	06.02.02		ATIVOS INCORPÓREOS		1 501,00
	06.02.03		OUTRAS		83 050,00
	06.02.03.05		OUTRAS		83 050,00
			DESPESAS DE CAPITAL		1 599 504,00
	07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		505 000,00
	07.01		INVESTIMENTOS		501 000,00
	07.01.03		EDIFÍCIOS		5 000,00
	07.01.03.05		ESCOLAS		5 000,00
	07.01.04		CONSTRUÇÕES DIVERSAS		46 000,00
	07.01.04.06		INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		36 000,00
	07.01.04.13		OUTROS		10 000,00
	07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		9 500,00
	07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		380 000,00
	07.01.10.01		EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		6 500,00
	07.01.10.02		OUTRO		373 500,00
	07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7 000,00
	07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		25 000,00
	07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		28 500,00
	07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		4 000,00
	07.03.03		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		4 000,00
	07.03.03.05		PARQUES E JARDINS		4 000,00
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1 094 504,00
	08.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1 001,00
	08.01.01		PÚBLICAS		1 001,00
	08.01.01.02		OUTRAS		1 001,00
	08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1 501,00
	08.05.01		CONTINENTE		1 501,00
	08.05.01.02		FREGUESIAS		1 501,00
	08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1 062 001,00
	08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1 062 001,00
	08.08		FAMÍLIAS		30 001,00
	08.08.02		OUTRAS		30 001,00
09			DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	8 297 801,00	
			DESPESAS CORRENTES		8 062 899,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		1 742 273,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 377 269,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		1 048 056,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1 025 284,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		11 171,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		11 600,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		10 001,00
	01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3 000,00
	01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11		REPRESENTAÇÃO		13 085,00
	01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		96 499,00
	01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		96 497,00
	01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.13.03		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - ORGÃOS AUTÁRQUICOS		1,00
	01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		188 624,00
	01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		188 623,00
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		18 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		46 209,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		7 500,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		3 000,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		1,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12		INDENIZACÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		101,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		100,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		35 600,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		318 795,00
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		18 000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signature in black ink.



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Handwritten initials and marks in blue ink at the top right of the page.

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		6 550,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		294 240,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		294 238,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		265 565,00
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		28 673,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09		SEGUROS		2,00
	01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		1,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 599 771,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		279 363,00
	02.01.01		MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		1,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1 702,00
	02.01.02.01		GASOLINA		201,00
	02.01.02.02		GASÓLEO		301,00
	02.01.02.99		OUTROS		1 200,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		1 000,00
	02.01.05		ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1 900,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		6 700,00
	02.01.09		PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		1,00
	02.01.11		MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00
	02.01.12		MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		101,00
	02.01.14		OUTRO MATERIAL - PEÇAS		251,00
	02.01.15		PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		129 000,00
	02.01.16		MERCADORIAS PARA VENDA		103,00
	02.01.16.01		ÁGUA		1,00
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		101,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		16 600,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		49 100,00
	02.01.21		OUTROS BENS		72 900,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 320 408,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		201,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		2 900,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		23 600,00
	02.02.04		LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		57 400,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10		TRANSPORTES		8 400,00
	02.02.11		REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1,00
	02.02.12		SEGUROS		2 700,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		21 400,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		45 100,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		801,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		106 400,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		7 101,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		10 500,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		224 000,00
	02.02.22		SERVIÇOS DE SAÚDE		1,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		809 900,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		821 003,00
	04.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00
	04.01.01		PÚBLICAS		1,00
	04.01.01.02		OUTRAS		1,00
	04.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		28 000,00
	04.05.01		CONTINENTE		28 000,00
	04.05.01.02		FREGUESIAS		28 000,00
	04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		771 000,00
	04.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		771 000,00
	04.08		FAMÍLIAS		22 002,00
	04.08.02		OUTRAS		22 002,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		22 001,00
	05		SUBSÍDIOS		3 789 651,00
	05.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		3 789 651,00
	05.01.01		PÚBLICAS		3 789 651,00

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS	CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
			Orgânica	Económica
05.01.01.02	06	OUTRAS		3 789 651,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		110 201,00
06.02		DIVERSAS		110 201,00
06.02.01		IMPOSTOS E TAXAS		401,00
06.02.01.01		IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		401,00
06.02.01.01.99		D.C. - OUTRAS		401,00
06.02.02		ATIVOS INCORPÓREOS		5 600,00
06.02.03		OUTRAS		104 200,00
06.02.03.05		OUTRAS		104 200,00
		DESPESAS DE CAPITAL		234 902,00
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		184 900,00
07.01		INVESTIMENTOS		184 900,00
07.01.07		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		4 000,00
07.01.08		SOFTWARE INFORMÁTICO		600,00
07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		10 100,00
07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		79 000,00
07.01.10.01		EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		5 000,00
07.01.10.02		OUTRO		74 000,00
07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7 600,00
07.01.13		INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		1 100,00
07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		82 500,00
08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50 002,00
08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1,00
08.05.01		CONTINENTE		1,00
08.05.01.02		FREGUESIAS		1,00
08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		50 001,00
08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		50 001,00
11		DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	4 027 196,00	
		DESPESAS CORRENTES		2 527 196,00
01		DESPESAS COM O PESSOAL		1 722 943,00
01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 167 393,00
01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		900 442,00
01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		882 547,00
01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		11 887,00
01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		6 007,00
01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
01.01.11		REPRESENTAÇÃO		13 086,00
01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		76 600,00
01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		76 599,00
01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		164 760,00
01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		164 759,00
01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		10 000,00
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5 209,00
01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		100,00
01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		500,00
01.02.05		ABONO PARA FALHAS		4 400,00
01.02.06		FORMAÇÃO		1,00
01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00
01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
01.02.13.02		OUTROS		1,00
01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		200,00
01.03		SEGURANÇA SOCIAL		550 341,00
01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		13 000,00
01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		4 400,00
01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		254 937,00
01.03.05.01		ADSE		1,00
01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		254 935,00
01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		202 735,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.



Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Orgânica	Económica	Designação	Orgânica	Económica
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		52 200,00
	01.03.05.03	OUTROS		1,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09	SEGUROS		1,00
	01.03.09.01	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		278 001,00
	01.03.09.02	SEGUROS SAÚDE		278 000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		752 131,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		47 925,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1,00
	02.01.02.01	GASOLINA		3,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		1,00
	02.01.02.99	OUTROS		1,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		200,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		1,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		10,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		35 000,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		1,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		1,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		5 000,00
	02.01.16.01	ÁGUA		3,00
	02.01.16.02	ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03	OUTROS		1,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2 500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		200,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21	OUTROS BENS		1,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5 000,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		704 206,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1 000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		200,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		180 000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		1,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		5 000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		25 000,00
	02.02.12	SEGUROS		4 000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		270 000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		2 000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		50 000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		20 000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		20 000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		2 000,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		25 000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		100 000,00
	04.08	FAMÍLIAS		2 118,00
	04.08.02	OUTRAS		2 118,00
	04.08.02.01	PROGRAMAS OCUPACIONAIS		2 118,00
	04.08.02.02	OUTRAS		2 117,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1,00
	06.02	DIVERSAS		50 004,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		50 004,00
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		2,00
	06.02.01.01.99	D.C. - OUTRAS		1,00
	06.02.01.02	RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADAS		1,00
	06.02.02	ATIVOS INCORPÓREOS		1,00
	06.02.03	OUTRAS		1,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		50 001,00
	06.02.03.05	OUTRAS		1,00
		DESPESAS DE CAPITAL		50 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 500 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1 500 000,00
	07.01.01	TERRENOS		1 200 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		700 000,00
				500 000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	02.01.16.02		ELETRICIDADE		1,00
	02.01.16.03		OUTROS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		50,00
	02.01.18		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		200,00
	02.01.19		ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1,00
	02.01.20		MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21		OUTROS BENS		300,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		125 111,00
	02.02.01		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		100,00
	02.02.08		LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		1,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10		TRANSPORTES		1,00
	02.02.12		SEGUROS		1,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		1,00
	02.02.15		FORMAÇÃO		35 000,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		15 000,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		1,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1,00
	02.02.19		ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		10 000,00
	02.02.22		SERVIÇOS DE SAÚDE		55 000,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		10 000,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2,00
	04.08		FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02		OUTRAS		2,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100,00
	06.02		DIVERSAS		100,00
	06.02.03		OUTRAS		100,00
	06.02.03.05		OUTRAS		100,00
16			SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	497 087,00	
			DESPESAS CORRENTES		496 987,00
	01		DESPESAS COM O PESSOAL		97 067,00
	01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		70 589,00
	01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		53 983,00
	01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		22 615,00
	01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.03		ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00
	01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		31 366,00
	01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2,00
	01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		1,00
	01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1,00
	01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00
	01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1,00
	01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11		REPRESENTAÇÃO		2 338,00
	01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		1,00
	01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		3 264,00
	01.01.13.01		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - QUADRO		3 263,00
	01.01.13.02		SUBSÍDIO REFEIÇÃO - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		8 998,00
	01.01.14.01		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - QUADRO		8 997,00
	01.01.14.02		SUBSÍDIO FÉRIAS/NATAL - OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 000,00
	01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		659,00
	01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		100,00
	01.02.03		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		300,00
	01.02.05		ABONO PARA FALHAS		1,00
	01.02.06		FORMAÇÃO		50,00
	01.02.07		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00
	01.02.08		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		1,00
	01.02.10		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1,00
	01.02.11		SUBSÍDIO DE TURNO		1,00
	01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1,00
	01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		2,00
	01.02.13.01		PRÉMIOS DE DESEMPENHO		1,00
	01.02.13.02		OUTROS		1,00
	01.02.14		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		200,00
	01.03		SEGURANÇA SOCIAL		25 819,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

Orçamento da Despesa

Ano de 2019

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÕES	Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica			Orgânica	Económica
	01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		1 000,00
	01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		500,00
	01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		24 215,00
	01.03.05.01		ADSE		1,00
	01.03.05.02		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL EM REGIME CONTRATO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		24 213,00
	01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		8 700,00
	01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		15 513,00
	01.03.05.03		OUTROS		1,00
	01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.08		OUTRAS PENSÕES		1,00
	01.03.09		SEGUROS		101,00
	01.03.09.01		SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1,00
	01.03.09.02		SEGUROS SAÚDE		100,00
	02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		69 916,00
	02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		12 006,00
	02.01.02		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		2 001,00
	02.01.02.99		OUTROS		2 001,00
	02.01.04		LIMPEZA E HIGIENE		1 001,00
	02.01.07		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5 000,00
	02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 001,00
	02.01.12		MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		1,00
	02.01.17		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1,00
	02.01.21		OUTROS BENS		3 001,00
	02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		57 910,00
	02.02.02		LIMPEZA E HIGIENE		101,00
	02.02.03		CONSERVAÇÃO DE BENS		100,00
	02.02.09		COMUNICAÇÕES		1,00
	02.02.10		TRANSPORTES		1,00
	02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1,00
	02.02.14		ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		1,00
	02.02.16		SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1,00
	02.02.17		PUBLICIDADE		1 001,00
	02.02.18		VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1 701,00
	02.02.20		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		50 001,00
	02.02.25		OUTROS SERVIÇOS		5 001,00
	04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		330 003,00
	04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		330 001,00
	04.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		330 001,00
	04.08		FAMÍLIAS		2,00
	04.08.02		OUTRAS		2,00
	04.08.02.01		PROGRAMAS OCUPACIONAIS		1,00
	04.08.02.02		OUTRAS		1,00
	06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1,00
	06.02		DIVERSAS		1,00
	06.02.03		OUTRAS		1,00
	06.02.03.05		OUTRAS		1,00
			DESPESAS DE CAPITAL		100,00
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		100,00
	08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		100,00
	08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		100,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS					105 498 852,00

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 31 de outubro de 2018

[Assinatura]

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de novembro de 2018

[Assinatura]

MAPA DE PESSOAL

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature that appears to be 'Paulo'.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



MAPA DE PESSOAL 2019

O mapa de pessoal que se propõe para 2019 identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Guimarães nesse período.

O planeamento de recursos humanos, integrante do planeamento estratégico do município, parte da análise das atividades de natureza permanente ou temporária que o município se propõe cumprir, consideradas a sua missão, as atribuições, os objetivos estratégicos e operacionais, bem como as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.

Esta proposta de mapa de pessoal reflete a política de recursos humanos seguida pela autarquia, e é enquadrada na reestruturação orgânica que também agora se propõe, orientada pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos.

As necessidades refletidas no mapa de pessoal resultam deste enquadramento e da avaliação dos impactos das saídas registadas nos últimos anos e das atuais e novas áreas de competências, bem como da avaliação das possibilidades reais de recrutamento sobre o mercado de trabalho, programando a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas mais deficitárias e a aplicação da mobilidade intercarreiras, como instrumento de valorização profissional dos trabalhadores que adquiriram as competências e habilitações adequadas para a mudança de carreira, garantindo-se, através de regulamento interno de mobilidades aprovado em 2018, condições de rigor, de transparência e de igualdade de oportunidades para a sua concretização.

É dentro deste contexto que se apresenta o mapa de pessoal do município de Guimarães para o ano de 2019, em cumprimento do estipulado no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, onde se preveem o número de postos de trabalho considerados necessários, por unidade orgânica, para o desenvolvimento das respetivas atividades.

O mapa de pessoal para 2019 apresenta-se de forma desdobrada, o que permite uma melhor leitura do seu conteúdo, sendo constituído por três documentos:

- O primeiro (Doc. n.º 1) contém o número de postos de trabalho que se encontram atualmente dotados, correspondendo a postos de trabalho ocupados por trabalhadores, quer de modo efetivo, quer em regime de mobilidade;
- No Doc. n.º 2 apresentam-se os postos de trabalho resultam da identificação de necessidades dos serviços para o desenvolvimento das atividades propostas, contendo uma breve justificação da necessidade de criação do posto, uma caracterização sucinta, a área de qualificação ou formação exigível e a natureza temporária ou permanente do posto;
- No Doc. n.º 3 apresenta-se a especificação do número de postos de trabalho, por categoria, das carreiras não revistas que apresentam um desenvolvimento pluricategorial.

Globalmente, o mapa de pessoal apresenta 1636 postos de trabalho ocupados e 287 novos postos, dos quais parte estão já a ser objeto de procedimento de recrutamento. Realça-se ainda que este número inclui 100 postos que dizem respeito a técnicos responsáveis pela dinamização de atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico (AEC), número que corresponde a uma previsão de necessidades de recrutamento para o novo ano letivo, apesar de se encontrarem já contabilizados, nos postos ocupados, os atuais 131 técnicos contratados para o mesmo fim.

Mapa de Pessoal do Município de Guimarães - 2019 - Necessidade de Recursos Humanos (doc.2)

Classificação	Unidade Orgânica	Missão / Atividade(s) / Competências	Categoria/Categoria(s)	n.º postos de trabalho novos	Autorização da necessidade/atividade a desenvolver em 2019	Descrição do Posto de Trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	Outs	
0104	Equipa de Projeto	Assegurar o funcionamento da Equipa de Projeto: Gabinete Cursos, Sítios Patrimoniais	Técnico Superior	1	Reforço da equipa de projeto para cumprimento da habilitação de Câmara de 16/11/2017.	Contribuir para a consolidação e realização de estudos que permitam alcançar os objetivos definidos no deliberação de criação da Equipa de Projeto Gabinete Cursos/Sítios Patrimoniais.	Licenciatura em Arquitetura	Temporária		
			Chefe de Divisão	1	Coordenar e gerir a Divisão Jurídica	Coordenar e gerir a Divisão Jurídica		Licenciatura	Permanente	
			Chefe de Unidade Orgânica 3º grau	1	Coordenar e gerir a unidade orgânica de 3º grau Gabinete Contra Ordemações e Execução Fiscais	Coordenar e gerir a unidade orgânica de 3º grau Gabinete Contra Ordemações e Execução Fiscais		Licenciatura	Permanente	
				1	Reforço da equipa técnica da Divisão de Auditoria e Qualidade.	Gestão das plataformas de interoperabilidade DGS e SIH em articulação com a Agência para a Modernização Administrativa. Gestão de projetos de modernização de processos. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Licenciatura e experiência na área de modernização administrativa	Temporária	
				1	Reforço da equipa técnica da Divisão de Auditoria e Qualidade.	Análise/ monitorização de informação financeira e de gestão no âmbito do sistema de controlo interno. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Licenciatura nas áreas de economia/gestão/finanças	Permanente	
				1	Reforço da equipa técnica da área Jurídica.	Emittir pareceres jurídicos; prestar apoio jurídico transversal aos serviços da autarquia. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Licenciatura em Direito	Permanente	
				1	Reforço da equipa na área de interpretação de dispositivos legais e aplicação dos dados em dashboards de decisão	Perceber e aplicar conceitos relacionados com a transformação digital e as diferentes formas de inteligência de pessoas, processos, dispositivos e dados, com vista a reunião de informação e aplicação em dashboards de decisão. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função. (Inteligência Artificial e Internet das coisas - inteligência de informação)		Licenciatura e especialização em inteligência Artificial	Permanente	PCDI
				1	Reforço da equipa técnica da área Informática.	Cher, gerir e fazer a manutenção das plataformas web do Município; Analisar e gerir a informação disponível nas plataformas/aplicações; Garantir a funcionalidade e operacionalidade das plataformas web e implementa as necessidades reportadas pelos serviços e de legislação em vigor; Garantir a interoperabilidade das plataformas/aplicações; Assegurar a segurança e a integridade dos dados do Município; Elaborar estatísticas e relatórios de atividades; Assegurar a segurança e a integridade dos dados do Município; Gerir o sistema de apoio à gestão municipal; Fazer a gestão e desenvolvimento de página eletrónica do serviço e das redes sociais; Desenvolver e atualizar a infraestrutura informática; Realizar tratamento de imagem e design gráfico; Instalar atualizações das redes locais e das redes de dados; Realizar manutenção de hardware e software; Gerir o acesso ao sistema informático a operar na sua área de atividade; Assegurar o funcionamento e a manutenção dos equipamentos informáticos e respetivas redes de comunicações; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Licenciatura na área da Informática	Permanente	
				1	Reforço da equipa técnica de área Informática.	Elaborar a instalação e manutenção de redes e sistemas informáticos de apoio às diferentes áreas de gestão da organização; Assegurar a gestão, o funcionamento e a manutenção dos equipamentos informáticos e respetivas redes de comunicações; Garantir a conectividade dos equipamentos e infraestruturas informáticas do Município e respetiva operacionalidade; Garantir a segurança da informação de todo o sistema informático; Assegurar a eficácia dos equipamentos e respetivas redes de comunicações; Controlar as permissões de acesso ao sistema informático; Realizar os backups periódicos; Fazer e gerir o backup físico; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Licenciatura na área da Informática	Permanente	
				2	Reforço da equipa técnica de área Informática.	Assegurar a gestão de bases de dados de suporte à atividade do município e manutenção de equipamentos informáticos. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.		Qualificação nível IV - Informática	Permanente	
02	DAE	Prestar apoio técnico-administrativo e jurídico aos órgãos do município e dirigir a ação das divisões municipais.	Técnico de Informática	1	Reforço da equipa técnica da área de desenvolvimento de sistemas inteligentes.	Executar funções na área de pesquisa, análise, síntese e resolução de problemas lógico e sistémicos. Análise, interpretação, exploração e tratamento de conjuntos de dados e data mining. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função. (interpretação de dados e data mining)	Licenciatura na área da Informática	Permanente		
			Assistente Técnico	4	Reforço da equipa de apoio administrativo de suporte a atividade da unidade orgânica.	Executar funções administrativas, designadamente assegurar a transmissão de comunicações, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expedientes, assessorio técnico, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano	Permanente		
			Assistente Operacional	1	Reforço da equipa de atendimento telefónico geral.	Atrendimento e encaminhamento de chamadas telefónicas dirigidas aos serviços municipais. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Escolaridade Mínima Obrigatória	Permanente	Temporária (Emprego Aberto DL 280/2009, de 12 out. DL 13/2015, de 26 de Jan.)	

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Mapa de Pessoal do Município de Guimarães - 2019 - Necessidade de Recursos Humanos (doc.2)

Classificação Orgânica	Unidade Orgânica	Missão/ Atividade/ Competências	Carreira/Categoria	n.º postos de trabalho novos	Justificação de necessidade (atividade a desenvolver em 2019)	Descrição do Posto de Trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	OBS
			Diretor Departamento	1	Dirigir o Departamento de Desenvolvimento do Território	Dirigir o Departamento de Desenvolvimento do Território	Licenciatura	Permanente	
				1	Coordenar e gerir a Divisão de Planeamento Urbanístico	Coordenar e gerir a Divisão de Planeamento Urbanístico	Licenciatura	Permanente	
				1	Coordenar e gerir a Divisão de Gestão Urbanística	Coordenar e gerir a Divisão de Gestão Urbanística	Licenciatura	Permanente	
			Chefe de Divisão	1	Coordenar e gerir a Divisão de Habitação	Coordenar e gerir a Divisão de Habitação	Licenciatura	Permanente	
				1	Coordenar e gerir a Divisão do Centro Histórico	Coordenar e gerir a Divisão do Centro Histórico	Licenciatura	Permanente	
				5	Reforço da equipa técnica da área do urbanismo.	Realização de estudos e planos urbanísticos; Execução de projetos de arquitetura; Análise técnica de estudos, projetos e planos urbanísticos municipais; Participação na construção de estratégias e objetivos urbanísticos de carácter estratégico; Elaboração e atualização de documentos, investigação urbana, apresentação de propostas. Realização de visitas. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura/Mestrado em Arquitetura	Permanente	PCD
				1	Substituição temporária Trabalhador Ausente	Executar trabalhos específicos da área de arqueologia; Investigar sítios arqueológicos; Fazer prospeções, escavações e pesquisas; Observar, recolher e organizar, em requies de campo, os materiais encontrados em sítios arqueológicos; Determinar a cultura ou grupo; Estudar, classificar e interpretar os materiais, os vestígios e estruturas descobertos em escavação, de modo a reconstruir aspectos de culturas antigas ou de época histórica; Estudar os elementos recolhidos em campo, formula hipóteses explicativas e efetua uma síntese dos conhecimentos recolhidos; Elaborar relatórios, informações e emitir pareceres sobre a importância dos achados arqueológicos e seu interesse cultural e patrimonial; Emitir pareceres sobre gestão e proteção do património arqueológico; Emitir pareceres sobre planos de conservação, restauro e musealização de achados e sítios arqueológicos; Acompanhar a execução de intervenções arqueológicas; Realizar estudos bibliográficos; Realizar estudos de planeamento urbano; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura Arqueologia/História, variante Arqueologia	Temporária	
			Técnicos superiores	1	Reforço da equipa técnica da área do urbanismo.	Analizar, avaliar e informar tecnicamente os projetos de especialidades de propostas edificativas e de intervenção referentes a obras de habitação e processo de licenciamento e eventuais aditamentos e alterações, bem como operações de planeamento e de execução, para efeitos de emissão de autorizações de utilização e colaborar na realização de visitas relacionadas com a habitação; Realizar estudos de diagnóstico, demografia, certificação para a constituição de propriedade horizontal e imóveis públicos municipais; Escutar e analisar os pontos de vista das autoridades e outros atos tendentes à sua recepção definitiva; Analisar e aprovar projetos de ordenamento de espaços públicos que sejam da competência municipal e realizar visitas para a emissão dos respetivos licenças de exploração; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura em Engenharia Civil	Permanente	
				1	Assegurar o funcionamento da Divisão de Habitação	Elaborar estudos e planos conducentes à definição do plano municipal de habitação, com a exceção contribuído para o desenvolvimento social e habitacional do município; Realizar pesquisas estatísticas e melhorar a qualidade de vida e o habitat urbano, nomeadamente através da elaboração de planos municipais de prioridades e apresentação de propostas de medidas de atuação; Colaborar com os organismos do administração central e outros organismos locais e regionais, na resolução dos problemas habitacionais do município; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura/Mestrado em Arquitetura	Permanente	
			Assistente Técnico	3	Reforço da equipa de apoio administrativo do suporte à atividade da unidade orgânica.	Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transcrição da comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expedientes; atendimento geral e específico; ficha, organização, tratamento e análise de informação; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano	Permanente	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Mapa de Pessoal do Município de Guimarães - 2019 - Necessidade de Recursos Humanos (doc.2)

Classificação	Unidade Orgânica	Missão/ Atividade/ Competências	Carreira/Categoria	n.º postos de trabalho novos	Justificação da necessidade/justificação a desmanchar em 2019	Descrição de Postos de Trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	OBS	
07	DCE	Assegurar o cumprimento das obrigações legais em matéria do sistema educativo e de ensino. Elaborar estudos e propostas de desenvolvimento social; executar medidas de intervenção nos domínios da ação social, infância e 3ª idade.	Técnico superior	1	Integração na equipa multidisciplinar de apoio ao projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - intervenção e apoio às escolas com alunos em situação de risco de insucesso e abandono escolar	Acompanhar e monitorizar situações de risco no nível do abandono e absentismo escolar, desenvolvendo com os docentes de ensino do conselho estratégias de intervenção nas dificuldades de aprendizagem, com vista ao sucesso escolar dos alunos, intervir no nível de articulação com as famílias para promover o sucesso escolar dos alunos, intervir no nível de articulação com as famílias para promover o sucesso escolar dos alunos em articulação com a Escola, sinalizar situações de caráter urgente em articulação com os serviços de educação.	Licenciatura em Educação Social	Temporária		
			Técnico superior	1	Integração na equipa multidisciplinar de apoio ao projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - intervenção e apoio às escolas com alunos em situação de risco de insucesso e abandono escolar.	Acompanhar e monitorizar situações de risco no nível do abandono e absentismo escolar, desenvolvendo com as famílias estratégias de mediação familiar, com vista ao sucesso escolar das mesmas em lidar com as situações emergenciais, intervir junto dos alunos e das famílias em programas de promoção da eficácia da frequência escolar dos alunos, intervir no nível de articulação com os encarregados de educação, sinalizar situações de caráter urgente em articulação com os serviços de educação e restantes entidades que intervêm com crianças em risco.	Licenciatura em Psicologia	Temporária		
			Técnico superior	1	Integração na equipa multidisciplinar de apoio ao projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - intervenção e apoio às escolas com alunos em situação de risco de insucesso e abandono escolar	Acompanhar e monitorizar situações de risco no nível do abandono e absentismo escolar, desenvolvendo com as famílias estratégias de mediação familiar, com vista ao sucesso escolar das mesmas em lidar com as situações emergenciais, intervir junto dos alunos e das famílias em programas de promoção da eficácia da frequência escolar dos alunos, intervir no nível de articulação com os encarregados de educação, sinalizar situações de caráter urgente em articulação com os serviços de educação e restantes entidades que intervêm com crianças em risco.	Licenciatura em Serviço Social ou Mediação Familiar	Temporária		
			Assistente Técnico	1	Reforço da equipa técnica da Divisão de Ação Social.	Aplicar a atividade do Espaço Municipal para a Igualdade (nomeadamente na Consulta de Psicologia e na Implementação do Plano Municipal de Ação Social de caráter preventivo e de apoio), apoiar a atividade do Banco Local de Voluntariado; Realizar avaliações psicológicas e outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura em Psicologia	Permanente		
			Assistente Técnico	1	Reforço da equipa de apoio administrativo de suporte à atividade da Divisão de Ação Social.	Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transmissão de comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expediente; atendimento geral e específico; recolha, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano	Permanente		
			Assistente Operacional	35	Substituição temporária de trabalhadores ausentes.	Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transmissão de comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expediente; atendimento geral e específico; recolha, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano	Permanente	PCD15	
			Assistente Operacional	1	Reforço da equipa de operacionais da área do apoio educativo.	Participar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e físico de crianças e favorecer um crescimento saudável; executar tarefas de apoio à atividade docente e de enriquecimento do currículo; executar tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças, nomeadamente no âmbito da animação socio educativa e de apoio à família; prestar apoio específico a crianças portadoras de deficiências; executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e dos serviços, podendo comportar esforço físico; assegurar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Escolaridade Mínima Obrigatória	Temporária	Temporária (Emprego Apoiado em Mercado Aberto DL 290/2009, de 12 out. e DL 137/2015, de 26 de jun.)	
			Diretor Departamento	1	Dirigir o Departamento de Cultura e Turismo	Dirigir o Departamento de Cultura e Turismo	Realizar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e físico de crianças e favorecer um crescimento saudável; executar tarefas de apoio à atividade docente e de enriquecimento do currículo; executar tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças, nomeadamente no âmbito da animação socio educativa e de apoio à família; prestar apoio específico a crianças portadoras de deficiências; executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e dos serviços, podendo comportar esforço físico; assegurar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura	Permanente	
			Técnico superior	1	Considerando o crescimento da procura turística em Guimarães, torna-se necessário o reforço da equipa da Divisão de Turismo com recursos humanos com capacidades de promoção e gestão da atividade turística do destino Guimarães	Promover e gerir a atividade turística do destino turístico Guimarães. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Licenciatura na área do Turismo	Permanente		
			Assistente Técnico	1	Reforço da equipa de atendimento ao turista e atividades de suporte à atividade da Divisão de Turismo	Tarefas administrativas, atendimento ao turista e recolha e tratamento da informação turística. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano	Permanente		
08	DCT	Elaborar propostas e executar medidas de intervenção nos domínios da cultura, turismo, biblioteca e arquivo	Assistente Técnico	2	Dinamizar os Serviços Educativos da Biblioteca Municipal Raül Brandão e do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta	Desenvolvimento de um programa integrado de atividades lúdicas, artísticas e culturais que inclua um conjunto diversificado de propostas dirigidas a jovens e adultos, que desempenhem funções educativas tanto a nível familiar, como escolar e comunitário. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	12º ano, técnico profissional animação socio cultural	Permanente		
			Assistente Operacional	1	Reforço da equipa operacional do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta	Higienizar e limpar documentos que permitam a deteção precoce de eventuais problemas e evite os tratamentos mais profundos e dispendiosos dos conjuntos documentais. Recolher e armazenar os documentos nos depósitos. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função	Escolaridade Mínima Obrigatória	Permanente		
			Assistente Operacional	3	Reforço da equipa operacional de cultura.	Executar tarefas de apoio logístico ao serviço de espetáculos; proceder à montagem e desmontagem de palcos, bancas, entre outros; proceder ao transporte de materiais e equipamentos necessários à operacionalização dos espetáculos. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Escolaridade Mínima Obrigatória- Habilitação legal para conduzir veículo da categoria B e C	Permanente		

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Mapa de Pessoal do Município de Guimarães (doc.2)

Classificação	Unidade Orgânica	Missão/Atribuições/Competências	Carreira/Cargos	n.º postos de trabalho novos	Justificação da necessidade/atividade a desenvolver em 2019	Descrição do posto de Trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	Obs
II	DIRE	<p>Dirigir as atividades de planeamento anual e plurianual do município, gestão financeira e patrimonial, desenvolvimento, recrutamento de financiamento nacionais e comunitários. Desenvolver estudos técnicos e arranjos de investimento e a promoção do comércio financeiro para empresas sediadas no concelho.</p>	<p>Director Departamento Chefe da Unidade Orgânica 3ª #111</p>	1	<p>Dirigir o Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico Coordenar e gerir o Gabinete de Contratação Pública</p>	<p>Dirigir o Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico Coordenar e gerir o Gabinete de Contratação Pública</p>	Licenciatura	Permanente	
			<p>Técnico superior</p>	1	<p>Implementar Sistema Normalização Contabilística Administração na vertente patrimonial. Gestão da Carteira de Seguros. Executar os procedimentos legais relacionados com a aquisição de bens imóveis.</p>	<p>Implementar o novo sistema contabilístico na ótica patrimonial a partir de 2018. Gerir os bens imóveis do Município, organizando e mantendo atualizado o cadastro e inventário e a sua afetação aos diversos serviços. Promover o estabelecimento de sistemas de seguros do património móvel e imóvel, assim como a segregação de todos os seguros municipais, adequados à realidade municipal. Nos termos da legislação em vigor, instruir processos de aquisição abrangidos ou iligeias, nos termos do Código das Expropriações. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura na área de Gestão ou da Administração Pública	Permanente	
			<p>Técnico superior</p>	1	<p>Reforço de equipa técnica na área de contratação pública e projetos de financiamento.</p>	<p>Assegurar a gestão de "locais", com critérios definidos em articulação com os serviços utilizadores; Manter atualizado o inventário valorizado das existências e a sua afetação aos diversos serviços; Basear-se nos pedidos de fornecimento, e cobrança de um contrato ou encomenda previamente estabelecida; Receção e gestão dos artigos através de guias de remessa/faturas; Controlo das encomendas nos fornecedores e ao seu grau de satisfação; Controlo corrente dos artigos e previsão dos consumos; Controlo das existências e sua valorização; Verificação do nível de stock referente aos materiais; Referência física dos artigos no armazém; Classificação económica e patrimonial dos artigos; Verificação dos movimentos de stock para atualização do custo médio; Emissão, mediante fatura, de requisições externas de bens e serviços; Inventariações físicas periódicas aos armazéns; Operações de encerramento do ano económico ao nível da contabilidade; Elaboração de requisições e conferir faturas; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura na área de Gestão ou da Administração Pública	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Reforço da equipa técnica devido ao aumento de tarefas impostas pelas alterações legislativas e ao grau de competências exigidas. A implementação do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública a 1 de Janeiro de 2019, o desenvolvimento da contabilidade de custos e a execução de novos procedimentos de conferência de recibos.</p>	<p>Assegurar o desenvolvimento das atividades de gestão orçamental, da despesa e do recibo; Contabilizar as despesas e receitas na ótica da contabilidade patrimonial e orçamental; Assegurar a prestação de contas às várias entidades; nomeadamente DGAL, CDORN, AT, IGR e TIC; Apoiar o acompanhamento e verificação da contabilidade de custos; Apoiar nos procedimentos para o encerramento do ano económico; Apoiar nos procedimentos para a consolidação de contas; Apoiar nos procedimentos para o encerramento do semestre; Verificar toda a atividade financeira, designadamente o cumprimento das obrigações fiscais relativas à arrecadação das receitas e à realização das despesas; Implementação do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública; Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura na área de Contabilidade ou Administração Pública	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Reforço da equipa técnica da área do desenvolvimento económico.</p>	<p>Garantir o funcionamento do Avepark e das incubadoras municipais.</p>	Licenciatura na área de Gestão ou da Administração Pública	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Reforço da equipa técnica da área do desenvolvimento económico.</p>	<p>Garantir o funcionamento do balcão do Empreendedor e apoiar os empresários que desejem realizar serviços e obter informações inerentes às atividades económicas que praticam.</p>	Licenciatura	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	3	<p>Reforço da equipa de apoio administrativo de suporte à atividade da unidade orgânica.</p>	<p>Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transmissão da comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expedientes; atendimento geral e específico; recolha, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Dirigir o Departamento de Recursos Humanos</p>	<p>Dirigir o Departamento de Recursos Humanos</p>	12º ano	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Coordenar e gerir a Divisão de Gestão de Recursos Humanos</p>	<p>Coordenar e gerir a Divisão de Gestão de Recursos Humanos</p>	Licenciatura	Permanente	
			<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Coordenar e gerir a Divisão de Desenvolvimento Organizacional</p>	<p>Coordenar e gerir a Divisão de Desenvolvimento Organizacional</p>	Licenciatura	Permanente	
			III	SMPC	<p>Planear e gerir as atividades relacionadas com o recrutamento e seleção, incluindo a formação, formação profissional, sistema de avaliação, de desempenho e segurança e saúde no trabalho.</p>	<p>Técnico Superior</p>	1	<p>Reforço da equipa técnica da área de recursos humanos.</p>	<p>Executar funções transversais no âmbito dos projetos de gestão e desenvolvimento que visam promover a eficiência e a eficácia das atividades do município. Colaborar nos processos de planeamento de Recursos Humanos, recrutamento e seleção, remunerações, formação, gestão de processos e carreiras/avaliação de desempenho, gestão de indicadores, entre outros. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>
<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Reforço da equipa de apoio administrativo de suporte à atividade da unidade orgânica.</p>				<p>Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transmissão da comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expedientes; atendimento geral e específico; recolha, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura	Permanente	
<p>Coordenador Operacional Municipal (equiparado a Chefe de Divisão)</p>	1	<p>Coordenar e gerir o Serviço Municipal de Proteção Civil</p>				<p>Coordenar e gerir o Serviço Municipal de Proteção Civil</p>	Licenciatura e experiências funcionais adequadas	Permanente	
<p>Técnico Superior</p>	1	<p>Reforço da equipa técnica da área de Proteção Civil</p>				<p>Identificar, conceber e avaliar riscos; planear ações de emergência; elaborar e organizar exercícios de Proteção Civil; preparar e multimedializar; comunicar com a população com todos os meios intervinientes em situações de emergência; atuar em apoio de simulação de entidades externas e a executar planos, estudos e relatórios inerentes à função. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura na área de Proteção Civil	Permanente	
<p>Assistente Técnico</p>	1	<p>Reforço da equipa de apoio administrativo de suporte à atividade da unidade orgânica.</p>	<p>Executar funções administrativas, designadamente: assegurar a transmissão da comunicação, registo, redação, classificação de documentos e arquivo de expedientes; atendimento geral e específico; recolha, organização, tratamento e análise de informação. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.</p>	Licenciatura	Permanente				

- Legenda:
- 01 DA
 - 02 EP
 - 03 DAG
 - 04 DOM
 - 05 DDT
 - 06 OSUA
 - 07 DPW
 - 08 DSE
 - 09 DCTI
 - 10 DCTE
 - 11 DDE
 - 12 DRH
 - 13 SMPC
- Obs: PCD Procedimento Concursal a Ocorrer: agulha do número de postos de trabalho a prover.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Mapa de Pessoal do Município de Guimarães - 2019 - Desenvolvimento de Carreiras Não Revistas e Subsistentes

Classificação	Unidade Orgânica	Missão/Atividade/Competência	Carreira/Categoria	N.º de Vagas de Trabalho	Justificação da necessidade/previdência a desenvolver em 2018	Descrição do Posto de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	ONS
02	DAMI	Prestar apoio técnico-administrativo e jurídico aos órgãos do município e dirigir a ação das divisões municipais.	Especialista de Informática - Grau 3 - Nível 1	2	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas na Portaria n.º 9368/2002, de 9 de abril.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 19/2000, de 26 de março.	Permanente	
			Especialista de Informática - Grau 2 - Nível 1	3	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas na Portaria n.º 9368/2002, de 9 de abril.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 19/2000, de 26 de março.	Permanente	
			Técnico de Informática - Grau 3 - Nível 2	3	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas na Portaria n.º 9368/2002, de 9 de abril.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 19/2000, de 26 de março.	Permanente	
			Técnico de Informática - Grau 3 - Nível 1	2	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas na Portaria n.º 9368/2002, de 9 de abril.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 19/2000, de 26 de março.	Permanente	
			Agente Municipal - Graduado	23	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas no anexo IV ao Decreto Lei n.º 39/2000, de 17 março.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 39/2000, de 17 março.	Permanente	
			Agente Municipal - 1.ª classe	20	Possibilitar acesso na carreira	As funções definidas no anexo IV ao Decreto Lei n.º 39/2000, de 17 março.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 39/2000, de 17 março.	Permanente	
			Fiscal Municipal - Especialista Principal	1	Possibilitar acesso na carreira	Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro.	Permanente	
			Fiscal Municipal - Especialista	3	Possibilitar acesso na carreira	Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro.	Permanente	
			Fiscal Municipal - Principal	1	Possibilitar acesso na carreira	Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro.	Permanente	
			Fiscal - 2.ª classe	1	Possibilitar acesso na carreira	Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais. Realizar outras tarefas diretamente relacionadas com a função.	Conforme requisitos de recrutamento e acesso definidos no Decreto Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro.	Permanente	
04	DPM	Dirigir as atividades de fiscalização do cumprimento das normas legais e regulamentares e sancionamento das respetivas infrações.							

Legenda:
 02 DAM
 06 DPM
 Departamento de Administração Geral
 Departamento de Polícia Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

ANEXOS

1.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS A SATISFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - 2019

Caracterização do empréstimo	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Entidade credora	CAPITAL		Taxa de Juro		ENCARGOS DO ANO			DÍVIDA EM		Obs
					Número do Registro	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	1 de Janeiro	31 de Dezembro	
Médio e Longo Prazo	21/03/1997	16/08/1997	25	21	28 870	30/05/97	CGD	451 152,72 €	431 591,08 €	3,500%	0,391%	21 312,94 €	356,60 €	21 669,54 €	96 566,97 €	75 254,03 €	
Médio e Longo Prazo	28/11/2000	29/12/2000	25	18	4 460	14/12/00	MBCP	710 288,20 €	710 288,20 €	5,216%	0,375%	31 800,47 €	804,35 €	32 604,82 €	222 435,19 €	190 634,71 €	
Médio e Longo Prazo	28/11/2000	29/12/2000	25	18	4 460	14/12/00	MBCP	884 913,36 €	884 913,36 €	5,216%	0,375%	39 618,67 €	1 002,09 €	40 620,76 €	277 121,10 €	237 502,43 €	
Médio e Longo Prazo	28/11/2000	29/12/2000	25	18	4 460	14/12/00	MBCP	1 437 533,54 €	1 437 533,54 €	5,216%	0,375%	64 360,12 €	1 627,90 €	65 988,02 €	450 180,67 €	385 820,55 €	
Médio e Longo Prazo	28/11/2000	29/12/2000	25	18	4 460	14/12/00	MBCP	894 085,26 €	894 085,26 €	5,216%	0,375%	39 035,44 €	1 136,10 €	40 171,54 €	312 708,19 €	273 672,75 €	
Médio e Longo Prazo	28/11/2000	29/12/2000	25	18	4 461	14/12/00	NB	1 341 127,88 €	1 341 127,88 €	5,216%	0,375%	59 876,85 €	1 518,91 €	61 495,76 €	420 023,54 €	360 046,69 €	
Médio e Longo Prazo	27/04/2001	11/07/2001	20	17	1 538	05/07/01	CGD	2 564 714,04 €	2 564 714,04 €	5,041%	0,197%	111 501,28 €	1 509,76 €	113 011,04 €	780 692,72 €	669 191,44 €	
Médio e Longo Prazo	17/04/2002	22/03/2002	20	16	1 538	Dispensado de Visto	CGD	14 963 936,91 €	14 963 936,91 €	4,784%	0,152%	951 345,62 €	3 995,30 €	955 340,92 €	2 858 393,14 €	1 907 047,52 €	
Médio e Longo Prazo	20/12/2001	27/03/2002	25	16	1 538	11/03/02	CGD	700 282,32 €	700 282,32 €	1,765%	0,304%	44 037,66 €	436,90 €	44 474,56 €	154 718,80 €	110 681,14 €	
Médio e Longo Prazo	27/05/2002	01/07/2002	20	16	1 487	27/06/02	BST	556 693,37 €	548 024,26 €	1,590%	0,059%	23 779,59 €	120,33 €	23 899,92 €	202 591,04 €	178 811,45 €	
Médio e Longo Prazo	25/10/2002	12/06/2003	25	15	3 013	18/03/03	BPI	17 457 926,40 €	17 457 926,40 €	4,056%	0,479%	755 599,08 €	15 082,46 €	770 681,54 €	3 022 396,36 €	2 266 797,28 €	
Médio e Longo Prazo	09/05/2002	12/08/2003	20	15	1 185	10/07/03	BPI	2 721 359,00 €	2 721 359,00 €	2,923%	0,660%	116 089,68 €	7 169,32 €	123 259,00 €	1 115 265,56 €	999 175,88 €	
Médio e Longo Prazo	09/05/2002	19/05/2003	20	15	1 184	10/07/03	MBCP	5 000 000,00 €	5 000 000,00 €	3,033%	0,597%	316 972,02 €	9 103,06 €	326 075,08 €	1 603 925,24 €	1 286 953,22 €	
Médio e Longo Prazo	03/10/2003	19/11/2003	20	15	2 931	30/12/03	BPI	5 000 000,00 €	5 000 000,00 €	3,133%	0,875%	314 481,98 €	13 315,16 €	327 797,14 €	1 600 181,35 €	1 285 699,37 €	
Médio e Longo Prazo	26/11/2004	18/04/2005	20	13	2 964	21/12/04	BBVA	2 234 773,00 €	2 234 773,00 €	3,059%	0,649%	139 683,34 €	4 493,28 €	144 176,62 €	778 788,78 €	639 105,44 €	
Médio e Longo Prazo	26/09/2005	02/12/2005	20	13	2 404	24/11/05	CGD	2 562 432,00 €	2 562 432,00 €	2,379%	0,000%	142 357,34 €	0,00 €	142 357,34 €	925 322,59 €	782 965,25 €	
Médio e Longo Prazo	14/07/2006	16/08/2006	20	12	1 304	10/08/06	BBVA	2 669 048,00 €	2 669 048,00 €	2,299%	0,000%	158 077,55 €	0,00 €	158 077,55 €	1 106 542,85 €	948 465,30 €	
Médio e Longo Prazo	29/04/2010	12/05/2010	20	8	638	29/07/10	MBCP	3 377 480,00 €	3 377 480,00 €	3,509%	0,000%	187 637,78 €	0,00 €	187 637,78 €	1 501 102,20 €	1 313 464,42 €	
Médio e Longo Prazo	29/04/2010	12/05/2010	20	8	638	29/07/10	MBCP	15 362 348,00 €	15 362 348,00 €	2,389%	0,950%	853 463,78 €	96 574,17 €	950 037,95 €	10 241 565,32 €	9 388 101,54 €	
Médio e Longo Prazo	29/04/2010	12/05/2010	20	8	638	29/07/10	MBCP	838 385,00 €	838 385,00 €	2,389%	0,950%	46 576,94 €	5 270,44 €	51 847,38 €	558 923,36 €	512 346,42 €	
Médio e Longo Prazo	04/05/2015	22/05/2015	8	3	1 073	14/08/15	CGD	7 000 000,00 €	7 000 000,00 €	1,125%	1,090%	870 016,90 €	44 917,12 €	914 934,02 €	4 446 352,58 €	3 576 335,68 €	
Total								89 527 746,00 €	89 499 515,25 €			5 332 128,75 €	213 457,77 €	5 545 586,52 €	33 208 642,22 €	27 876 513,47 €	

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em: 31 de outubro de 2018
[Assinatura]

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em: 02 de novembro de 2018
[Assinatura]

(a) As colunas serão preenchidas quando se justificar
(b) A designar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade
(c) 1 - Isento do limite de endividamento
N - Não isento do limite de endividamento



CONTENCIOSO

AUTOR/REQUERENTE	Tribunal	PROCESSO	OBJETO	VALOR DO PEDIDO	VALOR DA AÇÃO	ESTADO ATUAL DO PROCESSO - PROXIMA DILIGÊNCIA EM TRIBUNAL	BRIEVE DESCRIÇÃO DO LITÍGIO	AVALIAÇÃO DO RISCO (BAIXO, MÉDIO OU ELEVADO)
SIRDOAL - Empreendimentos e Gestão de Imóveis, S.A. E PENAFORT - Industrias Textéis e Gráficas, SA	TAF de Braga	Proc.º, nº. 883/06.0 BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização.	199.310,33€, acrescidos dos prejuízos materiais e morais que se vierem a liquidar em execução de sentença.	199 310,33 €	Aguarda sentença desde novembro de 2015.	Pedido de indemnização por prejuízos materiais e danos morais ocorridos nos prédios das autoras na sequência das obras de construção do Centro Cultural Vila Flor.	elevado
Maria Fernandina Martins	1ª Vara Mista Guimarães	Proc. ordinário n.º 482/09.5TCGMR -	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização.	2.500,00 €	30 000,01 €	Aguarda-se decisão do recurso apresentado da sentença que condenou o Município a reparar os defeitos na casa da autora.	A autora solicita que seja reconhecida a existência de danos na sua casa, resultantes da execução da obra de pavimentação da Rua António Costa Guimarães, e que seja determinada a sua reparação, no prazo de 60 dias após trânsito em julgado da sentença e ainda que lhe seja paga uma quantia de 2.500,00€ a título de indemnização por danos morais.	elevado
CASA DO ASSENTO - Empreendimentos Turísticos, Lda e TRADIÇÃO MÍSTICA - Construção Civil, Lda	TAF de Braga	Proc. nº 1757/09.9 BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização.	Condenação no pagamento de 2.125.800€ à 1ª autora e 400.000,00€ à 2ª autora, num total de 2.525.800,00€.	2 525 800,00 €	Sentença que julgou a ação totalmente improcedente. Foi apresentado recurso pela parte contrária.	As autoras pedem a condenação do pagamento de uma de uma indemnização por incumprimento, por parte da autarquia, de um Acordo celebrado entre as partes, com vista à execução de obras em terrenos das autoras na Freguesia de S. Torcato.	baixo
Carlos Manuel Lopes Ceia e Rosa Maria de Sousa Abreu	TAF de Braga	Proc. nº 1188/11.0 BEBRG	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça.	Condenação no pagamento de 12.729,34€ ao 1º autor e 11.516,72 € ao 2º autor, num total de 24.246,06€, acrescido de juros	24 246,06 €	Aguarda sentença.	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça, por consultas prestadas no Gabinete de Consulta Jurídica de Guimarães, sedado na Divisão de Ação Social desta autarquia.	nulo
Arnaldo João Leite de Sousa	TAF de Braga	Proc. nº 1754/11.4 BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	12.766,66€ a título de danos patrimoniais e 2.500,00€ e danos não patrimoniais, a que acrescem juros de mora até integral pagamento.	15 266,66 €	Aguarda sentença.	Sinistro ocorrido na estrada municipal que liga Guimarães ao Santuário da Penha, junto ao Centro equestre de Guimarães. O autor caminhava a pé e, para se desviar de um veículo caiu num buraco existente na berm da estrada.	médio
Nuno Filipe Carneiro de Oliveira e Otília da conceição Ferreira Gomes	TAF de Braga	Proc. nº 1424/12.6 BEBRG	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça.	Condenação no pagamento de 7.256,34€ ao 1º autor e 8.560,73€ à 2.ª autora, num total de 15817,07€, acrescido de juros.	15 817,07 €	Aguarda sentença.	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça, por consultas prestadas no Gabinete de Consulta Jurídica de Guimarães, sedado na Divisão de Ação Social desta autarquia.	baixo
Alberto Couto Alves, SA	TAF de Braga	Proc. n.º 1974/12.4 BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização.	Condenação no pagamento de 516.584,21€ a título de indemnização, acrescida da quantia de 89.758,28€ relativa a juros de mora vencidos e os vencidos até integral pagamento.	606 342,49 €	Foi apresentado recurso do despacho saneador. Aguarda-se decisão do recurso.	Pedido de pagamento de indemnização por não cumprimento dos prazos de pagamento das faturas enviadas pela empresa no âmbito das empreitadas: Repavimentação da EM 583 (2.ª Fase e execução de rede de saneamento); e Remodelação da praça e beneficiação de pavimento da Variante nas Caldas das Taipas.	médio
Perennia Monumenta	TAF de Braga	Proc. n.º 40/13.0BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização, por incumprimento contratual.	48.263,76€, acrescido de custas e demais encargos legais, bem como dos encargos decorrentes do empréstimo que a autora teve de contrair para fazer face aos compromissos assumidos, valor este a relegar para liquidação em processo de execução de sentença.	48,263,76€	Aguarda sentença.	Pedido de pagamento de indemnização por não cumprimento do contrato de aquisição de serviços de "requalificação urbanística do Toural, Alameda e Rua de Santo António - sondagens arqueológicas".	alto
Fernando Manuel da Silva Machado	TAF de Braga	Proc. n.º 352/13.2BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	7.290,00€ acrescida de juros legais até integral pagamento.	7 290,00 €	Aguarda marcação de julgamento.	Na ação, por acidente de viação, ocorreu na Av. da República, Cadeias, com a viatura SD-24-13, alegadamente causado por falta de poda das tilias nas Taipas, e pede a condenação do Município de Guimarães no pagamento de 7.290,00 €, acrescido de juros desde a citação	médio
Augusto Joaquim Castro Leite	TAF de Braga	Proc. n.º 2036/13.2BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	5.300,00€ acrescido de juros legais, custas e procuradoria.	5 300,00 €	Aguarda marcação de julgamento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua do Cavado, Meação Frio, devido a gelo na via originando a queda de bicicleta do autor, da qual resultaram despesas e danos físicos.	médio
ARVORE - Cooperativa de Atividades Artísticas, CRL	TAF de Braga	Proc. n.º 100/14.0BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização.	79.800,00€ - sobre estes valores pede-se, ainda, juros vencidos.	79 800,00 €	Realizada a audiência prévia com decisão de improcedência da exceção de ilegitimidade passiva do Réu. Interposto recurso desta decisão. Aguarda acórdão. Pode haver condenação no pedido ainda em 2018.	Pedido de indemnização por não realização de eventos contratados à cooperativa pela Fundação Cidade de Guimarães, nomeadamente: - danos emergentes pela não realização da homenagem a Abel Salazar em montante igual a 16.500,00€, - danos emergentes causados pela não realização da homenagem a Fernando Távora, em montante igual a 43.300,00€, danos morais no montante de 20.000,00€. Sobre estes valores pede-se, ainda juros vencidos.	médio
Lusitânia - Companhia de Seguros, SA	TAF de Braga	Proc. n.º 115/14.8BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	11.634,98 €	11 634,98 €	Julgamento realizado. Aguarda sentença.	Pedido de indemnização por deslizamento de terras sobre viatura de matrícula 24-IA-25, na Rua Dr. João Mota Prago de Faria, Costo.	médio

CONTENCIOSO									
AUTOR/REQUERENTE	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	TRIBUNAL	PROCESSO	OBJETO	VALOR DO PEDIDO	VALOR DA AÇÃO	ESTADO ATUAL DO PROCESSO - PRÓXIMA AUDIÊNCIA EM TRIBUNAL	BREVE DESCRIÇÃO DO URBANO	AVALIAÇÃO DO RISCO (BAIXO, MÉDIO OU ALTO)
Rui Fernando Oliveira Varela e Paula Sofia de Castro e Silva	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1842/14.4BEERG	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça.	Pedido de condenação no pagamento de 11.130,00€ ao 1º autor e 11.480,00€ à 2ª autora, num total de 23997,43€, acrescido de juros	23 997,43 €	Aguarda sentença.	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça, por consultas prestadas no Gabinete de Consulta Jurídica de Guimarães, sedado na Divisão de Ação Social desta autarquia.	baixo
Joaquim Fernandes Ferreira e outros	Município de Guimarães	Secção Cível J2 da Inst. Local de Guimarães da Comarca de Braga	Proc. n.º 679/14.678GNMR	Pedido de indemnização.	19.304,00€ ano desde 28 de maio de 2014 até integral pagamento e 7.500,00€ a título de danos não patrimoniais	30 001,00 €	O Município foi condenado a pagar 24.000,00€ a título de danos patrimoniais e a repor o acude. Já existe um processo de execução desta sentença com penhora de conta bancária do Município.	Pedido de indemnização por destruição de um acude que existia na Ribeira de Curos, junto ao Guimarãesshopping, e que foi substituído por outro no âmbito da empreitada levada a efeito naquela ribeira.	alto
Domingos Caldas de Faria Leite	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1829/15.0BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	3.877,61 a título de danos patrimoniais, 29.040,00€ pela privação do uso do veículo, quantia diária de 80,00€ a liquidar em execução de sentença e juros de mora até integral pagamento.	32 917,61 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua da Ribeira, Britteiros St.ª Estêvão, com a viatura 73-BD- 89 (motociclo), devido a uma mancha de óleo que se encontrava derramada numa extensão de cerca de 1km.	médio
Abilio Rodrigues Barbosa	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2328/14.8BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	3.882,49€, acrescida de juros à taxa legal de 4% ao ano desde a citação até efetivo pagamento.	3.882,49€	Aguarda marcação de julgamento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua da Gandra, Silvares, com a viatura 98-15- NC, por mau estado do piso.	médio
Patrícia dos Anjos Oliveira Nogueira de Azevedo	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2588/15.1BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	31.168,01€, acrescido de juros até integral pagamento.	31 168,01 €	Apresentado requerimento referido a impossibilidade de acordo e sugerido os temas da prova.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua N. S.ª de Fátima, Polvoreira com a viatura 48-OE- 87 por falta de sinalização de disínel na bifurcação das Ruas N. S.ª de Fátima e Rua da Alegria.	médio
Suaves Materiais, Unipessoal, Lda	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 3368/15.0BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	11.181,96€, acrescida da quantia diária de 10,00€ pela privação do uso do veículo até efetiva e integral reparação do veículo e juros até efetivo pagamento.	11 181,96 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento desde dezembro de 2015.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua N. S.ª de Fátima, Polvoreira com a viatura 48-OE- 87 por falta de sinalização de disínel na bifurcação das Ruas N. S.ª de Fátima e Rua da Alegria.	médio
STAL - em representação de 19 trabalhadores	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 18/16.1BEERG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam	Valor do pedido não definido, a apurar pelo Tribunal e liquidado em execução de sentença.	30 000,01 €	Aguarda prosseguimento desde Fevereiro de 2016.	Os 19 trabalhadores representados pelo sindicato solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam.	médio
António Augusto Teixeira Saigado	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1312/16.7BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	40.000,00€ acrescida dos juros moratórios legais.	40 000,00 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido no balizador retrátil instalado na Rua de Val Donas.	médio
Álvaro Fernandes Freitas	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1810/16.2BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	10.574,32€, que corresponde ao valor necessário à reparação do veículo e 4.600,00€ de indemnização por danos resultantes da privação do uso do veículo	15 174,32 €	Audiência prévia sem efeito. Sugeridos temas da prova por acordo.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua Palo Galvão, por o autor ter escorregado e caído desamparado no solo, porque o pavimento estava revestido de um produto escorregadio.	médio
Ricardo Augusto Sequeira Ferreira Esteves	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1099/17.6BEERG	Pedido de indemnização por danos em processo de urbanismo.	16 000,00 €	16 000,00 €	Aguarda sentença.	Indemnização por danos no âmbito de um processo de licenciamento de uma habitação unifamiliar na Freguesia de Aboação, que foi indeferido.	médio
Cláudia Sofia Gomes Moura da Silva e Mário Alberto Ribeiro Oliveira	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1350/17.2BEERG	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça.	Pedido de condenação no pagamento de 7.295,56€ à 1ª autora e 7.136,97€ ao 2º autor, num total de 14.432,53€, acrescido de juros.	14 432,53 €	Aguarda marcação de julgamento.	Ação em que se pede o pagamento solidário de honorários devidos pelo Ministério da Justiça, por consultas prestadas no Gabinete de Consulta Jurídica de Guimarães, sedado na Divisão de Ação Social desta autarquia.	baixo
STAL - em representação de 21 trabalhadores	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2071/17.1BEERG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de valores relacionados com a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, que não ocorreu.	O valor do pedido apenas está liquidado quanto à indemnização de 4.000,00 € por danos não patrimoniais, sendo que o restante será liquidado a final.	30 001,00 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Os 21 trabalhadores representados pelo sindicato solicitam o pagamento de valores relacionados com a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, que não ocorreu.	médio



CONTENCIOSO

AUTOR/REQUERENTE	RÉU/REQUERIDO	TRIBUNAL	PROCESSO	OBJETO	VALOR DO PEDIDO	VALOR DA AÇÃO	ESTADO ATUAL DO PROCESSO - PRÓXIMA DILIGÊNCIA EM TRIBUNAL	BREVE DESCRIÇÃO DO LITÍGIO	AVALIAÇÃO DO RISCO (MÉDIO, BAIXO, MÉDIO OU ALTO)
Diamantino Simões Dias da Silva	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2118/17.1BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	739,27€ a título de despesas com a reparação do veículo, 200,00€ a título de indemnização pela paralisação diária do veículo, 750,00€ por danos morais. A tudo acrescem juros legais até integral pagamento.	1.689,27 €	Aguarda marcação da audiência prévia.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Rua S. João Batista, Alirão Santa Maria, com a viatura 95-NE-63, devido à presença de um buraco na via.	médio
Gil Nuno Rodrigues Magalhães Pereira	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2134/17.3BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	57.499,99€, acrescido de juros até integral pagamento	57.499,99 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por sinistro com um velocípede que embateu num pino circular em ferro que se encontrava implantado sobre a linha contínua branca divisória da pista de ciclismo de Guimarães.	médio
Maria Adosinda da Cunha Rodrigues Almeida	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2192/17.0BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	104211,68€, acrescido de juros	104.211,68 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido na Av. da República, Caldeias. A autora colocou o pé numa tampa de saneamento que estava desviada, perdeu o equilíbrio e caiu desamparada.	médio
STAL em representação de vários trabalhadores do Município	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2376/17.4BEERG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam.	Valor do pedido não definido, a apurar pelo Tribunal e liquidado em execução de sentença.	30.000,01 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Os 8 trabalhadores representados pelo sindicato solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam.	médio
José Manuel Santos Oliveira	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 2687/17.6BEERG	Pedido de indemnização por acidente de trabalho.	90.000,00 €	90.000,00 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por acidente de trabalho.	baixo
STAL em representação de vários trabalhadores do Município	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1107/18.3BEERG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho prestadas a mais no período em que o Município implementou as 40 horas de trabalho semanal.	Valor do pedido não definido, a apurar pelo Tribunal e liquidado em execução de sentença. E ainda o pagamento de uma sanção pecuniária compulsória no valor de 50,00€ diários a cada um dos associados por cada dia de atraso no cumprimento do que vier a ser determinação por sentença.	30.000,01 €	Sentença favorável ao Município, que determinou a improcedência da ação por incompetência territorial do tribunal onde a ação foi apresentada. O sindicato apresentou recurso.	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho prestadas a mais no período em que o Município implementou as 40 horas de trabalho semanal, desde 28-09-2013 a 12-11-2013 e de 13-01-2014 até 30-09-2014.	médio
ECOIBÉRIA - Reciclados Ibéricos, SA	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1397/18.1BEERG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito do proc. de licenciamento n.º 534/14.	Valor do pedido não definido, a apurar pelo Tribunal e liquidado em execução de sentença.	30.000,01 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito do proc. de licenciamento n.º 534/14.	médio
Joaquim Fernando da Silva Pereira	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1545/18.0BEERG	Pedido de indemnização por sinistro.	3.147,29€, acrescida de juros vindicados.	3.147,29 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização por sinistro ocorrido no entroncamento entre a Rodovia de Covas e a Rua de Fundeiva, em Urgezes, com a viatura 93-70-OG do entroncamento.	médio
STAL em representação da trabalhadora Rosa da Silva Santos	Município de Guimarães	TAF de Braga	Proc. n.º 1622/18.9BEERG	Pedido de indemnização pedida em resultado de acidente de trabalho, que não foi assumido como tal.	310,00€ de despesas de tratamentos e consultas médicas e o que demais resultar da sentença, conforme pedido.	30.001,00 €	Ação contestada. Aguarda prosseguimento.	Pedido de indemnização pedida em resultado de acidente de trabalho, que não foi assumido como tal.	médio

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Paulo' and other initials like 'K-S' and 'A'.

PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL ANO ECONÓMICO DE 2019

PLANO PLURIANUAL 2019-2022



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

PLANO PLURIANUAL 2019-2022

Em cumprimento da alínea e), do art. 10º, e das alíneas a) e c), do nº 2, do art. 16º, dos Estatutos da CASFIG, apresentam-se os documentos previsionais para o exercício económico de 2019, e plurianuais 2019-2022, a submeter posteriormente a aprovação da Assembleia Geral.

Em cumprimento do seu objeto social, bem como das competências que lhe estão delegadas pela Câmara Municipal de Guimarães, a CASFIG irá assegurar a gestão social, financeira e patrimonial do parque de habitação de cariz social do Município, bem como um conjunto de serviços de apoio e acompanhamento social na área da habitação: pedidos de habitação e consequente alojamento, subsídio municipal ao arrendamento (SMA), reparação, reabilitação e conservação das habitações, tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos diferentes empreendimentos sociais.

O Plano de Atividades que aqui se apresenta, fixa os objetivos setoriais definidos para o ano de 2019, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, tendo por base uma linha de atuação de índole social que procura valorizar a qualidade de vida das famílias, quer das que residem nas habitações municipais quer as que necessitam de outras modalidades de apoio na área da habitação.

A unicidade de cada família que recorre à CASFIG exige que se dê continuidade à política social de habitação que caracteriza esta empresa municipal, intervindo muito para além da dimensão urbanística e financeira do património de que é responsável. O número elevado de pedidos de apoio que continuamos a receber, permite-nos perspetivar mais um ano de trabalho de grande exigência e empenho.

As famílias que solicitam o apoio da CASFIG têm como dominante comum a situação de grande carência económica, provocada por situações de forte rutura familiar, pelo desemprego ou emprego precário e pelos baixos rendimentos provenientes de pensões ou prestações sociais. Para além da escassez económica, estes grupos populacionais apresentam problemas de outra natureza, associados a uma forte instabilidade nas relações sociais e familiares. Nesta linha, continuamos a ter particular atenção às famílias que se encontram em situação de maior fragilidade e em evidente desgaste dos seus recursos emocionais e materiais.

Na linha da rentabilização de recursos e estruturas de apoio existentes e disponíveis, a CASFIG continuará a valorizar a colaboração e o envolvimento das instituições locais, públicas ou privadas, são exemplo o Centro Regional de Segurança Social (CRSS), o Centro Hospitalar do Alto Ave, os Centros de Saúde do Concelho, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Centro de Respostas Integradas (CRI), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as entidades formadoras, as Escolas do Concelho e muitas outras.

A par do trabalho de intervenção social, a CASFIG continuará a zelar e a assegurar o bom estado de conservação do património de que é responsável, mantendo um acompanhamento próximo e uma fiscalização diária, quer do edifício quer das áreas envolventes aos empreendimentos. Esta monitorização é de extrema importância, uma vez que a boa conservação do património habitacional influencia a forma como os indivíduos se relacionam no seu espaço e o modo como constroem a sua identidade social.

O parque habitacional municipal de que a CASFIG é responsável e constituído por 493 habitações, 6 espaços destinados a realização de reuniões de condomínio e atividades diversas e uma sede.

1. Paredão

[Handwritten signatures and initials]

PRÉDIOS SOB GESTÃO DA CASFIG (Sede, Salas de Condomínio, Empreendimentos, Bairros, Habitações dispersas, outros espaços)	N.º de prédios
Sede da CASFIG - R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 354 - Azurém	1
Salas de Condomínio e outros espaços	6
Empreendimento de Azurém	25
Rua da Fe (Monte Largo) - Azurém	1
Lugar do Bom Retiro - Azurém	2
Lugar da Taipa ou Alem, Lote 5, n.º 155 - Caldeias	2
Bairro da Arcela - Costa	3
Quinta da Azenha - Costa	1
R. Monsenhor Antonio Araujo Costa, 135 - Costa	2
Parque das Horas, n.º 312 - Costa	1
Empreendimento de Creixomil	72
Atouguia - Rua H - Creixomil	2
Atouguia - Rua A - Creixomil	3
Rua Cruz de Pedra - Creixomil	9
Quinta da Honra - Creixomil	1
Empreendimento de Mataducos - Fermentões	60
Empreendimento de Monte S. Pedro - Fermentões	39
Empreendimento de Coradeiras - Fermentões	98
Rua da Rebanha - Guardizela	1
Empreendimento de Mesão Frio	24
Bairro Leão XIII - Oliveira do Castelo	12
Rua da Arcela, n.º 58 - Oliveira do Castelo	1
Rua de Santa Maria - Oliveira do Castelo	3
Praça de S. Tiago - Oliveira do Castelo	1
Praceta Guilherme Faria, n.º 1 e n.º 2 - Oliveira do Castelo	2
Rua Abel Salazar - Oliveira do Castelo	4
Rua Dr. João Antunes Guimarães, n.º 280, R/C Dto. - Oliveira do Castelo	1
Rua Manuel Peixoto, n.º 270, 3.º Esq. - Creixomil	1
Empreendimento de Urgezes	32
Bairro Municipal de Urgezes	67
Bloco Habitacional de Urgezes	8
Bairro de Sernande (Candoso S. Martinho)	9
Bairro do Sardoal (R. Com. José Luís Pina) - Urgezes	6
TOTAL	500

I - ACÇÃO SOCIAL

Na área de intervenção social, a CASFIG procura conciliar o apoio de emergência com o apoio prolongado de cariz transformativo. Na prática, a par da satisfação das necessidades mais imediatas, é essencial desenvolver estratégias de capacitação que assentem na valorização da qualidade da vida dos agregados familiares, assegurando que cada família seja parte ativa no processo de mudança, apoiando-a na integração da sua rede comunitária e orientando-a para os serviços adequados.

É fundamental apoiar as famílias no sentido da autonomia, para que consigam resolver e ultrapassar os problemas que desencadearam a sua situação de crise e que esteve na origem do pedido de ajuda é o grande objetivo do trabalho desta empresa municipal. Este trabalho, muitas vezes feito de avanços e recuos, é feito respeitando sempre as especificidades de cada agregado familiar, a sua cultura e o que tem de melhor e mais autêntico, para que se reconstrua e harmonize. Cada família é única no seu funcionamento e a necessidade de nelas intervir surge quando sozinhas não conseguem dar resposta a um conjunto de alterações que se vão registando ao longo da própria vida.

Ao mesmo tempo que intervenção numa dimensão psicossocial, a CASFIG procura atuar no sentido de garantir o bom estado de conservação e limpeza de cada núcleo residencial, impedindo a sua degradação física e social.

O combate à exclusão social implica necessariamente uma mudança de atitudes e valores da população. Sabemos que esta mudança é lenta, difícil de conseguir, e passa por um processo de envolvimento de toda a comunidade na resolução dos problemas.

Realojar em habitação social não se resume à atribuição de uma habitação com todas as condições dignas de habitabilidade, deve também assegurar as condições necessárias para permitir as famílias melhorar os níveis de satisfação das suas necessidades em domínios tão diferentes como o económico, o cultural e o social.

1.1 - Emprego e Formação Profissional

Os agregados familiares para quem diariamente a CASFIG direciona o seu trabalho, quer a que residem nas habitações do Município quer as que solicitam ou usufruem de outros apoios na área da habitação, têm como dominador comum a falta de emprego e o emprego precário, que inevitavelmente dá origem a baixos salários e à escassez de rendimentos. A esta condição, que afeta a trajetória de muitas famílias, junta-se a pouca qualificação escolar e profissional, que constituem uma incontestável desvantagem na integração desta população no mercado de trabalho.

Merece nos destaque a situação dos desempregados de longa duração e das famílias monoparentais, maioritariamente femininas, que se situam quase sempre em situação de quase ou mesmo total ausência de rendimentos. É importante, portanto, criar condições que potenciem a inserção socioprofissional desta população e que aumentem os seus níveis de qualificação.

Por estas razões, o desemprego continuará a ser um dos eixos importantes da estratégia de trabalho a desenvolver, já que reflete várias ruturas com a sociedade porque para além da sua dimensão económica o trabalho é também revelador de estatuto social, gera pertencas grupais e facilita a integração e a coesão social.

Ao longo do ano de 2019 continuaremos a integrar parcerias com entidades formadoras, no sentido de integrar a população desempregada em cursos de educação formação ao abrigo do quadro comunitário. Na planificação das ações formativas, procuraremos responder às necessidades da população residente.

Consideramos igualmente importante dar continuidade a intervenção que temos vindo a desenvolver, que visa promover a confiança da população residente, adultos e jovens, valorizando as suas qualidades e competências profissionais como fatores decisivos na procura ativa de emprego.

I - 2 - Rendimento Social de Inserção e Complemento Solidário para Idosos

Durante o ano de 2019 continuaremos a acompanhar os processos das famílias residentes que beneficiam deste regime não contributivo da segurança social, em sede do Núcleo Local de Intervenção (NLI).

O conhecimento e a proximidade que a CASFIG possui com as famílias residentes que beneficiam de RSI, permite-nos trabalhar conjuntamente com os gestores dos respetivos processos, quer na sua atualização, quer na definição e avaliação dos Acordos de Inserção, que contemplam ações nas áreas da saúde, da educação, do emprego, da formação profissional, do trabalho socialmente necessário, entre outras.

Para além dos beneficiários residentes, a CASFIG toma ainda a responsabilidade de instruir, analisar e dar seguimento aos processos dos beneficiários não residentes que nos são encaminhados, competindo a CASFIG avaliar a possibilidade de dar solução aos problemas que apresentam na área da habitação.

I - 3 - Rede Social de Guimarães

A CASFIG é membro ativo das Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF) *Comunidade Solidária* e *Couros*, onde se localizam os empreendimentos de habitação que gere, nos diferentes grupos de trabalho definidos pela Rede e, ainda, na concretização das várias ações realizadas junto da população concelhia.

Dada a importância de participar e contribuir para o trabalho desenvolvido pela Rede Social, daremos o nosso contributo para a promoção de uma maior e melhor racionalização da intervenção social no Concelho e para garantir uma maior adequação das ações às necessidades locais.

I - 4 - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)

A CASFIG continuará a disponibilizar um técnico superior para gestão de processos da CPCJ, com participação nas Comissões restrita e alargada.

Como sempre o fizemos, na eventualidade de detetarmos situações de menores vítimas de negligência ou maus-tratos, procederemos ao seu encaminhamento para a CPCJ, acompanhando sempre as respetivas famílias.

I - 5 - Prestação de Trabalho a favor da Comunidade (PTFC)

Em cumprimento da parceria protocolada com o Instituto de Reinserção Social (IRS), a CASFIG continuará a dar cabimento às obrigações assumidas, nomeadamente com a integração de indivíduos a quem foi determinada uma pena de cumprimento de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade. Continuaremos, assim, a prestar a devida colaboração sempre que formos solicitados para tal.

I - 6 - Educação - ensino e promoção de competências pessoais e sociais

A educação influencia diversas dimensões da vida familiar, como os rendimentos, o acesso à informação e o emprego, pelo que continuará a ser um eixo importante do trabalho da CASFIG ao longo do ano de 2019.

Os níveis de escolaridade regulam a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, quanto menor é o nível de escolaridade maior é a probabilidade de possuírem empregos desqualificados, o que agrava ainda mais a sua vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

É fundamental portanto dar continuidade ao trabalho que temos vindo a desenvolver, na medida em que a eliminação de situações de grande fragilidade estrutural em termos de qualificações escolares na população residente, sobretudo nas crianças e jovens, constitui uma aposta futura fundamental no combate às desigualdades de ordem socioeconómica.

Queremos que a aposta que ao longo dos anos temos vindo a fazer continue a dar os seus frutos, traduzindo-se no contínuo aumento do número de jovens residentes que frequentam o ensino superior.

Sublinhamos o facto de que, em matéria de Educação, o trabalho da CASFIG não se resume apenas às questões ligadas ao percurso escolar das crianças e jovens residentes, mas também ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais da população em geral, com especial ocorrência na população adulta.

Intervir na área da educação continua a ser, por ventura, um dos maiores desafios da CASFIG, já que o retorno do investimento no percurso escolar como aposta na vida futura apenas tem visibilidade a longo prazo.

O insucesso escolar e o abandono precoce do sistema de ensino por parte de algumas crianças e jovens residentes é ainda uma realidade no seio da população residente. A falta de acompanhamento familiar no percurso escolar dos filhos, o desinteresse pela escola e a pouca valorização que os pais lhes atribuem são fatores que muito contribuem para os maus resultados escolares e para o abandono precoce do sistema de ensino.

Na verdade, não raras vezes, verificamos que a situação socioprofissional dos educadores e os modelos de educação parental desajustados comprometem, em alguns casos, o desenvolvimento integral das crianças e jovens residentes, razão pela qual a CASFIG está particularmente atenta ao seu percurso escolar.

A falta de ambição escolar por parte de muitos dos jovens residentes resulta de uma recorrente experiência de desilusão que muitas das vezes remonta a várias gerações, ou de uma ausência de expectativas perante a realidade socioeconómica do círculo familiar que lhes está próximo.

A promoção de ações de desenvolvimento e promoção das competências parentais, em parceria estreita com os estabelecimentos de ensino frequentadas pelas crianças e os jovens residentes, continuará a ser uma forte aposta da CASFIG. Esta colaboração decorre da certeza de que os pais devem ser agentes ativos na integração e no êxito escolar dos seus filhos, participando ativamente na dinâmica das escolas que frequentam.

É indispensável transmitir a ideia de que os pais encarregados de educação têm um papel fundamental no bom rendimento escolar dos seus filhos e que é fundamental prestar-lhes apoio e acompanhar o seu processo educativo.

Nesta linha de orientação, a CASFIG continuará a garantir o funcionamento das salas de apoio ao estudo a funcionar nos empreendimentos de Monte S. Pedro, Mataduchos e Coradeiras.

Por último, continuaremos a sensibilizar os pais para a integração das crianças no sistema de ensino pré-escolar, uma que tem consequências positivas ao nível da integração nos níveis de ensino posteriores.

As ações já mencionadas neste documento exigem simultaneamente, para além do trabalho no âmbito das competências escolares, a promoção das capacidades de agir e reagir, de forma estruturada, a situações mais ou menos complexas. Na verdade, as competências pessoais, que estão para além das competências formais, são dimensões essenciais e facilitadores da integração social e, conseqüentemente, um fator protetor e inibidor de risco. Reside aqui a importância de apostar na educação não formal, que promova hábitos, estimule as capacidades intelectuais e as rotinas de trabalho, o que inevitavelmente se reflete numa maior autonomia de vida e no reforço da motivação e da autoconfiança.

Neste âmbito, prevemos concretizar ações em áreas tão diversificadas como as de competências parentais, intervenção cívica da população jovem, alimentação e gestão do economato, igualdade de género, cuidados com os animais domésticos, artes plásticas, etc.

1. *[Handwritten notes and signatures in blue ink]*

No acompanhamento técnico de proximidade realizado à população residente, as questões ligadas a saúde merecem particular atenção, pelas implicações económicas, sociais e relacionais que tem nas suas vidas. As despesas com a saúde tem um peso importante no orçamento dos agregados familiares que residem nos diferentes empreendimentos de habitação social.

Acresce a existência de alguns comportamentos de adição, que constituem um fator de risco não só para a saúde mas também pelas consequências negativas que provocam na dinâmica familiar, social e laboral.

Aceder aos cuidados básicos de saúde não é só um direito de todos mas é também um fator decisivo para o desenvolvimento humano e para o crescimento económico.

Com o nosso trabalho, procuramos contribuir para a diminuição das desigualdades ainda existentes no acesso a estes cuidados por parte dos agregados familiares residentes, que por falta de recursos económicos recorre unicamente ao setor público de prestação de serviços de saúde.

Promover estilos de vida saudáveis, através de ações de sensibilização e encaminhamento para os serviços de saúde específicos, continuará a ser um enfoque importante no trabalho a desenvolver nesta área.

Continuaremos a apostar na prevenção e na redução de danos, mas também no acompanhamento e encaminhamento técnicos da população residente que apresente problemas de saúde consequentes de comportamentos aditivos, problemas oncológicos, saúde materno-infantil, saúde mental, e outros.

Em matéria de saúde, trabalhamos em colaboração com os vários serviços, nomeadamente com os Centros de Saúde e respetivos médicos de família, com o Hospital Nossa Senhora de Oliveira, com a unidade de psiquiatria do Hospital de Braga, com o Centro de Respostas Integradas (CRI), com o IPO do Porto, com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (CNCCI), entre outros.

1 - 8 - Atividades de caráter Educativo, Cultural, Recreativo e Social

As atividades de caráter social, educativo, cultural e recreativo que a CASFIG organiza anualmente são um complemento aos eixos de intervenção que até agora enunciamos. Estas atividades são importantes porque promovem a integração da população residente na comunidade envolvente e a reforçam os laços de vizinhança. Não menos importante é o fato de estas ações permitirem reforçar a proximidade e a confiança entre as famílias residentes e os trabalhadores da CASFIG, fundamental para o trabalho que desenvolvemos.

Destacam-se as comemorações de forte significado social como o Natal, o Dia Mundial da Criança e o Dia Europeu da Boa Vizinhança, mas também a realização de atividades culturais e recreativas que proporcionam as famílias residentes a possibilidade de visitar locais que de outra forma não teriam oportunidade de conhecer.

1 - 8.1 Equipamentos - Centros de Recursos e equipamentos de lazer

Os centros de recursos existentes nos empreendimentos de Monte S. Pedro, Mataduchos e Coradeiras continuarão a ser dinamizados ao longo do ano de 2019. Estes espaços, que se encontram devidamente equipados, permitem-nos desenvolver um trabalho complementar à intervenção social que diariamente realizamos em contexto habitacional.

Os espaços funcionam em habitações que foram transformados com recursos acessíveis a toda a população residente, bem como plataformas para a implementação e desenvolvimento de atividades de natureza social, formativa, escolar (apoio ao estudo) cultural, desportiva e recreativa.

O reforço de intervenção social que damos a estes empreendimentos é motivado pelo facto de serem de maior dimensão populacional e apresentarem um elevado grau de risco social. A

elevada concentração populacional, acresce a dificuldade que vínhamos sentindo pela inexistência de espaços que nos permitissem trabalhar com as famílias residentes, pelo que se considerou imprescindível a criação de estruturas que possibilitassem à CASFIG intervir ao nível das competências pessoais e sociais.

Destaca-se aqui o empenho especial que pretendemos continuar a ter junto da população mais jovem, uma vez que nela detetamos comportamentos de risco que se manifestam através de atitudes e comportamentos desviantes, nomeadamente o consumo de substâncias ilícitas, o pouco investimento no percurso escolar, a situação inativa face ao emprego e a desresponsabilização social.

I - 8.2 - Associação Cultural e Recreativa de Monte S. Pedro

A CASFIG acompanha de perto o trabalho que a Associação Cultural e Recreativa de Monte S. Pedro/Fermentões realiza, quer com a concretização de parcerias em projetos comuns quer com o apoio técnico que muitas vezes nos é solicitado

I - 8.3 - Programa Escolhas - Projeto Crescer Solidário e Integrado

Continuaremos a integrar o consórcio de parceiros do Projeto *Crescer Solidário e Integrado*, cuja entidade gestora é a Cooperativa Fraterna. O projeto está direcionado às crianças e jovens, dos 11 e os 18 anos de idade, residentes no parque habitacional municipal e nas habitações sob a responsabilidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Integram o consórcio de parceiros a Câmara Municipal de Guimarães, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Instituto de Reinserção Social (IRS), a Cooperativa Tempo Livre, a Escola EB 2.3 Fernando Távora e o Instituto Português da Juventude (IPJ).

I - 8.4 - Meditação Infantil e Sénior

As sessões de meditação dirigidas a crianças e a seniores residentes continuarão a ser uma aposta desta empresa municipal, dado o êxito e recetividade que temos registados nestas faixas etárias.

A meditação infantil visa promover junto das crianças residentes uma maior capacidade de lidar com as emoções e relacionamentos sociais, maior clareza mental, concentração, atenção e criatividade, bem como um melhor desempenho escolar, permitindo um crescimento com uma maior consciência de si próprio. Na Meditação Infantil são utilizados jogos e atividades criativas para ensinar as crianças a respirar, usar a imaginação, sentir e entender emoções, distinguir sensações, aprender a viver em sociedade e a aprender a conhecer-se de forma mais clara.

Por sua vez, a meditação para seniores é um forte aliado da diminuição de sentimentos relacionados com a solidão, o medo e a insegurança, promovendo também melhorias na postura corporal, no humor e na respiração.

As sessões continuarão a ser ministradas nos Centros de Recurso dos empreendimentos de Coradeiras, Mataduchos e Monte S. Pedro, situados na freguesia de Fermentões.

I - 8.5 - Atividades - Férias Escolares

Os escassos recursos económicos da maioria das famílias residentes não permitem que as crianças e jovens usufruam de atividades lúdicas organizadas durante os períodos de férias letivas. Continuaremos por isso a promover programas de férias, em especial no período das férias escolares de Verão.

Procuramos garantir que a população mais jovem experiencie um conjunto de atividades que ocupem os seus tempos livres, conciliando as vertentes lúdica e desportiva com as de carácter pedagógico. Por outro lado, temos como objetivo que as crianças e jovens vivenciem experiências novas, em contextos sociais diferentes, promovendo a igualdade de oportunidades.

II.1 - Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)

A CASFIG continuará responsável pela organização e monitorização dos processos dos beneficiários do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA), de acordo com o respectivo Regulamento Municipal.

Para o ano de 2019, a atribuição deste subsídio irá ser feita em conformidade com a dotação orçamental disponibilizada pelo Município no valor de €155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros). Para uma atribuição justa e equitativa do SMA, a atribuição das subvenções será feita com base no cumprimento escrupuloso do regulamento existente. O SMA é uma subvenção de carácter provisório e por isso limitado no tempo, por respeito à gestão da coisa pública, bem como na senda da prestação de um serviço de equidade e justiça social, esta empresa municipal continuará a efetuar uma gestão rigorosa e justa deste subsídio.

Continuaremos assim a ser responsáveis pela tramitação e fiscalização processual deste subsídio, pelo que se propõe a celebração do correspondente contrato-programa, como mais à frente se explica.

II.2 - Residências Partilhadas

As Residências Partilhadas (RP) resultam da necessidade de criar e implementar medidas inovadoras que permitam responder adequadamente aos novos desafios e realidades que se colocam na área da habitação social. Assumimos o compromisso de dar continuidade à implementação de RP, medida que nos permite realizar o alojamento dos agregados familiares unipessoais, compostos por um só elemento.

A RP define-se como uma habitação partilhada por duas, três ou quatro pessoas, dependendo da tipologia, que de forma autónoma, ocupam o mesmo espaço habitacional.

O aumento exponencial do número de pedidos de habitação de famílias unipessoais, quer masculinas quer femininas, continua a verificar-se e esta modalidade de alojamento permite colmatar, em parte, a inexistência de habitações sociais de tipologia 1 em número suficiente, garantindo ao mesmo tempo as condições de autonomia e de privacidade que todos os residentes merecem.

Ao longo do ano de 2019, propomo-nos criar pelo menos mais duas residências partilhadas, objetivo sempre dependente da maior ou menor mobilidade das famílias residentes, ou seja, do número de habitações que ficarão vagas durante o ano.

II.3 - Porta 65

O Porta 65 Jovem é um programa do governo central que visa apoiar o arrendamento no mercado livre e dirige-se a população com idade igual ou inferior aos 32 anos.

A gestão desta iniciativa e da responsabilidade do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU); e tem como objetivo dinamizar o mercado de arrendamento e estimular a reabilitação de imóveis, conferindo-lhes um carácter social.

Neste âmbito, a CASFIG presta apoio técnico a todos os jovens cidadãos do Concelho que pretendam instruir candidatura a este subsídio, uma vez que estas apenas podem ser submetidas eletronicamente, facto que cria grandes constrangimentos a muitos jovens, que solicitam a colaboração desta empresa municipal.

Este programa tem-se revelado importante na medida em que constitui mais uma alternativa habitacional para os jovens que recorrem à CASFIG e cujos requisitos se enquadram nos exigidos por este programa estatal.

III - PESSOAL E EQUIPAMENTO

No sentido de melhorar a eficiência dos serviços prevemos a necessidade de reforçar o equipamento administrativo ao longo do ano.

É ainda intenção da CASFIG continuar a assegurar o tratamento e manutenção das zonas ajardinadas dos diferentes empreendimentos, bem como uma equipa de trabalhadores da área da construção civil para realização das inúmeros pequenos arranjos que diariamente são necessários realizar (pinturas, revisão de telhados, reparação de canalizações, fachadas, etc.), pelo que nos propomos renovar a candidatura às medidas de emprego do IEFP (CEI+) em parceria com o Estabelecimento Prisional de Guimarães, recrutando dois trabalhadores que se encontrem a cumprir pena em regime aberto naquele estabelecimento.

Estas medidas de emprego e inserção têm permitido a CASFIG a contenção de custos, já que evita a contratação de empresas externas, como também integrar no mercado de trabalho pessoas que se encontram em situação de desemprego e ou a beneficiar de Rendimento Social de Inserção. Neste âmbito, e por todas as razões já mencionadas ao longo deste documento, temos privilegiado a contratação de moradores da CASFIG.

IV - OBRAS

Será realizado um conjunto de obras de reparação e manutenção das habitações, que estimamos na ordem dos €119.000,00 (cento e dezanove mil euros). Serão obras de reparação dos espaços interiores das habitações que ficarão vagas, já que por norma e sempre que se justifica a CASFIG procede à pintura interior destas habitações para que as famílias que vão ser realojadas encontrem um espaço bem conservado e em perfeitas condições de habitabilidade. Por outro lado, é necessário dar resposta atempada a pequenas intervenções pontuais nas habitações que, pela sua natureza, são imprevisíveis (telhados, fachadas, problemas de canalização, etc.)

IV - 1 - Equipa de Jardinagem - Brigada do Ambiente

A boa gestão dos diferentes empreendimentos de habitação social exige que se garanta a boa e cuidada manutenção dos espaços exteriores. A experiência diz-nos que este cuidado tem um impacto determinante no tratamento que as famílias residentes dão ao empreendimento em que residem.

O volume de trabalho e a escassez de recursos humanos da Câmara de Guimarães não permite que assegure a limpeza e o tratamento regular das zonas ajardinadas dos diferentes empreendimentos, pelo que a CASFIG assume o cumprimento dessa obrigação. Com uma equipa de dois jardineiros, a CASFIG irá garantir a requalificação, a limpeza e a manutenção de todas as zonas verdes existentes na envolvente dos diferentes empreendimentos.

Uma vez que esta tarefa assumida pela CASFIG tem garantido a melhoria substancial das zonas ajardinadas do parque habitacional que nos está delegada pelo Município, e que tem vindo a impulsionar os residentes à participação na limpeza e conservação das mesmas, propomo-nos continuar a ter esta responsabilidade. Para este efeito, conforme, aliás, se explica mais adiante (ponto VI - 2), propõe-se a celebração do correspondente contrato.

IV - 2 - Parceria com o Estabelecimento Prisional de Guimarães

O número elevado de obras de reparação e manutenção que são necessárias levar a cabo, destacando-se as casas que ficam vagas e cuja reparação célere garante o rápido alojamento de famílias que se encontram a aguardar habitação social, justifica a existência de uma segunda equipa de obras. Uma vez que a experiência que temos tido com a equipa de construção civil, por via da medida CEI+ (Contrato Emprego Inserção +), tem vindo a revelar-se, na prática, uma mais-valia para

A CASFIG, entendeu-se realizar uma nova candidatura ao IEPF para uma equipa alargada de beneficiários.

Continuaremos a apostar na parceria com o Estabelecimento Prisional de Guimarães (EPG), para que a referida equipa integre dois reclusos em situação de regime aberto. Deste modo, para além da resposta às necessidades existentes, a CASFIG cumpre a sua missão social, facilitando a integração social dos munícipes que se encontram em situação de maior fragilidade.

V - RECEITAS

V - 1 - Rendas

A CASFIG continuará a exigir e a atuar com rigor no que diz respeito ao cumprimento do pagamento das rendas por parte dos seus arrendatários, aplicando os respetivos agravamentos em situações de atraso.

Nas situações de atrasos cumulativos, e sempre que se verificarem situações de dificuldades de ordem financeira por parte dos arrendatários, a CASFIG continuará a celebrar Acordos de pagamento de rendas em atraso, considerando sempre a situação socioeconómica de cada família.

A larga maioria dos agregados familiares que residem nas habitações sociais do Município encontra-se ao abrigo do Regime de Renda Apoiada, que faz depender o valor mensal de renda devida em função do rendimento mensal bruto da família, corrigido pelos fatores legalmente definidos (numero de dependentes, tipo de família, problemas de saúde, idade).

Desta forma, a CASFIG não pode deixar de exigir a todas as famílias residentes o cumprimento rigoroso de dever de pagamento do valor de renda mensal, acionando os mecanismos legais existentes para resolução do contrato de arrendamento sempre que se verificarem situações de incumprimento injustificado do arrendatário e depois de esgotadas todas as diligências possíveis, junto da família, no sentido de solucionar a dívida.

As rendas serão atualizadas com base na Lei nº 32/2016 de 24 de agosto, que alterou a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis nºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio.

VI - CONTRATO-PROGRAMA E CONTRATUALIZAÇÃO *IN HOUSE*

VI - 1 - CONTRATO PROGRAMA - ANO 2019 (ANEXO 1A).

A natureza jurídica da CASFIG, empresa local integralmente detida pelo Município e regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, exige a realização de um Contrato-programa através do qual o Município delega à CASFIG a promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães.

A concentração numa única estrutura jurídica e organizacional das competências técnicas necessárias a criteriosa gestão do parque habitacional e demais infraestruturas municipais, nas suas diferentes valências, permite superar eventuais constrangimentos evidenciados na orgânica do Município, fruto da natural dimensão e da estrutura vertical da sua organização.

Desta forma, propõe-se celebrar o contrato-programa anexo ao presente plano previsional, que determina, concretiza e especifica os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal de Guimarães nos Estatutos da CASFIG.

Os valores de renda atribuídos a cada família residente é calculado em função do seu rendimento mensal bruto, cuja diminuição implica igualmente uma redução no montante a atribuir como valor de renda mensal. Como temos vindo a afirmar ao longo deste documento, as famílias

residentes encontram-se quase sempre em situação de precariedade económica, sendo a sua situação profissional revestida de grandes períodos de instabilidade.

Assim, esta situação justifica a celebração de um contrato programa com o Município de Guimarães, com o montante de subsídio à exploração no valor de €90.000,00 (noventa mil euros), dos quais €40.000,00 (quarenta mil euros) se destinam à realização de pequenas obras de reparação e manutenção das habitações que compõem o auto de gestão da CASFIG e €50.000,00 (cinquenta mil euros) como verba suplementar ao cumprimento dos objetivos e obrigações estatutárias, dada a diminuição da receita obtida por via das rendas

VI - 2 - CONTRATUALIZAÇÃO IN HOUSE - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO, SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO, MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO E TRATAMENTO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS ÁREAS AJARDINADAS - (ANEXO 1B).

A CASFIG é uma empresa local, integralmente detida pelo Município, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a quem cumpre, por delegação do Município, executar as ações constantes no art. 3.º dos seus Estatutos.

Considera-se ainda que a Câmara Municipal de Guimarães pretende delegar à CASFIG um conjunto de competências e ações no âmbito da habitação social, que não constituem o seu objeto social estatutário, nomeadamente o apoio e acompanhamento social na área da habitação do Concelho (carências habitacionais), a aplicação dos regulamentos municipais de atribuição de Habitação Social e do Subsídio Municipal ao Arrendamento, o apoio e acompanhamento técnico a programas de financiamento destinados à recuperação de imóveis de habitação e ao arrendamento (Porta 65), o tratamento e manutenção das áreas ajardinadas dos empreendimentos de habitação social.

Com base neste designio, é propõe-se a celebração do Contrato *in house*, cuja minuta se anexa, no valor total de €129.000,00 (cento e vinte e nove mil euros).

É importante sublinhar que a natureza do serviço prestado pela CASFIG reconduz-se à previsão da alínea c), do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Por último, refira-se que o Município contrata a CASFIG com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos admitidos no n.º 2 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, porquanto:

1. Exerce, sobre a CASFIG e sobre a sua atividade, de forma isolada, não apenas uma influência dominante, nos termos do n.º 1. do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mas também e inclusive um controlo em tudo análogo aos que exerce sobre os seus próprios serviços, em resultado da detenção da totalidade do capital social da empresa;
2. A CASFIG desenvolve praticamente toda a sua atividade em benefício exclusivo do Município.
3. A CASFIG encontra-se apta a exercer, para o Município, os serviços compreendidos no presente contrato, habilitação essa que realizou nos termos previstos no Capítulo VIII do Título II da parte II do Código dos Contratos Públicos, por aplicação do disposto no n.º 7 do artigo 5.º daquele Código, não tendo sido prestada caução, por tal não ser obrigatório.
4. A externalização, na CASFIG, da atividade de manutenção, desenvolvida através do processo próprio e específico, enformada pelo n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, implica que a aludida contratação se apresente como imprescindível para a realização do interesse público municipal inerente ao normal e regular funcionamento dos equipamentos, edifícios e infraestruturas municipais;
5. A relação jurídica constituída pelo presente no aludido contrato assume natureza administrativa, nos termos do artigo 278.º do *Código dos Contratos Públicos*;

VI - 3 - CONTRATO PROGRAMA - TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA PAGAMENTO DO SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - ANO 2019 (Anexo C)

Tendo em conta que se mantêm todos os pressupostos que levaram à criação do Regulamento Municipal do Subsídio ao Arrendamento, a CASFIG assumirá a responsabilidade de garantir o pagamento mensal das subvenções as famílias beneficiárias.

Para o ano de 2019, a atribuição deste subsídio irá ser feita em conformidade com a dotação orçamental disponibilizada pelo Município, reforçada em €33.000,00 relativamente ao ano de 2018, no valor total de €155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros), pelo que se propõe a celebração do respetivo contrato-programa. A verba destina-se única e exclusivamente ao pagamento das subvenções atribuídas.

CONCLUSÃO

O apoio social na área da habitação constitui um conjunto de respostas importantes para os problemas habitacionais dos agregados familiares de baixos recursos económicos. Estas famílias não conseguem suportar os encargos financeiros inerentes à compra ou ao arrendamento de habitação no mercado particular.

Porem, se a disponibilização destes recursos são de capital importância, não podemos nunca perder de vista a imperiosa necessidade de acompanhar estes apoios de uma intervenção em várias frentes. Esta afirmação tem por base o facto de a habitação social, não raras vezes, conduzir a concentração de famílias com as mais variadas vulnerabilidades sociais: fracos recursos económicos, baixa escolaridade, pouca especialização profissional, fraco capital cultural e social, fracas perspetivas de promoção social, pouco contato com outras comunidades de referência, e outras. Facilmente se compreende que a homogeneidade desta população a coloca em situação de maior vulnerabilidade a fenómenos de exclusão social.

A habitação uma das importantes dimensões da intervenção social e política, na medida em que constitui um bem material essencial ao bem-estar da vida de qualquer família. Por este motivo, a CASFIG continuará a pugnar pela manutenção de um elevado grau de exigência em matéria de gestão, bem como no atendimento e na prestação de serviços aos cidadãos.

A multiplicidade das manifestações da pobreza e da exclusão social exige uma intervenção em várias frentes que ultrapassam em muito a simples carência económica, pelo que a promoção do acesso ao emprego, à educação, à saúde e à cultura são condições fundamentais para a integração social das populações e para o reconhecimento de todos os indivíduos como cidadãos na plena posse dos seus direitos e deveres.

A habitação social tem que contribuir para uma lógica de integração e de inclusão urbana dos grupos populacionais mais desfavorecidos. Os que nela residem devem sentir-se identificados com o núcleo residencial a que pertencem, sob pena de não o promover, não o defender nem aderir a ações coletivas de participação social e cívica. Para se estabelecer um sentimento coletivo de identificação com o núcleo residencial que habitam, devemos potenciar, envolver e mobilizar a população para participar nas decisões do empreendimento em que residem. Para isso, defendemos a adoção de uma atitude negociada, com a exigência de contrapartidas em troca das melhorias efetuadas, pois só assim será possível ter cidadãos conscientes dos seus direitos e não cidadãos meramente dependentes das instituições e dos serviços sociais.

Pelas razões afloradas, a estratégia de trabalho planeada dá enfoque à necessidade de garantir a boa preservação do edificado, quer do seu interior quer das áreas envolventes, procurando sempre implicar os moradores e envolver a comunidade na vida dos empreendimentos.

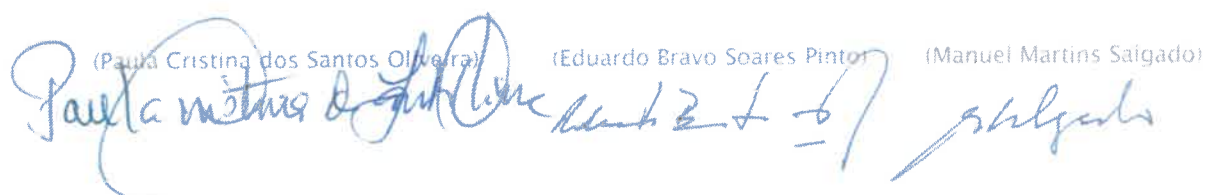
Desta forma, e com a colaboração dos moradores, procuramos combater o estigma do "bairro social" com participação, solidariedade, afetividade e responsabilidade, para que as condições de habitabilidade se possam associar a integração na vida social e o exercício da cidadania.

Ambicionamos que a CASFIG progrida e dê continuidade a concretização de um trabalho isento e rigoroso, garantindo sempre um tratamento equitativo que dê segurança as famílias residentes no parque habitacional de que somos responsáveis, às famílias com carências habitacionais e às famílias que, pela sua situação menos favorecida, necessitam dos diversos apoios sociais que disponibilizamos.

Guimarães, 08 de outubro de 2018.

O Conselho de Gestão.

(Paula Cristina dos Santos Oliveira) (Eduardo Bravo Soares Pinto) (Manuel Martins Saigado)



1.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large signature at the bottom right.

ANEXO1

Minutas de Contratos

Anexo1A – Contrato-programa 2019

Anexo1B – Contrato – Delegação de Competências na área da habitação, gestão dos processos do subsídio municipal ao arrendamento, tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos empreendimentos sociais municipais - Ano 2019

Anexo 1C – Contrato-Programa – Transferência de Verba para Pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento – Ano 2019



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

Anexo 1A

CONTRATO -PROGRAMA
MINUTA - ANO 2019

1º OUTORGANTE Domingos Bragança Salgado, com domicílio profissional no Largo Cónego José Maria Gomes, em Guimarães, em representação do Município de Guimarães na qualidade de Presidente da respectiva Câmara Municipal, adiante designada abreviadamente por MUNICÍPIO, com sede no referido Largo Cónego José Maria Gomes, contribuinte fiscal nº 505 948 605.

2º OUTORGANTE - Paula Cristina dos Santos Oliveira, em representação da Empresa CASFIG, - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda. a seguir designada apenas por CASFIG, na qualidade de Presidente do respetivo Conselho de Gestão, com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 354, em Guimarães, contribuinte fiscal nº 504 885 855.

Considerando que:

- a) A CASFIG é uma empresa local, integralmente detida pelo MUNICÍPIO, regida pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a quem cumpre, de conformidade com o seu objeto principal constante do nº 1 do artigo 3º dos seus Estatutos, a promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães;
- b) O MUNICÍPIO é o único titular do capital social da CASFIG;
- c) De acordo com os nºs 2 e 3 do art.º 3º dos seus Estatutos, a CASFIG, no âmbito socioeconómico, pode também criar e exercer serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área do MUNICÍPIO de Guimarães; a CASFIG exercerá ainda todas as actividades que, acessoriamente, digam respeito ao seu objeto e não sejam excluídas por lei.
- d) Nos termos estatutários, a gestão do parque habitacional abrange, designadamente, as funções de vigilância e supervisão, de assegurar a manutenção do parque habitacional por parte dos inquilinos, de cobrança de rendas ou outros quantitativos devidos pela utilização dos fogos arrendados, de elaboração de propostas de atualização de rendas, de prestar apoio e acompanhamento técnico aos agregados familiares arrendatários, de elaboração de estudos e projetos, de promover permutas de fogos e de assegurar a ligação com as entidades promotoras de habitação social;
- e) A CASFIG está estruturada e organizada por forma a assegurar a gestão especializada do parque de habitacional municipal, desde o atendimento aos munícipes, à gestão e fiscalização da ocupação das habitações sociais, incluindo a prática de ações preventivas e planeadas, tendo em vista a conservação, manutenção e recuperação do edificado;
- f) A concentração numa única estrutura jurídica e organizacional das competências técnicas necessárias à criteriosa gestão do parque habitacional e demais infraestruturas municipais, nas suas diferentes valências, permite superar constrangimentos evidenciados na orgânica do MUNICÍPIO, onde tais aptidões se encontram dispersas por vários departamentos e divisões, fruto da natural dimensão e da estrutura vertical da sua organização.
- g) Por esta razão, a CASFIG, aliando a especialização à agilidade da sua gestão, consegue intervir no parque habitacional municipal, nas suas diferentes dimensões, de forma integrada, com mais celeridade, superando as demoras que a estrutura municipal impunha à concretização de tais procedimentos;
- h) A CASFIG atingiu um nível de organização, especialização na função e custos, que permitem a adoção de um novo paradigma na sua gestão: a autossustentabilidade financeira na sua atividade corrente, de gestão e manutenção do parque habitacional, por recurso às rendas por ele geradas e que, para aquele efeito, ficam na sua disponibilidade.

- i) A Assembleia Municipal de Guimarães, na sua sessão de _____ e sob proposta da Câmara Municipal de Guimarães aprovada em reunião de _____, aprovou o presente contrato-programa, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da referida Lei n.º 50/2012;
- j) O fiscal único da CASFIG emitiu, nos termos previstos na alínea c), do n.º 6. do artigo 25.º, do citado diploma legal, parecer prévio sobre a celebração do presente contrato-programa:

Entre ambos os outorgantes é acordado celebrar o presente contrato-programa, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da aludida Lei n.º 50/2012, subordinado às seguintes cláusulas, que as partes livremente determinam e reciprocamente aceitam:

I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª (Objeto e missão)

1.- O presente contrato-programa determina, concretiza e especifica os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal de Guimarães no artigo 5º dos Estatutos da CASFIG.

2.- Os objetivos setoriais a prosseguir pela CASFIG correspondem aos fixados no seu plano de atividades, comunicado à Câmara Municipal de Guimarães, nos termos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3.- As cláusulas seguintes definem os termos jurídicos, financeiros e materiais segundo os quais será disciplinada a atuação e o funcionamento da CASFIG.

Cláusula 2.ª (Execução)

1.- A CASFIG, para efeitos de execução do presente contrato-programa e para cumprimento do seu objeto social, praticará todos os atos jurídicos, administrativos e materiais necessários à gestão que lhe foi delegada.

2.- Os poderes confiados à CASFIG, para além dos atos expressamente indicados nas cláusulas do presente contrato-programa, incluirão os demais que, por preparatórios, complementares ou subsidiários daqueles, se venham a revelar necessários, adequados ou indispensáveis à perfeição da gestão confiada.

3.- Salvo quando expressamente indicado no presente contrato-programa, a CASFIG adotará os procedimentos, na gestão do parque habitacional do MUNICÍPIO e no exercício da atividade da sua manutenção, que, no seu entender, se mostrem legal e tecnicamente mais adequados.

II - Gestão do Parque Habitacional

Cláusula 3.ª (Parque habitacional)

1.- Os poderes de gestão confiados à CASFIG têm por objeto o parque habitacional do Município.

2.- Os bens que integram o parque habitacional, para efeitos do disposto no número anterior, são os seguintes.

Todos os fogos da propriedade do MUNICÍPIO, independentemente da existência, ou não, de título que legitime o direito, a sua posse ou a sua ocupação por terceiro, bem como as lojas, caves, arrumos, garagens e outros equipamentos

5. Os poderes confiados no presente título à CASFIG, reportados aos fogos habitacionais, consideram-se igualmente reconhecidos, nos precisos termos e com as alterações necessárias, aos equipamentos ali referenciados.

Cláusula 4.ª

(Obrigações e responsabilidades de gestão do parque habitacional)

1. Os poderes de gestão confiados a CASFIG e para os quais está aquela devidamente mandatada são os seguintes:
 - a) Promover a gestão integrada e participada do património habitacional do **MUNICÍPIO** consoante o que lhe for designado pela tutela;
 - b) Promover uma adequada administração patrimonial e social, designadamente, organizando e mantendo atualizado o cadastro de bens imóveis e um banco de dados relativos aos seus residentes quando se relacionem com as respetivas necessidades habitacionais e salvaguardando-se sempre os direitos de personalidade, constitucional e legalmente consagrados, em especial no tocante à reserva da intimidade e vida privada;
 - c) Assegurar a correta ocupação dos fogos;
 - d) Assegurar todo o processo administrativo de cobrança das rendas devidas pela utilização dos fogos, procedendo às respetivas atualizações;
 - e) Assegurar todo o processo administrativo de cobrança dos valores de condomínio devidos pela utilização das zonas comuns, procedendo às respetivas atualizações;
 - f) Promover a permuta dos fogos e respetivos agregados familiares de forma a rentabilizar os recursos da CASFIG e do **MUNICÍPIO**;
 - g) Assegurar, designadamente por ações de vigilância e supervisionamento, a boa manutenção do parque habitacional por parte dos inquilinos;
 - h) Promover ações de formação e informação junto das populações;
 - i) Elaborar estudos e propostas de atualização de rendas;
 - j) Elaborar estudos e projetos;
2. No exercício dos poderes de gestão ficam compreendidos os poderes de administração e de disposição dos bens, nos termos definidos nas cláusulas seguintes.

Cláusula 5.ª

(Funções)

1. No poder de organizar e executar os processos de atribuição e gestão de fogos estão compreendidas as funções de:
 - a) Proceder ao levantamento do quadro físico e social do património habitacional, atualizando sistematicamente os elementos relativos aos agregados familiares;
 - b) Decidir sobre os pedidos de coabitação, sucessão, transferência e permuta dos fogos sociais e submeter à aprovação do **MUNICÍPIO** a decisão de propostas de reajornamento;
 - c) Outorgar diretamente, na qualidade de mandatária do **MUNICÍPIO** e no uso de competências delegadas, títulos de ocupação imobiliária;
2. No poder de assegurar a correta ocupação dos fogos estão compreendidas as funções de:
 - a) Executar atos de fiscalização no âmbito da ocupação e da vacatura dos fogos municipais;
 - b) Proceder à instrução dos processos necessários de forma a poderem ser desencadeados os procedimentos administrativos e contenciosos tendo em vista a atuação em caso de incumprimento pelos arrendatários ou por outros titulares

de direitos de ocupação de fogos municipais, ou que sobre eles exercam poderes de fato.

3.- No poder de assegurar todo o processo administrativo de cobrança das rendas e condomínios devidos pela utilização dos fogos estão compreendidas as funções de:

- a) Definir e aplicar os quantitativos devidos por ocupação dos fogos municipais
- b) Cobrar os quantitativos devidos por ocupação, aplicar as respetivas indemnizações moratórias e emitir os competentes recibos
- c) Cobrar os quantitativos devidos pelos condomínios e emitir os competentes recibos,
- d) Identificar as situações em matéria de não pagamento de quantitativos devidos por ocupação.

4.- Para além dos atos que se encontrem compreendidos nos números anteriores, a CASFIG tem legitimidade para praticar quaisquer outros atos e formalidades, de caráter instrumental ou material, indispensáveis para dar corpo e conteúdo a delegação.

Cláusula 6.ª

(Situações de incumprimento)

1.- Sempre que a CASFIG identifique situações de incumprimento das obrigações e demais prescrições decorrentes dos títulos que legitimam a ocupação dos bens municipais enquadrará os respetivos fundamentos para eventuais efeitos contenciosos.

2.- A promoção de eventuais mecanismos administrativos ou contenciosos destinados a agir sobre as situações de incumprimento compreende-se nos poderes delegados à CASFIG por via deste contrato-programa.

Cláusula 7.ª

(Representação)

1.- No exercício dos específicos poderes de gestão do parque habitacional, nos termos do n.º 2, da cláusula 3.ª, do presente contrato-programa, a CASFIG atuará sempre em nome próprio mas com a referência de que o faz ao abrigo de uma delegação de poderes operada pelo MUNICÍPIO.

2.- Ao Conselho de Gestão da CASFIG, com o enquadramento estatutário definido, caberá representar e exercer os poderes que decorrem do presente contrato-programa.

3.- Os efeitos jurídicos dos atos praticados e dos contratos outorgados pela CASFIG, nos termos do número anterior, projetam-se, direta e automaticamente, na esfera e no património municipal.

III - Manutenção do Parque Habitacional, Infraestruturas, Equipamentos e demais ações complementares

Cláusula 8.ª

(Âmbito)

1. A CASFIG procederá à manutenção do parque habitacional sob a sua gestão.

2.- As ações e atividades indicadas no número anterior serão financiadas direta e autonomamente pela CASFIG, por recurso às respetivas receitas.

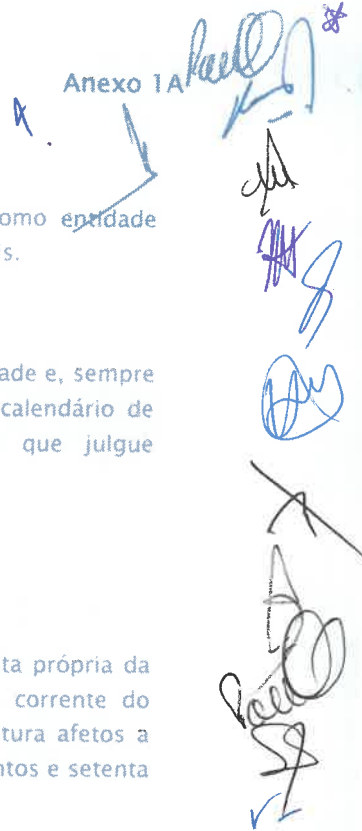
3.- A CASFIG executará, ainda, as demais ações que, ao abrigo de contratação específica, mais concretamente nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da referida Lei n.º 50/2012, o MUNICÍPIO nela venha a determinar.

Cláusula 9.ª

(Subcontratação)

1.- A atribuição à CASFIG das ações previstas na cláusula anterior compreende, designadamente, a faculdade de proceder à aquisição de serviços, projetos, empreitadas ou de quaisquer outras prestações tidas por indispensáveis para assegurar a sua atividade.

Anexo 1A



2. Nas situações a que alude o numero anterior, a CASFIG atuará como entidade contratante e dona da obra para todos os efeitos das disposições legais aplicáveis.

Cláusula 10.ª
(Informações)

A CASFIG informara periodicamente o MUNICÍPIO do resultado da sua atividade e, sempre que este último solicite, prestará qualquer esclarecimento adicional sobre o calendário de execução dos trabalhos, planos de realização das despesas ou outras que julgue convenientes.

IV - Receitas

Cláusula 11.ª
(Rendas e outros quantitativos)

As rendas devidas pela utilização do parque habitacional constituem receita própria da CASFIG, que as afetará à promoção das ações de manutenção preventiva e corrente do edificado de habitação municipal e a cobertura financeira dos custos da estrutura afetos a estas ações. Para o ano de 2019, a CASFIG estima o valor de €370.565,00 (trezentos e setenta mil quinhentos e sessenta e cinco euros) de receitas em rendas.

Cláusula 12.ª
(Subsídios à exploração)

A larga maioria dos arrendamentos do parque habitacional municipal rege-se pelo Regime de Renda Apoiada, que faz depender o valor mensal da renda do rendimento mensal líquido da família, corrigido nos termos da Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro.

A receita anual prevista revela-se, assim, insuficiente para dar cabal cumprimento às obrigações assumidas pela CASFIG, pelo que lhe será atribuído pelo MUNICÍPIO um subsídio à exploração no montante de €65.000,00 (sessenta mil euros), dos quais €35.000,00 (trinta e cinco mil euros) se destinam à realização de pequenas obras de reparação e manutenção do património de habitação social e €30.000,00 (trinta mil euros) ao cumprimento de todas as responsabilidades de gestão que lhe estão cometidas.

O subsídio à exploração será pago pelo MUNICÍPIO à CASFIG em prestações periódicas, de acordo com o seguinte plano de pagamento:

SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO - PLANO DE PAGAMENTO	
DATAS	MONTANTES
Até 31 de Janeiro de 2019	€13.000,00
Até 31 de Março de 2019	€13.000,00
Até 31 de Maio de 2019	€13.000,00
Até 31 de Julho de 2019	€13.000,00
Até 29 de Setembro de 2019	€13.000,00

V Outras Disposições

Cláusula 13.ª
(Indicadores de Desempenho Organizacional)

O desempenho organizacional da CASFIG, e a produtividade por ela assegurada, anualmente, será medido, através de indicadores de eficácia e de eficiência que permitam habilitar o MUNICÍPIO com informação sobre as características, os atributos e os resultados do serviço de manutenção corrente, preventiva e reativa que constitui o processo através do qual a empresa cumpre o seu objeto social, indicadores esses que são enunciados nas cláusulas seguintes.

Cláusula 14.^a

(Indicadores de eficácia)

1 - O serviço prestado pela CASFIG será medido através dos indicadores de eficácia previstos nos números seguintes.

2 - A eficácia da CASFIG, ao nível da cobrança de situações de incumprimento do pagamento dos quantitativos devidos por ocupação dos fogos municipais, competência que lhe está delegada pelo presente contrato-programa, será medida através dos seguintes indicadores.

- a) **Prestação muito eficaz:** contratualização de Acordos de pagamento de rendas em atraso com todos os arrendatários com dívidas de renda e ou condomínio, salvo as situações de contencioso atinentes à recusa de pagamento por parte do inquilino.
- b) **Prestação eficaz:** contratualização de Acordos de pagamento de rendas em atraso com 90% dos arrendatários com dívidas de renda e ou condomínio, salvo as situações de contencioso atinentes à recusa de pagamento por parte do inquilino.
- c) **Prestação ineficaz:** contratualização de Acordos de pagamento de rendas em atraso com menos de 90% dos arrendatários com dívidas de renda e ou condomínio, salvo as situações de contencioso atinentes à recusa de pagamento por parte do inquilino.

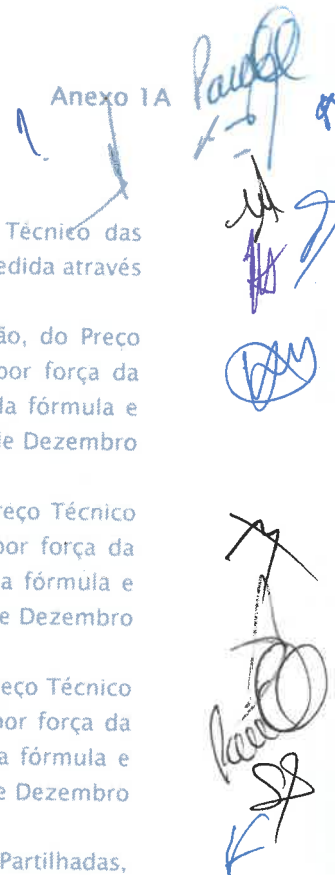
3 - A eficácia da CASFIG, ao nível da instrução dos processos necessários para desencadear os procedimentos administrativos e contenciosos com vista a atuar em casos de incumprimento dos arrendatários, competência que lhe está delegada pelo presente contrato-programa, será medida através dos seguintes indicadores

- a) **Prestação muito eficaz:** instruir os processos necessários para acionar procedimentos administrativos e contenciosos em número superior a 80% dos arrendatários em incumprimento, cujas diligências da CASFIG com vista a contratualização e ou cumprimento dos Acordos de pagamento de rendas em atraso tenham sido esgotadas;
- b) **Prestação eficaz:** instruir os processos necessários para acionar procedimentos administrativos e contenciosos em número igual ou superior a 70% dos arrendatários em incumprimento, cujas diligências da CASFIG com vista ao a elaboração e ou cumprimento dos Acordos de Pagamento de Rendias em Atraso tenham sido esgotadas;
- c) **Prestação ineficaz:** instruir os processos necessários para acionar procedimentos administrativos e contenciosos em número inferior a 70% dos arrendatários em incumprimento, cujas diligências da CASFIG com vista ao a elaboração e ou cumprimento dos Acordos de Pagamento de Rendias em Atraso tenham sido esgotadas.

4 - A eficácia da CASFIG, ao nível da organização e atualização do cadastro de bens imóveis e do banco de dados dos seus residentes relativos a habitação (Fichas Técnicas), competência que lhe está delegada pelo presente contrato-programa, será medida através dos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficaz:** organizar e atualizar o cadastro de bens imóveis e do banco de dados dos seus residentes relativos a habitação (Fichas Técnicas), em prazo inferior a 20 dias após verificada alteração.
- b) **Prestação eficaz:** organizar e atualizar o cadastro de bens imóveis e do banco de dados dos seus residentes relativos a habitação (Fichas Técnicas), em prazo igual ou inferior a 30 dias após verificada alteração.
- c) **Prestação ineficaz:** organizar e atualizar o cadastro de bens imóveis e do banco de dados dos seus residentes relativos a habitação (Fichas Técnicas), em prazo superior a 30 dias após verificada alteração.

Anexo 1A



5 - A eficácia da CASFIG, ao nível da atualização dos valores do Preço Técnico das habitações, resultante da realização de obras de reparação e recuperação, será medida através dos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficaz**: assegurar a reavaliação, e consequente aplicação, do Preço Técnico de todas as habitações cujo valor é passível de ser alterado por força da execução de obras de reparação e recuperação, mediante a aplicação da fórmula e método de cálculo constantes nos Decretos de Lei nº329-A/2000 de 22 de Dezembro e nº166/2003 de 7 de Maio.
- b) **Prestação eficaz**: assegurar a reavaliação, e consequente aplicação, do Preço Técnico de igual ou 90% das habitações cujo valor é passível de ser alterado por força da execução de obras de reparação e recuperação, mediante a aplicação da fórmula e método de cálculo constantes nos Decretos de Lei nº329-A/2000 de 22 de Dezembro e nº166/2003 de 7 de Maio.
- c) **Prestação ineficaz**: assegurar a reavaliação, e consequente aplicação, do Preço Técnico de menos de 90% das habitações cujo valor é passível de ser alterado por força da execução de obras de reparação e recuperação, mediante a aplicação da fórmula e método de cálculo constantes nos Decretos de Lei nº329-A/2000 de 22 de Dezembro e nº166/2003 de 7 de Maio.

6 - A eficácia da CASFIG, ao nível da implementação de Residências Partilhadas, competência que lhe está delegada pelo presente contrato-programa, será medida através dos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficaz**: implementar Residências Partilhadas em mais de 20% (média anual) das habitações que ficarem vagas, existindo candidatos.
- b) **Prestação eficaz**: implementar Residências Partilhadas em percentagem igual ou superior a 15% (média anual) das habitações que ficarem vagas, existindo candidatos;
- c) **Prestação ineficaz**: implementar Residências Partilhadas em percentagem inferior a 15% (média anual) das habitações que ficarem vagas, existindo candidatos;

7 - A eficácia da CASFIG, ao nível do cumprimento da prestação dos serviços que vierem a ser definidos ao abrigo de contratação específica, a efetuar pelo **MUNICÍPIO** nos termos do disposto no nº 2 do art.º 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, será medida através dos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficaz**: assegurar o cumprimento da prestação dos serviços que vierem a ser definidos com o **MUNICÍPIO**, ao abrigo dos termos do disposto no nº 2 do art.º 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, em valor superior a 80%;
- b) **Prestação eficaz**: assegurar o cumprimento da prestação dos serviços que vierem a ser definidos com o **MUNICÍPIO**, ao abrigo dos termos do disposto no nº 2 do art.º 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, em valor igual ou superior a 70%;
- c) **Prestação ineficaz**: assegurar o cumprimento da prestação dos serviços que vierem a ser definidos com o **MUNICÍPIO**, ao abrigo dos termos do disposto no nº 2 do art.º 36º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, em valor inferior a 60%;

Cláusula 15.ª

(Indicadores de eficiência)

1 - A produtividade da CASFIG será medida através dos indicadores de eficiência previstos nos números seguintes.

2 - Sem prejuízo do disposto na lei, a eficiência da CASFIG, ao nível do cumprimento da aplicação e atualização dos quantitativos devidos por ocupação dos fogos municipais, será medida pelos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficiente**: assegurar a atualização das rendas em Regime de Renda Apoiada em prazo inferior a 10 dias após a confirmação documental de alteração de rendimentos;

- b) **Prestação eficiente:** assegurar a atualização das rendas em Regime de Renda apoiada em prazo igual ou inferior a 15 dias após a confirmação documental de alteração de rendimentos;
- c) **Prestação ineficiente:** assegurar a atualização das rendas em Regime de Renda apoiada em prazo superior a 15 dias após a confirmação de alteração de rendimentos.

3 - A eficiência da CASFIG, ao nível do prazo (médio) decorrido entre a vacatura de uma habitação e a sua ocupação por via de realojamento, será medida pelos seguintes indicadores:

- a) **Prestação muito eficiente:** o prazo (médio) decorrido entre a vacatura de uma habitação e a sua ocupação por via de realojamento é inferior a 30 dias úteis, salvaguardando-se as habitações cujas obras de reparação obrigam a abertura de procedimento de empreitada ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- b) **Prestação eficiente:** o prazo (médio) decorrido entre a vacatura de uma habitação e a sua ocupação por via de realojamento é igual ou inferior a 40 dias úteis, salvaguardando-se as habitações cujas obras de reparação obrigam a abertura de procedimento de empreitada ao abrigo do CCP;
- c) **Prestação ineficiente:** o prazo (médio) decorrido entre a vacatura de uma habitação e a sua ocupação por via de realojamento é superior a 40 dias úteis, por motivos exclusivamente atinentes à CASFIG, salvaguardando-se as habitações cujas obras de reparação obrigam a abertura de procedimento de empreitada ao abrigo do CCP.

Cláusula 16.ª

(Avaliação Periódica)

O desempenho da CASFIG, à luz dos indicadores consignados nas cláusulas anteriores, será periodicamente objeto de avaliação, cujos resultados serão reportados semestralmente ao MUNICÍPIO.

Cláusula 17.ª

(Princípio de Cooperação)

O primeiro e segundo outorgantes, na indicada qualidade, obrigam-se, mutuamente, a cooperar entre si no sentido de garantir a realização integral do objeto do presente contrato-programa.

Cláusula 18.ª

(Vigência)

O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e conhecerá o seu termo aquando da avocação da matéria delegada na CASFIG, pelo MUNICÍPIO.

O presente contrato foi celebrado em _____ de _____ de 201____, em dois exemplares, ficando um para cada um dos outorgantes.

Guimarães, _____ de _____ de 201____

O 1º Outorgante,

O 2º Outorgante,

(Domingos Bragança Salgado)

(Paula Cristina dos Santos Oliveira)

CONTRATO - MINUTA
ACOMPANHAMENTO SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO (CARÊNCIAS HABITACIONAIS), GESTÃO
DOS PROCESSOS DO SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO E TRATAMENTO,
MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS ÁREAS AJARDINADAS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS
MUNICIPAIS - ANO DE 2019

1º OUTORGANTE - Domingos Bragança Saigado, com domicílio profissional no Largo Cónego Jose Maria Gomes, em Guimarães, em representação do Município de Guimarães na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, adiante designada abreviadamente por MUNICIPIO com sede no referido Largo Cónego José Maria Gomes, contribuinte fiscal nº 505 948 605;

2º OUTORGANTE - Paula Cristina dos Santos Oliveira, em representação da Empresa CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda, a seguir designada apenas por CASFIG, na qualidade de Presidente do respetivo Conselho de Gestão, com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 354, em Guimarães, contribuinte fiscal nº 504 885 855;

Considerando que:

a) A CASFIG é uma empresa local, integralmente detida pelo Município, regida pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a quem cumpre, de conformidade com o seu objeto principal, a promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães.

b) A CASFIG, de acordo com os nºs 2 e 3 dos seus Estatutos, pode também criar e exercer serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área do Município de Guimarães, no âmbito socioeconómico, podendo, ainda, exercer todas as atividades que, acessoriamente, digam respeito ao seu objecto e não sejam excluídas por lei.

c) Ao nível do apoio e acompanhamento social na área da habitação do Concelho de Guimarães:

1. Existe um elevado número de pedidos de habitação, decorrentes de carência económica e habitacional, que constam do Ficheiro de Procura;
2. Se torna indispensável prestar apoio e acompanhamento social na área da habitação do Concelho (carências habitacionais), instruindo processos de concurso ou candidatura para atribuição de novas habitações sociais e de habitações sociais já existentes;
3. A CASFIG está especialmente vocacionada e preparada para assumir a delegação de todas as competências à luz do Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social;
4. A resolução de muitos dos muitos pedidos de habitação não passa pelo realojamento em habitação municipal, podendo o seu enquadramento sócio-habitacional ser resolvido por via de programas de apoio financeiro para a reabilitação;
5. O correto acompanhamento e instrução deste tipo de processos poderá revelar-se muito importante, quer do ponto de vista da resolução de problemas de carência habitacional, quer na perspectiva da recuperação do edificado, com as vantagens inerentes nos planos urbanístico, arquitectónico, social e económico;
6. A conjuntura social e económica atual, e os consequentes problemas sociais e carências habitacionais, exigem a criação e implementação de medidas inovadoras e alternativas ao realojamento convencional;

d) Ao nível do Subsídio Municipal ao Arrendamento:

1. Se mantêm todos os pressupostos que levaram a criação do Regulamento Municipal do Subsídio ao Arrendamento, ratificado pela Assembleia Municipal de Guimarães em sessão de 26 de Setembro de 2008 - Regulamento n.º 320/2008, publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 115, de 17 de Junho de 2008;
2. Até à data, e face à atual conjuntura socioeconómica, não foi possível satisfazer a totalidade das carências habitacionais existentes no concelho de Guimarães, visto a sua concretização implicar forçosamente um longo período temporal que não se compadece com a urgência dos problemas habitacionais que afetam vários agregados familiares.
3. A CASFIG está especialmente vocacionada e preparada para assumir a delegação de todas as competências à luz do Regulamento Municipal de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, designadamente, a instrução de todo o processo até à elaboração da proposta de candidatura, bem como de todos os atos subsequentes à sua aprovação (pagamento das subvenções aos beneficiários, acompanhamento das famílias, controlo e fiscalização do Acordo de Desenvolvimento e Acompanhamento, recolha trimestral de elementos, etc.);
4. Em razão do número anterior se estabelecerá naturalmente uma relação de proximidade com os beneficiários que aconselha a que sejam os serviços da CASFIG a processar o pagamento mensal do subsídio.
5. A CASFIG dispõe de recursos técnicos e materiais que lhe permitem assumir, com eficiência e eficácia, as exigências inerentes a todo o processo de atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento:

e) Ao nível do tratamento, limpeza e manutenção das áreas ajardinadas dos empreendimentos de habitação social:

1. No âmbito da gestão patrimonial que lhe está estatutariamente cometida, a CASFIG depara-se, frequentemente, com a necessidade de ser realizado o tratamento, a limpeza e a manutenção das zonas ajardinadas dos diferentes empreendimentos de habitação social municipal, cuja gestão é da sua responsabilidade.
2. O tratamento, manutenção e limpeza das zonas ajardinadas nos núcleos de habitação social têm um impacto determinante no tratamento que as famílias residentes dão ao empreendimento em que residem.
3. O Departamento dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal de Guimarães (DSUA), atendendo o atual volume de trabalho e a escassez dos recursos humanos, não tem capacidade para executar, no corrente ano, os trabalhos de tratamento, limpeza e manutenção solicitados pela CASFIG.

f) A especificidade técnica e material da CASFIG habilitam-na a responder, com eficiência e eficácia, às exigências inerentes à prestação dos serviços referidos nas alíneas anteriores, uma vez que se encontra especialmente vocacionada para a área da habitação social:

g) A natureza do serviço prestado pela CASFIG reconduz-se à previsão da alínea c), do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao MUNICÍPIO, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:

h) O MUNICÍPIO decidiu contratar a CASFIG, com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos admitidos no n.º 2 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, pelos seguintes motivos:

1. Exerce, sobre a CASFIG e sobre a sua atividade, de forma isolada, não apenas uma influência dominante, nos termos do n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º

- 50/2012, de 31 de agosto, mas também e inclusive um controlo em tudo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços, em resultado da detenção da totalidade do capital social da empresa;
2. A CASFIG desenvolve praticamente toda a sua atividade em benefício exclusivo do **MUNICÍPIO**;
 3. A CASFIG encontra-se apta a exercer, para o **MUNICÍPIO**, os serviços compreendidos no presente contrato, habilitação essa que realizou nos termos previstos no Capítulo VIII do Título II da parte II do Código dos Contratos Públicos, por aplicação do disposto no n.º 7 do artigo 5.º daquele Código, não tendo sido prestada caução, por tal não ser obrigatório;
 4. A externalização, na CASFIG, da atividade de manutenção, desenvolvida através do processo próprio e específico, enquadrada pelo artigo 6.º da referida Lei n.º 50/2012, implica que a presente contratação se apresente como imprescindível para a realização do interesse público municipal inerente ao normal e regular funcionamento dos equipamentos, edifícios e infraestruturas municipais e ao atendimento prestado a situações de carência habitacional do concelho;
 5. A Câmara Municipal de Guimarães, na sua reunião de ... de Dezembro de 2013, determinou a adjudicação a CASFIG do presente contrato, tendo, por intermédio da mesma deliberação, aprovado a minuta do contrato;
 6. A relação jurídica constituída pelo presente contrato assume natureza administrativa, nos termos do artigo 278.º do Código dos Contratos Públicos;
 7. A CASFIG planeou, mobilizou e comprometeu os seus recursos internos, humanos e materiais, em correspondência ao seu plano de atividades para o ano 2019, constituindo a sua contratação, por parte do **MUNICÍPIO**, um dos pressupostos em que estão suportadas as projeções compreendidas nos instrumentos de gestão previsionais apresentados à Câmara Municipal de Guimarães.

Entre ambos os outorgantes é acordado celebrar o presente contrato, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da aludida Lei n.º 50/2012, subordinado às seguintes cláusulas, que as partes livremente determinam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO** comete à CASFIG a responsabilidade de execução das seguintes ações:

1. Apoio e acompanhamento social na área da habitação social do Concelho de Guimarães (carências habitacionais);
2. Instrução de processos de concursos ou candidaturas para atribuição de novas habitações sociais e habitações sociais já existentes;
3. Aplicação do Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social;
4. Aplicação do Regulamento Municipal de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, designadamente no que se refere à instrução de todo o processo até a elaboração da proposta de candidatura, bem como de todos os atos subsequentes à sua aprovação (pagamento da subvenção aos beneficiários, acompanhamento das respetivas famílias, controlo e fiscalização do Acordo de Desenvolvimento e Acompanhamento, recolha trimestral de elementos, etc.);
5. Apoio e acompanhamento técnicos no âmbito dos programas de financiamento à reabilitação urbana

6. Manutenção, tratamento e limpeza das áreas ajardinadas de todos os empreendimentos de habitação social municipal cuja gestão e da responsabilidade da CASFIG;

Cláusula 2.ª

(Mandato administrativo)

1.- A CASFIG, para cumprimento do objeto do presente contrato, atuara em nome próprio e no interesse do **MUNICÍPIO**.

2.- Para cumprimento do objeto do presente contrato, a CASFIG mobilizará os seus recursos internos, humanos e materiais, e promoverá a perfeita e oportuna execução das ações que lhe estão cometidas.

3.- Caberá ao **MUNICÍPIO** providenciar à CASFIG os meios que a habilitem ao cumprimento das responsabilidades inerentes a observância das ações que lhe estão cometidas.

Cláusula 3.ª

(Poderes de gestão)

A outorga do presente contrato constitui autorização bastante para a CASFIG praticar todos os atos de administração, técnicos, jurídicos, económico-financeiros e materiais necessários à correta execução dos serviços que lhe estão cometidos.

Cláusula 4.ª

(Poderes do Município)

1.- O **MUNICÍPIO** fica investido nos poderes administrativos do contraente público, nos termos do disposto no artigo 302.º do Código dos Contratos Públicos, podendo, designadamente:

- a) Dirigir o modo de execução da prestação da CASFIG;
- b) Fiscalizar o modo de execução do presente contrato pela CASFIG;
- c) Modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo do presente contrato e ao modo de execução das prestações nele previstas;

2.- As modificações ao contrato, nos termos previstos na alínea c) do número anterior, serão, preferencialmente, objeto de acordo endocontratual, nos termos previstos no artigo 310.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- A CASFIG não se oporá às modificações referidas na alínea c) do n.º 1, cabendo ao **MUNICÍPIO** promover ou garantir a reposição do equilíbrio financeiro do contrato sempre que de tal modificação, ou por verificação de outra causa superveniente e relevante, resulte alteração dos pressupostos com base nos quais a CASFIG determinou o valor das prestações a que se obrigou, pressupostos esses que são do conhecimento do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Incorporação no património municipal)

Todas as ações de recuperação e manutenção promovidas pela CASFIG terão por objeto o património físico integrado na esfera jurídica do **MUNICÍPIO**, ficando, assim, o resultado pretendido com o presente contrato integrado e incorporado, de forma direta, automática e sem necessidade de qualquer outra formalidade, no património municipal.

Cláusula 6.ª

(Preço)

1- O **MUNICÍPIO**, a título de contrapartida pelo desenvolvimento e prossecução das ações cometidas na área da habitação, inscritas no presente contrato, remunerará a CASFIG,

Anexo 1B

com o montante de 129.000,00€ (cento e vinte e nove mil euros), apurado em função dos encargos de gestão, de acordo com o documento junto ao presente contrato, que constitui o seu Anexo 1

2 - A remuneração prevista no número anterior será paga em prestações periódicas à CASFIG, de acordo com o seguinte plano:

REMUNERAÇÃO - PLANO DE PAGAMENTO	
DATAS	MONTANTES
Até 28 de Fevereiro de 2019	€12.900,00
Até 31 de Março de 2019	€12.900,00
Até 28 de Abril de 2019	€12.900,00
Até 31 de Maio de 2019	€12.900,00
Até 30 de Junho de 2019	€12.900,00
Até 31 de Julho de 2019	€12.900,00
Até 29 de Setembro de 2019	€12.900,00
Até 31 de Outubro de 2019	€12.900,00
Até 30 de Novembro de 2019	€12.900,00
Até 29 de Dezembro de 2019	€12.900,00

3- O IVA será liquidado nos termos legais em vigor.

Cláusula 7.ª

(Prazo)

O presente contrato, vigora até 31 de dezembro de 2019.

Cláusula 8.ª

(Princípio de Cooperação)

O primeiro e segundo outorgantes obrigam-se, mutuamente, na indicada qualidade, a cooperar entre si no sentido de garantir a realização integral do objeto do presente contrato.

O presente contrato foi celebrado em de de 201..., em dois exemplares, ficando um para cada um dos outorgantes.

O 1º Outorgante,

(Domingos Bragança Salgado)

O 2º Outorgante,

(Paula Cristina dos Santos Oliveira)

ANEXO 1 A QUE SE REFERE O NÚMERO 1 DA CLÁUSULA 6ª DO CONTRATO

ENCARGOS DE GESTÃO (valores anuais)		
AÇÃO DELEGADA	RECURSOS AFETOS	Valor Anual
ACOMPANHAMENTO SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE GUIMARÃES (CARÊNCIAS HABITACIONAIS)	Recursos humanos (valor remuneratório de 2 técnicos superiores e 25% do valor remuneratório de um administrativo)	€51.700,00
	Material e Consumíveis informáticos	€1.600,00
	Comunicações (Internet, telefone, correio)	€1.300,00
	Combustível	€1.550,00
SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO	Recursos humanos (valor remuneratório de 2 técnicos superiores e 50% de valor remuneratório de um administrativo)	€54.250,00
	Encargos administrativos	€400,00
	Material informático (computador e consumíveis)	€1.200,00
	Comunicações (Internet, telefone, correio)	€1.500,00
	Combustível	€800,00
TRATAMENTO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS AJARDINADAS DOS EMPREENDIMENTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL	Recursos humanos (valor remuneratório de dois beneficiários do programa CEI+ - IEPF e 65% do valor remuneratório de 1 assistente operacional)	€13.000,00
	Água e eletricidade	€300,00
	Combustível	€800,00
	Material e equipamento de proteção	€600,00
TOTAL		€129.000,00

Anexo 1C

MINUTA CONTRATO - PROGRAMA
TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA PAGAMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO MUNICIPAL AO
ARRENDAMENTO - ANO DE 2019

1º OUTORGANTE - Domingos Bragança Salgado, com domicílio profissional no Largo Cônego José Maria Gomes, em Guimarães, em representação do Município de Guimarães na qualidade de Presidente da respectiva Câmara Municipal, adiante designada abreviadamente por **MUNICÍPIO**, com sede no referido Largo Cônego José Maria Gomes, contribuinte fiscal nº 505 948 605;

2º OUTORGANTE - Paula Cristina dos Santos Oliveira, em representação da Empresa **CASFIG**, - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda. a seguir designada apenas por **CASFIG**, na qualidade de Presidente do respetivo Conselho de Gestão, com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 354, em Guimarães, contribuinte fiscal nº 504 885 855;

Considerando que:

1. A **CASFIG** é uma empresa local, integralmente detida pelo Município, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a quem cumpre, de conformidade com o seu objeto principal, a promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães;
2. A **CASFIG**, de acordo com os n.ºs 2 e 3 dos seus Estatutos, pode também criar e exercer serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área do **MUNICÍPIO** de Guimarães, no âmbito socioeconómico, podendo, ainda, exercer todas as atividades que, acessoriamente, digam respeito ao seu objecto e não sejam excluídas por lei;
3. Se mantêm todos os pressupostos que levaram a criação do Regulamento Municipal do Subsídio ao Arrendamento, ratificado pela Assembleia Municipal de Guimarães em sessão de 26 de Setembro de 2008 - Regulamento n.º 320/2008, publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 115, de 17 de Junho de 2008;
4. Que o Regulamento para a atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, se insere numa política social de habitação que se pretende adequada às necessidades reais da população, potenciando soluções que permitam uma efetiva inclusão social e uma melhoria significativa da qualidade de vida das famílias que residem no Concelho de Guimarães;
5. Até a data, e face a atual conjuntura socioeconómica, não foi possível satisfazer a totalidade das carências habitacionais existentes no concelho de Guimarães, visto a sua concretização implicar forçosamente um longo período temporal que não se compadece com a urgência dos problemas habitacionais que afetam vários agregados familiares;
6. Que a **MUNICÍPIO** pretende que a empresa de habitação social **CASFIG** assuma todas as competências passíveis de delegação a luz do aludido Regulamento (designadamente, a instrução de todo o processo até à elaboração da proposta de candidatura, bem como de todos os actos subsequentes à sua aprovação);
7. Que, em razão da delegação anteriormente citada, se estabelecerá naturalmente uma relação de proximidade com os beneficiários que aconselha a que sejam os serviços da **CASFIG** a processar o pagamento mensal do subsídio;
8. A **CASFIG** dispõe de recursos técnicos e materiais que lhe permitem assumir, com eficiência e eficácia, as exigências inerentes a todo este processo.

É celebrado o presente Contrato-Programa entre o **MUNICÍPIO** e a **CASFIG**, onde são definidas as condições em que o **MUNICÍPIO** procederá à transferência de uma verba para a **CASFIG** destinada única e exclusivamente ao pagamento do subsídio municipal ao arrendamento aos respetivos beneficiários:

Cláusula 1ª**Objecto**

O presente contrato tem por objeto a transferência para a CASFIG, da verba de €155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros), aprovada em reunião da Câmara Municipal de Guimarães realizada em ... de ... de 2018, destinada ao pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento as famílias beneficiárias.

Cláusula 2ª**(Transferência da verba)**

1 - Para a prossecução do estabelecido na cláusula 1ª, a referida verba será transferida pelo MUNICÍPIO à CASFIG em prestações periódicas, de acordo com o seguinte plano de pagamento:

SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - PLANO DE PAGAMENTO	
DATAS	MONTANTES
Até 31 de janeiro de 2019	€26.000,00
Até 31 de março de 2019	€25.800,00
Até 31 de maio de 2019	€25.800,00
Até 31 de julho de 2019	€25.800,00
Até 30 de setembro de 2019	€25.800,00
Até 31 de outubro de 2019	€25.800,00

Cláusula 3ª**(Prazo)**

Para realização do objeto do presente contrato contido na cláusula 1ª, a CASFIG compromete-se a assumir todas as competências que ora lhe são cometidas durante o ano de 2019.

Cláusula 4ª**(Revisão do contrato programa)**

Qualquer alteração ou adaptação, por parte da CASFIG, dos termos ou dos resultados previstos neste contrato, carece de prévio acordo escrito do MUNICÍPIO, que o poderá condicionar a sua alteração ou adaptação.

Cláusula 5ª**(Validade e caducidade do contrato programa)**

1 - O presente contrato é válido para o ano económico de 2019, podendo ser prorrogado anualmente se o MUNICÍPIO assim o entender.

2 - O presente contrato caduca quando, por falta não imputável às partes, se torne objetivamente impossível de concretizar o seu objeto.

Cláusula 6ª**(Resolução do contrato programa)**

A resolução deste contrato efectuar-se-á através da respectiva notificação a CASFIG.

O presente contrato, feito em dois exemplares, foi aprovado em minuta pelo MUNICÍPIO, por deliberação tomada pela em reunião de ... de ... de 2017, e pela CASFIG, em minuta, por deliberação tomada pelo seu Conselho de Gestão em reunião de ... de ... de 2017.

Guimarães, de ... de 2017

O 1º Outorgante

(Domingos Bragança Salgado)

O 2º Outorgante

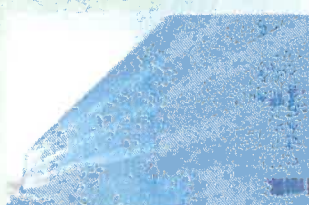
(Paula Cristina dos Santos Oliveira)

1.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

ANEXO2

Balanço Previsional



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

1.

[Handwritten signatures and initials]

Balanço Previsional

RUBRICAS	PERIODOS	
	31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO		
Activo nao corrente		
Activos fixos tangiveis	440.635	465.239
Propriedades de investimento		
Goodwill		
Activos intangiveis	12.762	16.916
Activos biológicos		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		
Participações financeiras - outros métodos	644	644
Accionistas/socios		
Outros activos financeiros		
Activos por impostos diferidos		
	454.042	482.800
Activo corrente		
Inventarios		
Activos biológicos		
Clientes	42.178	42.464
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes publicos		
Accionistas/socios		
Outras creditos a receber	80	1.083
Diferimentos	8.241	8.241
Activos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros		
Activos nao correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos bancários	221.233	203.137
	271.733	254.925
Total do activo	725.774	737.725

Conselheiro de Gestão

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

contabilista certificado

[Handwritten signature]


Balanço Previsional

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2019	31-12-2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	49.880	49.880
Ações (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Premios de emissão		
Reservas legais	11.265	11.265
Outras reservas	167.617	164.317
Resultados transitados		
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização		
Outras variações no capital próprio	322.608	329.930
Resultado líquido do período	5.554	3.301
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	556.924	558.692
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outras contas a pagar ajustamento em subsídio	84.158	86.534
	84.158	86.534
Passivo corrente		
Fornecedores	18.412	21.919
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros entes públicos	10.629	9.660
Accionistas/sócios		
Financiamentos obtidos		
Outras dívidas a pagar	55.651	60.921
Diferimentos		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
	84.692	92.499
Total do passivo	168.850	179.033
Total do capital próprio e do passivo	725.774	737.725

Conselho de Gestão

Paulo António de Jesus Cruz
Presidente

Contabilista Certificado

Enschel

Henrique B. L. J.

1.
Handwritten notes and signatures on the right margin.

ANEXO3

Demonstração Previsional de Resultados



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

R. Cap. Alfredo Guimarães n.º 354
4810-019 Guimarães
Telef. 253 519 881 - Fax: 253 519 883
E-mail: geral@casfig.pt - www.casfig.pt

Contribuinte 504 885 855
Matriculada na C.R.C.G. sob o n.º 504 885 855
Capital Social € 49 879 79

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS	
	31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	527.719	533.373
Subsídios à exploração	65.000	94.330
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0
Fornecimentos e serviços externos	224.008	-266.678
Gastos com o pessoal	-341.705	337.724
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	11.561	11.887
Outros gastos e perdas	-2.148	-2.046
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	36.419	33.143
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-28.758	28.590
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7.661	4.653
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	7.661	4.553
Imposto sobre o rendimento do período	2.107	-1.252
Resultado líquido do período	5.554	3.301
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários	0,00	0,00
Resultado por acção básico		

Conselho de Gestão

Paulo António de Sousa
Armando
Adriano

Responsável de Contas

Ernesto

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO4

Orçamento Previsional de Tesouraria



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

1. *Paul* 1/2
[Handwritten notes and signatures]

TESOURARIA	2018	2019	2020	2021	2022
RECEBIMENTOS					
Recebimentos de prestação de serviços					
Saldo de clientes do ano anterior	37.670	39.323	39.058	39.214	39.368
Recebimentos do ano	493.918	488.682	491.052	492.987	496.047
Outros Recebimentos SMA	122.000	155.000	155.000	155.000	155.000
	<u>653.588</u>	<u>683.005</u>	<u>685.110</u>	<u>687.201</u>	<u>690.415</u>
De Outros Devedores					
De Anos Anteriores	13.557	1.003	74	5	
Outros Rendimentos	2.190	1.864	1.439	1.271	884
De Anos					
De Devedores de ML Prazo					
De Anos Anteriores	15.747	2.867	1.513	1.276	884
Outros					
Accionistas (Socios)					
Empresas Participadas					
Fornecedores					
Adiantamento a Fornecedores					
Estado e Outros Entes Públicos	3.738				
Saldo Anterior					
IRC					
IVA					
Segurança Social					
	<u>3.738</u>				
Socios					
Aumento de Capital Próprio					
Prestações Suplementares de Capital					
Regularização de Saldos Devedores					
Suprimentos					
Subsídios					
A Exploração proveniente da C.M.G.	90.000	65.000	70.000	75.000	80.000
outros	4.330				
	<u>94.330</u>	<u>65.000</u>	<u>70.000</u>	<u>75.000</u>	<u>80.000</u>
Variacao de disponibilidades	61.761				
Total de Recebimentos	<u>829.164</u>	<u>750.872</u>	<u>756.623</u>	<u>763.477</u>	<u>771.299</u>

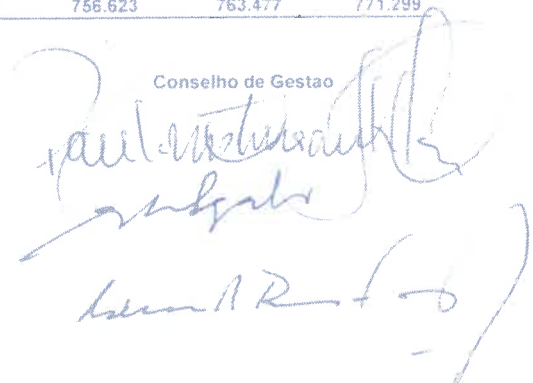
[Handwritten signatures and initials]

TESOURARIA	2018	2019	2020	2021	2022
PAGAMENTOS					
A Fornecedores					
De Anos Anteriores	40.576	21.919	18.412	19.056	19.528
Do Ano					
De Matérias					
De F.S.E.'s/Outras contas a pagar	310.380	210.906	219.237	227.368	213.244
	<u>350.956</u>	<u>232.825</u>	<u>237.649</u>	<u>246.424</u>	<u>232.872</u>
A Outros Credores					
Outros Gastos	2.046	2.148	2.256	2.368	2.487
Fornecedores invest.outras contas a pagar					
outras contas a pagar					
Outros pagamentos SMA	122.000	155.000	155.000	155.000	155.000
Pagamentos a Leasings					
Pagamentos de Juros e gastos similares					
	<u>124.046</u>	<u>157.148</u>	<u>157.256</u>	<u>157.368</u>	<u>157.487</u>
A Pessoal	234.771	237.976	237.671	238.749	239.844
Ao Estado e Outros entes Públicos					
Saldo Anterior	25.505	9.660	10.629	10.573	10.538
IRC					
Encargos	93.886	95.167	95.695	96.259	96.831
	<u>119.391</u>	<u>104.827</u>	<u>106.324</u>	<u>106.832</u>	<u>107.369</u>
Variação de disponibilidades		18096	17723	14104	33727
Total de Pagamentos	<u>829.164</u>	<u>750.872</u>	<u>756.623</u>	<u>763.477</u>	<u>771.299</u>

contabilista certificada

Erasminda

Conselho de Gestao



ANEXO5

Demonstração dos Fluxos de caixa

1.
Handwritten signatures and initials in the right margin.



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2018	2019	2020	2021	2022
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes	531588	528005	530110	532201	535415
Pagamentos a fornecedores	322875	230516	234705	241234	229842
Pagamentos ao pessoal	234771	237976	237671	238749	239844
Caixa gerado pelas operações	-26058	59513	57734	52218	65729
Pagamento/Recebimento do IRC	0	1252	2107	2003	1918
Outros pagamentos e recebimentos	-101952	-105360	109172	-109927	110889
FLUXOS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	128010	-44595	-49332	55705	-43242
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros					
Activos Fixos Tangiveis					
Activos Intangiveis					
Outros Activos					
Subsidios de investimento	0	0	0	0	0
Juros e Rendimentos Similares					
Dividendos					
subtotal	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos Financeiros					
Activos Fixos Tangiveis	28081	2308	2943	5191	3030
Activos Intangiveis					
Outros Activos					
subtotal	28081	2308	2943	5191	3030
FLUXOS ACTIVIDADES INVESTIMENTO	28081	2308	-2943	-5191	-3030
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Realizações Capital e de outros instrumentos de	0	0	0	0	0
Subsidios e Doações	94330	65000	70000	75000	80000
Cobertura de prejuizos					
subtotal	94330	65000	70000	75000	80000
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Juros e gastos Similares	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0
Reduções Capital e de outros instrumentos de c	0		0	0	0
Outras operações de financiamento					
subtotal	0	0	0	0	0
FLUXO ACTIVIDADES FINANCIAMENTO	94330	65000	70000	75000	80000
Variação de Caixa e seus Equivalentes	-61761	18097	17725	14103	33728
Efeito das Diferenças de Câmbio					
Caixa e seus Equivalentes no Inicio do Período	264898	203137	221233	238958	253062
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	203137	221233	238958	253062	286790

Conselho de Gestão
[Handwritten signature]

contabilista certificada
[Handwritten signature]

1. *[Handwritten signatures and initials]*

ANEXO6

Plano Plurianual de Investimentos



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.

PLANO DE INVESTIMENTO (obras de reparação e conservação) / investimento 2019 - 2022							
Nº	Descrição do Investimento	Custo de Aquisição					TOTAL
		2019	2020	2021	2022	TOTAL	
1	Pequenas Reparações	18.000,00	20.000,00	15.000,00	40.000,00	93.000,00	
2	Bairro Municipal Urgeses - BI 2 casas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - telhados e fachadas posteriores	19.500,00				19.500,00	
3	B. Mun. de Urgeses - BI 3, casas 2, 3, 4, 5 e 6 - telhados	12.500,00				12.500,00	
4	B. Mun. de Urgeses - BI 4, casas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - telhados	15.000,00				15.000,00	
5	B. Mun. de Urgeses - BI 5, casas 1, 2, 3, 4 e 6 - fachadas frontais	4.000,00				4.000,00	
6	B. Mun. de Urgeses - BI 6, casas 4, 5 e 6 - telhados	7.500,00				7.500,00	
7	B. Mun. de Urgeses - BI 11, casas 1, 2, 3 e 4 - telhados, fachadas posteriores e escadas	14.000,00				14.000,00	
8	B. Mun. de Urgeses - BI 13, casas 1, 2, 3 e 4 - telhados, fachadas posteriores e escadas	14.000,00				14.000,00	
9	Bairro Leão XIII - R. Padre Cruz, Casas 14 e 22 - telhados	7.000,00				7.000,00	
10	Bairro Leão XIII - R. N. Sta. de Fátima, casa 5 - tetos e pavimentos	4.000,00				4.000,00	
11	B. Mun. de Urgeses - BI 8, casas 1, 2, 3, 4 e 5 - fachadas frontais	4.000,00				4.000,00	
12	B. Mun. de Urgeses - BI 9, casas 1, 2, 3, 4 - fachadas posteriores	3.000,00				3.000,00	
13	Rua da Fe, casa n. 199 - fachadas frontais, posteriores e laterais	7.000,00				7.000,00	
14	Bairro Municipal Urgeses - BI 1, casas 5 e 6 - telhados	5.000,00				5.000,00	
15	B. Mun. de Urgeses - BI 5, casa 6 - telhado	3.000,00				3.000,00	
16	B. Mun. de Urgeses - BI 7, casas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - telhados	15.000,00				15.000,00	
17	B. Mun. de Urgeses - BI 9, casas 1, 2, 3, 4, 5 - telhados	12.500,00				12.500,00	
18	B. Mun. de Urgeses - BI 10, casas 1, 2, 3, 4 - telhados	10.000,00				10.000,00	
19	Bairro do sardoal - Telhado, fachadas frontais e posteriores			30.000,00		30.000,00	
20	B. Mun. de Urgeses - fachadas			20.000,00		20.000,00	
21	Bairro Leão XIII - fachadas				10.000,00	10.000,00	
22	Requalificação das zonas comuns			20.000,00		20.000,00	
23	Equipamento informático e Administrativo			5.000,00		5.000,00	
TOTAL		119.500,00	78.500,00	90.000,00	68.000,00	356.000,00	

ANEXO7

Pareceres do Fiscal Único

- Parecer sobre Contrato-programa a celebrar com o Município, para efeitos do art.º 25.º, nº 6, alínea c) da Lei 50/2012, de 31 de agosto.
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Instrumentos de Gestão Previsional



Coordenação de Âmbito Social e Financeira das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda.



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA
A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A CASFIG**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, N.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o contrato-programa (em minuta, que se anexa – CONTRATO-PROGRAMA - ANO 2019) a celebrar entre o **Município de Guimarães (Município)** e a **CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda. (CASFIG)** no qual são definidos os termos de funcionamento desta Entidade, bem como o valor do subsídio à exploração a receber pela mesma.
2. Este subsídio, no valor de € 65.000,00 para o exercício de 2019, é devido como contrapartida de obrigações assumidas pela CASFIG e diz respeito à realização de pequenas obras de reparação e manutenção do património de habitação social (€ 35.000,00) e ao cumprimento de todas as responsabilidades de gestão que lhe estão cometidas (€ 30.000,00).

RESPONSABILIDADES

3. São da responsabilidade das entidades mencionadas em 1 os termos do presente contrato-programa, o qual evidencia o valor do subsídio à exploração devido pelo Município à CASFIG.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correcção do referido conteúdo e a sua articulação com os estatutos da CASFIG.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria 872 - Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas.

PARECER

6. Com base no trabalho efectuado, somos de parecer que as atribuições, responsabilidades e funções contempladas na minuta do contrato-programa decorrem expressa ou implicitamente dos estatutos da CASFIG.

1.



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC. LDA

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RESSALVA

7. Afigura-se-nos oportuno referir que a execução de acções não contempladas no presente contrato-programa, e que não constem das disposições estatutárias da CASFIG, devem ser-lhe cometidas com enquadramento no n.º 2 do art.º 36.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Vila Nova de Gaia, 03 de Outubro de 2018

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

representada por


(António de Jesus Pejeira, R.O.C. n.º 773)

Anexo: Minuta



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda.** (a Entidade) relativos a 2018-2022, que compreendem o Plano de Investimento (2019-2022), a Demonstração de Resultados (2018-2019), o Orçamento de Tesouraria (2018-2022), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (2018-2022) e o Balanço Previsional (2018-2019), incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos em "Elaboração de Instrumentos de Gestão Previsional-Pressupostos Base".

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (artigo 25º, n.º 6, alínea j)).

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respectivo relatório.

O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospectiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projecção está devidamente preparada com base nos pressupostos e



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (artigo 25º, n.º 6, alínea j)).

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Vila Nova de Gaia, 09 de Outubro de 2018

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por



(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773)

ATA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, FLÁVIO ROMEU DE SOUSA FREITAS, representante do Município na Assembleia Geral da CASFIG por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães tomada em sua reunião de dezanove de outubro de dois mil e dezassete, e, nessa qualidade e como membro único daquele mesmo órgão, deliberou constituir uma sua sessão.---
DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019 E PLANO PLURIANUAL 2019-2022 - em conformidade com o disposto no artigo 9º, alínea a), 10º alínea e) e 16º alínea c) do número 2 dos respetivos estatutos, procedeu-se à análise dos documentos previsionais para o exercício económico de 2019, a submeter ao conhecimento e aprovação (contratos-programa) do órgão executivo e deliberativo do Município de Guimarães. A referida proposta, acompanhada pelos documentos obrigatórios, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR -----

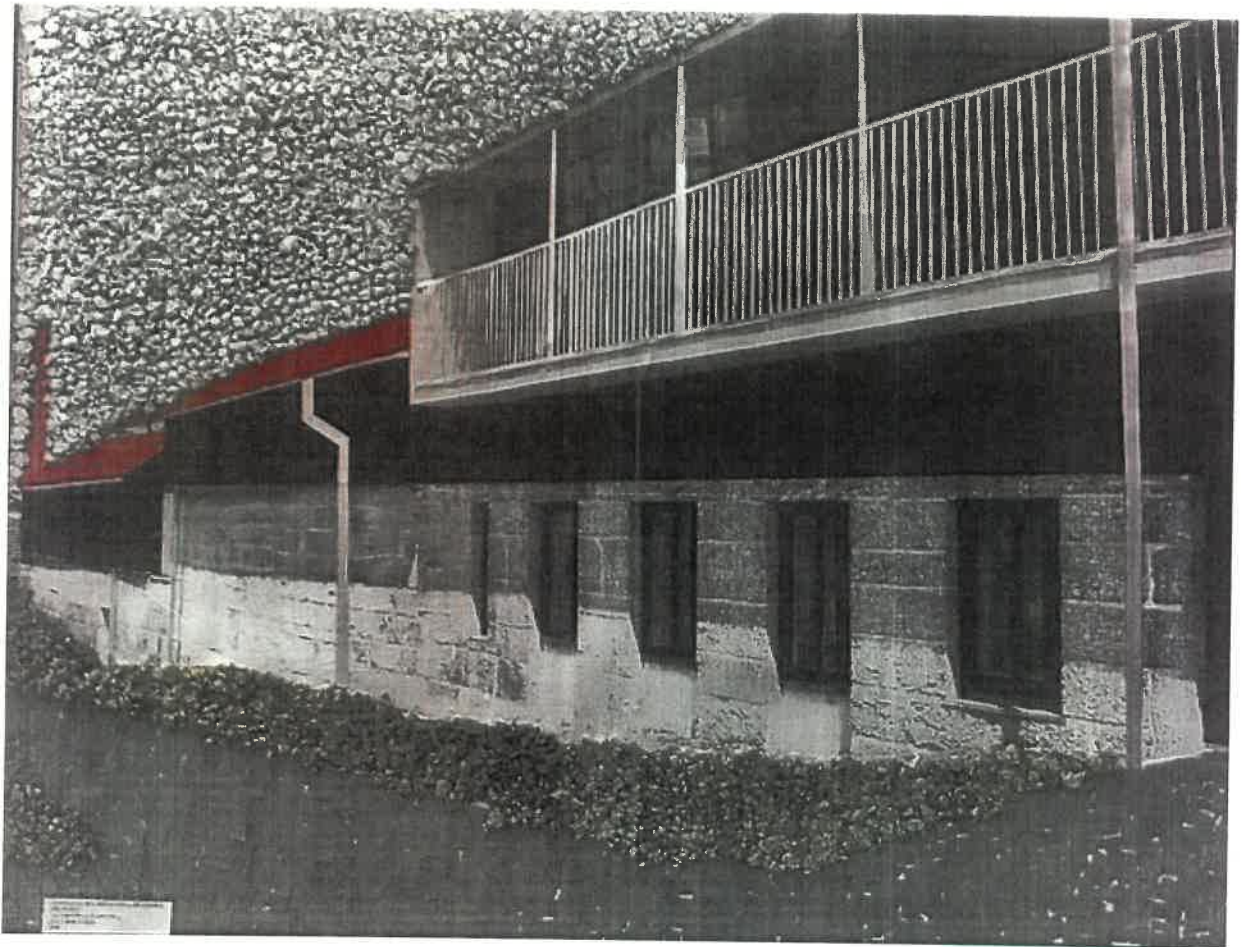
Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo representante do Município na Assembleia-geral.

 Flávio Romeu de Sousa Freitas.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller marks and initials along the right margin.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



Ano 2019

ANEXO III

Índice

1. Introdução.....	3
2. Objetivos estratégicos	4
3. Plano de atividades 2019:	
Departamento de apoio à criança	6
Departamento de apoio à terceira idade	10
Departamento de desenvolvimento social	12
Departamento de estudos e projetos	17
Comunicação	20
Biblioteca	21
Departamento de manutenção e logística	23
4. Orçamento 2018	24
5. Plano plurianual de investimentos	25
6. Conclusão	26

1.

1. INTRODUÇÃO

Este documento, que apresentamos para apreciação e aprovação, pretende refletir o desígnio da Fraterna, através dos objetivos estratégicos e atividades, para o ano de 2019. Numa fase em que a Fraterna atravessa um maior equilíbrio quer do ponto de vista da sustentabilidade dos serviços, quer na vertente financeira, apresentamos um Plano para 2019 que não deixa de ser ambicioso no domínio da modernização e requalificação do edificado, mas também nas metas e desafios propostos.

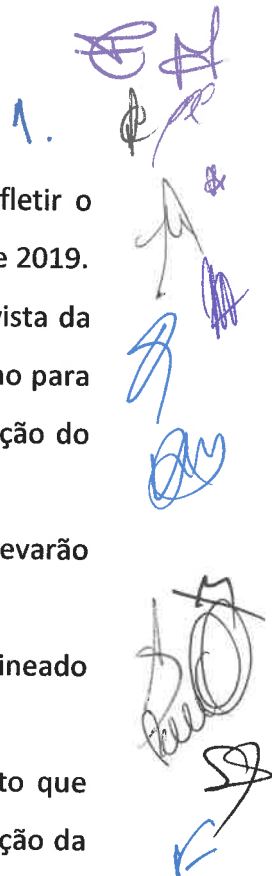
Nos anos 2019 e seguintes, temos intenção de renovar o ciclo de políticas que nos levarão até 2021, neste que é o segundo ano do novo mandato dos Órgãos Sociais.

Este período corresponderá também à implementação de um Plano Estratégico delineado para orientação futura.

Iniciar uma etapa com o foco nas oportunidades de inovação e desenvolvimento que estarão disponíveis no PORTUGAL 2020, sempre com a preocupação na manutenção da estabilidade, com o reforço e consolidação da estrutura e das ações existentes, mas também com uma nova preocupação de inovação, de criatividade e de crescimento no desenvolvimento de novos projetos e iniciativas.

É também nosso objetivo, priorizar os projetos de intervenção social que, ao longo de mais de uma década, são desenvolvidos nos bairros sociais da Atouguia e Gondar, que encontrando-se em fase final de execução, aguardam a abertura de novas candidaturas. Assim, embora o orçamento constante deste documento preveja o financiamento destes projetos por via de candidaturas aos Programas Escolhas e CLDS, no entanto, constituindo uma intervenção de manifesto interesse municipal, de modo a assegurar-se a sua continuidade, poderá ser necessária uma revisão do contrato-programa entre esta Régie-cooperativa e o Município.

Assim, este documento reflete, de uma forma genérica, os projetos e atividades que irão ser levadas a cabo por cada Departamento da Fraterna durante o ano de 2019. O plano de atividades desta Régie-Cooperativa não é estanque e nem se esgota naquilo que se encontra definido no documento, pelo que, fruto da dinâmica da sua equipa, poderá a todo o momento a Fraterna dinamizar atividades e/ou projetos que de momento não são possíveis prever.



2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para além dos objetivos gerais, devidamente explanados nos seus Estatutos, e o cumprimento do estabelecido nos acordos de cooperação, protocolos e parcerias, a Fraterna tem como objetivos estratégicos para 2019:

PESSOAS

- Garantir elevados níveis de satisfação de clientes e colaboradores;
- Garantir o foco nas necessidades e expectativas das crianças, jovens, idosos e suas famílias;
- Potenciar a participação das famílias e da comunidade na vida da instituição;
- Reforçar a participação e comprometimento dos colaboradores na vida da instituição;

ORGANIZAÇÃO

- Melhorar os mecanismos de integração e articulação interna;
- Elevar os níveis de abertura ao exterior e o número de parcerias com entidades externas;
- Aprofundar os mecanismos de planeamento, execução e controlo dos processos de gestão organizacional;
- Garantir o desenvolvimento das ações necessárias para o tratamento dos riscos e oportunidades internas e externas;

FORMAÇÃO

- Aumentar os níveis de qualificação dos colaboradores;
- Desenvolver ações com vista ao reforço de competências distintivas e que criem valor;
- Inovar nas metodologias e práticas de formação e qualificação;
- Potenciar a participação em ações de formação externa;

SUSTENTABILIDADE

- Garantir elevados níveis de frequência nas diferentes respostas sociais e serviços;
- Reforçar os mecanismos de controlo e de integração interna, de forma a racionalizar os recursos existentes;
- Melhorar os mecanismos de negociação e de controlo na relação com clientes e fornecedores;
- Criar novas fontes de financiamento através de programas e projetos inovadores;

RECURSOS FÍSICOS

- Requalificação dos espaços e da imagem da própria Organização, dotando-a de mais qualidade externa e interna e de melhores condições para o desenvolvimento das ações e dinâmicas de trabalho nas diversas áreas;
- Renovação adequada dos meios de transporte, para assegurar o cumprimento dos múltiplos serviços, internos e externos, de modo organizado, responsável e competente.

3. PLANO ATIVIDADES 2019

O plano de atividades está estruturado pelos seguintes departamentos:

- ❖ Apoio à criança
- ❖ Apoio à terceira idade
- ❖ Desenvolvimento social
- ❖ Estudos e projetos
- ❖ Comunicação
- ❖ Biblioteca
- ❖ Manutenção e Logística

1. 

3.1. Departamento de Apoio à Criança

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
CRECHE - SALA 1 ANO	"SENTIR, EXPLORAR E CRESCER"	Trabalhar a afetividade para minimizar a fase de adaptação.	A minha primeira vez na Creche.	Sala
		Exploração do meio envolvente	Necessidade de explorar o meio.	Sala
		Promover o gosto pelas histórias e leitura.	Exploração da história "Adivinha o quanto eu gosto de ti" - Outono	Sala
		Fomentar a aquisição de ritmo; Exercitar os braços Favorecer a descoberta do seu próprio corpo (mãos).	Músicas-vários cds	Sala
		Visualizar e identificar as diferentes cores; Exercitar o movimento cabeça-pescoço; Acompanhar visualmente o movimento da luz.	"Luzinhas" Papel celofane de diferentes cores	Sala
		Imitar sons e gestos dos animais; contacto com alguns animais de plástico e verificar as diferenças e semelhanças com os reais.	Diferentes vozes de animais	Sala
		Explorar por meio de brincadeiras os elementos do próprio corpo; Manipulação de diferentes materiais, como tinta, argila, proporcionando às crianças diferentes sensações táteis.	Pintura com o dedo, mãos e pés.	Sala
		Procurar e descobrir a direção de um objeto que provoca ruído; Reagir a diferentes ruídos.	Maracas divertidas- Diferentes marcas com feijão e arroz	
		Ser capaz de explorar objetos com as mãos; Reagir através do tato a diferentes texturas(liso/ rugoso).	Diferentes texturas	Sala
		Exercitar a motricidade dos membros inferiores da criança; favorecer a coordenação de segmentação visual e dinâmica geral; iniciar a criança na avaliação das distâncias.	Bolas pequenas de diferentes cores" O pequeno malabarista"	Sala
		Permitir o contacto com novos materiais; Provar novos sabores; Estimular a criatividade; Desenvolver força das mãos e pulsos; Apurar a motricidade fina; Desenvolver o sentido de tato.	Modelar com Massa de Sal	Sala
		Despertar diferentes sensações como o de sentir a temperatura, textura, cheiro e gosto do alimento.	Explorar as sensações com gelatina	Sala
		Proporcionar o prazer de manipular o material pastoso; colorido, de olfato, Desinibição motora; Desenvolver a imaginação e criatividade.	Técnicas de pintura- Digitinta	Sala
		Despertar diferentes sensações como o de sentir a temperatura, a textura, o cheiro e o gosto do alimento.	Experimentar frutas separadamente	Sala
		Identificar os cinco sentidos; estimular as sensações para desenvolver o autoconhecimento; Identificar diferentes sons, cheiros, sabores, texturas e imagens; Desenvolver o processo de aprendizagem e estimulação da inteligência .	Tapete Sensorial	Sala
Visitar a Quintas das Manas.	Passeio de Final de Ano Letivo.	Exterior		

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
CRECHE - 2 ANOS	"QUE BICHO É ESTE?"	Desenvolver sensações gustativas; Proporcionar momentos de convívio e interação com outras valências.	Culinária. Realizar atividades ao longo do ano: outono; dia dos namorados; páscoa e natal.	Refeitório creche
		Desenvolver a imaginação e criatividade; estimular os sentidos; desenvolver a motricidade fina.	Brinquedos didáticos para o salão/polivalente	Salão / Polivalente
		Desenvolver a imaginação e criatividade; estimular os sentidos; desenvolver a motricidade fina; desenvolver a noção de cor; Fomentar o raciocínio lógico matemático.	Puzzles, histórias, legos, carros, motas, enfiamentos. Brinquedos didáticos e pedagógicos para brincar e trabalhar na sala.	Sala Atividades
		Estabelecer uma proximidade das crianças com os animais; Identificar o animal de estimação.	Dia dos animais. Imprimir foto grande do animal de estimação de cada criança.	Sala Atividades
		Entender os animais da quinta como sendo amistosos; identificar alguns animais da quinta; envolver os pais no processo educativo (elaboram com os filhos os animais da quinta para a maquete)	Elaboração de uma maquete com alguns animais da quinta	Sala Atividades e Casa
		Perceber que os veterinários são os doutores dos animais; proporcionar a confiança e auto estima; permitir o contacto com o exterior.	Visita a uma clínica veterinária	Exterior
		Perceber que existem animais abandonados; tomar consciência da nossa responsabilidade sobre os animais que temos; desenvolver os sentimentos.	Visita ao canil municipal	Exterior
		Desenvolver sentimentos de proximidade com ao animais; permitir a cada criança tocar e mexer em vários animais de estimação; deixar que seja a criança a alimentar o seu animal.	Semana dos animais domésticos. Convidar cada criança a trazer o seu animal de estimação à escola	Sala Atividades
		Proporcionar o desenvolvimento de sentimentos positivos em relação aos animais; desmistificar alguns medos	Aquisição de um animal para a nossa sala. Permitir ao grupo escolher.	Exterior
		Aprender as estações do ano; Criar situações de convívio ao ar livre; Explorar livremente diferentes materiais.	Primavera- Criar um jardim de plantas aromáticas. Piquenique no Centro Cultural Vila Flor	Exterior
Proporcionar ao grupo o contacto direto com vários animais; permitir a interação grupal no exterior; Entender o habitat da cada espécie	Visita ao jardim zoológico ou a uma quinta pedagógica	Exterior		

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
PRÉ-ESCOLAR 3 ANOS	"PLANETA TERRA... CONHECER PARA PROTEGER"	Conhecer algumas características geográficas do Planeta Terra.	Atividade de Projeto- Adquirir um Globo Terrestre iluminado.	Sala Atividades
		Perceber a importância do nosso lugar no Mundo. Conhecer os nosso continente, o nosso país e a nossa cidade num mapa.	Atividade Projeto- Construção de um planeta terra com material de desgaste.	Sala Atividades
		Conhecer a nossa cidade através de uma perspetiva diferente. Conhecer e explorar a nossa cidade.	Atividade Projeto- Realizar uma viagem no autocarro Yellow Bus	Exterior
		Permitir o contacto com o exterior. Desenvolver relações de proximidade entre escola e comunidade. Perceber a importância dos nossos monumentos.	Atividade Projeto- Visita a pé pela cidade de Guimarães - Castelo, Murallas, Paço dos Duques com piquenique no Castelo.	Exterior
		Reconhecer e identificar a importância da natureza da nossa vida. Mostrar a importância das árvores para o nosso planeta.	Atividade Projeto-Dia da Árvore - plantar uma flor / árvore. Passeio à montanha da Penha de teleférico.	Sala Atividades / Exterior
		Fomentar a importância da separação e diminuição do lixo. Criar um local de ecoponto na Instituição.	Atividade Projeto - Visitar o ecocentro de Aldão. Adquirir caixotes de lixo para a separação do mesmo.	Exterior
		Dar a conhecer os trabalhos realizados pelas crianças ao longo do ano letivo. Compreender a importância da Lei dos 3Rs. Fomentar a arte como parte integral da idade da Infância.	Atividade Projeto - Exposição dos trabalhos "Ao Reciclar estamos a Brincar" .	C. Ciência Viva de Guimarães

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
PRÉ-ESCOLAR - 4 ANOS	Pedagógico : Eco-fraternos	Sensibilizar as crianças, elas são os primeiros cuidadores do nosso ambiente, são o nosso futuro.	Árvore da família	Sala Atividades
	1ª fase: Viagem à volta do Mundo	Ser amigo do ambiente	Terra: planeta; quem vive no nosso planeta? eu, animais e casas. Oceanos: continentes, água.	Sala Atividades / Exterior
	2ª fase: Cuidar do nosso Planeta		Poluição	Sala Atividades / Exterior
	3ª fase: 5Rs		Peça de teatro; brigada Eco-fraternos; ecopontos; visita à resinorte.	Sala Atividades / Exterior

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
PRÉ-ESCOLAR - 5 ANOS	"EDUCAR O NOSSO CORPO"	Utilizar as suas possibilidades motoras, sensitivas e expressivas em diferentes modalidades desportivas;	Conhecer e experimentar algumas modalidades ligadas à parte física e psicológica do nosso corpo	Polivalente da Instituição
		Descobrir as possibilidades rítmicas do corpo; Explorar as expressões do corpo; Participar em atividades de expressão corporal.	Visitar alguns ginásios ou outros espaços onde exista o yoga, reiki, osteopatia, fisioterapia, etc.	Exterior
		Favorecer interações com as pessoas que possam transmitir / ensinar valores ligados preservação do ambiente e cuidados com a nossa saúde.	Piquenique no Centro Cultural Vila Flor com atividade ligada à nossa respiração.	Exterior

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
ATIVIDADES COMUNS DO PLANO ANUAL	"GUIMARÃES HOJE E AMANHÃ"	Proporcionar momentos de convívio e socialização; Reconhecer e valorizar laços de pertença social e cultural.	Reisadas: elaboração de coroas; Participação nas Reisadas promovidas pela CMG.	Sala Atividades / Largo da Oliveira
		Expressar e compreender sentimentos; Desenvolver sentimentos de proximidade entre pares; Respeitar as diferenças.	S. Valentim: elaborar trabalhos alusivos ao tema, cartas para os pais, cartaz do amor, diálogo, atividade de culinária.	Sala Atividades / Oficina das Artes
		Desenvolver capacidade de criar, imitar e fantasiar; Estimular criatividade e destreza manual.	Carnaval: decoração dos espaços, desfile de fantasias.	Instituição e ruas da cidade
		Reforçar laços de afetividade com os pais; Explorar materiais diversificados.	Dia do Pai: oferta de lembrança elaborada pela criança	Instituição / Outros
		Respeitar e compreender a natureza; Explorar o meio ambiente; observar mudanças do tempo e da natureza.	Dia da Árvore/Primavera: exploração da natureza. Atividades de expressão plástica, piquenique.	Instituição e jardins do CCVF
		Fomentar o respeito pelos costumes e tradições.	Páscoa: decoração do espaço, oferta de ovos de chocolate, trabalhos de expressão plástica, caça ao ovo.	Instituição / Exterior
		Estimular o gosto pela leitura e respeito no manuseamento dos livros.	Dia do Livro Infantil: visitar a biblioteca da Instituição, assistir à hora do conto e explorar o espaço	Instituição

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
ATIVIDADES COMUNS DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	PROJETO EDUCATIVO "GUIMARÃES HOJE E AMANHÃ"	Estabelecer relações de colaboração com a comunidade.	Meninos Hoje Há Espetáculo: participar na iniciativa promovida pela DAS e CMG.	Outra Instituição a designar
		Reforçar laços de afetividade com as mães; Usar materiais diversificados.	Dia da Mãe: oferta de lembrança elaborada pela criança.	Instituição / Outros
		Promover a participação da família no processo educativo.	Dia da Família: convidar os pais a participarem numa atividade.	Instituição Exterior
		Proporcionar momentos de socialização; Participação da família; Incentivo para a prática desportiva.	Mini Olimpíadas: participação das crianças, pais e equipa educativa, iniciativa da Tempo Livre.	Pista Gémeos Castro
		Interação com outras crianças; Vivências de experiências de arte.	Dia da Mundial da Criança: assistir ao espetáculo promovido pelo município.	A designar
		Colaborar com a comunidade educativa e incentivo à participação das famílias.	Mercadinho da Pequenada: participar na iniciativa organizada pela DAS.	Alameda de S. Dâmaso
		Fomentar a sensibilidade estética; Desenvolver atividades interativas com a família e o meio; Estimular a confiança e espírito de equipa.	Festa de Final de ano letivo: apresentação de espetáculo com atuações do DAC e DATI.	CCVF/UM
		Dar oportunidade de visitar um local de referência, no âmbito do Projeto Pedagógico.	Passeio de Final de Ano Letivo.	Oceanário - Lisboa
		Promoção de troca de experiências intergeracionais e de afetos.	Dia dos Avós: elaboração de oferta e lanche convívio.	Instituição/Outros
		Conhecimento das tradições da cidade.	Visita às diversões das Gualterianas.	Cidade
		Conhecer o meio ambiente.	Visitas ao exterior.	Exterior
		Sensibilização para a importância dos afetos.	Acolhimento e adaptação. Decoração das salas. Outono	Instituição
		Preservar tradições populares e promover momentos de convívio.	Vindimas e desfolhada.	Instituição/Exterior
		Conhecer diferentes instrumentos musicais; Reconhecer sons e ritmos.	Dia da Música: a definir pelo professor.	A definir
		Incentivar o respeito pelos animais.	Dia do Animal: visita de veterinário e animais. Recolha de alimentos.	Polivalente
		Estimular para aquisição de hábitos de alimentação saudável.	Dia da Alimentação: iniciativa conjunta com a Nutricionista.	Instituição
		Desenvolver imaginação e destreza manual.	Halloween: decoração do espaço, baile de fantasias.	Instituição
		Conhecimento das tradições inerentes à data.	S. Martinho: realização de cartucho e magusto.	Instituição
		Tomar consciência das diferenças e respeitá-las; Incentivar à solidariedade.	Dia Nacional do Pijama.	Instituição
		Vivências de tradições.	Nicolinas: participar no desfile do Pinheiro; recriar as Maçazinhas.	Instituição e cidade
Momentos de partilha de afetos.	Natal: festa de Natal, assistir a um espetáculo e oferta às crianças.	Instituição, Sala de espetáculos		

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
ATIVIDADES COMUNS DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	Atividades de culinária	Desenvolver sensações gustativas e tato; Proporcionar momentos de convívio e interação entre adultos e crianças.	Culinária. Realizar cinco atividades por sala ao longo do ano.	
	Atividades extracurriculares	Desenvolver sentido rítmico e enriquecer a cultura musical; Familiarização com língua estrangeira; Diversificar as formas de utilizar e sentir o corpo; Favorecer o desenvolvimento da motricidade global.	Música	Instituição
			Inglês	Instituição
			Educação Física	Instituição
			Teatro	Instituição
	Formações para equipa educativa	Aquisição de conhecimento e experiências enriquecedoras para o processo de ensino.	Primeiros Socorros, Informática e outras.	
Outros	Promover ações de sensibilização com outras instituições.		Instituição e outros	
	Adquirir material lúdico, didático, pedagógico e equipamentos			

3.2. Departamento de Apoio à Terceira Idade

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	SAD	Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias. Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar. Contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida retardando ou visando o recurso a estruturas residenciais. Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia. Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores. Facilitar o acesso a serviços da comunidade.	Fornecimento e apoio nas refeições; Cuidados de higiene e conforto pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de Roupa; Atividades de animação e socialização (animação, laser, cultura, pequenas compras, pagamento de serviços...); Formação e Sensibilização; Apoio Psicossocial; Confeção de alimentos no domicílio; Cuidados de imagem; Realização de pequenas modificações ou reparações no domicílio; Realização de atividades ocupacionais.	Guimarães

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
ATIVIDADES SÉNIOR		Dinamizar relações intergeracionais	Almoço de reis	Multiusos de Guimarães
		Proporcionar um ambiente inclusivo que fomenta relações interpessoais	Convívio de reis	
		Promover relações com a comunidade e na comunidade	Carnaval sénior	
		Promover contactos sociais e potenciar a integração social	Dia do teatro	
		Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo	Dia dos avós	Alameda de S. Dâmaso
		Promover a dignidade, a estimulação da memória, o respeito pela história, cultura e espiritualidade pessoais	Eucaristia sénior	A definir
		Dar a conhecer locais de interesse turístico, religioso e cultural	Mercado Intergeracional	
		Combater o isolamento	Festa de Natal	
			Passeios Sénior	A definir
			Programa Guimarães 65+	

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
CENTRO DE DIA	CD	<p>Fomentar a permanência do idoso no seu meio natural de vida.</p> <p>Proporcionar serviços adequados às necessidades biopsicossociais.</p> <p>Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas.</p> <p>Promover a dignidade da pessoa, a estimulação da memória, o respeito pela história, cultura e espiritualidade pessoal.</p> <p>Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo.</p> <p>Promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, participação e segurança no acesso à continuidade de aprendizagem ao longo da vida e o contacto com novas tecnologias úteis.</p> <p>Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco assegurando o encaminhamento mais adequado</p> <p>Promover estratégias de manutenção e reforço da funcionalidade, autonomia e independências, do autocuidado e da autoestima e oportunidades para atividade regular.</p> <p>Promover interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida.</p> <p>Promover os contactos sociais e potenciar a integração social</p> <p>Promover o envolvimento, relacionamento e competências da família</p> <p>Promover relação com e na comunidade</p> <p>Proporcionar um ambiente inclusivo que fomente relações interpessoais.</p> <p>Dinamizar relações interpessoais.</p>	<p>Transporte</p> <p>Alimentação, nomeadamente pequeno almoço, almoço, lanche e distribuição de sopa para o jantar.</p> <p>Administração de fármacos de acordo com a prescrição médica</p> <p>Articulação com os serviços locais de saúde, quando necessário</p> <p>Cuidados de higiene pessoal</p> <p>Cuidados de imagem</p> <p>Tratamento de roupa</p> <p>Disponibilização de produtos de apoio à funcionalidade e à autonomia.</p> <p>Serviços de apoio domiciliário complementares</p> <p>Atividades socioculturais, lúdico-recreativas, de motricidade e de estimulação cognitiva</p> <p>Intercâmbios com outras instituições de apoio à terceira idade</p> <p>Aulas de atividade musical</p> <p>Aulas de atividade física</p> <p>Aulas de expressão dramática</p> <p>Dinamização dos seguintes ateliers:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Culinária 2) Expressão plástica 3) Expressão oral e escrita 4) Estimulação cognitiva 	<p>Inúmeras instituições e organismos da comunidade Vimaranesse</p> <p>Fraterna</p>

3.3. Departamento de Desenvolvimento Social

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
RSI	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social	Avaliação Socioeconómica e Psicossocial	Triagem aos requerentes e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, com vista a dar resposta às diferentes solicitações/necessidades sentidas.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Entrevista/Atendimento aos requerentes e beneficiários, com vista à avaliação processual e respetivo acompanhamento.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Visitas domiciliárias para a realização do diagnóstico social, com vista à certificação socioeconómica e habitacional do agregado familiar e validação de dados recolhidos aquando entrevista presencial.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Informatização permanente no ASIP dos processos em acompanhamento (diligências, caracterização individual e familiar, diagnóstico social)	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Elaboração dos contratos de inserção no âmbito do rendimento social de inserção (contratos iniciais ou renovações) com o objetivo na definição de traçar percursos de inserção ajustados às reais necessidades do titular ou do agregado.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Elaboração e fundamentação de propostas de apoio económico integradas nas rubricas adequadas a cada problemática, tendo como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida dos beneficiários.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Participação/Colaboração nas reuniões do Núcleo Local de Inserção, para dar conhecimento e validação das ações negociadas com os intervenientes.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Acompanhamento às famílias sinalizadas, a ser efetuado pelas Ajudantes de Ação Direta. Promover a dinâmica familiar, autonomização e aquisição de competências básicas.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Articulação/Encaminhamento com as entidades concelhias, para obter respostas sociais adequadas.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Reuniões de equipa com o objetivo de discussão de casos e planeamento do plano de trabalho semanal.	Espaço RSI / CLDS / GIP
RSI	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social	Dinamização de ações para a promoção de competências sociais e cognitivas, melhoria da autoestima e inclusão social	Oficina de Alfabetização, oferecer à população beneficiária de RSI um espaço de oportunidade para a aprendizagem da leitura e da escrita, retirando assim as pessoas da condição do analfabetismo. Serão utilizadas dinâmicas de grupo com o intuito de motivar os beneficiários na aquisição de competências ao nível da leitura e da escrita, tão exigida na atualidade e fundamentais para uma plena inclusão social.	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Realização de sessões quinzenais sobre alimentação saudável com o intuito de promover uma mudança e consequente melhoria de hábitos das famílias, permitindo deste modo que as famílias com menores a cargo adquiram a longo prazo, alguns hábitos alimentares saudáveis.	Espaço RSI / CLDS / GIP

RSI	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social	Dinamização de ações para a promoção de competências sociais e cognitivas, melhoria da autoestima e inclusão social	"Dia de Praia ": proporcionar às famílias um contacto diferenciado do seu quotidiano, oferta de um dia distinto, terão pela primeira vez um contacto direto com o mar e/ou natureza.	A designar
			Ida à Piscina com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens num clima de segurança afetiva e física.	SCORPIO / Intervenção Bairros sociais
			Realização de atividades no âmbito das férias letivas com a colaboração do plano de intervenção dirigidas às crianças e jovens beneficiários de RSI com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem e convívio saudável.	Plano de intervenção nos bairros sociais
			Envolvimento dos beneficiários de RSI nas atividades da Arca Social, como forma de prevenção do isolamento e exclusão social. Atividades realizadas com periodicidade semanal: neuro ginástica e vida saudável, oficina da música e bordados.	Arca social
			Comemoração do dia internacional da mulher com o intuito de reconhecer a importância e o contributo da mulher na sociedade.	Colaboração com a CMG
			Workshop " O Impacto da Droga" a realizar na Escola EB1 da N ^a Sr ^a Conceição com o objetivo de esclarecer os filhos dos nossos beneficiários de RSI quanto às consequências do contacto com os estupefacientes	Colaboração com o CRI, a Saúde e PSP
			Workshop sobre empregabilidade no sentido de dotar os nossos beneficiários de estratégias para a integração profissional	Colaboração com o GIP ou Sol do Ave
			Workshop "RSI e a Saúde Mental" com o objetivo de dotar as equipas de rsi ao nível da psiquiatria e desenvolver competências de comunicação e relação com pessoas com doença mental.	Para equipa da NLI de Guimarães
			Comemoração do dia de S. Martinho	Espaço RSI / CLDS / GIP
			Festa de Natal: Iniciativa que visa a promoção de um espaço de comemoração, partilha e interação.	Universidade do Minho /Plano de intervenção nos bairros sociais

Valência	Objetivos	Atividades	Local
BANCO SOCIAL	Avaliar e acompanhar socioeconómica e psicossocialmente todos os requerentes e beneficiários do BAS	Atendimento/Avaliação socioeconómica dos requerentes em processo de inscrição, verificação e validação de requisitos.	Fraterna
		Triagem à população em geral, clarificação e encaminhamento, de acordo com as principais necessidades sentidas.	
		Atendimento/Acompanhamento psicossocial aos beneficiários com vista à resolução das problemáticas consideradas.	
		Elaboração de informações sociais/pareceres como metodologia conclusiva de avaliação processual.	
		Visitas domiciliárias com vista à certificação de avaliação socioeconómica e habitacional dos agregados, de acordo com premissas vigentes em regulamento interno.	Zona de intervenção concelhia
		Reavaliação dos beneficiários do BS, no sentido de assegurarmos a atualização anual dos dados referentes à nossa amostra.	Fraterna/Zona de intervenção
		Elaborar acordos de inserção, promover maior autonomização e mestria nas diferentes problemáticas associadas.	Fraterna-Atouguia
		Promoção de um trabalho articulado e em rede com as diferenciadas entidades parceiras e demais instituições.	Fraterna
		Aplicação das medidas de acompanhamento no âmbito do Programa POAPMC	
		Receção de prestadores a favor da comunidade, no âmbito do cumprimento das penas judiciais (DGRS).	Fraterna-Armazém
	Promover uma intervenção de qualidade e proximidade combatendo as situações de pobreza e exclusão social	Distribuição de cabazes	Zona de intervenção
		Distribuição dos alimentos provenientes do POAPMC -FEAC	Freguesias Atribuídas
		Realização de Campanhas de Recolha de Alimentos junto de superfícies comerciais.	Zona de intervenção
		Ativação de diversos mecanismos externos junto de empresas locais, com vista à divulgação, sensibilização e angariação de géneros alimentícios essenciais, ou outros bens, promovendo o aumento da sustentabilidade do Banco Social.	Zona de intervenção alargada
		Participar/dinamizar diferentes atividades individuais ou por departamento para angariar ou promover a sustentabilidade.	Zona de intervenção Concelhia
		Participação periódica em campanha de recolha de alimentos junto do hipermercado Jumbo (Espaço Guimarães).	
		Distribuição de cabazes pontuais, promovendo uma resposta de carácter imediato em situações de emergência social.	
		Levantamento e atribuição de donativos, bens e equipamentos diferenciados de forma a dar resposta a pedidos solícitos.	
		Levantamento de "Quebras" junto de uma superfície comercial, tendo como objetivo a sua distribuição junto dos utentes que não reúnam condições para beneficiar do Cabaz Bimestral.	
		Levantamento Pontual de Donativos Excedentes junto do Banco Alimentar Contra a Fome.	Braga
Continuidade do Protocolo estabelecido com a Empresa de Resíduos Têxteis- H. Sarah Tranding.	Fraterna / Armazém		
Armazenamento/Triagem/Inventariação e Gestão de stocks dos alimentos, bens e equipamentos em armazém.			

3.4. Departamento de Estudos e Projetos

Valência	Objetivos	Atividades	Local
DEP	Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce das crianças e jovens residentes em territórios socioeconomicamente mais vulneráveis, com vista ao aprofundamento de uma maior coesão social.	Amiga Sebenta: Apoio ao estudo e realização de trabalhos de casa às crianças de 1º ciclo e jovens do 2º	Bairros Sociais de Guimarães
		Programa de Competências de estudo: Treino de competências de estudo dirigido a pais e filhos;	
		Literatura inclusiva: Programa de leitura e dramatização de histórias infantis que criam metáforas para determinados conteúdos programáticos do 1º ciclo e cumprem o direito que toda a criança deve ter, alguém que lhe leia uma história. Esta atividade culminará com a criação de um recurso pedagógico que associa uma história aos conteúdos escolares. Atividade dinamizada com o apoio da Associação Mercado Azul.	
		Filosofia para crianças: Oficinas de desenvolvimento do pensamento crítico e raciocínio nas crianças, promoção da capacidade de verbalização e de discussão de ideias.	
DEP	Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce das crianças e jovens residentes em territórios socioeconomicamente mais vulneráveis, com vista ao aprofundamento de uma maior coesão social.	"A dois": mentoria escolar, com mediação entre a escola, aluno e família, com o objetivo de promover o diálogo, a resolução de conflitos dentro do estabelecimento de ensino e o rendimento escolar da criança e do jovem.	Bairros Sociais de Guimarães
		Viver a Escola em Família! Programas de Educação Parental e atendimento individualizado aos pais com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências facilitadoras do sucesso escolar;	
		COOL Band: projeto musical que reunirá as preferências das crianças e dos jovens em instrumentos musicais diferentes, inclusive o vocal;	Bairros Sociais de Guimarães
		Projeto do ano: Criação de um projeto anual com turmas de cursos profissionais, o qual será empreendido pelos próprios jovens na escola ou na comunidade;	
Recursos Escolhas – Interculturalidade: Recurso Escolhas, "MãCheia de Chaborrilhos" e "Um Amarelo de Todas as Cores", promotores da interculturalidade em contexto escolar, junto das crianças do 1º ciclo.			
		"Justiça para Todos": Projeto de promoção dos valores democráticos colocando a Educação para a Justiça e o Direito (em especial os Direitos Humanos, direitos das minorias e não discriminação) como ferramenta cívica.	
		Animação de recreios: Atividades lúdico – pedagógicas no espaço e tempo livre da escola;	

		<p>RELAÇÃO.COM - Programas de Desenvolvimento de Competências relacionais: Programa que aborda, de forma inovadora, os diferentes comportamentos e atitudes das crianças e jovens, e que apoia a concertação da intervenção entre os diferentes profissionais das comunidades escolares.</p>	
		<p>Mediação Intercultural: Mediação de conflitos, desencontros e comunicação ineficaz entre a Escola e a família de alunos de etnia cigana e imigrantes;</p>	<p>Bairros Sociais de Guimarães</p>
<p>DEP</p>	<p>Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce das crianças e jovens residentes em territórios socioeconomicamente mais vulneráveis, com vista ao aprofundamento de uma maior coesão social.</p>	<p>Clube de Férias: Ocupação dos tempos livres das crianças e jovens com atividades lúdico-recreativas e culturais estruturantes, como: Plano brincar, Clube cidadania, espaço + cultura, Espaço do artista</p>	<p>Bairros Sociais de Guimarães</p>
		<p>Acesso livre à TIC</p>	
		<p>Talentos de Pés e Bola: Atividades artístico-desportivas, dança e futebol, promotoras de hábitos de vida saudáveis;</p>	
		<p>Programas de Competências Pessoais e Sociais: Programas de prevenção primária do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), "Eu e Os Outros" e "Pistas", que promovem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais nas crianças e nos jovens e o Projeto "Justiça Para todos" que promove, com temas e problemáticas muito atuais, a Educação para a Justiça e para o Direito, em especial os Direitos Humanos, direitos das minorias e não discriminação.</p>	<p>Bairros sociais de Guimarães</p>
		<p>Jovens Mentores: Alunos com dificuldades de aprendizagem são acompanhados e orientados por alunos mais velhos os quais, ao intervirem neste processo, aumentam a sua motivação escolar e crescimento pessoal.</p>	
		<p>Empreendo na Comunidade: Dinamização de programas de empreendedorismo e de literacia financeira da Junior Achievement Portugal. Conceção e implementação de projetos de capacitação ou enriquecimento da comunidade</p>	
<p>DEP</p>	<p>Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce das crianças e jovens residentes em territórios socioeconomicamente mais vulneráveis, com vista ao aprofundamento de uma maior coesão social.</p>	<p>Vamos conhecer o Bairro: diagnóstico porta-a-porta da situação sociodemográfica da população residente no Bairro da Atouguia e Gondar</p>	
		<p>Acumula Milhas: Apresentação de candidaturas e participação em projetos de intercâmbios nacionais internacionais de jovens</p>	
		<p>Jornal "Boas Notas": Edição periódica de um jornal criado pelas crianças, jovens, familiares, comunidade e agentes educativas com notícias positivas do meio escolar ou envolvente, aproximando a cultura da Escola do universo cultural e simbólico dos alunos e comunidade;</p>	<p>Bairros Sociais de Guimarães</p>

		<p>Cidadania: TIC ao serviço da consciencialização dos jovens para os seus direitos e deveres, criando sessões com o apoio de programas e recursos do parceiro IPDJ, nomeadamente o Projeto " O Movimento Contra o Discurso de Ódio – Jovens pelos Direitos Humanos online" e o "Projeto Internet Segura".</p>	
		<p>TICtraining: Certificação de crianças, jovens e familiares com recursos TIC (literacia digital, DCB, CISCO)</p>	
DEP	<p>Envolver crianças, jovens, familiares e comunidade, envolvida nos diversos projetos em curso no DEP, em atividades de comemoração, partilha e interação.</p>	<p>Festa de Natal: Iniciativa que visa a promoção de um espaço de comemoração, partilha e interação. (Atividade desenvolvida em colaboração com o GAAS/RSI)</p>	Bairros Sociais de Guimarães
	<p>Apoio Social à comunidade: Contribuir para bem-estar dos moradores dos Bairros de Atougua e Gondar, através de um conjunto de ações integradas que visem minimizar a situação de exclusão e/ou de marginalização social em que se encontram.</p>	<p>Banco Social da Fraterna: gestão dos processos dos beneficiários do BAS residentes nos Bairros Sociais de Gondar e Atougua.</p>	
	<p>Apoio Social à comunidade: contribuir para bem-estar dos moradores dos Bairros de Atougua e Gondar, através de um conjunto de ações integradas que visem minimizar a situação de exclusão e/ou de marginalização social em que se encontram.</p>	<p>Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana: articulação com o IHRU em apoio à resolução de problemas relacionados com a população residente nos Bairros Sociais de Gondar e Atougua.</p>	Bairros Sociais de Guimarães
		<p>Gabinete de apoio social: Atendimento, articulação e/ou encaminhamento com as demais entidades concelhias, com vista à promoção de respostas sociais adequadas.</p>	
		<p>Arca Social: com o apoio de voluntários desenvolver um conjunto de atividades lúdicas e formativas que visam promover o enriquecimento pessoal e a interação social entre idosos e desempregados.</p>	Bairro da Atougua

DEP - projetos internacionais	GENREM	O GENREM chamará a atenção dos cidadãos e, em particular, dos jovens sobre a o papel central das mulheres na afirmação dos princípios democráticos, através do desenvolvimento de ações em 3 países que sofreram 3 diferentes regimes totalitários: Portugal e o Estado Novo; Bulgária e o comunismo; Itália e o período fascista.	Portugal, Bulgária e Itália
	RISEWISE	Apoiado pelo Programa HORIZON 2020 , o RiseWise centra-se no estudo das mulheres com deficiência nas diferentes perspetivas, tentando identificar as necessidades e as melhores práticas em vários países da UE, representando ambientes culturais e socioeconómicas diferentes, com vista à sua integração e à melhoria da sua qualidade de vida nas diferentes dimensões.	Portugal, Espanha, Itália, Turquia, Áustria e Suécia
Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - IEFP	Apoiar jovens e adultos desempregados e/ou à procura de emprego na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.	<p>1. Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação</p> <p>2. Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora</p> <p>3. Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego</p> <p>4. Receção e registo de ofertas de emprego</p> <p>5. Apresentação de desempregados a ofertas de emprego</p> <p>6. Colocação de desempregados em ofertas de emprego</p> <p>7. Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego</p>	Desempregados residentes nas freguesias de Azurém, Fermentões, Urgezes e união das freguesias S. Paio, Oliveira do Castelo e S. Sebastião

3.5. Departamento de Comunicação

Serviço	Objetivos	Atividades
Manutenção e modernização de equipamentos	Dotar a fraterna com equipamentos informáticos adequados às necessidades estruturais de modo a garantir uma maior rentabilização e eficiência dos serviços	Aquisição de 4 computadores, tendo em vista a substituição de máquinas em pontos chave de trabalho
		Manutenção do equipamento existente.
Plano de comunicação	Assegurar a visibilidade da Fraterna, manter e difundir a sua imagem pública, de forma coordenada e uniforme, quanto à sua caracterização, objetivos e ações concretas.	Atualização dos conteúdos da página Web da Instituição e respetiva adequação ao seus objetivos, em tempo oportuno, através de uma tática ajustada e abordagem abrangente.
		Promover e incrementar a articulação da Fraterna com o público em geral, de modo a informar a opinião pública sobre a intervenção da Instituição.
	Manter os conteúdos da página atualizados e funcionais, relativamente à filosofia inerente e iniciativas em curso.	Recolha e centralização de toda a informação publicada acerca da Fraterna, através da atualização de um memorando (imprensa, vídeo, motores de busca na internet e outros), coma colaboração de todos os coordenadores.
Rede de Comunicações	Televisão	Melhorar o serviço nos diversos pontos da Instituição
	Comunicação Fixa	Colocar linha na loja social e dotar a Fraterna de um serviço eficaz e que satisfaça as necessidades da Instituição.
	Comunicação Móvel	Melhorar o serviço de comunicações móveis, tornando mais eficiente e capaz de satisfazer as necessidades dos diversos departamentos.
	Comunicação 65+	Munir a população mais idosa de um serviço de comunicação que se ajuste às necessidades da comunicação dos utilizadores.
	2007Com	Melhorar e manter um serviço de comunicações com o exterior de qualidade.

3.6. Biblioteca

Valência	Projeto	Objetivos	Atividades	Local
BIBLIOTECA	Hora do Conto	Dinamização do espaço e fomentar/desenvolver o gosto pela leitura.	Leitura de histórias; realização de pinturas, desenhos, jogos, origamis, relacionados com o tema do conto.	Biblioteca
	Teatro Fantoques	Dinamização do espaço e fomentar/desenvolver o gosto pela leitura.	Interpretação de uma história; realização de pinturas, desenhos, jogos, origamis, entre outros, relacionados com o tema do teatro.	Biblioteca
	Cinema	Dinamização do espaço e proporcionar momentos diferente aos utentes.	Projeção de filmes infantis e de adultos.	Auditório / Biblioteca
	Empresta o livro/CD/DVD	Fomentar a utilização do acervo através do empréstimo.	Divulgação dos serviços.	Biblioteca
	Ateliers	Sensibilizar as crianças para a proteção do meio ambiente, reutilização de materiais.	Elaboração de objetos alusivos à época de realização do atelier, previsivelmente no verão e no Natal.	Biblioteca
	Centro de Dia na Biblioteca e vice-versa	Integrar os utentes do Centro de Dia nas atividades da Biblioteca.	Realização de jogos/trabalhos manuais, leitura de livros, discussão da atualidade através da leitura	Biblioteca / Centro de Dia
	Boletim Informativo	Levar a informação semanal num "Boletim informativo" aos tentes do SAD e CD.	Elaboração de um boletim contendo um resumo das notícias mais relevantes da semana; ementa; farmácias de serviço; contactos uteis.	Biblioteca / SAD / CD
	DAC - Salas	Integrar os utentes da Creche e Pré-escolar, familiares e equipa educativa nas atividades da Biblioteca.	Realização de jogos/trabalhos manuais, leitura de livros, teatro fantoche, biblioteca de sala, promover a leitura envolvendo os pais/ encarregados de educação e a família.	Biblioteca / DAC
	Semana da Leitura	Partilhar o gosto pela leitura e o prazer de ler. Transportar a leitura para o domínio público e coletivo e a contar com os contributos e a participação de todos na festa da leitura.	Envolver a comunidade educativa, utentes e familiares. Oferta de lembrança alusiva à efeméride. Organizar uma feira com troca de livros.	Biblioteca / DAC
	Dia Português do Livro	Comemoração da efeméride, fomentar/desenvolver o gosto pela leitura nas crianças e familiares.	Hora do Conto com livros de autores portugueses.	Biblioteca
	Dia Mundial do Teatro	Comemoração da efeméride, dando a conhecer e despertar o gosto pela leitura e diferente artes de a interpretar.	Realização de teatro fantoches; colaboração com os utentes/ familiares do C.D. e do DAC na realização de fantoches.	Biblioteca
	Dia do Livro Infantil	Comemoração da efeméride, incentivando o gosto pela leitura nas crianças e familiares.	Hora do Conto com atividades relacionadas com o mesmo; Convide a familiares dos utentes para dinamizarem uma Hora do Conto. Oferta lembrança.	Biblioteca

BIBLIOTECA	Dia Mundial do Livro e Direitos de Autor	Comemoração da efeméride, promovendo o incentivo da leitura.	Divulgação do dia junto dos utentes da Biblioteca, Creche, Pré-escolar e Projetos oferecendo uma lembrança.	Biblioteca
	Dia Mundial da Criança	Comemoração da efeméride.	Oferta de lembrança aos utentes do DAC.	Biblioteca
	Dia Mundial das Bibliotecas	Comemoração da efeméride, incentivando a participação nas atividades e utilização dos serviços disponibilizados pela Biblioteca.	Obrigatório fazer barulho - dia diferente, jogos, pinturas, colagens... Organizar uma feira com troca de livros/CD/DVD/VHS.	Biblioteca
	Divulgação junto dos media e outras Instituições	Promover a divulgação do espaço, assim como, das suas atividades.	Disponibilização de informação no <i>site</i> da Fraterna; envio de uma <i>newsletter</i> mensal.	Biblioteca / Instituição / Outros
	Colaboração com os Departamentos da Instituição	Promover a cooperação com os diferentes departamentos, com o intuito de fortalecer os serviços da Instituição.	Participação em atividades, serviços, entre outros, sempre que necessário.	Biblioteca / Instituição / Outros
	Atividades que sejam propostas atempadamente	Colaboração com os diferentes departamentos e/ou outras entidades.		Biblioteca / Instituição / Outros
	Divulgação e demonstração de trabalhos realizados pelos utentes	Dar a conhecer as atividades realizadas, num local diferente, promovendo o intercâmbio.	Exposição na Biblioteca.	Biblioteca
	Periódicos	Aquisição dos jornais/revistas mais relevantes a nível nacional e local. (Comércio de Guimarães, Mais Guimarães, Desportivo de Guimarães, Jornal de Notícias, O Jogo e Visão)	Disponibilização de informação.	Biblioteca

3.7. Departamento de Manutenção e Logística

Serviço	Objetivos	Atividades	Local
Auditório	Manter o auditório em perfeitas condições de funcionamento e garantir a aplicação do regulamento de funcionamento do mesmo	Reuniões, Workshops, seminários, Formações, etc...	Fraterna
Participação em Feiras / Eventos Concelhios	Promover a Fraterna como parceira ativa em eventos de relevo concelhio	Feira Afonsina e Ecorâmicas	Guimarães

4. ORÇAMENTO 2019

GASTO TOTAL		1 296 693,00	RENDIMENTO TOTAL		1 296 693,00
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		44 000,00	Prestações de serviços		311 636,00
611	Generos alimentares	44 000,00	721	Mensalidades	253 146,00
Fornecimentos e serviços externos		285 671,00	722	Inscrições e matriculas	1 035,00
621	Subcontratos	43 500,00	724	Rendimentos de patrocinadores e colabora	0,00
622	Serviços especializados		725	Serviços secundários	
6221	Trabalhos especializados	20 000,00	7251	Serviços sociais - Programa 65+	1 800,00
6222	Publicidade e propaganda	150,00	7253	Serviços sociais - almoço de reis	2 500,00
6223	Vigilância e segurança	700,00	7257	Serviços sociais - passeios senior	45 000,00
6224	Honorários	16 000,00	7258	Transporte utentes	3 864,00
6226	Conservação e reparação	12 000,00	7259	Outros serviços	4 291,00
6228	Outros	300,00	Subsídios, doações e legados à exploração		974 857,00
623	Materiais		751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 500,00	7511	ISS - Instituto da Segurança Social	387 261,00
6232	Livros e documentação técnica	200,00	7512	Autarquia - contrato programa	515 780,00
6233	Material de escritório	2 500,00	7515	Projeto "Europe For Citizens 2014-2020	49 265,00
6234	Artigos para oferta	1 150,00	7516	IEFP - Projeto GIP	11 551,00
6236	Material didático	2 000,00	753	Doações e heranças	
6238	Outros materiais	8 230,00	7531	Donativos (numerário e espécie)	11 000,00
624	Energia e outros fluidos		Outros rendimentos e ganhos		10 200,00
6241	Electricidade	25 000,00	781	Rendimentos suplementares:	
6242	Combustíveis (Gasóleo e gás)	16 400,00	7816	Outros rendimentos suplementares	4 000,00
6243	Água	4 900,00	782	Descontos pronto pagamento obtidos	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes		788	Outros rendimentos e ganhos:	
6251	Deslocações e estadas	85 100,00	7881	Correções relativas a anos anteriores	0,00
6252	Transportes	2 500,00	7883	Imputação do subsidio ao investimento	5 200,00
6258	Outras deslocações e estadas	0,00	7888	Benefícios de penalidades contratuais	1 000,00
626	Serviços diversos		Juros, dividendos e outros rendimentos similares		0,00
6261	Rendas e alugueres	3 000,00	791	Juros obtidos	0,00
6262	Comunicação	15 100,00	resultado Líquido previsional do período		
6263	Seguros	5 191,00	Total dos Rendimentos	1 296 693,00 €	
6265	Contencioso e notariado	150,00	Total dos Gastos	1 296 693,00 €	
6266	Despesas de representação	3 000,00	resultado Líquido previsional para 2019		
6267	Limpeza, higiene e conforto	11 000,00	0,00 €		
6268	Outros Fornecimentos e Serviços	6 100,00			
Gastos com pessoal		953 222,00			
632	Remunerações do pessoal	780 190,00			
635	Encargos sobre remunerações	163 807,00			
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profiss	7 800,00			
638	Outros gastos com o pessoal:	1 425,00			
Gastos de depreciações e amortizações		13 000,00			
64	Depreciações e amortizações	13 000,00			
Outros Gastos e perdas		750,00			
681	Impostos e taxas	200,00			
688	Outros gastos e perdas	550,00			
Gastos e perdas de financiamento		50,00			
691	Juros suportados	50,00			

5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '1.' and various initials and scribbles.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Moeda: EUROS

INVESTIMENTOS PREVISTOS	2019	2020	2021
ATIVOS FIXOS TANGIVEIS			
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico	7 150,00		
Equipamento de transporte	30 000,00	25 000,00	
Equipamento administrativo	2 000,00		
Equipamentos Biológicos			
Outros ativos fixos tangíveis	500,00		
ATIVOS INTANGIVEIS			
Programas de computador	2 000,00		
TOTAL	41 650,00	25 000,00	0,00

6. CONCLUSÃO

Como referido na nota introdutória e da análise de todo o documento, podemos concluir que a Fraterna pretende, durante o ano de 2019, para além de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver, iniciar uma etapa com o foco nas oportunidades de inovação, de criatividade e de crescimento e no desenvolvimento de novos projetos e iniciativas, mas sempre com a preocupação na manutenção da estabilidade.

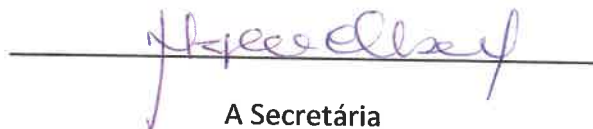
Saliente-se, no entanto, que tratando-se de um documento previsional reflete, de uma forma genérica, os projetos e atividades mas, fruto da dinâmica da sua equipa, poderá a todo o momento a Fraterna dinamizar atividades e/ou projetos que de momento não são possíveis prever.

Neste sentido, podemos afirmar que a presente proposta de atividades e orçamento para o ano 2019 é realista e ajustada à realidade e potencialidades desta Régie-cooperativa, pelo que consideramos estarem reunidas todas as condições para a sua aprovação.

Aprovado em Reunião de Direção, no dia



A Presidente



A Secretária



O Tesoureiro

Aprovado em Assembleia-Geral, no dia



O Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019)

---- No exercício das competências atribuídas pelo Artº 53 do Código Cooperativo (aprovado pela Lei 119/2015 de 31 de agosto e revoga a Lei nº 51/96 de 7 de setembro) e pelos Estatutos da Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2019.

---- Analisado o orçamento, a informação contida na nota explicativa e as informações recebidas pela Direção, o Conselho Fiscal constata que o documento proposto contém a previsão dos recursos necessários para cobrir as despesas nele, previstas.

---- Assim, é nosso parecer que seja aprovado o Orçamento e Plano de Atividades para 2019.

Guimarães, 10 de Outubro de 2018

O Conselho Fiscal:



Ricard da L Almeida

ANEXO IV

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

Introdução

1. Para os efeitos da alínea j) do nº 6 do art.º 25º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2019 da cooperativa **FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL** - que compreendem o Plano plurianual de atividades, investimento e financiamentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Garantia de Fiabilidade 3400 – Exame de Informação Prospetiva e demais normas e orientações técnicas emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'AP' at the top and several illegible signatures and initials.

[Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark and several illegible signatures]

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Opinião

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.
7. Devemos contudo advertir que os acontecimentos futuros poderão não ocorrer da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 12 de outubro de 2018

O Revisor Oficial de Contas

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC

Representada por

[Handwritten signature of Diana Fernandes da Costa]

(Diana Fernandes da Costa)

ATAS

Folha 10

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

ATA Nº 48

Ao décimo primeiro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, pelas onze horas e trinta minutos, na sua sede social, reuniu a Assembleia-Geral da Fraterna, depois de convocatória oportunamente efetuada junto de todos os Membros, documento que, para os devidos efeitos, aqui se dá como transcrito e se anexa à presente ata (Anexo I). Na reunião estiveram presentes os seguintes Cooperantes, os quais representam a maioria legal do respectivo capital social, a saber: _____

Câmara Municipal de Guimarães, representada por Marta Coutada _____

Infantário Nuno Simões, representado por José Maria Castelar _____

Lar de Santo António, representado por António Augusto Duarte Xavier _____

Sol do Ave, representada por Mafalda Cabral _____

Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, representada por Alberto Oliveira _____

Esteve presente nesta reunião, a convite do Senhor Presidente da Assembleia Geral, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal. _____

A reunião foi presidida por António Augusto Duarte Xavier, em representação do Lar de Santo António e secretariada por Alberto Oliveira, em representação da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais _____

Após verificar a existência de quórum, em conformidade com o disposto nos Estatutos da Instituição, o Senhor Presidente da Assembleia-Geral deu início à sessão, tendo sido assinada a respetiva folha de presenças, documento que, para os devidos efeitos, aqui se dá como transcrito e se anexa à presente ata. (Anexo II) _____

Antes da agenda de trabalho, a Senhora Presidente da Direção, solicitou para ser acrescentado um terceiro ponto à ordem do dia, para apresentação de Proposta de Alteração de Regulamentos que, por lapso, não foi incluído na convocatória desta assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia Geral colocou à apreciação de todos os presentes esta proposta, tendo a mesma sido aprovada. _____

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia-Geral procedeu à leitura dos diferentes pontos que constam da agenda de trabalhos. _____

Ponto Um – Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano dois mil e dezanove e Parecer do Conselho Fiscal _____

Ponto Dois – Proposta de Alteração de Regulamento _____

Ponto Três - Outros Assuntos de interesse _____

Entrou-se de seguida na discussão dos diferentes pontos da agenda de trabalhos. _____

Ponto Um - Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano dois mil e dezanove e Parecer do Conselho Fiscal _____

O Senhor Presidente da Assembleia-Geral passou a palavra à Direção da Fraterna para que procedesse à apresentação do Plano de Atividades e Orçamento da Cooperativa para o ano dois mil e dezanove, documento que, para os devidos efeitos, aqui se dá como transcrito e se anexa à presente ata (anexo III). Após intervenção da Direção, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu inicio a um período de debate, durante o qual se registaram diferentes intervenções, às quais a Direção prestou os esclarecimentos necessários. _____

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Geral; solicitou ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal a leitura do Parecer daquele Órgão, documento que, para os devidos efeitos, aqui se dá como integralmente transcrito e se anexa à presente ata (Anexo IV). _____

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Geral pôs à votação, o Plano de Atividades e Orçamento do ano dois mil e dezanove, tendo todos os documentos referenciados sido aprovado por unanimidade. _____

Ponto Dois - Proposta de Alteração de Regulamento _____

O Senhor Presidente da Assembleia-Geral passou a palavra à Direção da Fraterna para que procedesse à apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. A Presidente da Direção da Fraterna explicou as alterações propostas referentes aos Regulamentos Internos do Pré-Escolar e da Creche, conforme documentos que, para os devidos efeitos, aqui se dão como transcritos e se anexam à presente ata (Anexo V). _____

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Geral colocou a votação as referidas alterações tendo sido aprovadas por unanimidade. _____

Ponto Três - Outros Assuntos de interesse _____

Foram analisados diferentes assuntos de interesse para a Instituição _____

E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia Geral, tendo, para constar, sido lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Assembleia Geral: _____

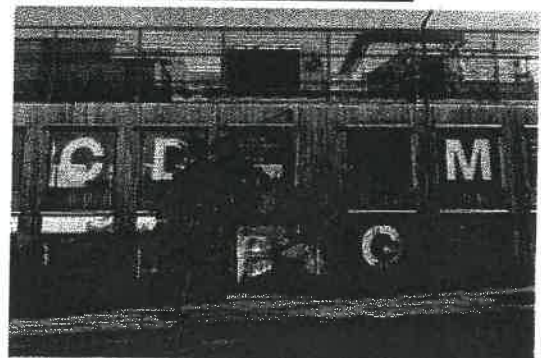
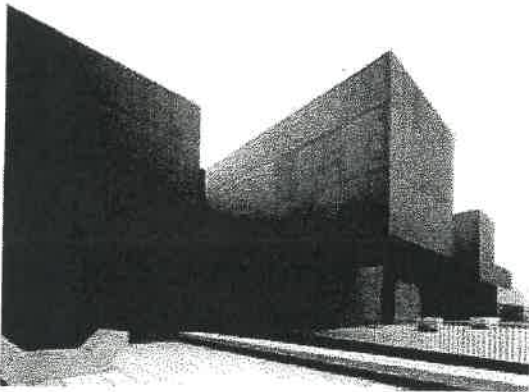
O Presidente: _____

O Secretário:  _____

1. 



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2019





ÍNDICE

3	1. INTRODUÇÃO
3	A OFICINA - VISÃO INTEGRADA
3	PROGRAMAÇÃO INTEGRADA
4	TERRITÓRIO
4	REDES REGIONAIS E NACIONAIS
6	INTERNACIONALIZAÇÃO
8	PENSAMENTO E DOCUMENTAÇÃO
9	NOVA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO
11	2. PLANO DE ATIVIDADES
11	2.1. EVENTOS ÂNCORA E DE RUA
16	2.2. CENTRO CULTURAL VILA FLOR / PROGRAMAÇÃO REGULAR / COPRODUÇÕES E RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS
21	2.3. TEATRO OFICINA
23	2.4. EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL
30	2.5. CENTRO INTERNACIONAL DAS ARTES JOSÉ DE GUIMARÃES
33	2.6. EXPOSIÇÕES PALÁCIO VILA FLOR
34	2.7. CASA DA MEMÓRIA / PATRIMÓNIO E ARTESANATO
40	3. ORÇAMENTO
40	3.1. DESPESA
41	3.2. RECEITA
41	3.3. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

A OFICINA - VISÃO INTEGRADA

A Oficina, em 2019, vai gerir e programar:

- o Centro Cultural Vila Flor-CCVF [programação regular e festivais de música e artes performativas],
- o Centro Internacional das Artes José de Guimarães-CIAJG [arte contemporânea e coleção José de Guimarães],
- o Palácio Vila Flor [arte contemporânea],
- a Casa da Memória de Guimarães-CDMG [centro interpretativo territorial e salvaguarda do Património e Artesanato],
- o Centro de Criação de Candoso-CCC [residências artísticas],
- o Espaço Oficina-EO [oficinas de teatro, laboratórios e residências artísticas da Lic. em Teatro da Universidade do Minho e criação],
- o Teatro Oficina [companhia de teatro],
- um serviço de Educação e Mediação Cultural [transversal a todos os equipamentos e que gere ainda dois ambiciosos projetos escolares de educação pela arte – Mais Dois e Antepé com o 1º ciclo e o pré-escolar respetivamente];
- eventos de rua como as Festas da Cidade e Gualterianas e a Noite Branca;

Esse conjunto de equipamentos e projetos de programação e mediação cultural permite pensar A Oficina, mais do que um projeto de gestão e programação de eventos, como um verdadeiro instrumento de desenvolvimento cultural do território e, pela sua capacidade de intervenção, um parceiro das mais múltiplas dinâmicas artísticas e culturais locais, regionais, nacionais e internacionais, o círculo de uma nova centralidade cultural.

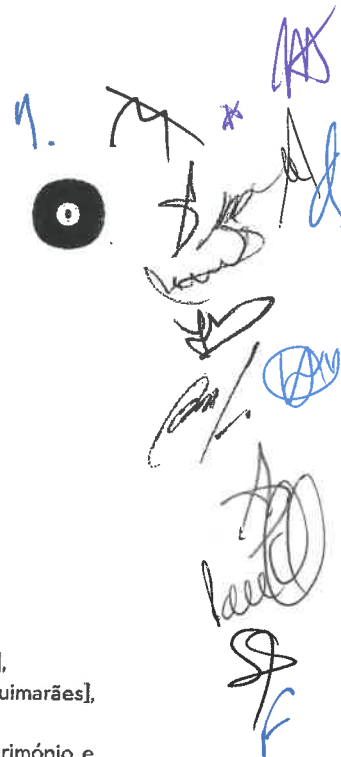
Este novo ciclo assume-se assim como um momento de esclarecimento e aprofundamento dessa visão integrada e modificadora do projeto.

• PROGRAMAÇÃO INTEGRADA

Uma das primeiras decisões do novo ciclo de Direção Artística (iniciado em 2018) foi assumir o trabalho integrado da equipa de programadores: Educação e Mediação Cultural / CDMG e Património e Artesanato / Guimarães Jazz e Palácio Vila Flor / Teatro Oficina / CIAJG / CCVF, CCC e Festivais. O novo ciclo entende o colégio de programadores como uma equipa que trabalha em conjunto para estabelecer a programação A Oficina num processo de partilha de conceitos e atividades. Essa filosofia também estabelece um novo modelo operacional integrado em que a atividade A Oficina é toda discutida e implementada como um corpo único e não departamentado. Cada vez mais o público e a população também perceberão essas linhas de ligação porque a nova estratégia de comunicação também dará mais conta desse conjunto de ações.

Este processo será equilibrado para não por em risco o investimento feito na identidade criada para cada equipamento, sobretudo no caso do CCVF, CIAJG e CDMG.

Foram elencadas como prioridade do novo ciclo a relação com o Território acompanhada com o reforço e a explosão da Internacionalização. Parcerias, redes, apoio a novos projetos farão destas linhas de ação verdadeiros lemas de aplicação prática e quotidiana, permitindo um interessante movimento duplo d'A Oficina, em profundidade no seu lugar e em irradiação pelo mundo.





• TERRITÓRIO

Neste novo ciclo, Território será uma palavra de uso diário no trabalho d'A Oficina e prioridade de ação em todo o projeto. Elencam-se já alguns instrumentos que serão ativados experimentalmente em 2019.

Rede Oficina

Criação da Rede Oficina, um mapa completo de todos os núcleos de atividade cultural, artística, social e educativa de Guimarães e uma base de dados para o estabelecimento de parcerias e processos de relação mais intensos do território com o programa cultural d'A Oficina.

A Rede Oficina será gerida e ativada pela Educação e Mediação Cultural, em contato estreito com a Direção Artística d'A Oficina; esta Rede e os seus eixos de trabalho vão ainda influenciar a nova estratégia de comunicação. Não inibindo que façam parte da Rede Oficina de pleno direito e que respondam aos desafios futuros colocados, vão-se manter parcerias já históricas para a programação e formação, tais como Cineclube de Guimarães, CAR, Convívio, Sociedade Martins Sarmento, Universidade do Minho, entre outras.

Gangue de Guimarães

Alargamento da cartografia, já iniciada, a artistas profissionais de várias linguagens artísticas, completando o círculo d'A Oficina. A todos estes artistas serão feitas convocatórias regulares e exclusivas para sucessivas oportunidades criativas e profissionais, entre equipamentos e projetos de programação Oficina, criando um verdadeiro PACT (Plano de Apoio à Criação Territorial).

Acessibilidade Cultural

Na ligação com o território a Oficina pode ser ponta de lança de uma política de acessibilidade trabalhada a vários níveis: social, física e intelectual. As unidades de Educação e Mediação Cultural e de Comunicação estarão em contato estreito com a Direção Artística no sentido de promover uma ação mais inclusiva com as populações.

Serviço de Interpretação Local

Através do reforço e atualização dos eixos de trabalho da Educação e Mediação Cultural e de um novo investimento no Pensamento e Documentação, estamos em condições de ativar modos de os cidadãos poderem iniciar e prolongar a sua relação com as programações numa nova filosofia de trabalho territorial muito mais inclusiva, uma espécie de novo Serviço de Interpretação Local d'A Oficina.

• REDES REGIONAIS E NACIONAIS

Universidade do Minho

O protocolo em vigor com a UM, com epicentro no polo de Teatro do ILCH-UM, foi sendo intensificado no terreno numa parceria constante. A Oficina iniciou ainda parcerias com dois grupos recentemente criados dentro da UM, apoiando as suas atividades e programando em conjunto iniciativas e projetos: o GIEP-UM Grupo de Investigação em Estudos da Performance e o NELTUM - Núcleo de Estudantes da Lic. em Teatro da UM.

Noutra área artística o CIAJG começou uma colaboração permanente com o novo curso de Artes Visuais da UM, através de uma parceria inovadora e singular em Portugal. A colaboração será extensa e abrangerá partilha de espaços, a criação de um seminário comum, a utilização dos espaços expositivos, sala de conferências e Blackbox para aulas e momentos de investigação e projeto de várias disciplinas do Curso.



Quadrilátero Cultural

[em parceria com Barcelos, Braga e Famalicão]

Rede criada entre os quatro bons vizinhos, o Quadrilátero Cultural quer tornar-se também um instrumento de programação conjunta dos espaços culturais e de fixação e/ou maior permanência dos artistas locais, nacionais e internacionais em interação com as comunidades e os projetos educativos de cada concelho, contribuindo também para a melhoria equitativa das cidades/territórios na oferta de espaços de trabalho e apresentação. Os diretores artísticos dos projetos/espaços culturais dos 4 concelhos estão a preparar uma agenda comum.

Rede 5 Sentidos

[em parceria com: Teatro Micaelense (Ponta Delgada), Teatro Nacional São João (Porto), Teatro Municipal da Guarda (Guarda), Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra), Teatro Viriato (Viseu), Teatro Virgínia (Torres Novas), Centro de Arte de Ovar (Ovar), O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo), Teatro Municipal do Porto - Rivoli e Campo Alegre (Porto) e Cine-Teatro Louletano (Loulé)].

Esta rede de programação cultural surgiu com o intuito de estabelecer uma colaboração mais estreita entre os vários Teatros assente na troca de saberes, processos e experiências de trabalho. Uma estratégia que visa fortalecer o desempenho de todos os parceiros e que permita apoiar os artistas e responder às suas necessidades através de ações concertadas no âmbito da coprodução, dos circuitos de apresentação, das residências, do acompanhamento artístico e das parcerias internacionais.

EI! - Eixo Interior

[Em parceria com Teatro Viriato (Viseu) e O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo)]

Na procura por novas práticas de colaboração geográficas e artísticas, no campo das artes performativas, o CCVF juntar-se-á ao Teatro Viriato em Viseu e ao Espaço do Tempo em Montemor-o-Novo, para traçar um Eixo Interior (EI) e refinar um plano estratégico conjunto de apoio à criação artística, a partir de núcleos residentes nos territórios em questão ou externos a eles mas alinhados por processos de relação com as comunidades artísticas locais.

Este EI visa também otimizar a gestão de recursos existentes nas estruturas que o constituem e possibilitar sinérgias mais estreitas através da permutas de equipas em eventos de maior exigência instigando o desenvolvimento de competências nos profissionais das 3 entidades.

Esta cooperação será ainda exponenciada na forte probabilidade de investimento conjunto em projetos de criação (coproduções e residências artísticas) mas também no acolhimento de obras, por via de uma circulação articulada de datas.

Escolas e Estúdios de Dança

[em parceria com os Estúdios Victor Córdon, Lisboa]

Foi estabelecida uma parceria de colaboração com os Estúdios Victor Córdon dirigidos por Rui Lopes Graça, para projetos de criação a apresentar no festival GUIDance. Assim, em cada ano, haverá a possibilidade de atribuição de 3 residências artísticas a criadores, que poderão ocupar os referidos Estúdios em período a combinar, ao abrigo do protocolo celebrado entre A Oficina e a QPART. Esta sinergia permitirá oferecer aos artistas um tempo mais longo de criação em condições altamente favoráveis para a maturação das suas obras, contribuindo para a sua afirmação a nível nacional e internacional.

No que diz respeito às Escolas de Dança, a sua presença tem sido sobretudo notada no GUIDance mas prevêem-se mais possibilidades regulares de participação.



Rede Partis - Gulbenkian

[com Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa / Câmara Municipal de Loulé / Casa da Música, Porto / EGEAC, Lisboa / Teatro Municipal Baltazar Dias, Funchal / Teatro Nacional D. Maria II, Lisboa / Teatro Viriato, Viseu]

A partir da experiência do seu projeto de “Práticas Artísticas para Inclusão Social” - PARTIS, o Programa Gulbenkian Coesão e Integração Social (PGCIS) convidou uma série de parceiros a constituir consigo uma Rede Partis, na qual estarão também envolvidos outros Serviços da Fundação (nomeadamente o Serviço Educativo do Museu Gulbenkian). Os eixos de trabalho fundadores desta rede vão no sentido da criação de uma agenda a 4 anos (2019-22) de “arte e comunidade”.

A criação desta rede de escala nacional permitirá apoiar a capacitação da nossa própria Rede Oficina, na qual as instituições da área social terão uma importante participação e com a qual queremos desenvolver e/ou sermos parceiros de projetos de artísticos nas áreas da inclusão social e comunidade.

• INTERNACIONALIZAÇÃO

Esta será outra das palavras mais ouvidas e trabalhadas no novo ciclo d’A Oficina num eixo de trabalho que trará novas oportunidades profissionais para o setor e reforçará Guimarães enquanto cidade europeia de cultura.

No quadro de incentivo à criação, é desenvolvido um plano estratégico de ação para ajuda à internacionalização dos artistas portugueses e em alguns casos a possível circulação de parte das suas obras em território internacional. Este plano desenha-se maioritariamente dentro de projetos europeus a decorrer em várias áreas artísticas e também a partir de redes internacionais e contactos bilaterais com parceiros que operam no setor.

I.N.E.S. [Música]

[em parceria com: GigMit (DE), Monkey Week (ES), Live at Heart (SW), Sonic Visions (L), MENT (SLV), Waves (AT), Spring Break (PL), Liverpool Sound City (UK)]

O I.N.E.S. - Innovation Network of European Showcases - liga o Westway LAB a 8 parceiros europeus, prevendo dentro do seu plano de ação a possível circulação de 10 artistas/bandas de cada país, diferentes em cada ano, nos vários festivais integrantes do projeto, durante as edições abrangidas pelo financiamento europeu, ou seja, 2018, 2019 e 2020. Para além da enorme exposição a novos públicos, os artistas/bandas terão também a possibilidade de atrair atenções a um sem número de agentes dentro deste espaço europeu de circulação. Ainda neste domínio, haverá mobilidade de profissionais (ex: managers, agentes) para trocas de experiência, entrada numa rede alargada de contactos e ações de formação no sentido de empoderar o setor da música em Portugal, colocando Guimarães na linha da frente, enquanto nova centralidade no setor da indústria musical.

Aerowaves [Dança e Performance]

[em parceria com: Albania Dance Meeting Festival (AL), D. ID Dance Identity (AT), Stuk (BE), Derida Dance (BG), San Vicente Festival (HR), Street Art Festival (HR), Dance House Lemosos (CY), Tanec Praha (CZ), Bora Bora (DK), Dansehallerne (DK), Kanuti Gildi Saal (EE), Annantalo (FI), La Briqueterie (FR), Pact Zollverein / Choreographisches Zentrum NRW (DE), Arc for Dance (GR), Freelance (GR), Workshop Foudation (HU), Freelance (IS), Operaestate Festival Veneto Bassano Del Grappa (IT), Romæuropa (IT), Dance Limerick (IE), Lithuanian Dance Information Centre (LT), Centre de Criation Choregraphic Luxembourgeois (Trois C-L) (LU), Dansens Hus (NO), Dervish&co (NO), Art Stations Foundation 5050 (PL), Lubelski Teatr Tanca (PL), O Espaço do Tempo (PT), National Centre for Dance (RO), International Dance and Performance Center Tsekh (RU), Institution Student Cultural Centre in Novi Sad (RS), Bratislava in Movement Association (SK), EN-KNAP/Spanski Borci (SK), Mercat de les Flors (ES), Paso a 2 Plataforma Coreográfica A.C. / Certamen Coreográfico de Madrid (ES), Dansstationen (SE), Dansens Hus (SE), Théâtre Sévelin 36 / CIE Philippe Saire (CH), Tanzhaus Zurich (CH), Dansmakers Amsterdam (NL), National Kaohsiung Centre For the Arts (Weiwuying) (TW), The Place (GB)]

No campo das artes performativas, o CCFV vai ser admitido enquanto membro do importante projeto europeu de jovens talentos no domínio da dança e performance: AEROWAVES. Uma rede altamente influente do ponto de vista do mapeamento/financiamento artístico no panorama internacional e fundamental no apoio ao aparecimento de jovens criadores nas disciplinas artísticas acima referidas. Por outro lado, a partir do financiamento resultante da participação na rede, projeta-se a intenção de realizar uma mostra (showcase) AEROWAVES integrada na programação do CCFV a partir de 2019, atraindo à cidade um potencial núcleo de profissionais do setor.

CircusNext [Circo Contemporâneo]

[em parceria com: La Brèche (FR), La Grainerie (FR), La Cascade (FR), Circuscentrum (BE), Espace Catastrophe (BE), Latitude 50 (BE), Subtopia (SE), Cirko (FI), Room 100 (HR), Cirkorama (HR), Circusfera (RS), Festival Perspectives (DE), Sarabanda (IT), Festival Circolo (NL), STAMP Festival (DE), Circus Futures (UK), Cirqueon (CZ)]

Para o próximo triénio, o Circus Arts a ocorrer em março de cada ano, apostará num programa de fim de semana, com espetáculos de diferentes escalas e abordagens estéticas distintas garantindo um olhar de diversidade sobre esta arte e incluirá ações de formação e debate.

Este investimento tem como evidência a participação no projeto europeu de cooperação "CircusNext" com outros 8 parceiros, que fechou em 2017, mas com continuidade em formato plataforma com o mesmo nome agora mesmo iniciada com 18 parceiros, reforçando o caminho iniciado num programa que tem promovido jovens autores/criadores mas também disseminado em ações como laboratórios, residências ou conferências. O Circus Arts terá relação com outros eventos de Circo Contemporâneo (ex: Festival Vaudeville Rendez-Vous) com quem tem estabelecido sinergias no domínio da criação, residências artísticas e também da promoção desta arte em Portugal. Este foco artístico seguirá representado na programação regular em momentos complementares com a apresentação de espetáculos mais experimentais e de grande público.



• PENSAMENTO E DOCUMENTAÇÃO

Os vários espaços e programações d'A Oficina já vão promovendo regularmente um trabalho de pensamento, reflexão e edição mas, exatamente como no caso da programação, todos os investimentos e atividades ligadas a estes eixos de trabalho passarão a tornar-se uma linha de ação mais coletiva e permanente de toda a estrutura e uma aposta assumida com a mesma força de um festival ou um ciclo expositivo.

É intenção ainda reforçar os investimentos e os espaços destinados a trabalhar estas áreas.

Tudo isto no sentido de tornar A Oficina um verdadeiro centro de reflexão e pesquisa sobre as práticas artísticas e culturais e dito instrumento de revolução cultural do seu território.

2019 é uma data incontornáveis: os 30 anos d'A Oficina (n. 1989) e os 25 anos do T. Oficina (n. 1994) vão merecer ciclos de debate especiais e uma oportunidade de fixar memória e conhecimento.

Centros de Documentação (CCVF e CIAJG) / Livraria CIAJG

[parceria com o Grupo de Investigação em Estudos da Performance GIEP-UM, para o CCVF e com o Curso de Artes Visuais da UM para o CIAJG]

Vai passar a funcionar, no antigo espaço internet do CCVF, um novo Centro de Documentação de Artes Performativas e, na sala de conferências do CIAJG, um novo Centro de Documentação de Artes Visuais, ambos para consulta do público em geral e com acesso privilegiado dos membros da Rede Oficina.

Ciclos de conversas, conferências, documentários, etc

A ocupação do Centro DOC CCVF será semanal com a sua abertura a poder garantir a realização de, uma vez por mês, sessões de quatro tipos:

- Clube de leitura teatral
- Conversas e debates
- Filmes documentais de artes performativas (apresentados por artistas convidados)
- Sessões a partir do espólio de jazz de Ivo Martins (audições comentadas, etc)

Será também neste espaço que se começarão a realizar as habituais conversas pós-espétaculo

O CIAJG continuará as suas conferências mensais às quintas-feiras.

A Casa da Memória continuará a programar:

- Guias de Visita (primeiro sábado de cada mês)
- Memórias da Memória (uma sessão a cada quadrimestre)

Edições

Há já projetos editoriais afirmados, sobretudo nos museus no registo dos projetos expositivos e/ou de investigação, mas é intenção começar a sistematizar toda a linha editorial e torná-la ainda mais acessível local, regional e nacionalmente.

Registos de Processos de Criação

[parceria com o GIEP-UM]

Uma nova parceria, criada para o Centro Doc do CCVF, vai abrir uma linha de trabalho com o novo Grupo de Investigação em Estudos da Performance da UM para um trabalho continuado de registo de processos de criação. O Centro de Criação de Cadoso, com as dezenas de residências anuais, servirá de terreno perfeito para os primeiros trabalhos do grupo com A Oficina.

A Oficina colaborará ainda com a programação do grupo na organização anual de colóquios, conferências, cedendo espaços, meios humanos e, pontualmente, reforçando a programação associada a estes momentos públicos de trabalho do GIEP-UM.



• NOVA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Este novo desafio de entendimento integrado da programação e projeto A Oficina, conduzirá ao estabelecimento de um novo plano de comunicação mais atento às dinâmicas invisíveis (residências artísticas, projetos de educação pela arte nas escolas, oficinas, artesanato), ao Pensamento, à Documentação e à Interpretação Local, ao mesmo tempo não descurando as novas linguagens digitais e o reforço da comunicação audiovisual essenciais para a Internacionalização do projeto.

Mudança profunda nos materiais gráficos de divulgação

- Criação de revista A Oficina quadrimestral (Jan-Abr / Mai-Ago / Set-Dez)
- Continuação de cadernos para Festivais e Eventos
- Criação de cadernos regulares de distribuição maciça localmente para:
Educação e Mediação Cultural (jan-jul 2019 e depois set 2019-jul 2020 para começar a acompanhar os anos letivos) CIAJG, CCVF e CDMG (quadrimestral) para garantir o investimento na identidade e programação de cada espaço
- Flyers de eventos de rua e/ou espetáculos

Remodelação de linhas de design gráfico

A mudança de formatos e da passada de comunicação vai necessariamente resultar na criação de novas linhas gráficas. Sem que haja mudança de identidade (nomeadamente dos logótipos), aproveitamos o ensejo para refrescar as grelhas de comunicação gráfica do CCVF e do CIAJG que se elencaram como a precisarem de criar mais impacto de chegada aos públicos. A Educação e Mediação Cultural também precisa de um logo/ carimbo que a identifique como linha programática.

Maior presença na cidade, no território e no país

A criação da nova publicação geral permitirá a sua ativação regular com apresentações públicas quadrimestrais e uma distribuição local pela nova Rede Oficina e, depois, regional e nacional por parceiros, instituições culturais e agentes. 2019 será também o momento para rever toda essa rede de distribuição e ativá-la de modo mais pertinente. Essa distribuição mais personalizada, por um lado, e mais completa institucionalmente, por outro, permitirá ir comunicando o programa e a 'marca' Oficina como um todo, ligando finalmente eixos de trabalho aparentemente mais distantes.

A atual rede de distribuição manter-se-á para os cadernos mais 'portáteis' e de leitura mais rápida para quem procura espetáculos, atividades para famílias, exposições, programação de festivais, etc.

É ainda intenção de alargar a médio prazo a rede de outdoors às freguesias e criar uma eventual nova rede de mupis em acordo com o espaço público na cidade.

Remodelação dos sites e Redes Sociais

Criação, a médio prazo, de um novo site integrado A Oficina que resolva os atuais problemas de atualização de vários sites de origens de programação diferentes, mantendo os atuais domínios de pesquisa e garantindo sempre que o caminho de quem procura nunca seja complexificado. Está a ser estudada ainda a eventual criação de uma aplicação móvel.

As redes sociais d'A Oficina serão atualizadas e trabalhadas de modo também ele integrado.



Investimento na comunicação audiovisual

A importância das redes digitais tem colocado o audiovisual na primeira linha da comunicação das instituições. A Oficina irá reforçar o investimento na criação de conteúdos audiovisuais ao mesmo tempo que vai melhorar o seu registo de imagem fotográfica.

Imprensa

A visibilidade da programação na imprensa, tendo em conta as normais condicionantes geográficas, tem sido satisfatória. Mas o trabalho está a ser reforçado com parcerias externas (sobretudo para o CIAJG). É intenção continuar esse percurso sólido e fazer esforços de encontrar mais parceiros media que possam associar-se, sobretudo aos Festivais.

Aposta nos recursos internos e na equipa

O novo ciclo tem apostado na valorização dos recursos internos das equipas com a convicção de que os colaboradores qualificados da(s) casa(s) são os que melhor podem comunicar o projeto e dar conta de um sentimento de pertença.

Assim, em 2019, aboliram-se avenças de comunicação mais gerais e as colaborações externas serão mais pontuais e definidas cirurgicamente, chamando assim colaboradores para:

- Edição da nova revista
- Criação audiovisual
- Criação de novo site integrado
- Formação para redes sociais
- Assessoria de imprensa CIAJG

Será ainda possível comissariar pontualmente imagens de Festivais a artistas (como já acontece no caso do Guimarães Jazz).

2. PLANO DE ATIVIDADES

2.1. EVENTOS ÂNCORA E DE RUA

2.1.1 GUIDANCE - FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA CONTEMPORÂNEA (FEVEREIRO)

Fundado na antecâmara da Capital Europeia da Cultura, Guimarães 2012, o GUIDance - festival internacional de dança contemporânea - cumpriu já 8 edições e assumiu um papel de vital importância no calendário cultural de inverno do país, no âmbito das artes performativas.

A linha de programação do GUIDance tem por orientação principal a dança contemporânea. A constituição do elenco do festival assenta numa pesquisa e relação de 2 níveis: criadores consolidados e criadores emergentes, nacionais e internacionais. As obras escolhidas são relacionadas com a temática de cada edição e representam diferentes geografias, estéticas ou estilos.

O festival dá grande primazia à criação nacional e à afirmação dos coreógrafos portugueses nos seus palcos, com possibilidade de projeção de carreira a nível internacional.

Outro dos critérios é o investimento na criação através de coproduções que muitas vezes são apresentadas em estreia, após um processo de residência artística no Centro de Criação de Candoso.

Em complemento com os espetáculos, o GUIDance inclui no seu programa uma série de atividades paralelas direcionadas ao público (debates, conversas pós-espetáculo), profissionais (masterclasses) e escolas (sessões com os embaixadores), valorizando também o pensamento crítico sobre este universo ao publicar um jornal de distribuição gratuita assinado pela jornalista especializada em dança Cláudia Galhós.

Em 2019 começará a haver uma programação da EMC dedicada aos maíus novos com espetáculos de dança e uma oficina no Museu.

Fevereiro

7 a 16 GUIDANCE

Victor Hugo Pontes

[Coreógrafo em destaque]

7/GACCVF Victor Hugo Pontes
Drama

8/BB ASA Inês Jacques/Mão Morta
Modular (título provisório)

9/PA CCVF Victor Hugo Pontes
Nocturno^{EMC}

9/SALA CONFERÊNCIAS CIAJG Debate

9/BB CIAJG Maurícia B. Neves
Anesthetize

9/GA CCVF Wang/Ramirez Cia
Everyness

10/CIAJG Máquina de fazer

Museus^{EMC} para famílias

/CCVF SALA ENSAIOS Masterclasses

11 e 12/ESCOLAS Embaixadores da
Dança^{EMC} - Victor Hugo Pontes/
Miguel Moreira / Mão Morta

13/GA CCVF Victor Hugo Pontes
Fuga sem Fim

14/PA CCVF Útero

Fraternidade I+ II

15/BB ASA Joana V. Mayer Trindade

16/PA CCVF Ainhoa Vidal
Oceano^{EMC}

16/SALA CONFERÊNCIAS CIAJG Debate

16 /BB CIAJG Jonas & Lander

Lento e Largo (Bolsa 5 Sentidos)

16/GA CCVF Michael Clark

To a simple, rock'n'roll... song!

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural



[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]

2.1.2 WESTWAY LAB [ABRIL]

[membro do European Talent Exchange Programme (ETEP) e do INES-Innovation Network European Showcases, com mais 8 parceiros; parceria institucional com a AMAEI e a GDA.]

Showcase Festival fundado em 2014 e transformado em plataforma colaborativa, um laboratório vivo e orgânico, de experimentação e estímulo à criação que reúne na mesma cidade, artistas consagrados e emergentes, internacionais e nacionais, inovadores e puristas, durante duas semanas de criação musical, vídeo, intervenção urbana e debate.

O Festival assenta em 3 eixos que se interligam: Processo, Pensamento e Produto. E, a cada um destes eixos, respondem domínios respectivos: Residências Artísticas, Conferências PRO e Showcases/Concertos.

- Residências artísticas no Centro de Criação de Candoso, que resultam em showcases de acesso gratuito no Café Concerto do CCVF. A formação dos 4 grupos de trabalho resulta de um open call para músicos portugueses e de uma prospeção a músicos internacionais que atuem no Eurosonic desse mesmo ano.
- Conferências PRO que reúnem, no Palácio Vila Flor, alguns dos mais importantes pensadores e empreendedores do setor na música independente internacional.
- Showcases e concertos que se distribuem pelo CCVF e vários locais da cidade (City Showcases). O alinhamento oficial do festival é feito por convite a bandas nacionais e da rede ETEP, enquanto que os City Showcases são fruto da seleção de um Open Call para bandas do mundo inteiro.

Abril

10 a 13 WESTWAY LAB

1 a 9/CCC Residências WLAB

10 a 13/PALÁCIO VILA FLOR

Conferências Pro

10/Cor Tangerina Talks

10/cc Showcases das residências:

A e B

11/TIO JÚLIO Talks

11/cc Showcases das residências:

C e D

12/CIAJG BB WHY Portugal Stage

/Paço dos Duques Recepção

/CCVF x 3 Country Focus

13/Vários City Showcases/cidade

CCVF x 3 Main Line Up

8 a 12/CCVF SALA ENSAIOS Oficinas de

Férias Sonoscopia^{EMC}

13/PALÁCIO Inauguração

Sonoscopia [até Julho]

14/CIAJG Máquina de fazer

Museus^{EMC}

14/CCVF Cineclub

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '1.', a small black circle, and several illegible signatures.

2.1.3 FESTIVAIS GIL VICENTE [JUNHO]

[em parceria com o CAR]

Sendo um dos mais antigos festivais de teatro contemporâneo do país, o Gil Vicente enfrenta um ciclo de renovação desde 2017, que para além de continuar a congregar, no seu elenco, algumas das melhores obras do teatro feito em Portugal, dedica-se agora de forma estruturada, a um trabalho de fundo sobre o território onde se insere.

Os Festivais Gil Vicente assentam a sua estrutura num programa de 6 peças distribuídas por 2 semanas e um conjunto de atividades paralelas constituídas por residências de criação ou oficinas de dramaturgia, congregando no seu elenco algumas das melhores obras do teatro contemporâneo feito em Portugal, ao mesmo tempo que é estimulado o aparecimento de novas criações em regime de coprodução nos seus diversos palcos.

Em complementaridade é elaborado um plano de atividades formativas em articulação com o Teatro Oficina e a Educação e Mediação Cultural. Os Festivais integram ainda um programa paralelo em colaboração com a Universidade do Minho, para apresentação dos trabalhos realizados por alunos frequentadores do Curso de Teatro.

6 a 16 FESTIVAIS GIL VICENTE - programa em construção

/CCVF Miguel Castro Caldas
Enseada amena
/CCVF Marco Mendonça
Parlamento Elefante
(Bolsa Amélia Rey Colaço)

/CCVF Pedro Gil D. Juan
/PAC T. Oficina / Gonçalo Fonseca
A. Praça
9/CCVF Do Avesso
Visita Encenada^{EMC}

16/CIJG Ponto de Fuga
Visita Performativa^{EMC}

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural

2.1.4 MANTA [SETEMBRO]

O Manta é um dos primeiros festivais surgidos no advento do Centro Cultural Vila Flor. Configura-se atualmente como um acontecimento de fim de semana no início de setembro, em abertura de temporada, repartido entre sexta e sábado, apresentando um cartaz de 4 concertos com artistas nacionais e internacionais. Desde 2018 que se ensaia também um mini-programa com a Educação e Mediação Cultural com um concerto.

Projeta-se desta forma um olhar e uma celebração cosmopolita num espaço que interliga a música com a arquitetura e a natureza, no jardim adjacente ao Palácio Vila Flor, tendo como cenário envolvente o próprio CCVF e o horizonte citadino do Castelo. Este festival reúne, ano após ano, um público transversal e transgeracional para celebrar a arte em contexto natural e urbano, convidando todos a trazer e estender a manta na relva para assistir aos concertos de forma descontraída e gratuita.

Setembro

/CCVF 6 e 7 MANTA



2.1.5 GUIMARÃES JAZZ [NOVEMBRO]

[em parceria com o Convívio]

O desígnio de criar um festival de jazz em Guimarães foi assumido em 1991 por um grupo de pessoas da Associação Convívio e da Câmara Municipal de Guimarães.

O Festival é um bloco de acontecimentos formado pelos concertos no grande e pequeno auditório do Centro Cultural Vila Flor, Jam's Sessions no Café Concerto do CCVF e Bar da Associação Convívio, concertos em diversos pontos da cidade por alunos da ESMAE e Escola de Jazz da Associação Convívio, Oficinas de Jazz. Introduzimos na programação a vertente formativa e as Jam's Sessions, integrando-as no todo comum e abrangente do festival.

Em 2003 inserimos no cartaz uma semana de workshops para jovens músicos e mais tarde um concerto no qual estes dariam a conhecer tanto o seu talento como os resultados da aprendizagem. Entretanto fomos organizando concertos em vários pontos da cidade com a participação dos alunos da ESMAE. Os mais jovens têm o seu próprio espaço de intervenção porque lhes é dado o ensejo de assistir aos concertos, tocar nas Jam's e numa Big Band e Ensemble de Cordas, integrando as ações formativas.

Desde 2014 o Guimarães Jazz tem concebido com a Porta Jazz, associação de músicos do Porto, uma série de concertos que, depois de gravados, são editados em CD. O registo pretende documentar alguns momentos do festival e apoiar a criação musical; desta forma reúne-se um espólio discográfico relevante para memória futura, e promove-se a cena jazzística nacional.

Novembro

/CCVF E CIAJG BB

4 a 16 GUIMARÃES JAZZ

2.1.6 NOITE BRANCA [JÚLHO]

Desde 2012, ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, que em julho se realiza a Noite Branca. O evento foi recebido com tal entusiasmo que se tem repetido nos últimos anos. No início de julho, Guimarães voltará a transformar-se num enorme palco branco com música para todos os gostos e muita animação de rua. A Noite Branca é, sem dúvida, uma das festas mais acarinhadas pelos vimaranenses que, nesta data, saem à rua e enchem a cidade com uma alegria contagiante. Para tornar a festa memorável pede-se a todos que vistam branco, criando um ambiente único em Guimarães. A música está em todo o lado, com vários palcos espalhados pelos locais mais emblemáticos da cidade para fazer dançar até de madrugada. Além da música, a cidade enche-se também com diversas animações que tornam a noite ainda mais brilhante.

Julho

7/Cidade Noite Branca



2.1.7 FESTAS DA CIDADE E GUALTERIANAS [AGOSTO]

[organização conjunta com a Câmara Municipal de Guimarães, da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e da Associação Artística da Marcha Gualteriana]

As Festas da Cidade e Gualterianas constituem, hoje, um dos principais cartazes turísticos de Guimarães. Com uma tradição centenária, estas festas têm sido, ao longo dos anos, espaço e tempo de vivência, de convergência, de movimento, de cor, de emoções e de demonstrações de vitalidade económica e cultural do concelho, com tal projecção que se tornaram numa das mais importantes atrações festivas de toda a região Norte. O cartaz das festas inclui inúmeros Concertos, Animação de Rua com Grupos de Bombos, Cantares ao Desafio, Arruadas e Encontros de Tocadores de Concertinas, a Feira de Gado e Concurso Pecuário, a Corrida de Cavalos, o Desfile de Charretes Antigas, a Majestosa Procissão em Honra de S. Gualter, entre muitas outras atividades, encerrando sempre, em beleza, com a Marcha Gualteriana.

A organização das Festas da Cidade e Gualterianas é um permanente desafio, considerando a necessidade de conjugar fatores, por vezes tão antagónicos, como a manutenção do cariz tradicionalista e popular das Festas com a necessária atualização, de modo a torná-las uma manifestação contemporânea, capaz de mobilizar a população.

Agosto

/Cidade 2 A 5 GUALTERIANAS



2.2. CENTRO CULTURAL VILA FLOR / PROGRAMAÇÃO REGULAR / COPRODUÇÕES E RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS

MISSÃO

O Centro Cultural Vila Flor (CCVF) é um equipamento cultural, com funcionamento regular e projeto próprio, de âmbito geográfico regional, nacional e internacional, que tem como missão cocriar, programar e produzir atividades culturais no domínio das artes do espetáculo, numa natureza de ação designada de serviço público. O seu programa é muito completo e diversificado e trabalha as várias disciplinas artísticas de forma permanente, com abertura a linhas estéticas muito plurais. A partir da unidade de Educação e Mediação Cultural, o CCVF desenvolve importantes ações de sensibilização, estímulo à criação e formulação de espírito crítico para todos os tipos de público no sentido do seu forte crescimento e envolvimento na relação com as artes.

PROGRAMAÇÃO REGULAR

A programação é de enorme diversidade e complementaridade, sendo pensado a partir de um trabalho de cadências entre festivais (dança, teatro e música) e a programação regular, com intensidades várias relacionadas a partir de um olhar sobre o comportamento cultural e social do meio e definidas por níveis de intervenção local, nacional e internacional, afirmadas em projetos de criação, acolhimento e parceria.

Subdivide-se em grandes grupos definidos pelas diferentes artes que formam um grande arco do pensamento do projeto artístico: música, teatro, dança, performance, circo contemporâneo e cruzamentos disciplinares.

Considerando que a cada dois meses se realiza um festival, a programação regular articula e compensa esse fator concentração, desenvolvendo um programa que dedique particular atenção às diferentes escalas, estéticas e linguagens artísticas, trabalhando o detalhe e por vezes a segmentação que permite um envolvimento mais vertical com os projetos ou ações de formação apresentadas.

A programação regular continuará a beneficiar do forte investimento feito na criação, canalizado pelas coproduções, residências artísticas e também das relações internacionais em desenvolvimento e projectos europeus em curso, formando um ecossistema cultural cada vez mais complexo, fluído, completo e formulador de novas realidades que alimentam o desenvolvimento e estatuto da cidade enquanto lugar geográfico referencial.

Janeiro

1/CCVF Orquestra de Guimarães (concerto de Ano Novo)
3,6,10,20,27/CCVF Cineclube

4/Apresentação da Programação jan-abr 2019 - A Oficina 30 anos / ano zero

ROTEIRO OFICINA

4/CCVF CC Concerto
5/ASA Ensaio Victor Hugo Pontes

5/CDMG 17h00 Guia de Visita com Victor Hugo Pontes

6/CCVF 11h00 Do Avesso Visita Encenada^{EMC}

5 e 6/CDMG/CIAJG/Palácio Dias Abertos nos Museus

8 ou 9/CCVF CC Concerto Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

15 a 20/ TEATRO DA MEMÓRIA 1ª Parte

30 Anos A Oficina / ano zero

15/CCVF Abertura [Lançamento Obra Centro Documentação CCVF Jantar Fundadores/

Homenagem aos funcionários + antigos Ciclo de Conferências

15/CCVF Do Artesanato ao CCVF 1989-2011

16/CIAJG Da CEC até agora 2012-2018

17/CDMG Debate Público Final Um novo ciclo para todos

18 e 19/CCVF GA Montanha Russa ^{EMC} - Miguel Fragata e Inês Barahona

19/CCVFDOC Montanha Russa Documentário ^{EMC}

21/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

19/Palácio Inauguração Bergado & Terebentina [até final março]

19/CCVF CC Festa DJ Set Clã e Amigos

20/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

20/CIAJG BB Vera Mantero + Rui Chafes Comer o Coração

20/CCVF 21h45 Cineclube

19 e 20/CDMG/CIAJG/Palácio

Dias Abertos nos Museus

Fevereiro

2/CCVF CC Concerto - Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

3 e 4/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

7 a 16/GUIDANCE

17, 28/CCVF Cineclube

24/CCVF The Tallest Man On Earth

Março

2/CCVF Dead Combo (fim tour)

3, 10, 14, 17, 21, 24, 28, 31/CCVF Cineclube

3 e 4/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

8/CCVF CC Concerto - Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

15 ou 16/CCVF PA Cláudia Dias. Quarta-Feira

22 e 23/ FIM-DE-SEMANA NOVO CIRCO [Circus Arts]

/CCVF PA A Definir

/CCVF GA WHS

Lähtö / Départ

/CIAJG Máquina de fazer Museus ^{EMC}

/CCVF SALA ENSAIOS Masterclass dos WHS Debate

Abril

1/CCVF CENTRO DOC Inauguração

4, 7, 18, 21, 25/CCVF Cineclube

7 e 8/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

9/CCVFDOC Clube De Leitura

10 a 13/WESTWAY LAB

15/CCVFDOC Encontros Ganguê de Guimarães

20/CCVF Orquestra de Guimarães (Concerto da Páscoa)

22/CCVFDOC Doc's com DEMO

27/CCVF CC Concerto - Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

29/ DIA MUNDIAL DA DANÇA (Centenário MC)

/CCVF Merce Cunningham Trust + Escolas de Dança
Not a moment too soon

29 /CCVFDOC

Disco Jazz - Ivo Martins

30/Cidade

Dia internacional do Jazz

Maio

Datas a definir/CCVF Cineclube

6, 13, 20, 27/CCVFDOC

Sessões Centro Doc

4/GA CCVF Tiago Rodrigues

Como ela morre Teatro

5/GA CCVF Tiago Rodrigues

Sopro + conversa Teatro

9/GA CCVF Música

5 e 6/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

25/GA CCVF Olivier Dubois

My Body coming forth by day Dança

Junho

Datas a definir/CCVF

Cineclube

3, 10, 17, 24/CCVFDOC

Sessões Centro Doc

6 a 16/ FESTIVAIS GIL VICENTE

Julho

1, 8, 15/CCVFDOC Sessões Centro Doc

Datas a definir/CCVF

Cineclube

7/CCVF Do Avesso - Visita Encenada ^{EMC}

21/GA CCVF Academia de Bailado de Guimarães

Ligno





Setembro

6 e 7/ MANTA

8/CCVF Do Avesso - Visita Encenada^{EMC}

9, 16, 23, 30/CCVFDOC Sessões Centro Doc

14, 21, 28/CCVF 14º Aniversário CCVF Dança/ Teatro/Música

Datas a definir/CCVF Cineclube

Outubro

1/ Dia Internacional da Música

4 ou 5/ CC CCVF Concerto Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

7, 14, 21, 28/ CCVFDOC Sessões Centro Doc CCVF

8 a 12/CCVF AEROWAVES Dança Contemporânea

15 a 19/GA CCVF Orquestra de Guimarães

25 a 27/ CCVF MAT'19 Mostra de Amadores de Teatro

Novembro

1 ou 2/ CC CCVF Concerto - Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

3/CCVF Do Avesso - Visita Encenada^{EMC}

4, 11, 28, 25/CCVFDOC Sessões Centro Doc

4 a 16/GUIMARÃES JAZZ/ CCVF E CIAJG BB

23/GA CCVF Dança

27 a 30/CCVF GA Menina do Mar - Sophia 100^{EMC}

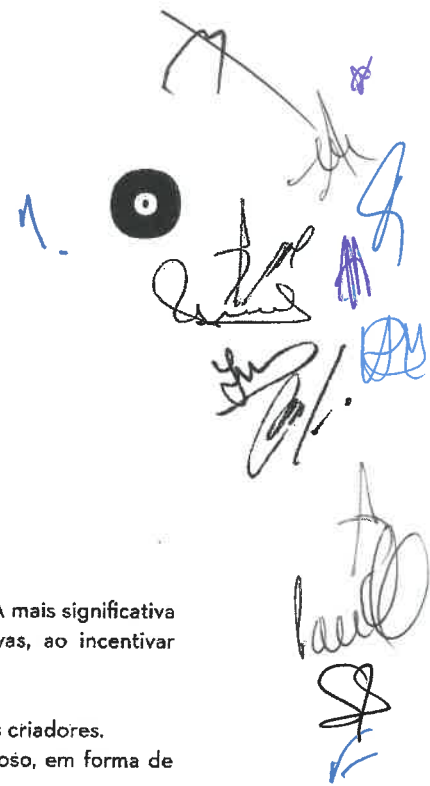
Dezembro

1 ou 2/ CC CCVF Concerto - Ciclo de Curadoria com promotoras de música Guimarães

2, 9, 16/CCVFDOC Sessões Centro Doc

9 a 15/CCVF Teatro da Memória Teatro Oficina 25 anos

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural



COPRODUÇÕES

A Oficina tem investido de forma continuada na criação em Portugal por diferentes vias. A mais significativa é assumindo o papel de coprodutor, maioritariamente na área das artes performativas, ao incentivar decisivamente os processos de criação de cerca de 10 a 15 obras / ano.

Este papel de coprodutor é desempenhado em várias frentes:

- Financeiramente, ao contribuir de forma significativa para os orçamentos propostos pelos criadores.
- Através da atribuição de tempo e espaço de trabalho no Centro de Criação de Candoso, em forma de residências artísticas, do qual resulta um acompanhamento mais imersivo dos processos.
- Promovendo um trabalho em rede com outros possíveis locais de acolhimento, para melhor gestão de recursos e possível circulação articulada.
- Comissariando projetos específicos.

As coproduções representam por isso um pilar fundamental na estratégia de criação definida para o desenvolvimento da geografia onde se insere este projeto e representam, igualmente, uma contribuição inalienável para a identidade do Portugal contemporâneo no mundo.

Esta forma de relação com os artistas traduz-se ainda no aprofundamento de relações e transmissão de conhecimento resultantes da sua ação com a comunidade local, reforçando a coesão social e impulsionando novos projetos que daí espontaneamente surjam ou, muitas vezes no sentido inverso, gerando oportunidades para a comunidade artística local em novas áreas de intervenção artística e geográfica.

As coproduções podem ter 3 níveis de alcance: locais, nacionais e internacionais.

RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS - CENTRO DE CRIAÇÃO DE CANDOSO CCC

Área nuclear e integrante da estratégia de consolidação de Guimarães enquanto território de criação, as residências artísticas têm sido fundamentais no aproximar da cidade aos grandes criativos do país e do mundo. Para a consecução desta ambição, o CCC, desde 2012, tem-se revelado equipamento primordial enquanto espaço de especulação criativa e ponte de ligação com os artistas.

Parte da história da arte contemporânea em Portugal tem tido um forte contributo de Guimarães, quer ao nível do investimento no processo criativo (coproduções) quer ao nível da disponibilização de recursos (CCC), gerando a perceção de novas centralidades para as artes no país e atraindo cada vez mais a procura de uma faixa etária jovem e criativa, que assim induz no território um novo conhecimento e um contributo identitário forte.

O CCC tem alimentado o crescimento de vários festivais, permitindo realizar uma série de ações com a população e mesmo fora deles organizar momentos de relação com os artistas em residência, contribuindo para a coesão social e o empoderamento das pessoas neles envolvidas.

As residências artísticas continuarão ligadas às coproduções mas também à possibilidade de outro tipo de colaborações, seja o apoio direto a projetos sem apresentação ou através da cooperação com entidades que nas suas ações prevejam o incentivo à criação no domínio das artes e se revelem interventivas nesse desígnio no seu território.

O Centro de Criação de Candoso constitui-se assim enquanto unidade programada com atividade regular permanente, acolhendo em residência cerca de 25 projetos por ano, na sua grande maioria por artistas portugueses mas já com procura internacional, presença que começa gradualmente a fazer-se notar como fator valorativo para o intercâmbio entre artistas nacionais e internacionais.



Janeiro

2 a 26/ccc Residência Artística - Victor Hugo Pontes
7 a 18/ccc Residência Artística - Joana Von Mayer Trindade

Fevereiro

4 a 15/ccc Residência Artística - Maurícia Barreira Neves
18 a 1 mar/ccc Residência Artística - Miguel Castro Caldas

Março

4 a 15/ccc Residência Artística - João Costa Espinho e Joana Castro
18 a 29/ccc Residência Artística - Bolsa Amélia Rey-Colaço

Abril

1 a 13/ccc Residências Artísticas - WestWayLab'19

Maio

22 a 5 de Maio/ccc Residência Artística - DEMO

Julho

1 a 14/ccc Residência Artística - Quarto
16 a 31/ccc Residência Artística - Tânia Carvalho

Residências até dezembro a programar

BOLSAS DE CRIAÇÃO

As Bolsas de Criação surgem como resposta a uma dificuldade cada vez mais extrema de reunir recursos mínimos que permitam aos artistas condições satisfatórias para o desenvolvimento dos projetos artísticos propostos. A fragilidade financeira do setor das artes, a dificuldade em encontrar espaços de trabalho, a impossibilidade de dispor de um tempo de pesquisa, criação e questionamento das obras tem prejudicado o tecido artístico e interfere gravemente na qualidade do seu trabalho. E permite ainda o combate de assimetrias a partir da coligação de estruturas de diferentes capacidades de investimento que possam reforçar a intervenção em territórios mais carenciados.

• Bolsa 5 Sentidos para Artes Performativas

[em parceria com: Teatro Micaelense (Ponta Delgada), Teatro Nacional São João (Porto), Teatro Municipal da Guarda (Guarda), Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra), Teatro Viriato (Viseu), Teatro Virgínia (Torres Novas), Centro de Arte de Ovar (Ovar), O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo), Teatro Municipal do Porto - Rivoli e Campo Alegre (Porto) e Cine-Teatro Louletano (Loulé).

Com mais 10 parceiros, prevê um montante para criação por biénio, um plano alargado de residências artísticas e apresentações nos teatros de todos os membros da rede 5 Sentidos.

• Bolsa Amélia Rey Colaço para Teatro,

[em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II e O Espaço do Tempo]

Prevê um montante para criação bienal: criação num ano, estreia e circulação noutra. Várias residências artísticas e apresentações no TNDMII e Centro Cultural Vila Flor, bem como um ensaio aberto n'O Espaço do Tempo antes da estreia. A primeira edição da Bolsa foi lançada em março de 2018, com os trabalhos a decorrerem em 2018 e as apresentações em 2019.

• PACT (Programa de Apoio à Criação territorial) com o Gangue de Guimarães

Novo projeto de apoio à criação local, em articulação com o TO e a Educação e Mediação Cultural d'A Oficina.

2.3. TEATRO OFICINA

MISSÃO

Criado em 1994 com o objetivo de “dotar a cidade de uma estrutura capaz de combater as assimetrias regionais, proporcionando aos cidadãos espaços de formação e fruição cultural na área do teatro”. O T. Oficina tem contribuído para a conquista e fidelização de públicos do teatro, tentando inverter a tendência de acolhimento artístico e assumindo, para além da criação de novas produções, um papel fundamental na formação teatral para todos, na difusão cultural e no acolhimento a escritores em residência.

Em 2017, o T. Oficina abriu as portas para um novo ciclo de relação com o território, passando a assumir-se ainda mais como a Cia de Teatro de Guimarães.

criação teatral

É intenção que a Cia de Teatro de Guimarães vá marcando o calendário da criação artística no seu território e se associe a momentos altos de celebração teatral. Daí que o calendário previsto para as estreias do TO é o que foi sendo experimentado desde 2017:

- março [associando um programa para o Dia Mundial do Teatro]
- junho [participando nos Festivais Gil Vicente]
- setembro a dezembro

REDE (TEATRO) OFICINA

A Rede Teatro Oficina é uma rede informal de trabalho, criada em 2017, no novo ciclo do Teatro Oficina. É composta por:

- Gangue de Guimarães - artistas profissionais de artes performativas com ligações ao território (76 artistas no momento).
- Licenciatura em Teatro ILCH-UM - alunos e ex-alunos de teatro da Licenciatura em Teatro da UM (num universo de mais de 100 alunos de teatro)
- Grupos de Amadores de Teatro - 14 Grupos de Teatro de Amadores espalhados pelo concelho de Guimarães (mais de 140 artistas amadores de teatro),
- Alunos das Oficinas do Teatro Oficina - dezenas de alunos das Oficinas do Teatro Oficina OTO (56 alunos em 2017-18)

A esta rede são feitas regularmente convocatórias para Oficinas de Criação, Sessões de Trabalho, Bolsas de residência e/ou Criação, oportunidades profissionais (em 2018, por exemplo 14 artistas do Gangue colaboraram com o T. Oficina). O alargamento desta rede a outros universos artísticos na nova Rede Oficina vai permitir estruturar gradualmente um programa de formação continuado e mais integrado que cruza e faz dialogar os artistas do território por toda a programação Oficina (o já referido PACT - Plano de Apoio à Criação Territorial).

FORMAÇÃO TEATRAL

Todo o programa formativo do TO passará para a Educação e Mediação Cultural de modo a poder enriquecer as interações entre as Oficinas do Teatro Oficina, as Oficinas de Criação da programação regular, as atividades paralelas dos Festivais, etc. A concentração dos programas formativos e de públicos junto da EMC permitirá também criar mais ligações entre os equipamentos e projetos culturais d'A Oficina.



DRAMATURGIA

No Gangue de Guimarães, há uma série de dramaturgos nos quais o TO quer investir gradualmente, até chegar ao ponto de ver peças de teatro escritas, editadas e posteriormente produzidas dentro do universo do grupo (que tem em si todas as valências possíveis para estes degraus de desenvolvimento integrada da escrita performativa).

Março

27 a 30/CIAJG T. da Memória
Teatro Oficina - 25 Anos
27/Dia Mundial do Teatro
27 a 30/CIAJG Arquivos T.
Oficina [2ª Bolsa Gangue
de Guimarães]

Junho

(nos Festivais Gil Vicente]
/PAC A Praça - Gonçalo
Fonseca com as OTO
(Oficinas do Teatro Oficina)

Dezembro

9 a 15/CCVF T. da Memória
Teatro Oficina 25 anos
As Grandes Conversas
Ciclo de Conferências
Arquivos Teatro Oficina
[2ª Bolsa Gangue]
/CCVF Do Avesso
Visita Encenada^{EMC}
/CCVF GA A Grande Serpente
JPV + Pedro Bastos e etc

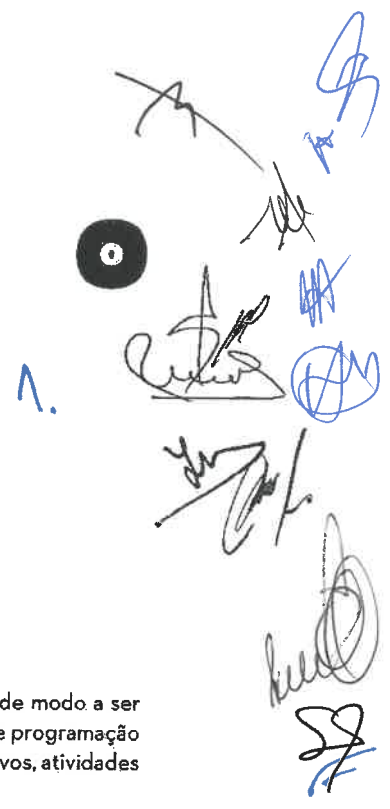
MOSTRA DE AMADORES DE TEATRO - MAT [OUTUBRO]

Realizado anualmente, este CONCURSO DE APOIO À CRIAÇÃO TEATRAL PARA OS GRUPOS DE TEATRO DE AMADORES teve como objetivo promover a criação, a divulgação e releitura da dramaturgia de todas as épocas, apoiar a atividade dos grupos de teatro de amadores do concelho de Guimarães e fomentar o gosto pela fruição e prática artística na área do teatro. Procurou-se, com esta parceria, reforçar a capacidade de criação dos grupos de teatro de amadores.

Desde 2017, respondendo a um processo de reflexão promovido pela Oficina e liderado pelo TO, com todos os agentes envolvidos no projeto, o espaço de apresentação dos Grupos de Teatro de Amadores de Guimarães surgiu num novo formato revisto e alargado, com programação do Teatro Oficina - a Mostra de Amadores de Teatro MAT. A convocatória é mais inclusiva e assente na avaliação artística e na relação com a comunidade local, e dela resulta uma Mostra mais alargada - 6 espetáculos programados noutros 6 espaços associados aos próprios grupos, em que cada grupo apresenta fora do seu espaço para promover a circulação de projetos e públicos. E, no final, o habitual fim-de-semana no Centro Cultural Vila Flor em que se apresentam os três melhores espetáculos, escolhidos num processo de avaliação organizado pelo Teatro Oficina.

Outubro

11 a 13 / 18 a 20/Cidade e Freguesias
25 a 27/CCVF MAT'19 - Mostra
de Amadores de Teatro



2.4. EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

O Serviço Educativo d'A Oficina foi renomeado como Educação e Mediação Cultural - EMC de modo a ser mais fiel a todo o mapa de trabalho desta unidade. A 'nova' unidade inclui no seu plano de ação e programação todos os projetos de educação e mediação cultural d'A Oficina, sejam oficinas e projetos formativos, atividades paralelas, visitas orientadas e/ou encenadas, programas de formação artística nas escolas, etc.

A EMC fará este novo plano em profunda articulação com os outros projetos de programação e assim poderá uma visão estruturada sobre todo o programa aproximativo e educativo d'A Oficina e reforçá-lo artística e pedagogicamente, num departamento verdadeiramente transversal e liderará a atitude de relação com públicos e agentes.

MISSÃO

A Educação e Mediação Cultural tem uma casa, um museu, um teatro, um jardim e um palácio, mas é um lugar em construção. E está sempre à janela. É feita de memória e utopia. Nunca lhe faltam perguntas. Não se cansa de procurar o desejo e a coragem de ser e de saber. E bate a todas as portas. Gosta de olhares longos, palavras improváveis e silêncio. Como se fossem intervalos ou pensamentos. Brinca como quem aprende e aprende como quem brinca. Com as pessoas, os espaços, as imagens, os objetos e as histórias. Mistura liberdade com poesia. Inventa máquinas de fazer espanto e imaginação. Convida ao encontro, à conversa e à experiência. Do seu território, vê o mundo todo. Mais do que uma geografia, desenha uma geometria de afetos. E acredita que a educação e a cultura só podem ser transformadoras. Sem cedências nem condescendências.

ESPETÁCULOS

A programação de espetáculos de Educação e Mediação Cultural, desenhada para promover o desenvolvimento de públicos de forma continuada e sustentada, assenta em perguntas, todas com múltiplas possibilidades de resposta. Perguntas para serem habitadas demoradamente por todos os públicos: alunos e professoras, pais e filhos, programadores e artistas, comunidade e visitantes e outros curiosos. Estas perguntas orientam determinadas opções estratégicas que vão de encontro à diversidade de propostas, a nível de linguagens artísticas (teatro, dança, música, canto, cinema, literatura, ilustração, marionetas), de formatos artísticos (espetáculo, performance, concerto), de duração (enquadramento em programas de educação artística, projetos de continuidade, ações pontuais, eventos cíclicos), de públicos a que se dirigem (todos os níveis de ensino nas escolas, famílias, agentes educativos, séniores, crianças e jovens), de espaços onde acontecem (sala de espetáculos, rua, praça, jardim, sala de aula, recreio, museu...) e de tipo de apoio à criação (coprodução, encomenda, acolhimento, estreia, residência artística). Atividades Permanentes



Fevereiro

no **Guidance**

9/PA CCVF **Nocturno** Victor Hugo Pontes ^{EMC}

16/PA CCVF **Oceano** Ainhoa Vidal ^{EMC}

Março

Data a definir/CCVF PA
Espetáculo 2º ano ^{EMC+2}

Abril

6, 8 a 11/CIAJG BB **O Convidador de Pirilampos** ^{EMC} Ante Pé - Ondjaki e António Jorge Gonçalves

28/CIAJG - BB **Livre com um Livro** ^{EMC}

29 e 30, 2, 3, 6 e 7 maio/CDMG PÁTIO **Liberdade** ^{EMC+2}
[3º Bolsa Gangue]

Junho

22 e 23/CDMG - Pátio **Para Vós** ^{EMC}
Cláudia Andrade e Mafalda Saloio (público sénior - participação local 7 senhoras para coro)

/CDMG **Repositório**
Conversa com Cláudia Andrade e 7 senhoras

Julho

1 a 6/CCVF **É pr'ó Menino e pr'á Menina** ^{EMC} Ante Pé
Catarina Requeijo

13 e 14/CIAJG-PAC
MERCADO NA PRAÇA

Fecho Temporada

A Praça
(T. Oficina+OTO)

Outra Voz
Ópera de Instrumentos
(Samuel Coelho e Nuno Preto /

Escolas de Música)
A Revolta dos Objetos
Conferência-Performance
(Teatro de Ferro)

Ponto de Fuga
Visita Performativa ^{EMC}

Setembro

no **Manta**
7/ Espetáculo a definir

Outubro

18, 19, 21, 22 e 23/CIAJG BB
Autocarro para Sonhos
Eduardo Brito e Marta Freitas ^{EMC +2}

Novembro

27 a 30/CCVF GAA **Menina do Mar** - Sophia 100 ^{EMC}

Dezembro

13, 14, 16 a 20/CCVF PA
Espetáculo Férias Natal
^{EMC} Ante Pé

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural

^{EMC+2} No âmbito do projeto Mais Dois

^{EMC} Ante Pé No âmbito do projeto Ante Pé

1.

ATIVIDADES PERMANENTES

As Atividades Permanentes ou regulares são constituídas por visitas orientadas e oficinas criativas, associadas à identidade de cada espaço cultural. Estas atividades acontecem, ao longo de todo o ano, sob orientação do grupo regular de monitores de Educação e Mediação Cultural ou de artistas e especialistas convidados.

. Visitas Orientadas

Existem diversos percursos de visita, construídos pelos respetivos monitores, que se ajustam aos diferentes grupos, públicos-alvo, contextos de visita, discursos e períodos do ano. Para além da visita orientada mais convencional, que alguns visitantes preferem, há propostas de visitas dinâmicas e temáticas, quer para as coleções permanentes, quer para os ciclos temporários, quer para os espaços interiores, quer para os espaços exteriores. É ainda possível organizar visitas conjuntas entre dois espaços.

. Oficinas Criativas

As oficinas podem ser de artes visuais ou artes performativas, de património ou história da arte, com artistas ou artesãos. Durante o ano letivo, estas oficinas podem acontecer nos espaços culturais ou nas escolas e noutras instituições. Nos períodos de férias, são desenhados formatos que promovem a participação em processos mais longos (durante uma semana) de criação artística, para crianças e jovens. Algumas propostas, como "Domingos em Casa" (na CDMG) ou "Máquina de fazer Museus" (no CIAJG) são dirigidas a famílias, durante o fim-de-semana.

Ao longo do ano, todas estas propostas se mantêm disponíveis, mediante marcação atempada, para público individual e/ou grupos organizados, ajustando-se os conteúdos e os formatos mediante os ciclos de investigação, de exposição e de circulação, reinventando permanentemente fórmulas, recursos e estratégias, de modo a ativar estes espaços culturais como espaços de conhecimento, interpretação e lazer.

• VISITAS E OFICINAS aos

Domingos de Manhã^{EMC}

/CCVF Do Avesso - Visita Encenada

**6 jan 3 fev 3 mar 7 abr
5 maio 9 junho 7 julho
8 setembro 6 outubro 3
novembro 9 dezembro**

/CIAJG Máquina de fazer Museus - Oficina

**13 jan 10 fev 17 mar 28 abr
12 maio 30 junho 14 julho
15 set 13 out 10 nov 15 dez**

/CDMG Domingos em Casa Oficina

**20 jan 17 fev 17 mar 28 abr
19 maio 23 junho
22 set 20 out 17 nov 22 dez**

/CIAJG Ponto de Fuga

**Visita Performativa
20 jan 22 fev 16 mar 27 abr
26 maio 16 junho 14 julho
28 set 20 out 24 nov**

/CDMG Auxiliar de Memória

**Visita jogo
Permanente**



• OFICINAS DE FÉRIAS

Férias da Páscoa

Abril 8 a 12/CCVF SALA ENSAIOS

Oficinas de Férias 1

Sonoscopia^{EMC} - integrado e a partir de WLAB

15 a 18/CIAJG BB Oficina de Férias 2 - António Jorge Gonçalves^{EMC}

Férias de Verão

Junho 24 a 28/CIAJG Oficina de Férias 1 - Montagem Expo^{EMC}

Julho

1 a 6/CDMG SALA OFICINAS Oficina de Férias 2^{EMC}

8 a 12/CIAJG Oficina de Férias 3^{EMC} - Teatro de Ferro

Férias de Natal

Dezembro 16 a 20/CCVF SALA ENSAIOS Oficina de Férias^{EMC}

• VISITAS E OFICINAS

por marcação

/CCVF

O Corpo do Espaço pelo

Corpo no Espaço Oficina De Movimento E Voz

/CIAJG

Cá dentro Existe um Anão

Comido pelas Formigas

Oficina Sensorial A Partir Do

Processo Criativo Do Artista

Franklin Vilas Boas

Um Grande Segredo

Chamado Museu Oficina De

Descoberta De Objetos E

Construção De Segredos

Corpo-Tóteme Oficina De

Movimento E Construção De Tótemes

Nkisi e os Feitiços Oficina

De Construção E Coleção

De Objetos Protetores

Desenhos Escondidos

Oficina De Desenho

/CDMG

Histórias de Cântaros e

Cantarinhas Oficina De

Olaria

O Fio da Conversa Oficina

De Bordado

As Voltas da Colher de

Pau Oficina De Sabores

Tradicionais

Do vazio de uma caixa a um

Museu portátil Oficina De

Autobiografia

Curtir o nosso mapa Oficina

De Desenho Em Couro

Transferência de Memórias

Oficina De Fotografia E

Escrita

Revestir a Casa Oficina De

Estampagem

Uma frase nunca se risca

Oficina De Frottage

Corpo-Casa Oficina De.

Performatividade (Em

Análise)

• OFICINAS DO

TEATRO OFICINA

Outubro a Junho/Espaço Oficina



ATIVIDADES PARALELAS

As Atividades Paralelas de Mediação Cultural procuram ampliar o exercício de emancipação do espectador, na sua relação ativa com o que vê, através do cruzamento entre o conhecimento e a vivência que transporta consigo e as possibilidades das experiências propostas.

- Ações associadas a festivais
- Artistas nas escolas
- Conferências
- Exploração de ciclos de programação e de investigação
- Momentos de formação e outros encontros

Estas atividades constituem aquela que é uma ação transversal entre conteúdos, formatos, espaços e públicos. As Atividades Paralelas serão trabalhadas em maior articulação ainda com os programadores e as programações regulares de cada espaço. É esta articulação que permitirá também criar e reforçar um pensamento programático e estratégico comum para a intervenção da Educação e Mediação Cultural em todos os espaços d'A Oficina, projetando em simultâneo a identidade própria de cada um deles. A componente de formação, debate e reflexão está sempre associada a estas atividades, que, sendo paralelas, não deixam de ser centrais em desdobramento, aprofundamento e abrangência da intervenção cultural destes espaços como um todo.

PROJETOS DE CONTINUIDADE

O tempo e a infância gravitam em torno daquele que é o pensamento de programação e de ação de Educação e Mediação Cultural. No caso dos Projetos de Continuidade, o tempo, em todas as suas dimensões, torna-se ainda mais determinante na complexidade da experiência. Projetos de Continuidade são propostas mais demoradas, com um movimento e uma intensidade maiores, que permitem processos mais aprofundados de pesquisa, reflexão e experimentação. Ao longo do triénio, pretende-se intercalar, tanto quanto possível, atividades pontuais e de curta ou média duração com projetos contínuos e de longa duração:

• "Pergunta ao Tempo"

Este é um projeto educativo sobre o património, que envolve cerca de 350 alunos e professores do 4º ano do 1º CEB dos 14 agrupamentos de escolas de Guimarães. O desafio passa pela descoberta de memórias e elementos para a reinterpretação de cada um dos núcleos expositivos permanentes da Casa da Memória. Ao longo de um ano letivo, desenvolvem-se estratégias criativas de pesquisa, recolha e documentação do património cultural do território, na sua materialidade e imaterialidade, numa relação de proximidade com crianças, famílias, professores e comunidade local. Desta experiência, para além de visitas e oficinas, resulta uma exposição final, integrada no espaço museológico da CDMG.

• "Aqui nasci eu"

Aqui nasceu Portugal. Aqui nasci eu também. Este é o ponto de partida para a disciplina de currículo local, criada pelo Agrupamento de Escolas Virgínia Moura para os alunos do 5º ano do 2º CEB, no âmbito do programa-piloto de flexibilização curricular, com o apoio da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Guimarães. Numa parceria com a Casa da Memória, esta disciplina contempla visitas, oficinas e encontros, que contribuem para o conhecimento do território, das suas gentes e das suas histórias, promovendo a interpretação do mundo e a construção de uma identidade local e de um sentido de pertença.



• “Validade”

“Satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas”: esta é a definição do Brundtland Report de 1987 para “sustentabilidade”. É daqui que parte o projeto Validade, em busca de um outro olhar sobre este conceito, através de práticas criativas e artísticas que pretendem desenvolver uma nova capacidade de espera. A reflexão, o debate e a experimentação vão encontrar espaço num conjunto de oficinas, que desenham, ao longo de três anos, um trajeto que vai do mais pessoal/próximo/corpóreo ao mais partilhado/distante/imaterial. “Ecos Pessoais”, “Ecos Materiais” e “Ecos Digitais” são os três momentos do projeto, dos quais hão-de resultar exercícios de partilha com a comunidade escolar, como verdadeiras caixas de ressonância. Para além destes projetos, outros hão-de surgir, nos próximos anos, com intensidade semelhante, como consequência natural de relações com o território, a comunidade e os criadores.

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NAS ESCOLAS (MAIS DOIS / ANTEPÉ / CAF)

[em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães - Educação]

• Mais Dois

Este é um programa de aprendizagem na área das artes performativas, integrado nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para todas as cerca de 2500 crianças dos 1º e 2º anos do 1º CEB, do concelho de Guimarães. No terreno desde o ano letivo de 2014/2015, têm como missão o desenvolvimento de competências para a aprendizagem de um modo geral e para a literacia artística em particular.

• Ante Pé

Em articulação com as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), as práticas da dança, do teatro e da música, a partir de janeiro de 2018, passaram a fazer parte da rotina das cerca de 1350 crianças do Ensino Pré-Escolar do concelho de Guimarães.

• Componente de Apoio à Família

No ano letivo 2018-19, A Oficina apoia na Componente de Apoio à Família em 29 escolas do 1º ciclo desenvolvendo oficinas lúdicas com todos os alunos.

Mais Dois e Ante Pé são uma parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães (Vereação da Educação) e A Oficina (Educação e Mediação Cultural), que estabeleceram como prioridade a integração das artes performativas nas escolas do município. Para além da promoção de uma educação integral, este trabalho tem vindo a contribuir, num esforço de equidade em todo o concelho, para o reconhecimento e a valorização da educação artística como uma área de conhecimento.

Considerando que, através de métodos de aprendizagem participativos, baseados na experiência, na autonomia e na responsabilidade, se desenvolvem competências e se potencia a criatividade numa perspetiva holística, estes programas contemplam:

1. Aulas Semanais - trabalho em contexto de sala de aula, ao longo do ano letivo, com um professor/artista que recebe formação regular também
2. Artista em Sala de Aula - realização de oficinas criativas com artistas que se deslocam à sala de aula;
3. Espetáculos - saídas para ver espetáculos, no CCVF ou num espaço de apresentação da respetiva freguesia;
4. Visitas - saídas para conhecer os espaços culturais da cidade, geridos pela Oficina (CDMG, CIAJG, Palácio Vila Flor, CCVF);
5. Aulas Abertas - aulas com a participação dos pais/encarregados de educação que se deslocam à escola;
6. Ações de Formação - plano de formação específico, nas áreas pedagógica e artística, para os professores/artistas.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' mark and several illegible signatures.

Tendo também em conta o Currículo Nacional para o Ensino Básico, procura-se sobretudo o enriquecimento das capacidades de aprendizagem (memória, escuta, cognição e expressão). O modelo de trabalho contempla, por isso, um conjunto de atividades e práticas que promovem a articulação do conhecimento e da experiência, a literacia artística e a criatividade, a relação entre o indivíduo e o coletivo, entre o dentro e o fora da escola. O plano de ação destes Programas, com conteúdos, atividades e calendarização, é elaborado anualmente pela respetiva coordenação, trabalhado com os Professores AEC e os coordenadores das AAAF e partilhado com Diretores e Coordenadores de 1º ciclo e Ensino Pré-Escolar dos 14 Agrupamentos de Escolas de Guimarães, Coordenadores das Escolas e Professores Titulares das turmas.

Janeiro

9, 16, 23, 30/CIAJG e CDMG
 Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}
 9/CCVF SALA ENSAIOS
 Artista em Sala de Aula -
 Formação Profs^{EMC+2}
 14 a 29/ESCOLAS
 Artista em Sala de Aula^{EMC+2}

Fevereiro

6, 13, 20, 27/CIAJG e CDMG
 Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}
 27/CCVF Espetáculo 2º ano -
 Formação Profs^{EMC+2}

Março

Data a definir/CCVF PA
 Espetáculo 2º ano^{EMC+2}

Abril

3/CIAJG SALA CONF O Convidador
 de Pirilampos - Formação
 Profs^{EMC} Ante Pé
 6, 8 a 11/CIAJG BB O Convidador
 de Pirilampos^{EMC} Ante Pé
 Ondjaki e António Jorge
 Gonçalves
 6/CCVF IDOC Clube de Leitura
 Encontro com Ondjaki^{EMC}
 15 a 18/CIAJG e CDMG
 Visitas ou Oficinas Criativas
^{EMC} Ante Pé

22/CDMG REP Liberdade -
 Formação Profs^{EMC+2}
 29 e 30, 2, 3, 6 e 7 maio/CDMG PÁTIO
 Liberdade^{EMC+2}
 [3º Bolsa Gangue]

Junho

19/CCVFISE É pró Menino e pr'á
 Menina - Formação Profs^{EMC}
 Ante Pé

Julho

1 a 6/CCVF
 É pró Menino e pr'á Menina
^{EMC} Ante Pé - Catarina
 Requeijo
 6/CCVF CENTRO DOC
 Conversa sobre Igualdade
 de Género (para famílias -
 com Catarina Requeijo e/ou
 convidado)

Setembro

6,13,20,27/CIAJG e CDMG Visita
 Conjunta - 6º ano^{EMC}

Outubro

2/CIAJG SALA CONF Pedagogia -
 Formação Profs^{EMC+2}
 2,9,16,23,30/CIAJG e CDMG Visita
 Conjunta - 6º ano^{EMC}

9/CIAJG SALA CONF Autocarro para
 Sonhos - Formação Profs^{EMC+2}

18, 19, 21, 22 e 23/CIAJG BB
 Autocarro para Sonhos
^{EMC+2} - Eduardo Brito e
 Marta Freitas

30/CIAJG SALA CONF Artista em
 Sala de Aula - Formação
 Profs^{EMC+2}

Novembro

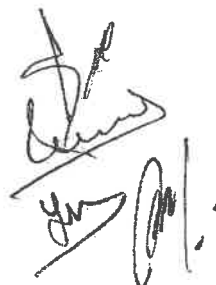
4 a 29/ESCOLAS Artista em Sala
 de Aula^{EMC+2}

6,13,20,27/CIAJG e CDMG Visita
 Conjunta - 6º ano^{EMC}

Dezembro

2 a 6/ESCOLAS Artista em Sala
 de Aula^{EMC+2}
 4/CIAJG e CDMG Visita Conjunta -
 6º ano^{EMC}
 4/CCVF SALA ENS Espetáculo
 Férias Natal - Formação
 Profs^{EMC} Ante Pé
 13, 14, 16 a 20/CCVF PAC
 Espetáculo Férias Natal
^{EMC} Ante Pé

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural
^{EMC+2} No âmbito do projeto Mais Dois
^{EMC} Ante Pé No âmbito do projeto Ante Pé

A handwritten signature in black ink is located in the upper right corner of the page. Below the signature is a circular stamp, which appears to be a hole punch or a similar mark.

2.5. CENTRO INTERNACIONAL DAS ARTES JOSÉ DE GUIMARÃES

MISSÃO

O CIAJG reúne peças oriundas de diferentes épocas, lugares e contextos em articulação com obras de artistas contemporâneos, propondo uma (re)montagem da história da arte, enquanto sucessão de ecos, e um novo desígnio para o museu, enquanto lugar para o espanto e a reflexão.

O CIAJG é uma instância de produção de conhecimento, estudo e apresentação de coleções e espólios de âmbito disciplinar amplo, de formação de públicos, de produção de trabalhos artísticos e de residência artística.

O CENTRO, A PRAÇA E A CIDADE

A vivência física e social do espaço do Centro, da Praça da Plataforma e espaços adjacentes serão trabalhadas de modo integrado e com profundidade, promovendo o mais possível a sua ocupação pública e social e até criando novas valências e projetos que podem sair do âmbito normal da programação. Também a presença do CIAJG e das obras do José de Guimarães na cidade terão uma atenção programática integrada.

EXPOSIÇÕES

O CIAJG permanecerá inteiramente dedicado à sua afirmação pública junto da comunidade local e no tecido cultural e circuito turístico da cidade de Guimarães, em particular, e da região, em geral. Em termos da programação expositiva, continuamos a promover parcerias com outras instituições e a apostar na produção de trabalhos novos ou inéditos, com especial enfoque em artistas portugueses de diferentes gerações, mas também de artistas internacionais; prosseguimos o programa de artistas em residência e dedicamos especial atenção ao estudo e à mediação pública das nossas coleções e aos diálogos a estabelecer com artistas contemporâneos.

Nestes próximos anos o CIAJG aumentará a ambição a vários níveis. Em primeiro lugar, reforçará a equipa de colaboradores externos, na área da investigação (história, curadoria e arqueologia/antropologia da arte); em segundo lugar, reforçará significativamente o número de curadorias externas, oferecendo a outros profissionais do meio a possibilidade de alargarem a sua experiência e prática, trazendo para o CIAJG novos contributos e reflexões e libertando o programador do Centro para um trabalho de pensamento, de coordenação editorial e de relações institucionais, locais, nacionais e internacionais, com o público (através do incremento da política de programas públicos) e com os agentes da cidade.

EDIÇÕES

O CIAJG empreende desde a sua abertura uma intensa e continuada atividade editorial, produzindo livros para todas as exposições programadas.

A atividade editorial cinge-se em duas coleções:

- livros que documentam as exposições temporárias, individuais e coletivas
- livros que documentam os Encontros para Além da História.

Ambas as coleções têm a chancela da "Documenta". As edições acompanham criticamente o programa curatorial do CIAJG e têm dois objetivos principais: documentar visualmente as exposições e estudar o trabalho dos artistas convidados. Cumprem ainda o desígnio de produção de conhecimento que norteia todo o trabalho da equipa do CIAJG.

INVESTIGAÇÃO

Mais do que uma estrutura de produção de projetos expositivos, o CIAJG é uma estrutura de produção de conhecimento:

- Encontros para Além da História - evento anual que tem por objetivo ser um momento de balanço crítico sobre a atividade do Centro e sobre questões conceptuais centrais ao programa.
- produção editorial, através da edição de entrevistas, ensaios inéditos e ampla ilustração iconográfica.
- projetos de investigação, respetivamente de Mestrado e Doutoramento, em áreas do conhecimento inerentes ao âmbito da programação do Centro: a conservação/inventariação e o projeto de Educação e Mediação Cultural.

CONSERVAÇÃO

Mantém-se a colaboração para monitorização e restauro das peças da coleção e apoio na preparação das exposições temporárias ao nível do registering das peças pedidas de empréstimo a outras instituições e particulares. Prossegue, por outro lado, o processo de recuperação do espaço de reservas, incompleto e imperfeito desde a inauguração do Centro, em 2012, quer ao nível da climatização, quer dos equipamentos destinados a guardar as valiosas e diversas peças da coleção. Para além disso, encontra-se em estado avançado o estabelecimento dos valores climáticos nas salas de exposição, nomeadamente no piso 1 (Coleção Permanente).

• VISITAS E OFICINAS aos Domingos de Manhã^{EMC}

/CIAJG Máquina de fazer Museus - Oficina
 13 jan 10 fev 17 mar 28 abr
 12 maio 30 junho 14 julho
 15 set 13 out 10 nov 15 dez

/CIAJG Ponto de Fuga
 Visita Performativa
 20 jan 22 fev 16 mar 27 abr
 26 maio 16 junho 14 julho
 28 set 20 out 24 nov

Janeiro
 9,16,23,30/CIAJG e CDMG Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}

12 e 13/ CIAJG ENCONTROS PARA ALÉM DA HISTÓRIA Monumento Documento a partir da GIBELINA de Alberto Burri

É preciso incendiar todos os Museus

12/BB CIAJG tarde Coreografia-Curadoria

/BB CIAJG noite Concerto HHY & the Macumbas

13 /BB manhã Máquina de fazer Museus para as Famílias - António Fontinha^{EMC}

13/CCVF Cineclub
 12 e 13/Dias Abertos no Museu

24/CIAJG SALA CONF 19h00 Conferências CIAJG

15 a 20/TEATRO DA MEMÓRIA 1ª Parte 30 Anos A Oficina

20/CIAJG BB Comer o Coração Vera Mantero + Rui Chafes 19 e 20/CDMG/CIAJG/Palácio Dias Abertos nos Museus

24/CIAJG SALA CONF 19h00 Conferências CIAJG

Fevereiro

6,13,20,27/CIAJG e CDMG Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}

7 a 16/ GUIDANCE

21/CIAJG SALA CONF Conferências

22/CIAJG 1º CICLO INAUGURAÇÃO [até Junho 2019]

Pensamento Améríndio

/SALAS 12-13

Variações do Corpo Selvagem: Eduardo Viveiros de Castro fotógrafo [Veronica Stigger e Eduardo Sterzi]

/SALAS 9-11

Em torno da cultura material e imaterial dos Índios Krahô [João Salaviza & René Nader Messorá]

/PISO DA COLEÇÃO

Manuel Rosa, residência
22 Ponto de Fuga - Visita
Performativa^{EMC}

Março

1 a 3/ CIAJG Encontro Nacional
de Estudantes de Teatro
- NELTUM [Núcleo de
Estudantes da Lic. em Teatro
UM]

13 e 20/ CIAJG e CDMG Visita
Conjunta - 6º ano^{EMC}

21/ CIAJG SALA CONF Conferências

27 a 30/ CIAJG **TEATRO DA
MEMÓRIA 2ª Parte**
25 Anos Teatro Oficina

Abril

10 a 13 / WESTWAY LAB

15 a 18/ CIAJG e CDMG
Visitas ou Oficinas Criativas
^{EMC} Ante Pé

18/ CIAJG Conferências

Maio

3, 4 e 5/ CIAJG BB SALA CONF
**O Museu como Lugar de
Ficção**^{EMC}

[Protocolo Serralves] -
conferências, espetáculos,
visitas, oficinas

18/ CIAJG CDMG Palácio Dia
Internacional dos Museus

23/ CIAJG Conferências CIAJG

Junho

6 a 16 **FESTIVAIS GIL
VICENTE**

24 a 28/ CIAJG Oficina de Férias
1 - Montagem Expo^{EMC}

27/ CIAJG SALA CONF 19h00
CONFERÊNCIAS CIAJG
para jovens

29/ CIAJG 2º CICLO
INAUGURAÇÃO

[até outubro 2019]

Plant Revolution curadoria

Margarida Mendes

Carlos Bunga (co-produção
com o MAAT Fundação EDP)

30/ CIAJG **Máquina de Fazer**
Museus ou Ponto de Fuga -
Visita Performativa^{EMC}

Julho

8 a 12/ CIAJG Oficina de Férias
3^{EMC} - Teatro de Ferro

13 e 14/ CIAJG+PAC

MERCADO NA PRAÇA

Fecho Temporada

A Praça (T. Oficina+OTO)

Outra Voz

Ópera de Instrumentos

(Samuel Coelho e Nuno

Preto / Escolas de Música)

A Revolta dos Objetos

Conferência-Performance

(Teatro de Ferro)

Ponto de Fuga

Visita Performativa^{EMC}

Setembro

15/ CIAJG **Máquina de fazer**
Museus^{EMC}

26/ CIAJG

Conferências CIAJG

27/ CDMG CIAJG Palácio Dia Mundial
do Turismo

Outubro

2,9,16,23,30/ CIAJG e CDMG Visita
Conjunta - 6º ano^{EMC}

19/ CIAJG 3º CICLO
INAUGURAÇÃO

[até fevereiro 2020]

Teriantropia - Arte entre
espécies e seres [curadoria
Filipa Ramos]

Resgatar a Diversidade
[curadoria Nuno Faria e Eva
Schmidt - Siegen]

20/ CIAJG Ponto de Fuga
- Visita Performativa^{EMC} -
Nuno Preto

20/ CDMG Domingos em
Casa^{EMC}

24/ CIAJG **CONFERÊNCIAS
CIAJG**

30/ CIAJG SALA CONF Artista em
Sala de Aula - Formação
Profs^{EMC+2}

Novembro

4 a 16/ **GUIMARÃES JAZZ/**
CCVF E CIAJG BB

6, 13, 20, 27/ CIAJG e CDMG
Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}
21/ CIAJG Conferências

Dezembro

4/ CIAJG e CDMG Visita Conjunta -
6º ano^{EMC}





2.6. EXPOSIÇÕES PALÁCIO VILA FLOR

MISSÃO

A programação de artes visuais concebida pelo Centro Cultural Vila Flor tem como princípio erigir pontes entre o domínio social e cultural. Num tempo de crise e fragmentação de conceitos, esta aproximação estabelece referências essenciais para o conhecimento.

COLEÇÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA

A cada exposição no Palácio Vila Flor, o artista exposto doa uma obra à Oficina como contrapartida. Com o tempo, A Oficina tornou-se proprietária de uma importante coleção de arte contemporânea que se torna um ativo importante e possível objeto de programação.

EXPOSIÇÕES

O Palácio continuará a apresentar, pelo menos, duas exposições originais de artistas/coletivos plásticos portugueses, produzidas a partir de Guimarães, com especial incidência nas dinâmicas emergentes e experimentais.

A colaboração com escolas superiores de artes plásticas e com clubes de artes visuais, professores, formadores e alunos de artes das escolas da cidade será ainda um dos eixos de trabalho.

Também o mapeamento de artistas locais será observado no sentido de perceber se há artistas que possam ser programados nestes ciclos.

EDIÇÕES

Cada exposição será complementada com a edição de uma publicação, original e inédita, reunindo em imagens o trabalho de cada um dos artistas, acrescentando a devida camada crítica através de ensaios originais, como tem sido feito ao longo dos anos.

Janeiro a Março

19/ Palácio Bergado &
Terebentina

Abril a Julho

13/ Palácio Sonoscopia

Setembro a Dezembro

BIG - Bienal de Ilustração
de Guimarães



2.7. CASA DA MEMÓRIA / PATRIMÔNIO E ARTESANATO

MISSÃO

A Casa da Memória de Guimarães (CDMG) é um centro de interpretação e conhecimento que expõe e comunica testemunhos materiais e imateriais que contribuam para um melhor conhecimento da cultura, território e história de Guimarães, das pessoas de diferentes origens e mentalidades que a fizeram e fazem, trabalhando com e para a comunidade, especialistas e agentes locais de todas as proveniências, com vista ao desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa. A Casa da Memória é também um lugar de encontro da comunidade com o exterior e da comunidade consigo própria: um lugar que propõe uma visão múltipla, diversa e não linear do passado, presente e futuro de Guimarães, aqui e no mundo. A CDMG orienta-se pelos valores da aprendizagem, conhecimento, pertença, tolerância e diversidade.

PROGRAMA MUSEOLÓGICO

EXPOSIÇÃO PERMANENTE: COMUNIDADE E TERRITÓRIO

Associada a um determinado espaço territorial (país, região ou cidade), e nele incluindo toda a imaterialidade que o define como lugar, a Casa da Memória - neste caso, de Guimarães - tem neste mesmo território o ponto de partida: para o seu habitante, um espaço de conhecimento e de reconhecimento (a memória é aqui lembrança e reminiscência, objetiva e subjetiva). Para o visitante, um lugar de descoberta e interpretação do que se tornou memória (e esta cumpre-se aqui como construção e como transmissão). Em ambos os casos, um espaço de cidadania, onde nos encontramos enquanto indivíduos e comunidade; um espaço de projeção, onde dialogamos sobre o que ansiamos; um espaço de conhecimento, onde aprendemos não só pelo estudo e interpretação, mas também pelas relações ou associações que se propõem, nas quais se incluem a semelhança e diferença (o que permite a localização do território no mundo, o que o iguala e o que o distingue), a lembrança e o esquecimento (entendendo a memória como seletividade), a permanência ou a passagem (como geradores de diferentes profundidades de memória). Um lugar onde pela compreensão das coisas se adia o esquecimento, se conhece e se transmite, e o homem se torna mais tolerante, sábio e por isso mesmo mais humano. A exposição permanente materializa esta premissa, organizando-se em dois eixos ou duas naves temáticas: **Território e Comunidade**.

CICLOS DE EXPOSIÇÕES

Desenvolver ciclos de exposições temporárias como resultado dos trabalhos de investigação levados a cabo, de modo a aprofundarmos certos temas que têm o potencial de se desdobrarem muito para além do possível na exposição permanente. Assim, surge o ciclo Memento (Lembra-te), cujo étimo latino é referência direta ao ato de lembrar, e o título genérico de uma série de pequenas mostras e exposições, feitas com objetos e imagens de coleções individuais ou institucionais, dando lugar a pequenas evocações de períodos ou acontecimentos da história local. A Casa da Memória poderá ainda acolher projetos expositivos provindos da comunidade, desde que as temáticas encontrem afinidade com a exposição permanente ou com as linhas de pensamento inerentes à sua missão global.



INVESTIGAÇÃO E EDIÇÃO

De acordo com os pressupostos estabelecidos na Missão definida para a CDMG, no âmbito do seu posicionamento estratégico, entende-se como fundamental para o desenvolvimento dos seus pressupostos a criação e implementação de ações de investigação e edição.

Esta linha orientadora concretiza-se nos tópicos que abaixo se desenvolvem.

REPOSITÓRIO

A existência de um espaço físico chamado Repositório tem por base a herança clássica do mito da tábua rasa da memória: neste caso, como um espaço que começa em branco, e se vai preenchendo com as memórias que a Casa da Memória dá origem – assim, e em primeiro lugar, com o seu preenchimento físico por uma mesa da memória, desenhada especificamente pelo Centro de Estudos de Arquitectura da EAUM a partir de várias madeiras com várias origens e tempos; depois pela realização, nessa mesma mesa, de ciclos de conversas e debates, registados em áudio e disponibilizados em podcast [Ciclos de Conversas]; por fim, pela sua natureza de espaço de consulta e de trabalho, onde se podem consultar e investigar, em modo de intranet, de várias coleções digitais de imagens fotográficas ditas históricas de Guimarães (por força de uma vocação vincadamente memorialista da imagem fotográfica) – assim com a Coleção de Fotografia da Muralha, Associação de Guimarães para a Defesa do Património. Um reflexo deste espaço-programa está online no site da Casa da Memória.

COLEÇÕES

Uma estrutura com a natureza e missão da CDMG, acrescida de uma unidade espacial e de programação designada de Repositório pressupõe uma função arquivística. Mas fá-lo com três cuidados especiais, que lhe auto delimitam o campo de ação: o primeiro, de não ocupar o lugar já preenchido na cidade e região por estruturas semelhantes – in casu pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e pela Sociedade Martins Sarmento: a não-ocupação deste espaço trabalha-se pela manutenção de um diálogo de constante cooperação (e encaminhamento de eventuais doações); o segundo, como corolário do primeiro, direcionando a sua vocação arquivística para o tratamento, digitalização, organização e disponibilização (em formato digital) de espólios fotográficos (preenchendo um espaço vazio na cidade e região), bem como a divulgação de acervos, particulares ou institucionais, compostos por diversos materiais (dos objetos aos documentos), cuja sinalização contribua para uma melhor compreensão da história e do património local. Neste campo, o trabalho da CDMG será mormente de sensibilização para a salvaguarda das referidas coleções junto dos seus proprietários, ajudando no seu tratamento, sinalizando e divulgando os espólios, dando lugar à sua interpretação e promovendo estudos científicos com vista à sua valorização patrimonial.

INVESTIGAÇÃO

Corolário dos princípios gerais acima identificados, o desenvolvimento de linhas de investigação é proposto de acordo com os seguintes tópicos: partilha, funcionalidade e originalidade. Isto implica que haja, grosso modo, um cuidado em não comissionar, de novo, estudos sobre ou áreas temáticas já devidamente abordadas (antes potenciar a conclusão ou disponibilização do que exista em curso ou em conclusão, antes encontrar temáticas ainda não exploradas, v.g., nos campos da ecologia, fotografia, elementos de história da arte e arquitetura, cinema na cidade, temas da história contemporânea, tais como emigração, conflitos armados, etc.), mas implica também potenciar um efeito útil do que se investiga para a CDMG, aqui considerada como um todo. Exemplo: o resultado de uma investigação sobre demografia no Concelho deve, para além da sua partilha pública (apresentação, edição, disponibilização online) contaminar, de forma clara, o núcleo expositivo, contribuindo assim para o seu enriquecimento.



EDIÇÕES

A CDMG propõe três linhas editoriais distintas e complementares:

- Prisma, uma coleção de livros centrada na interpretação e representação fotográfica de Guimarães.
- A Veduta, revista de estudos em Património Cultural: editada pela Oficina desde 2007, encontra, numa nova alocação na Casa da Memória, um espaço de crescimento dos seus conteúdos. Esta sua nova alocação junto da Casa da Memória, ainda que lhe mantenha a coerência e a identidade, permite que a revista se torne num espaço privilegiado de publicação de investigações e ensaios que, ao longo do ano, tenham sido feitos na CDMG. Por outras palavras, a Veduta assumirá-se como um repositório de papel dos trabalhos que vão sendo feitos em torno da Memória e da sua Casa em Guimarães.
- Dispersos: sem prejuízo das duas linhas acima elencadas, abre-se aqui uma janela de possibilidade editorial, preferencialmente em parceria com outras casas e instituições da cidade. Espaço, portanto, para a edição e co-edição de monografias, teses, ensaios de dimensão considerável e outros estudos.

CICLOS DE CONVERSAS

Duas são as iniciativas dedicadas à palavra na Casa da Memória de Guimarães:

- As sessões Guia de Visita, no primeiro sábado de cada mês do ano é espaço para que um convidado com ligação a qualquer ponto da Exposição Permanente, com ação cívica relevante na comunidade ou no território ou com atividade desenvolvida no âmbito da museologia, venha à Exposição (ou se detenha num determinado ponto seu) e a partir daí oriente uma visita à sua medida num registo informal.
- O ciclo Memórias da Memória traz ao repositório um especialista na ou da memória. Estas são sessões centradas primordialmente nas múltiplas refrações da ideia de memória (da biologia à arte, da filosofia à informática, da história ao cinema, dos mitos de origem à pós-verdade, entre outros campos). Estas são apresentações e conversas de forte pendor teórico-filosófico, que fazem cumprir a Memória que pertence ao nome da instituição, nas 4 sessões deste ciclo propostas a cada ano, continuando a sua disponibilização em podcast no repositório (no site) da CDMG.

PROMOÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS VIMARANENSES

A Oficina – Centro de Artes e Mestres Tradicionais de Guimarães concebe e concretiza ações que auxiliem na valorização do património cultural vimaranense, mais concretamente as artes e ofícios que permanecem como memória viva do passado proto-industrial de Guimarães. Em 1989, a Câmara Municipal de Guimarães constitui a Régie Cooperativa, tendo como um dos objetivos perpetuar a feitura da «cantarinha dos namorados», testemunho da presença ancestral da olaria no território. Assegurando a produção desta peça, procuramos, ainda, a transmissão deste património por via da realização de cursos profissionalizantes, através do impulso de parcerias com centros de formação e artesãos locais, como é o caso da ligação que procuraremos aprofundar com o CEARTE, centro de formação especializado nas áreas do artesanato de património do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Outra área prioritária do trabalho d'A Oficina na promoção do artesanato vimaranense é a certificação do Bordado de Guimarães, com movimento junto dos produtores, iniciado em 2006, e cuja Indicação Geográfica é da responsabilidade d'A Oficina, como entidade promotora, desde 2011. Sendo a entidade promotora da Certificação do Bordado de Guimarães, A Oficina assume os custos tendentes à contratação da Equipa Técnica de Controlo (Adere-Certifica), que tem a responsabilidade de acompanhar a implementação do processo no terreno. Com o intuito de divulgar a marca Bordado de Guimarães, garantiremos, também, a sua presença nas exposições de maior relevo, que se realizam anualmente, nomeadamente a Feira Internacional de Artesanato de Lisboa e a Feira Nacional de Artesanato de Vila do Conde.



A **Loja Oficina**, localizada na Rua da Rainha, uma das principais artérias do Centro Histórico de Guimarães, é uma montra privilegiada para a divulgação dos produtos artesanais do concelho. A dinâmica gerada pela convivência e a interação com os objetos expostos e pelo funcionamento dos ateliês (bordado e olaria) poderá incrementar um ciclo de salvaguarda das artes e ofícios, retro-alimentado pelo ato de compra, para o qual o visitante é atraído pela riqueza estética das obras exibidas, criando, simultaneamente, uma relação de proximidade com a dimensão humana associada à sua manufatura.

O nosso investimento na aquisição e exposição do artesanato local na Loja Oficina é importante para dar visibilidade e impulsionar o escoamento dos produtos do artesanato concelhio. Acreditamos que, desta forma, incentivaremos o trabalho dos artesãos e, simultaneamente, contribuimos para a preservação do património cultural vimaranense no que diz respeito às suas artes e ofícios.

Outra forma de aproximação, quer com os habitantes do concelho, quer com os visitantes do Centro Histórico, será criar para o novo espaço momentos de carácter oficial que permitam o contacto direto com as técnicas artesanais praticadas nos ateliês. Um conjunto de oficinas de oferta permanente e disponíveis na hora de chegada dos visitantes ou por marcação com antecedência.

O novo espaço, com reabertura prevista até ao final de 2018, deverá também ser lugar de encontro de artesãos, artistas e designers para partilha de experiências, através da organização de sessões de conversa e debate, bem como abrindo espaço para ensaios práticos em formato ateliê, onde se cruzem diferentes abordagens técnicas e linguagens artísticas

• VISITAS E OFICINAS **aos Domingos de Manhã^{EMC}**

/CIAJG Máquina de fazer
Museus - Oficina

13 jan 10 fev 17 mar 28 abr
12 maio 30 junho 14 julho
15 set 13 out 10 nov 15 dez

/CIAJG Ponto de Fuga
Visita Performativa
20 jan 22 fev 16 mar 27 abr
26 maio 16 junho 14 julho
28 set 20 out 24 nov

Janeiro

5/^{CDMG} Guia de Visita com
Victor Hugo Pontes
5 e 6/^{CDMG}CIAJG|Palácio
Dias Abertos nos Museus
9, 16, 23, 30/^{CIAJG e CDMG}
Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}

15 a 20/ TEATRO DA MEMÓRIA 1ª Parte

30 Anos A Oficina
20/^{CDMG} Domingos em
Casa^{EMC}

19 e 20/^{CDMG/CIAJG/Palácio}
Dias Abertos nos Museus

Fevereiro

2/^{CDMG} Guia De Visita
6, 13, 20, 27/^{CIAJG/CDMG}
Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}
17/^{CDMG} Domingos em Casa^{EMC}

Março

2/^{CDMG} Guia de Visita
13, 20/^{CIAJG e CDMG}
Visita Conjunta - 6º ano^{EMC}
17/^{CDMG} Domingos em
Casa^{EMC}

23/^{CDMG Rep} Memórias da Memória

A arte da memória, história e
teoria. O Teatro da Memória
de Giulio Camillo

Abril

1/^{CDMG} Exposição NE25Abril

TEATRO DA MEMÓRIA (3ª parte)

6/^{CDMG} Guia de Visita
Filipe Silva
6/^{CDMG PÁTIO} Inauguração
Teatro da Memória (Futura)
[até 31 Dez]

15 a 18/^{CIAJG/CDMG} Visitas ou
Oficinas Criativas^{EMC} Ante Pé

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural
^{EMC} Ante Pé No âmbito do projeto Ante Pé



25/CDMG Teatro da Memória (3ª parte) - Aniversário CDMG (45 anos 25 Abril)
/PÁTIO Liberdade ^{EMC+2}
[3º Bolsa Gangue]
Visitas e Oficinas Criativas ^{EMC}
28/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

29 e 30 abril e 2, 3, 6 e 7 maio/CDMG PÁTIO Liberdade ^{EMC+2 (Gangue)}

Maio

4/CDMG Guia de Visita
13, 14, 15, 16, 20, 21 e 22/ESCOLAS Pergunta ao Tempo Sessões de preparação exposição ^{EMC}
18/CIAJG/CDMG/Palácio Dia Internacional dos Museus
18/CDMG Prisma #2 - lançamento de publicação
19/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

Junho

1/CDMG/Casa do Pátio Guia de Visita Óscar Guimarães (com inauguração de obra escultórica)

11 ou 18/Escolas Pergunta ao Tempo Inauguração Exposição ^{EMC}

15/CDMG/S. Torcato Caminhos em Volta (investigação «Reis, Rainhas, Arcebispos e Santos» +diálogos com o património em contexto de território - Mosteiro,

Campo da Ataca e Linhal da Corredoura)

17/CDMG Apresentação investigação Romaria a São Torcato

22 e 23/CDMG Pátio Para Vós ^{EMC}
- Cláudia Andrade e Mafalda Saloio (público sénior - participação local 7 senhoras para coro)

/CDMG Repositório Conversa com Cláudia Andrade e 7 senhoras
23/CDMG Domingos em Casa ^{EMC} - proposta associada **Para Vós**

29 a 7 Jul./Lisboa Artesanato FIA

Julho

1 a 6/CDMG/SALA OFICINAS Oficina de Férias ^{2EMC}
20/CDMG Caminhos em Volta (investigação «Guimarães Marginália» + diálogos com o património em contexto de território)
20 a 4 Ago/Vila do Conde Artesanato FNA

Setembro

7/CDMG Guia de Visita
14/CDMG Caminhos em Volta (investigação «Da Indústria Têxtil» +diálogos com o património em contexto de território)

20/CDMG/Casa do Pátio Teatro da Memória (desvelada)- sessões de reminiscência através de objetos e imagens.

22/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

27/CDMG/CIAJG/Palácio Dia Mundial do Turismo
28/CDMG Memórias da Memória

Outubro

5/CDMG Guia de Visita
9, 16, 23, 30/CIAJG/CDMG Visita Conjunta - 6º ano ^{EMC}
12/CDMG Caminhos em Volta (investigação «Árvores-Memória» + diálogos com o património em contexto de território)

15, 16, 17, 18, 23, 24 e 25/CDMG Pergunta ao Tempo - Visitas CDMG ^{EMC}

19/CDMG Prisma #2 - lançamento de publicação
20/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

25/CDMG/Casa do Pátio Teatro da Memória (desvelada)- sessões de reminiscência através de objectos e imagens.

Novembro

2/CDMG Guia de Visita
6, 13, 20, 27/CIAJG/CDMG Visita Conjunta - 6º ano ^{EMC}
17/CDMG Domingos em Casa ^{EMC}

22/CDMG Casa do Pátio Teatro
da Memória (desvelada)-
sessões de reminiscência
através de objectos e
imagens
23/CDMG Memórias da
Memória

Dezembro

4/CIAJG/CDMG Visita Conjunta -
6º ano^{EMC}

7/CDMG Guia de Visita

13/CDMG Repositório
Lançamento da Veduta 13
/CDMG Casa do Pátio Teatro
da Memória (desvelada)-
sessões de reminiscência
através de objectos e
imagens

22/CDMG Domingos em
Casa^{EMC}

^{EMC} Programação de Educação e Mediação Cultural





3. ORÇAMENTO

O Orçamento de 2019 foi delineado tendo em consideração a prossecução dos objetivos e obrigações que A Oficina, CIPRL tem no domínio da promoção e gestão de equipamentos coletivos municipais afetos a atividades socioculturais e no âmbito dos serviços de planificação temporal, programação artística regular e organização de eventos âncora, que integram a sua atividade.

Deste modo, o Orçamento 2019 foi elaborado de modo a ser possível executar de forma previdente o Plano de Atividades 2019, assente na execução orçamental efetuada nos exercícios anteriores, em especial do ano corrente que está prestes a terminar.

3.1 DESPESA

A previsão de Despesa Total para 2019 traduz-se em 4.624.650,00€.

Temos um aumento na Despesa comparativamente com 2018 de 0,19%, que se traduz em mais 8.650,00€. No entanto, este aumento traduz-se num reforço nos Gastos Diretos com Atividades e Gastos com Pessoal e numa diminuição nos Gastos de Funcionamento, que passamos a explicar:

- No que concerne aos Gastos Diretos com Atividades (Programação Regular, Artesanato e Eventos), estes representam 34,66% do orçamento, sendo que houve um ligeiro reforço relativamente a 2018 (+0,27%);
- A rubrica Gastos com o Pessoal representa 29,19%, mais 1,5% comparativamente com o ano anterior, mas já reflete o processo de descongelamento das carreiras, valorização salarial e reforço dos atuais quadros em detrimento dos Prestadores de Serviços;
- Nos Gastos de Conservação e Manutenção existe um reforço de 22,5% comparativamente com 2018, face ao desgaste natural dos equipamentos, em especial do CCVF que conta com 13 anos de bastante atividade e de forma ininterrupta;
- Relativamente aos Gastos de Funcionamento, estes representam 27,35% do orçamento, menos 2% que em 2018. Nesta rubrica as despesas de Eletricidade, Gás, Segurança, Comunicação e Marketing e Prestadores de Serviços / Honorários são as que têm maior onerosidade. Contudo, existe uma redução significativa nos prestadores de Serviços relativamente ao corrente ano.

À semelhança do que sucedeu em 2018, A Oficina, CIPRL deixou de ter a necessidade de recorrer às Instituições Bancárias para cumprir os seus compromissos atuais e previsionais, razão pela qual os Encargos Financeiros continuam em 2019 sem ter uma expressão relevante no Orçamento (0,32%).

É importante realçar que na elaboração do Orçamento para 2019 houve a preocupação de diminuir os Gastos de Funcionamento, almejando uma gestão de contenção e redução sem colocar em causa a concretização dos objetivos e obrigações que A Oficina, CIPRL abrange.

3.2. RECEITA

A previsão de Receita representa um total de 4.624.650,00€.

Esta previsão de Receita assenta numa base sólida, tendo em consideração o Contrato Programa com o Município de Guimarães com a atribuição do Subsídio à Exploração no valor de 3.424.650,00€, representando 74,05% do Orçamento, menos 0,36% comparativamente com 2018.

Nas receitas próprias está refletido o financiamento acordado e em vigor com a Direção Geral das Artes e que está em execução desde 2018, assim como a previsão do apoio anual ao CIAJG através do Ministério da Cultura, no montante igual ao ano de 2017.

Na soma de todos estes apoios, a previsão de Receita do Orçamento de 2019 está garantida em aproximadamente 87,5%.

No que se refere aos restantes Proveitos, os mesmos serão realizados através de receitas próprias (bilheteira, inscrições em atividades e oficinas, venda de espetáculos, publicações, artesanato e merchandising, alugueres de espaços e outros), representando os 12,5% necessários para a execução do Plano de Atividades previsto para 2019.

3.3. CONCLUSÃO

Como já foi mencionado anteriormente, o Orçamento aqui apresentado foi construído com a firme convicção que será o mais adequado para cumprir as obrigações e objetivos que A Oficina, CIPRL se compromete a atingir no ano de 2019.

Reflete ainda de forma inequívoca o processo de reorganização, contenção e de redução de custos iniciado em 2018, mas sem ameaçar a prossecução dos objetivos propostos ou a qualidade do trabalho a realizar nas atividades programadas.

DESPESA TOTAL		RECEITA TOTAL	
	4 624 650,00 €		4 624 650,00 €
GASTOS DIRETOS COM ATIVIDADES	1 603 000,00 €	Vendas	75 000,00 €
Programação Regular	210 000,00 €	Prestações de Serviços	241 850,00 €
Artesanato	25 000,00 €	Bilheteira	204 700,00 €
Eventos	1 368 000,00 €	Inscrições	10 150,00 €
Gastos de Funcionamento	1 265 000,00 €	Espectáculos	10 900,00 €
Seguros	12 500,00 €	Câmara Municipal de Guimarães	0,00 €
Combustíveis	20 000,00 €	Outras	16 100,00 €
Comunicações	39 000,00 €	Rendimentos Suplementares	233 150,00 €
Consumíveis	24 500,00 €	Rendas e Alugueres	211 150,00 €
Água	14 500,00 €	Parques Estacionamento	0,00 €
Electricidade	270 000,00 €	Outros Rendimentos Suplementares	22 000,00 €
Gás	95 000,00 €	Subsídios/Ápoios	4 044 650,00 €
Livros e Documentação Técnica	500,00 €	Direção Geral das Artes	320 000,00 €
Limpeza e Higiene	19 000,00 €	Ministério da Cultura	300 000,00 €
Segurança	235 000,00 €	Câmara Municipal de Guimarães	3 424 650,00 €
Comunicação e Marketing	199 000,00 €	Outros Rendimentos	30 000,00 €
Prestadores de Serviços / Honorários	209 000,00 €		
Deslocações e Estadas	15 000,00 €		
Compras - Mercadorias	25 000,00 €		
Contratos Manutenção (AVAC/Elev./Gerador)	39 000,00 €		
Outros	48 000,00 €		
Gastos com Pessoal	1 350 000,00 €		
Salários	1 032 000,00 €		
Encargos	218 000,00 €		
Outros Gastos Com o Pessoal	100 000,00 €		
Gastos de Conservação e Manutenção	98 000,00 €		
Geral	54 000,00 €		
Técnica	29 000,00 €		
Outros	15 000,00 €		
Contenciosos e Notariado	28 750,00 €		
Gastos Com Depreciações	100 000,00 €		
Impostos	114 900,00 €		
Encargos Financeiros	15 000,00 €		
Outros Gastos	50 000,00 €		

Este documento foi aprovado em reunião de Direção de 01 de outubro de 2018.



Adelina Paula Pinto, Presidente



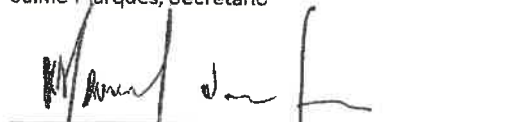
António Augusto Duarte Xavier, Vice-Presidente



Maria Soledade da Silva Neves, Tesoureira



Jaime Marques, Secretário



Manuel Novais Ferreira, Vogal



ATA NÚMERO 57

Ata da Reunião da Assembleia Geral de 10/10/2018

---Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, no Palácio Vila Flor, reuniu a Assembleia Geral de "A Oficina", Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, estando presente um número de cooperantes, conforme relação de presenças, que constituem a maioria do Capital Social, contribuinte número 503 190 985, com Sede Social no Palácio Vila Flor, Avenida D. Afonso Henriques, 701, freguesia de Urgeses, concelho de Guimarães, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães, com o número 35-C, com a seguinte ordem de trabalhos, conforme consta da respetiva convocatória: -----

---Ponto um – Apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento da Cooperativa, relativo ao ano de dois mil e dezanove; -----

---Ponto dois – Outros assuntos de interesse para a Cooperativa. -----

---Constituída a Mesa, segundo os preceitos legais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu os trabalhos, tendo confirmado a existência de quórum para deliberar, de acordo com o estabelecido nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo quinto dos Estatutos da Cooperativa, e questionou os presentes se tinham noção das normas que regulam o funcionamento da Cooperativa, assim como do conhecimento da proporcionalidade de votos de cada um. Seguidamente, verificou a existência de constituição legal e informou os presentes de que esta assembleia se efetuava ao abrigo da alínea d) do artigo trigésimo terceiro dos Estatutos. -----

---Aberta a sessão, o Presidente da Mesa deu início ao ponto um da ordem de trabalhos, cumprimentando os presentes e convidando o senhor António Lopes, em representação da Associação dos Reformados e Pensionistas de Guimarães, a secretariar esta assembleia e solicitou que a Direção procedesse à apresentação do Plano de Atividades e Orçamento da Cooperativa, relativo ao ano de dois mil e dezanove, documentos que haviam sido previamente disponibilizados a todos os cooperantes. -----

---Por solicitação da Direção, a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento da Cooperativa foi feita pelo Codiretor Artístico Rui Torrinha e pelo Coordenador Operacional Ricardo Freitas. -----

---O Codiretor Artístico Rui Torrinha iniciou a apresentação do plano de atividades para 2019, anunciando que no cumprimento das políticas culturais estabelecidas e na afirmação do novo paradigma de Guimarães enquanto cidade de criação, a "A Oficina" desenhou um novo ciclo de trabalho, espelhado no plano de atividades e orçamento para 2019, assente em 8 linhas de força:-----

A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de
Guimarães, CIPRL
Av. D. Afonso Henriques, 701
4810-431 Guimarães C.A.E.: 94991 N.I.F.: 503190985
Mat. 503190985 de 1994.04.22 em Guimarães Cap.: EUR 118610,00

ATAS

Folha 15

- Criar uma estratégia de pensamento e programação integrados;-----
- Atualizar as missões de todos os equipamentos e projetos de programação;-----
- Reformulação do Serviço Educativo como Unidade de Educação e Mediação Cultural;--
- Relação com o Território;-----
- Internacionalização;-----
- Relações com as atuais e as novas Redes Regionais e Nacionais;-----
- Reforço do trabalho ao nível do Pensamento e da Documentação;-----
- Nova estratégia de Comunicação.-----

---O novo modelo de gestão integrada dos equipamentos e projetos confiados à "A Oficina", converte-a num verdadeiro instrumento de desenvolvimento cultural do território. Esta filosofia afirma "A Oficina" como um corpo único de trabalho, permitindo intensificar dinâmicas entre as identidades dos vários equipamentos e definindo prioridades e novos eixos de trabalho:-----

- O Serviço Educativo da "A Oficina" foi renomeado como Educação e Mediação Cultural (EMC) que inclui no seu plano de ação e programação todos os projetos de educação e mediação cultural. A EMC fará este novo plano em profunda articulação com os outros projetos de programação e assim poderá ter uma visão estruturada sobre todo o programa aproximativo e educativo da "A Oficina" e reforçá-lo artística e pedagogicamente, num departamento verdadeiramente transversal e liderará a atitude de relação com públicos e agentes;-----
- O trabalho e a relação com o Território tratará, entre outras coisas, do mapeamento completo de todos os núcleos de atividade cultural, artística, social e educativa de Guimarães e de uma base de dados para o estabelecimento de parcerias e processos de relação mais intensos do território com o programa cultural, reforço de parcerias históricas com as entidades concelhias já existentes (Cineclubes de Guimarães, CAR, Convívio, entre outras), Gangue de Guimarães, Extensão Territorial, Acessibilidade Cultural, Serviço de Interpretação Local;-----
- A Internacionalização - um eixo de projeção de Guimarães enquanto cidade das artes e da cultura no contexto global - continuará a possibilitar a captação de novas fontes de financiamento para a execução do plano de atividades, através das redes internacionais e projetos europeus e ainda gerar novas oportunidades para a comunidade artística;-----
- Será feita uma aposta nas relações com as atuais e novas Redes Regionais e Nacionais, tais como Universidade do Minho, Quadrilátero, 5 Sentidos, PARTIS, etc.;-----
- Haverá um reforço do trabalho ao nível do Pensamento e da Documentação a partir dos Centros de Documentação (CCVF e CIAJG), Ciclos de Conversas, Conferências,

Documentários, Edições, Registos de Processos de Criação e com a criação de Conselhos Consultivos (CCVF/CCC; CIAJG; CDMG);-----

- A nova estratégia de Comunicação promoverá uma mudança profunda nos materiais gráficos de divulgação com o lançamento da revista “A Oficina” quadrimestral (jan-abr / mai-ago / set-dez). Produzirá ainda Cadernos para Festivais e Eventos (GUIDance, Westway LAB, Festivais Gil Vicente, Guimarães Jazz) e Cadernos Regulares de distribuição local e maciça para a EMC (jan-jul 2019 e depois set 2019-jul 2020 para começar a acompanhar os anos letivos escolares). Terá ainda Cadernos Quadrimestrais de Programação dos Espaços (CIAJG, CCVF e CDMG) para garantir o investimento na identidade e programação de cada espaço. Outras linhas de intervenção passam pela remodelação do design gráfico, com maior presença na cidade, no território e no país. Remodelação dos “sites” e redes sociais, investindo na comunicação audiovisual, apostando nos recursos internos e na equipa;-----
- A programação, de enorme diversidade e complementaridade, responderá a partir de um olhar sobre o comportamento cultural e social do meio e definida por níveis de intervenção local, nacional e internacional, afirmada em projetos de criação, acolhimento e parceria;-----
- Assim, o investimento na criação continuará por diferentes vias, sendo as mais significativas a coprodução e as residências artísticas. O Centro de Criação de Candoso constitui-se pois como enorme fator valorativo para o intercâmbio entre artistas nacionais e internacionais;-----
- As Bolsas de Criação surgem como resposta a uma dificuldade cada vez mais premente de reunir recursos mínimos que permitam aos artistas condições satisfatórias para o desenvolvimento dos projetos artísticos propostos. São elas: 5 Sentidos (Artes Performativas), Amélia Rey Colaço (Teatro) e PACT (Programa de Apoio à Criação Territorial) com o Gangue de Guimarães;-----
- O Teatro Oficina prosseguirá a sua missão e atividade no âmbito da criação com destaque para março (associando um programa para o Dia Mundial do Teatro) e junho (participando nos Festivais Gil Vicente). Mobilizará a Rede (Teatro) Oficina, delegará na EMC o programa formativo e investirá gradualmente nas novas dramaturgias. Finalmente apoiará a atividade dos grupos de teatro de amadores do concelho de Guimarães, fomentando o gosto pela fruição e prática artística na área do teatro na MOSTRA DE AMADORES DE TEATRO - MAT (outubro);-----
- O CIAJG continuará a ser uma instância de produção de conhecimento, estudo e apresentação de coleções e espólios de âmbito disciplinar amplo, formação de públicos,

produção de trabalhos artísticos e de residência artística e será o nosso maior desafio na relação com a cidade. A Área Expositiva do Palácio Vila Flor prosseguirá a sua atividade acolhendo a programação de exposições e edições:-----

- A Casa da Memória de Guimarães - projeto de grande importância para a cidade, tem suscitado grande curiosidade nacional e internacional - continuará a sua missão para 2019, enquanto centro de interpretação e conhecimento que expõe e comunica testemunhos materiais e imateriais que contribuam para um melhor conhecimento da cultura, território e história de Guimarães, das pessoas de diferentes origens e mentalidades que a fizeram e fazem, trabalhando com e para a comunidade, com especialistas e agentes locais de todas as proveniências, com vista ao desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa.-----

---De seguida tomou a palavra o Coordenador Operacional Ricardo Freitas, passando à apresentação do Orçamento para dois mil e dezanove. Informou que este orçamento tem um ligeiro aumento na despesa relativamente a 2018 (+0,19%), mas que será acompanhado pelo aumento da receita. Este aumento está relacionado com um investimento nos Gastos Diretos com Atividades, ou seja, com a Programação (+0,27%). Outra das rubricas que tem um aumento em cerca de 1,5% é a que está relacionada com Gastos com o Pessoal, mas que já reflete o processo de descongelamento das carreiras, valorização salarial e reforço dos atuais quadros em detrimento dos Prestadores de Serviços. Contudo a rubrica de Gastos de Funcionamento tem uma diminuição de 2% relativamente a 2018, decréscimo que se pretende manter nos próximos anos. Pretendeu-se realizar um orçamento prudente e executável, reforçado com um trabalho forte na conquista de parcerias, mecenato e outros financiamentos que possam dar maior impute a esta realidade e que torne a estrutura mais forte e menos dependente de apenas uma fonte de financiamento. Um primeiro sinal deste objetivo, apesar de ainda ser muito ténue, é a comparticipação do Município de Guimarães que desce em relação a 2018 em 0,36%. Conforme já foi mencionado anteriormente, o Orçamento apresentado foi construído com a firme convicção de que será o mais adequado para cumprir as obrigações e objetivos que "A Oficina", CIPRL se compromete a atingir no ano de 2019. Reflete ainda de forma inequívoca o processo de reorganização, contenção e de redução de custos iniciado em 2018, mas sem ameaçar a prossecução dos objetivos propostos ou a qualidade do trabalho a realizar nas atividades programadas.-----

---Em seguida, o Presidente da Mesa abriu o período de inscrições para o debate. -----
Começou por usar da palavra o senhor Jaime Marques, secretário da Direção, referindo que o Plano de Atividades respeita a missão de "A Oficina", assenta numa programação de excelente qualidade com uma grande preocupação no trabalho de ligação à comunidade. Referiu ainda que a comunicação tem uma grande importância na divulgação do trabalho que a "A Oficina"

ATAS

desenvolve, projetando-o a nível nacional e internacional. Nem sempre os órgãos de comunicação fazem um trabalho de verdadeira divulgação do que se faz em Guimarães em benefício de cidades como Lisboa e Porto, ignorando atividades de grande qualidade que se fazem na nossa cidade.---

---De seguida usou da palavra o Sr. Novais Ferreira, em representação da Casa do Povo de Fermentões, congratulando o trabalho que a “A Oficina” tem vindo a fazer com a comunidade, abrindo as portas ao contacto com os artistas, referindo o trabalho que se está a fazer com as escolas, muito importante para o futuro.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Lino Moreira da Silva, tomou a palavra para referir que a comunicação tem uma importância crucial e nem sempre a Oficina tem reagido a notícias veiculadas nos órgãos de comunicação, que mereciam resposta para um melhor esclarecimento da população sobre o que é dito, e que a falta de esclarecimento não é benéfica para o trabalho realizado. Referiu ainda a importância da revista que se pretende publicar, assim como o recurso às redes sociais, mas considera que se poderia recorrer ainda a outros espaços de divulgação, como por exemplo a uma rádio nacional, onde, periodicamente, se desse a conhecer a atividade da “A Oficina”.-----

---De seguida o Codiretor Artístico Rui Torrinha referiu que a “A Oficina” teve que lutar muito para conseguir a visibilidade de que outras estruturas beneficiam. Considera o ano de 2019 como o ano zero e acredita que em 2020 já teremos uma noção do resultado obtido com a estratégia de comunicação que se pretende implementar. Será realizado um estudo no sentido de percebermos o valor do trabalho que a Oficina representa para a cidade e para o país.-----

---O Coordenador Operacional Ricardo Freitas usou da palavra para referir que a comunicação tem sido muito desenvolvida e que a “A Oficina” tem conseguido, com a sua atividade, um valor muito importante, que reverte para a própria cidade nos hotéis, nos restaurantes, nos táxis, etc.---

---Tomou da palavra a Sra. Alina Maria Ferreira Matos, referindo que era a primeira vez que participava numa Assembleia Geral da “A Oficina”, e que em boa hora o fez porque ficou muito satisfeita e até admirada com o trabalho que a “A Oficina” faz, congratulando-se com a apresentação que teve oportunidade de assistir. Referiu ainda que se deveria incentivar a entrada de outros cooperantes para a cooperativa, uma vez que os existentes representam uma fatia bastante envelhecida, e seria bastante positivo uma participação mais jovem, com mais ideias, mais projetos para a “A Oficina”. Muito brevemente apresentará um projeto que está a preparar com o seu irmão, também cooperante.-----

---Por último, tomou a palavra o Sr. Victor Manuel Castelar Ferreira Matos, informando que apesar de cooperante, participa na Assembleia Geral, tal como a sua irmã Alina Maria Ferreira Matos, também como herdeiro dos cooperadores falecidos, Sr. José Manuel Fraga Matos e a Sra. Maria Graciete Castelar Ferreira Fraga Matos. Demonstrou a sua satisfação pelo que ouviu,

dizendo que não fazia ideia do que na "A Oficina" é feito, apesar de ouvir algumas referências que o seu pai fazia relativamente às Artes e Mesteres, assunto muito caro para ele. Demonstrou a sua admiração pelos valores apresentados em orçamento relativamente ao artesanato, comparativamente ao previsto para comunicações, salientando que haveria uma explicação para isto, mas ainda está a aperceber-se do funcionamento da cooperativa.-----

---O Coordenador Operacional Ricardo Freitas explicou que a loja da "A Oficina" da rua da Rainha, esteve fechada devido às obras do edifício e informou que os valores referidos no orçamento têm a ver com compras e não despesa, pelo que não são comparáveis.-----

---Tomando a palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Lino Moreira da Silva, deu os parabéns ao Codiretor Artístico Rui Torrinha e ao Coordenador Operacional Ricardo Freitas, pela capacidade de comunicação manifestada, e revelou a qualidade do Plano de Atividade apresentado, com o qual considera que "A Oficina continuará no melhor caminho para corresponder aos desafios cada vez mais exigentes que lhe são suscitados.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação o Plano de Atividades e Orçamento da Cooperativa, relativo ao ano de dois mil e dezanove, o qual, tendo sido analisado e debatido por todos os presentes, foi **aprovado por unanimidade**.-----

---Por razões de funcionalidade, foi obtida autorização unânime, da Assembleia, para a aprovação da presente ata, em minuta.-----

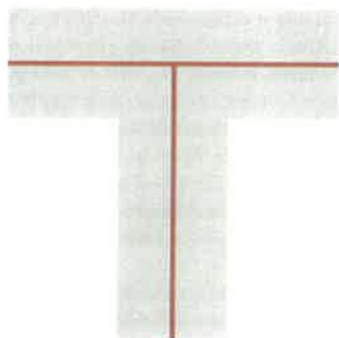
---Não havendo inscrições para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, e tendo-se verificado o cabal cumprimento dos mesmos, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da mesa.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral -----

O Secretário -----



**PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO 2019**



TAIPAS TERMAL

SAÚDE E BEM ESTAR

Cooperativa Taipas Turitermas - C. I. P. R. L.

INTRODUÇÃO

Três anos após a renovação do edifício termal e da clínica de saúde, pode-se afirmar que a estratégia levada a cabo pela presente direção tem sido coroada de sucesso e de crescimento. A direção da Taipas Termal continuará a encetar todos os esforços para que a atual oferta seja continuamente melhorada quer pela valorização dos seus recursos humanos quer pela promoção de formações que desenvolvam novas capacidades e competências, quer pela introdução de novos serviços que venham acrescentar valor à oferta já existente, permitindo deste modo promover uma resposta multidisciplinar cada vez mais abrangente às necessidades de todos os utentes que encontram na Taipas Termal e nos seus profissionais a resposta para os seus problemas de saúde, bem-estar e lazer.

O departamento de marketing e publicidade continuará a trabalhar no sentido de cada vez mais dar a conhecer os serviços que se prestam na Cooperativa e, assim chegar a novos público-alvo, conquistando novos clientes e implementando estratégias de fidelização à Marca. Para isso está previsto para o ano de 2019 o desenvolvimento e criação de um novo sítio da internet, que seja capaz de ter uma loja online aberta 24 horas por dia, todos os dias do ano, possibilitando, assim, um novo relacionamento com os clientes que nos procurem através desta ferramenta, possibilitando também dessa forma novas possibilidades de interação e de negócio que até agora não eram possíveis. Além da implementação desta importante nova ferramenta digital, a Cooperativa continuará a apostar em publicidade física, além da forte presença nas redes sociais. É importante também mencionar o objetivo claro na melhoria das condições em termos informáticos, nomeadamente um novo servidor/Cloud capaz de albergar todas as unidades de negócio da Cooperativa, salvaguardando esse aspecto para os próximos anos. Juntamente a este objetivo, a continuação da implementação do RGPD será uma preocupação e um dos principais objetivos internos da Cooperativa.

Embora a atividade que a Taipas Termal seja vasta e diversificada, a sua água termal continua a ser o seu ex-libris dando o nome à sua Marca e sendo o elemento mais diferenciador que tem dentro da sua gama de serviços. A mesma é reconhecida pela Direção Geral de Saúde e indicada para o tratamento de infeções do aparelho respiratório das vias aéreas superiores, reumáticas, músculo-esqueléticas e da pele, conjugando o termalismo clássico com um spa termal para bem-estar e lazer. No termalismo é com entusiasmo que se aguarda a reposição das comparticipações do Sistema Nacional de Saúde, que se prevê para o início de 2019, medida essa que a Cooperativa esteve sempre ao lado da Associação de Termas de Portugal na reivindicação dos mesmos. Quanto ao spa termal é intenção continuar a desenvolver-se novos programas, nomeadamente, de serviços vocacionados para a área da medicina, aumentando-se deste modo a oferta desta unidade de negócio para responder a todos que procuram o seu bem-estar e lazer.

É objetivo para o ano de 2019 realizar a 2ª fase de intervenção no Parque de Campismo, promovendo toda a sua reorganização na zona de alojamento, dotando-o de condições de plena qualidade, para ser capaz de funcionar todo o ano e poder-se prestar o serviço de qualidade ambicionado. Pretende-se também iniciar a obra das salas de apoio do Polidesportivo e Campismo, valorizando esta área do Parque de Lazer da vila termal. Outro objetivo da Cooperativa é a reorganização da sua linha de cosméticos, apostando na produção de sabonetes de novos tamanhos, podendo dessa forma aumentar a sua competitividade para entrar em novos mercados. É ainda intenção o lançamento da linha de cosméticos, sendo este trabalho desenvolvido em parceria com o Grupo de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos 3B's da Universidade do Minho sediado no Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia. Para dinamizar este processo de lançamento de uma linha de cosméticos este grupo de trabalho procurará candidatar-se aos novos quadros comunitários de apoio para estes fins.

RECURSOS HUMANOS

No seguimento da estratégia seguida ao longo dos últimos anos, a Direção pretende continuar a valorizar este precioso ativo que a Cooperativa tem, dando para isso seguimento ao plano de formação que vem sendo seguido já há alguns anos. Este plano de formação tem por objetivo implementar estratégias de criação de valor nos serviços con-
duzindo cada vez mais à fidelização dos utentes aos e à Marca Taipas Termal. Com a crescente procura dos diversos serviços existentes nas unidades de negócio do Spa Termal e Clínica Médica de Saúde, a criação e implementação de novos serviços que respondam a novas oportunidades de negócio e que venham complementar os já existentes e, também a intenção de se implementar a segunda fase do projeto para o Parque de Campismo, a Cooperativa poderá ter a necessidade de contratação de mais recursos humanos para poder cumprir essas oportunidades e objetivos previamente estabelecidos.

TERMAS E SPA TERMAL

Desenvolver e voltar a ajudar a renascer o outrora turismo termal que sempre caracterizou a Vila de Caldas das Taipas é um dos principais designios que esta Direção sempre colocou, principalmente após a renovação do centenário Balneário Termal, que hoje é uma referência na Europa no que às melhores práticas termais diz respeito. Para tal, a Cooperativa apostará cada vez mais na publicidade e comunicação dos serviços em ambas as unidades de negócio, nomeadamente nas ferramentas digitais, capazes de contactar com pessoas à escala global e permitindo a quem está longe ficar perto dos nossos serviços. Entre várias iniciativas como apostar em novos conteúdos no facebook, newsletter, entre outras, está prevista a criação de um novo site capaz de contactar em tempo real com os clientes que nos procuram no mesmo e também ter uma loja para vendas online onde se pode realizar compras a qualquer hora e dia do ano, potenciando desta forma as vendas e fidelização.

No Termalismo Clássico, a Taipas Termal conta com um corpo clínico e profissionais de referência capazes de levar à prática tratamentos termais para as mais diferentes patologias, tais como, patologias do aparelho respiratório das vias aéreas superiores (rinites, faringites ou sinusites, doenças crónicas de origem alérgica (asma, rinites alérgicas), patologias reumáticas, músculo – esqueléticas (reumatismos crónicos ou inflamatórios, artroses, tendinites, lombalgias, dor ciática, dores dorsais pós-operatórias, sequelas traumáticas ou osteoarticulares e patologias da pele (equizema, psoríase, cicatrizes, prurido e urticária), onde estes têm sempre como elemento central as características únicas, referenciadas e reconhecidas pela Direção Geral de Saúde da sua água termal. que tem como principais características: • Hipossalínicas; • Sulfurosas; • Sódicas; • Silicatadas; • Fluoretadas; • pH 8,22 • Temperatura 30° C.

Aqui, será também objetivo captar novos públicos-alvo tais como o infantil, através duma comunicação vocacionada para os benefícios que o termalismo pode ter para a saúde infantil, mas também no público de uma faixa etária mais avançada, nomeadamente, o idoso, ao atribuímos vantagens exclusivas a estes. Para o setor do termalismo clássico ter um rumo, que credibilize cada vez mais os diversos serviços com base em água termal, será necessário criar e alavancar projetos científicos, aproximando os centros de conhecimento e saber académicos, tais como as Escolas de Medicina. Desta forma, será possível captar cada vez mais médicos que aprofundem os reais benefícios que a prática termal proporciona, aproximando o termalismo da ciência.

No Spa Termal, pretende-se continuar a fazer crescer esta unidade de negócio, implementando novos programas de Bem-Estar e Lazer complementando os já existentes, promovendo campanhas que sejam capazes de atrair e fidelizar cada vez mais novas pessoas que vejam na Taipas Termal a melhor solução para as suas necessidades de Bem-Estar e Lazer. Para o ano de 2019, a Taipas Termal tem por objetivo implementar serviços ligados à Medicina Estética, utilizando práticas médicas minimamente invasivas para corrigir e melhorar o bem-estar físico, mental e pessoal de quem nos procura.

Será também objetivo no Spa Termal – mas também no termalismo e em todas as unidades negócio – renovar as fotografias de promoção com novos modelos (masculino, feminino e criança), nos mais variados contextos da nossa oferta, e apostar, sobretudo no que à componente digital diz respeito, no formato de vídeo.

CLÍNICA DE SAÚDE, REABILITAÇÃO E MEDICINA DESPORTIVA

Esta unidade de negócio caracteriza-se por serviços clínicos de saúde, que vão desde consultas médicas de especialidade, a serviços de fisioterapia e reabilitação, utilizando infraestruturas e metodologias clínicas diversas, podendo dessa forma oferecer aos clientes uma gama vasta de serviços numa lógica de complementaridade e assim poder-se promover as melhores respostas aos diferentes problemas e necessidades dos utentes. Desde a abertura desta unidade de negócio, há mais de três anos, que esta tem sido marcada por uma crescente e intensa procura dos seus serviços clínicos, atestando desta forma a confiança que os nossos utentes depositam nos profissionais da Taipas Termal. Para continuar o sucesso que tem caracterizado esta unidade, pretende a Cooperativa continuar a reforçar o seu principal neste setor de atividade, que são os serviços associados aos Departamentos de Ortopedia e Fisioterapia, realizando investimentos estratégicos para poder reforçar a atividade de ambos, resultando numa resposta mais alargada e diferenciada dos serviços já existentes e com isso poder responder de uma forma mais efetiva às necessidades dos utentes que recorrem à nossa Clínica Médica de Saúde.

É objetivo da Direção continuar o aprofundamento da política de protocolos, designadamente com entidades do setor dos seguros e outros privados, bem como outros subsistemas de saúde particulares (convencionados e parceiros).



COMPLEXO PISCINAS DE VERÃO

Estando neste momento encerrados os quadros comunitários de financiamento para implementar o novo projeto que a Cooperativa tem para renovar este espaço e, até à sua abertura, esta unidade de negócio funcionará em regime sazonal. É objetivo da Direção continuar a encetar todos os esforços para que os utentes possam usufruir deste local marcante da nossa vila nas melhores condições. Para tal, serão executadas melhorias em equipamentos deste espaço, melhorando as condições de segurança e conforto dos utentes.

Enquanto elemento diferenciador e à semelhança dos anos transactos, a Taipas Termal continuará a implementar atividades desportivas e de lazer e, também a Instituições de Caracter Social ao continuar a praticar um preço especial para a entrada de menores para que estes possam usufruir deste equipamento durante as suas férias escolares.



POLIDESPORTIVO E PARQUE DE CAMPISMO

Esta unidade de negócio caracteriza-se por serviços clínicos de saúde, que vão desde consultas médicas de especialidade, a serviços de fisioterapia e reabilitação, utilizando infraestruturas e metodologias clínicas diversas, podendo dessa forma oferecer aos clientes uma gama vasta de serviços numa lógica de complementaridade e assim poder-se promover as melhores respostas aos diferentes problemas e necessidades dos utentes. Desde a abertura desta unidade de negócio, há mais de três anos, que esta tem sido marcada por uma crescente e intensa procura dos seus serviços clínicos, atestando desta forma a confiança que os nossos utentes depositam nos profissionais da Taipas Termal. Para continuar o sucesso que tem caracterizado esta unidade, pretende a Cooperativa continuar a reforçar o seu principal neste setor de atividade, que são os serviços associados aos Departamentos de Ortopedia e Fisiatria, realizando investimentos estratégicos para poder reforçar a atividade de ambos, resultando numa resposta mais alargada e diferenciada dos serviços já existentes e com isso poder responder de uma forma mais efetiva às necessidades dos utentes que recorrem à nossa Clínica Médica de Saúde.

É objetivo da Direção continuar o aprofundamento da política de protocolos, designadamente com entidades do setor dos seguros e outros privados, bem como outros subsistemas de saúde particulares (convencionados e parceiros).



PARQUE DE LAZER

Finalizada a requalificação do Parque de Lazer das Taipas, é intenção da Direção da Cooperativa continuar a articular com o Município os projetos de requalificação da Alameda Rosas Guimarães, a rua de acesso ao Parque de Campismo e também do caminho que liga os Banhos Velhos ao Parque de Lazer, dotando todo este espaço público de condições de excelência, aos visitantes que o procuram ao longo de todo o ano, e permitir que esta importante área verde seja encarada numa lógica de complementaridade do turismo termal. Para isso a Direção pretende trabalhar diretamente com as equipas de trabalho que têm ao seu cargo de requalificação da vila. No ano de 2019 é intenção da Taipas Termal articular com o Clube de Ténis das Taipas a requalificação das infraestruturas de apoio dos campos de ténis, nomeadamente os balneários, bar e sede para que este espaço possa ter uma apresentação e funcionamento condizente com toda a área envolvente e melhorar as condições da prática desta modalidade na Vila.

Fruto da delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães delegou na Junta de Freguesia de Caldelas, é intenção da Direção da Cooperativa dialogar e articular com a Junta aspetos a melhorar na gestão diária do Parque de Lazer, de forma a este ter sempre a melhor apresentação e qualidade dos seus diversos espaços, tor-

BANHOS VELHOS

Após oito edições da Programação Cultural dos Banhos Velhos que vem sendo desenvolvida num património edificado, que é dos mais emblemáticos da vila e região, marcada pelas mais variadas iniciativas culturais e recreativas e que uma vez mais registou um aumento de afluência de público. É intenção da Direção continuar a apostar neste programa cultural e assim poder continuar a apostar em atividades que vão desde os concertos de música, peças de teatro, sessões de cinema, workshops infantis, tertúlias, entre outros, que cumpre os três objetivos destinados a esta programação: a de dar função aos Banhos Velhos, a de proporcionar cultura à vila de Caldas das Taipas e aos Taipenses e finalmente de complementar o produto termal.

É objetivo da Cooperativa continuar a apostar na parceria com o tecido associativo local e escolas da vila e região para a elaboração do programa cultural, promovendo o que de melhor se faz nas nossas associações, mantendo sempre o nível de qualidade a que se tem habituado o público dos Banhos Velhos. Após esta edição a programação recebeu artistas consagrados nacionais e recebeu pela primeira vez artistas internacionais. É intenção complementar com o que de melhor produz na nossa região, promover espetáculos que promovam a vinda de públicos cada vez mais diversificados e de pontos geográficos mais distantes e variados.

Em 2019, e face ao sucesso que este local tem manifestado, será necessário apostar numa estrutura de cobertura para a zona do palco e público, para que desta forma proteja os artistas, salvaguarde os equipamentos de som e luz e traga outro conforto ao público que nos visita.



COSMÉTICOS NATURAIS

A Taipas Termal apresentou em outubro de 2013 os primeiros produtos da sua nova gama de cosméticos naturais. Esta aposta resultou de uma estratégia definida através da criação de uma gama de produtos cosméticos, constituídos essencialmente por água termal. O sabonete de Tratamento e o Sabonete de Aromaterapia foram os dois primeiros produtos desta gama, resultado de um trabalho de investigação e desenvolvimento da 'Natural Concepts', em colaboração com o Instituto 3 B's da Universidade do Minho, ambas sediadas no Parque de Ciência e Tecnologia, Avepark. Para 2019 será objetivo da Cooperativa reestruturar esta gama, nomeadamente com a produção de sabonetes de dimensão menor e, desta forma, atacar novos segmentos de mercado e alavancar este produto tesimal, feito tendo como base a nossa água termal.



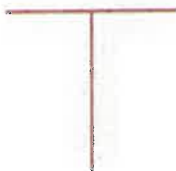
Orçamento para o Exercício de 2019

Receitas/Rendimentos	Valor (€)	Sub-Total (€)
Vendas		
Mercadorias-Cosméticos Naturais	3 600,00	3 600,00
Prestação de Serviços		
Termas e Bem-Estar	128 750,00	
Clinica de Saúde	968 200,00	
Piscinas	100 000,00	
Parque Campismo-Polidesportivo-Hidroginástica e Natação	36 050,00	1 233 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendas e Alugueres	7 000,00	
Curso Profissional "Técnicas de Termalismo"	9 000,00	
IEFP Estágios Profissionais	2 700,00	18 700,00
Capital		
Câmara Municipal de Guimarães (Contrato Programa)	340 000,00	340 000,00
Total das Receitas/Rendimentos		1.595.300,00 €
Despesas/Gastos	Valor (€)	Sub-Total (€)
Financiamentos Obtidos		
Amortização Capital CGD Jessica	83 838,22	
Amortização Capital Santander Factoring	50 000,00	
Amortização Capital Novo Banco	13 333,26	
Amortização Capital Santander Totta	9 803,99	
Amortização Capital BPI Leasing	8 524,53	
Amortização Capital CC BPI	20 000,00	185 500,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços Especializados		
Subcontratos	155 000,00	
Trabalhos Especializados	45 000,00	
Publicidade e Propaganda	10 500,00	
Honorários	135 000,00	
Conservação e Reparação	36 000,00	
Materiais		
ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	20 500,00	
Material de Escritório	9 500,00	
Energia e Fluidos		
Electricidade	70 000,00	
Combustíveis		
Gasoleo	3 500,00	
Gás	46 500,00	50 000,00
Água	21 000,00	
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	1 000,00	
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	1 500,00	
Comunicação(telef/fax/telem/ctt)	10 000,00	
Seguros	10 000,00	
Contencioso e Notariado	2 300,00	
Despesas de Representação	5 000,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	48 000,00	
Outros Serviços	16 000,00	646 300,00
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações do Pessoal	542 000,00	
Encargos sobre Remunerações	95 500,00	
Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais	7 000,00	
Outros (formação/Estágios Profis./Indemniz.)	2 000,00	646 500,00
Outros Gastos e Perdas		
Impostos e Taxas	8 000,00	
Donativos	5 000,00	
Quotizações	2 000,00	
Programa Cultural	10 000,00	25 000,00
Gastos e Perdas de Financiamento		
Juros Suportados	92 000,00	92 000,00
Total das Despesas/Gastos		1.595.300,00 €

A Direcção

[Handwritten signature]
 João Almeida das A

Handwritten signature or initials in the top right corner.



TAIPAS TERMAL

SAÚDE E BEM ESTAR

Largo das Termas
4805-079 Caldas das Taipas
Guimarães

T +351 253 577 898
F +351 253 577 890
geral@taipastermal.com
www.taipastermal.com

Taipas Turitermas C.L.P.R.L.
CS 755.220,00€

Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial de
Guimarães sob o nº 501676430
NIF 501 676 430

ATAS

Folha 11

ATA Nº 61

Aos dezassete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas, no Edifício dos Banhos Novos reuniu a Assembleia-Geral da Taipas Turitermas, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, em sessão ordinária, conforme aviso convocatório enviado a todos os Cooperantes por carta e afixação na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um – Leitura e aprovação da Acta da sessão anterior;
- Ponto dois – Apreciação e Votação do Orçamento Rectificativo do ano 2018;
- Ponto três – Apreciação e Votação do Plano de Actividades e do Orçamento para o ano 2019;
- Ponto quatro – Discussão de outros assuntos de interesse para a Cooperativa;
- Ponto cinco – Aprovação da acta em minuta.

Estiveram presentes com 172.443 títulos, dos 181.051 títulos da Cooperativa, o que perfaz uma presença de 95,25% dos Cooperantes.

Antes de iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa deu conta da presença da Senhora Dra. Cristina Maria Silva Marques Castro, Tesoureira da Junta de Freguesia de Caldelas em representação daquele cooperante, tendo convidado para secretariar a Assembleia, o cooperante João Pedro Ribeiro.

Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Geral, no ponto número um da ordem de trabalhos propôs aos Cooperantes presentes a dispensa da leitura da acta da sessão anterior, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes, pelo que foi dispensada a leitura da mesma. De seguida, foi a acta colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No ponto número dois da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Dr. Ricardo Costa, Presidente da Direcção da Cooperativa, que informou a assembleia das razões que levaram à rectificação do orçamento apresentado no ano de 2018, nomeadamente a assinatura de contrato programa – subsídio à exploração entre a Taipas Turitermas, CIPRL. e o Município de Guimarães, que teve início a 01.08.2018 e termina a 31.12.2018 no valor de € 200.852,29 (duzentos mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e vinte e nove cêntimos) e que será pago em duas tranches. Mais informou que este orçamento rectificativo foi ajustado tendo como base os dados da cooperativa apurados em Setembro 2018. De seguida foi dada a palavra aos cooperantes e, não havendo qualquer pedido de esclarecimento, passou-se de imediato à votação tendo sido este ponto aprovado por unanimidade.

Assim, o orçamento rectificativo tem uma previsão de gastos e receitas para o exercício de 2018 no valor de € 1.463,900,00 (Um milhão quatrocentos e sessenta e três mil e novecentos euros). Tendo-se passado de seguida ao ponto número três da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção para apresentação do plano de actividades e orçamento para de 2019. O Dr. Ricardo Costa no uso da palavra informou os cooperantes presentes que este plano de actividades e orçamento não alteram a estratégia que vem sendo seguida desde 2015, dando nota do que esta Direcção propõe fazer em cada unidade de negócio; informou ainda das dificuldades da Clínica de Saúde em responder às solicitações dos utentes, não podendo ter médicos especialistas a prestar consultas quando não temos espaço físico para inicio dos tratamentos fisiátricos, pelo que a Direcção está já a trabalhar numa solução, que passará por adaptar o piso menos um a um novo espaço, que se prevê que consigam ser atendidos cerca de mais cinquenta utentes dia; relativamente à Unidade Termas esperamos que melhore a sua faturação com as comparticipações termais previstas no orçamento de estado para o ano de 2019; informou que vamos manter a política salarial, no entanto, referiu que estabilizada a cooperativa temos que olhar para os seus recursos humanos; quanto aos Banhos Velhos vamos manter a sua programação lembrando que a mesma tem sido executada com verbas próprias da cooperativa. Resumiui, dizendo que o orçamento para o ano de 2019 foi construído tendo como base os valores do orçamento rectificativo de 2018, prevendo-se para as receitas uma taxa de crescimento de 3% em geral e para os custos uma taxa de crescimento de 2% em geral, crescimento que tem por base o estudo de viabilidade económico-financeira para o triénio 2018-2010.

O orçamento tem uma previsão de gastos e receitas para o exercício de 2019 no valor de € 1.595,300,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos euros) e refletem os aumentos previstos nas respetivas rúbricas e incluiu o contrato programa a celebrar com o Município de Guimarães, pelo desenvolvimento de atividades de cariz publico assumidas pela Taipas Turitermas em 2019.

Foi dada a palavra aos cooperantes para discussão do plano de actividades e orçamento para o ano de 2019, não se tendo registado qualquer inscrição ou pedido de esclarecimento. De seguida, foi colocado à votação o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de 2019 no valor de € 1.595.300,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos euros), tendo os documentos apresentados sido aprovados por unanimidade.

De seguida passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos de discussão de outros assuntos para a cooperativa, tendo tomado a palavra o Presidente da Direcção, Dr. Ricardo Costa, para dizer que foi com grande pesar que hoje tomou conhecimento do falecimento do Senhor José Manuel Fraga Matos, cooperante, que serviu durante muitos anos esta cooperativa nos órgãos sociais, nomeadamente no Conselho Fiscal, informando que será enviada carta à família a

ATAS

Folha 12

expressar os sentimentos de pesar. Propôs ainda que assembleia votasse "um voto de pesar" ao cooperante José Manuel Fraga Matos pelo reconhecimento do seu trabalho prestado à cooperativa.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral propôs à assembleia a admissão e discussão da proposta, sendo a mesma aceite. Aberto o período de inscrições, usou da palavra o cooperante António Joaquim Oliveira que recordou José Manuel Fraga Matos, nomeadamente no tempo em que ambos fizeram parte do Conselho Fiscal da Cooperativa durante dois mandatos lembrando que foi sempre uma pessoa muito acutilante e interventiva nas assembleias gerais. Colocado à votação o "Voto de Pesar a José Manuel Fraga Matos" foi o mesmo votado por unanimidade.

Usou da palavra ainda, António Manuel Ferreira Marques para dar os parabéns pelo excelente serviço de fisioterapia.

Não se registaram mais pedidos de intervenção, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral de imediato encerrada a reunião da Assembleia-Geral, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida em voz alta, a qual achada conforme, vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral: João Manuel Costa Lima

O Secretário: António Marques Costa

O Secretário: João Pedro Soares da Silva Pereira

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and several initials.



TEMPO LIVRE GUIMARÃES

Aprovado em reunião da Direcção
de 09 / 10 / 18 /

[Handwritten signatures]

[Vertical list of handwritten signatures and initials on the right margin]

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2019



TEMPO LIVRE
GUIMARÃES



TEMPO LIVRE GUIMARÃES

Aprovado em Assembleia Geral em 10/10/18
Presidente da Ass. Guim: *[Signature]*
Vice-Presidente: *[Signature]*
Secretário: *[Signature]*



I. INTRODUÇÃO

No ano em que a **Tempo Livre** comemora vinte anos de existência, tendo sido constituída por escritura pública datada de 22 de janeiro de 1999, e volvidos dezassete anos da abertura oficial de portas de um conjunto notável de infraestruturas de índole desportiva construídas pela Câmara Municipal em 2001, e cuja gestão foi cometida à nossa cooperativa, alimenta-nos a forte convicção que o modelo organizacional e de gestão que orienta actualmente a **Tempo Livre**, não só tem sido fiel aos seus pilares fundacionais, como igualmente tem sido capaz de agregar outros níveis de crescimento e desenvolvimento, pela capacidade constante de resposta e adaptação aos novos tempos e às novas exigências que o sistema desportivo nos coloca permanentemente.

Temos lutado arduamente pelo estatuto que hoje temos a nível nacional e internacional, não só enquanto agente fundamental da promoção do desporto e da atividade física no Município de Guimarães, mas também como uma entidade altamente eficaz, eficiente e proactiva na gestão de instalações desportivas comunitárias.

Integrados no vasto universo do sector empresarial local, atuando de acordo com as premissas e objetivos que são definidos pelo seu accionista principal - a Câmara Municipal Guimarães - a **Tempo Livre** tem conseguido apresentar, ao longo destes vinte anos, níveis muito positivos de gestão operacional, apresentando *rácios* de sustentabilidade económico-financeiro que objectivamente demonstram a sua capacidade de criar as condições de contexto potenciadoras desse sucesso.

As altas taxas de utilização das instalações desportivas que gere, o desenvolvimento permanente de atividades e projetos desportivos ou as acções de forte impacto comunitário de promoção e generalização da atividade física, que determinam taxas de participação desportiva muito acima da média nacional, tudo isto aliado a uma aposta ousada na criação de serviços de apoio ao desporto inovadores e diferenciadores, como foram os casos do Centro de Medicina Desportiva e o Centro de Detecção de Talento Desportivo no passado, ou a mais recente criação do Centro de Estudos do Desporto, são factores críticos de um sucesso que exige ser partilhado com o conjunto de colaboradores que, ao longo destas duas décadas, souberam interpretar a nossa filosofia de gestão e o nosso modelo organizacional.

O ano de 2019 abre portas, porém, a novos e exigentes desafios, muitos deles resultado de circunstâncias exógenas, que não dominamos, mas a que temos de dar resposta adequada.



O primeiro dos desafios resulta da circunstância de termos assumido, em outubro de 2018, a gestão de mais uma instalação desportiva – as Piscinas de Brito – correspondendo a um repto lançado pela Câmara Municipal de Guimarães e pela Junta de Freguesia de Brito (proprietária da instalação), num sinal inequívoco de reconhecimento da **Tempo Livre** como entidade capaz de acolher no seu seio a gestão de instalações desportivas de forte impacto comunitário.

Depois das piscinas exteriores de Airão S. João, agora com as Piscinas de Brito, e num futuro próximo eventualmente com o Complexo Desportivo de Sande S. Lourenço (cujo processo está em fase final de análise), a **Tempo Livre** não só demonstra a sua capacidade de dar respostas credíveis aos desafios e dificuldades que emergem da nossa comunidade local, como a sua capacidade de enfrentar, com confiança, novos desafios, obrigando-se a um esforço exigente e permanente de gestão de sinergias ao nível dos seus recursos técnicos, humanos e financeiros.

Um outro desafio surge como consequência de uma acção inspetiva da ACT – Autoridade das Condições de Trabalho, que nos obrigou a questionar parte do modelo de trabalho no seio da cooperativa, adaptando-o a uma legislação laboral que hoje combate ferozmente a precaridade no emprego.

Mesmo tendo noção que a tipologia do trabalho na **Tempo Livre** depende de circunstâncias que nem sempre dominamos (maior ou menor número de utentes e clientes nas instalações desportivas, maior ou menor procura dos promotores de eventos, maior ou menor número dos projectos desportivos que a Câmara Municipal nos incumbe), e que tendem para a contratação de colaboradores sustentada no regime de prestação de serviços temporários, aceitamos que é chegada a hora de alterar algumas situações na área da contratação de funcionários, e que resultam num aumento significativo do nosso quadro de pessoal e dos encargos daí resultantes. O que fazemos sem colocar em causa o equilíbrio e a disciplina orçamentais, encontrando ferramentas alternativas ao nível da gestão de recursos humanos que se reflectem numa diminuição significativa da rubrica de honorários (prestadores de serviços), na diminuição dos custos de funcionamento e na redução dos custos com as despesas de manutenção e conservação de instalações, neste último caso só possível pelo esforço feito em 2018 para resolver algumas das situações mais preocupantes e emergentes a este nível.

Para alcançar este paradigma de gestão financeira equilibrada e sustentável, e porque as circunstâncias também o determinaram, alteramos o nosso modelo de organização interna, adaptando-o a uma nova realidade, que exige respostas mais especializadas.



Um modelo de organização interna que hoje se ancora em cinco unidades de gestão: 1) serviços gerais, 2) serviços desportivos, 3) instalações desportivas, 4) multiusos e 5) investigação e inovação, redefinindo os canais internos de decisão e de acção, hoje alicerçados numa maior autonomia e responsabilidade funcional de cada uma dessas unidades de gestão.

O Plano de Atividades e o Orçamento para 2019 que colocamos para análise e decisão, reflecte esta nova realidade, que conjuga a nossa determinação em continuar a fazer bem aquilo que é a nossa missão enquanto entidade empresarial local, dando resposta adequada e positiva ao conjunto de responsabilidades que dessa responsabilidade emergem e não vacilando no cumprimento escrupuloso das obrigações que assumimos no âmbito do contrato programa que, ano após ano, celebramos com a Câmara Municipal.

Um Plano de Atividades e um Orçamento que são feitos de rigor orçamental e exigência na gestão, mas que não menoriza, nunca o podendo fazer, a resposta que temos de dar às expectativas dos nossos utentes, clientes, fornecedores e parceiros, que se habituaram a ter na **Tempo Livre** um agente credível e determinado na prossecução das políticas locais de desenvolvimento desportivo, um agente percursor e motivador de novas formas de promover a actividade física enquanto elemento determinante de melhor qualidade de vida para os vimeirense e um ativo estratégico de Guimarães através da notoriedade e notabilização das instalações que gere, algumas delas, como o Multiusos, fortemente indutoras de mais-valias para a economia local.

Este documento traduz exigência e rigor. Mas também ousadia e ambição. E no ano em que comemoramos vinte anos, que seja este o legado que fique para o futuro.

II. PLANO DE ACTIVIDADES

1. SERVIÇOS DESPORTIVOS

1.1. ATIVIDADES E EVENTOS

Determinada, como decorre dos seus fins, a fomentar e a incentivar a prática desportiva no concelho de Guimarães, privilegiando a igualdade de oportunidades no acesso ao desporto não competitivo, desenvolvendo projetos de animação sócio desportiva e de ocupação dos tempos livres e de lazer, a **Tempo Livre** tem estado na génese de projetos inovadores e de desenvolvimento de novas modalidades e atividades, que muito têm contribuído para o aumento da prática desportiva, destacando-se a aposta em novas modalidades como o rãguebi, a patinagem artística, a ginástica ou o futsal feminino, ou o robustecimento de serviços segmentados para diferentes idades e níveis de condição física, de que são exemplos o desporto para seniores e a actividade física em ambiente escolar, coordenando projectos de iniciativa municipal nas escolas EB1 e nas creches e jardins-de-infância.

Nesse contexto, em 2019, pretende-se prosseguir, desenvolver e implementar projetos que não só visem manter ou incrementar os objetivos referidos, como reforçando a aposta na dinamização de serviços desportivos inovadoras e que abranjam todas as faixas etárias e géneros da população vimaranense.

a. Vida Feliz

Este projecto, uma reformulação do projecto anteriormente denominado "ACTIVIDADE SÉNIOR", visa proporcionar à população com mais de 55 anos, residente no concelho de Guimarães, uma atividade física regular e orientada, tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida, autoestima e adoção de estilos de vida saudáveis, aproveitando a experiência acumulada no programa anterior, lançado em 2007 e desenvolvido pela **Tempo Livre**, com apoio da Câmara Municipal de Guimarães.

Assim, e após 11 anos de dinamização do projecto "*ACTIVIDADE SÉNIOR*", entendemos alterar, melhorar e alargar este projecto, para que a vitalidade do mesmo se mantenha, tendo esperança que se transforme num projecto de referência nacional no que toca a boas práticas na promoção da prática desportiva para população com mais de 55 anos. Este programa procura responder ao envelhecimento populacional, com propostas de atividades desportivas e fomento do exercício físico junto da população sénior do concelho, criando soluções para diminuir os fatores de risco relacionados com o processo de envelhecimento, combatendo a inatividade e o sedentarismo dos idosos, aumentando os níveis de independência e autonomia e melhorando a aptidão física dos participantes.

Através do desporto e da actividade física regular, o programa **Vida Feliz** orienta-se, ainda, para o combate ao isolamento dos idosos, promovendo atividades de ocupação de tempos livres, de interação social e convívio intergeracional. Será um projecto que envolverá mais de uma dezena de professores e mais de 50 promotores locais (centros de dia, lares de apoio à terceira idade, Universidade do Autodidata, Juntas de Freguesia, entre outros).



b. Férias Desportivas

É um projeto de ocupação de tempos livres, destinado a crianças e jovens dos 5 aos 14 anos de idade, que contempla a prática (ou iniciação) de diversas atividades desportivas, de lazer e de entretenimento. Socorrendo-se de um conjunto de profissionais capacitados, pretende-se possibilitar às crianças e jovens do concelho de Guimarães o desenvolvimento das suas capacidades motoras, facilitar-lhes o acesso a uma atividade desportiva multifacetada e transmitir valores que contribuam para o seu enriquecimento individual e social. As *Férias Desportivas* surgiram com o intuito de oferecer à população um programa de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, devidamente planeado, organizado e executado, com acompanhamento técnico permanente e assegurando às famílias a oferta de um serviço de qualidade, possibilitando ainda uma experiência de lazer e de desporto aos participantes. Este programa ganhou uma projeção e uma dimensão muito consideráveis, na medida em que se tornou uma das bases de suporte às famílias que, nos períodos de pausa letiva, ficam desprovidas de apoio nos cuidados com os mais jovens.

Acentuando a sua atividade na prática desportiva, o programa *Férias Desportivas* afirma-se como um importante mecanismo de promoção e divulgação do exercício físico e do desporto, assim como da promoção de hábitos saudáveis e de combate ao sedentarismo infantil e juvenil. Na sua primeira fase (implementação), o programa das *Férias Desportivas* abrangia um grupo restrito de participantes (60) e um número menor e menos diverso de atividades. Por corresponder às expectativas dos encarregados de educação e, considerando a procura que então se verificou, investiu-se na formatação de um programa mais amplo, abrangente e diverso, assim como no alargamento do período de funcionamento, fazendo coincidir a sua frequência com as pausas letivas.

Ao longo dos anos, procurou-se introduzir novas atividades desportivas e de lazer, tendo como principal preocupação proporcionar às crianças e jovens participantes um contacto com modalidades desportivas menos conhecidas e fomentar o convívio e interação entre grupos. As atividades desportivas passaram a complementar-se com um programa paralelo de animação sócio desportiva e ações pedagógicas e de sensibilização para diversos temas. O programa contempla, anualmente, a introdução de disciplinas, propostas e experiências novas. Este projeto é dinamizado durante as interrupções lectivas (Páscoa e Verão), perfazendo um total de um mínimo de 13 semanas de actividade desportiva, lúdica, pedagógica e cultural. Prevemos em 2019, e caso todas as condições de execução estejam garantidas, avançar com um projecto semelhante para jovens entre os 15 e os 18 anos por entendermos que existe aqui uma falha na oferta educativa e de lazer para tantos jovens vimaranenses. Temos em vista o lançamento de um projecto de ocupação de tempos livres durante a pausa lectiva do Verão para pelo menos duas semanas sendo que em tudo funcionará de forma semelhante ao projecto Férias Desportivas, contudo direccionado para jovens da faixa etária dos 15 aos 18 anos, que na sua grande maioria chegando a esta idade não tem oferta no concelho em programas de ocupação salutar e desportiva e que os mantenha ocupados por tão longo período.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '1.' and several illegible signatures.

c. Oficinas de futebol

A Tempo Livre organiza, anualmente, no mês de julho, as *Oficinas de Futebol*. Esta iniciativa de ocupação dos tempos livres destina-se a jovens dos 5 aos 16 anos. Trata-se de um programa ocupacional, que integra atividades de treino, tática e técnica de futebol. Para além de promover a ocupação salutar dos tempos livres das crianças e jovens, tem por objetivo veicular princípios e valores inerentes ao convívio e fairplay. As *Oficinas de Futebol* surgiram como resposta à necessidade de diversificação na oferta de programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens do concelho de Guimarães, especificamente orientados para a prática desportiva e exercício físico.

O projeto teve em consideração o característico envolvimento da população mais jovem com a modalidade (futebol) e a necessidade de mostrar o futebol numa perspetiva mais próxima da realidade, nem sempre acessível a todas as crianças. Desde o primeiro ano em que foi dinamizado, este projeto tem vindo a renovar-se em termos de treino prático, mas também em relação a situações teóricas de organização e gestão de um clube de futebol, aspetos que envolvem os participantes numa nova perspetiva sobre a vida e o funcionamento de uma estrutura desportiva.

As *Oficinas de Futebol* constituem uma alternativa ao programa das *Férias Desportivas* para as famílias que desejam diversificar o leque de experiências na ocupação de tempos livres dos seus educandos e pretendem aumentar nos próximos anos a procura por este género específico de programa de ocupação de tempos livres das crianças e jovens do nosso concelho.

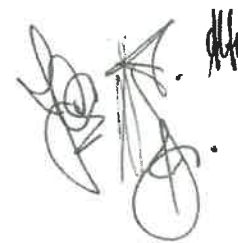
d. Oficinas de Surf

Programa de formação desportiva para contacto com as modalidades náuticas de surf e bodyboard, repartido por atividade indoor (formação física – Pista de Atletismo, Piscinas e Scorpio) e outdoor (aulas no mar). O programa foi implementado em 2013, no âmbito da programação da *Cidade Europeia do Desporto Guimarães 2013*, no segmento de programação *Desporto para Todos* e interrompeu-se em 2014 e voltou-se a implementar durante os anos seguintes.

No seguimento, este projeto aspira ser uma alavanca para a promoção dos desportos náuticos numa cidade que dista a um mínimo de 50 quilómetros da costa atlântica. Tem o seu foco na população juvenil, procurando proporcionar aos participantes experiências diferenciadas das suas rotinas desportivas. Este projeto assenta na promoção e divulgação de desportos de mar no concelho.

As *Oficinas de Surf* surgiram como resposta à necessidade de diversificação na oferta de programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens do concelho de Guimarães, especificamente orientados para a prática desportiva e exercício físico em contexto náutico. O projeto teve em consideração a necessidade de oferecer à população mais jovem a possibilidade de contactar com modalidades aquáticas, na tentativa de atrair mais crianças e jovens para os benefícios de uma vida ativa e saudável e de contacto com a natureza.

Em 2019, prevemos reduzir o prazo de duração do projeto para um período bi-semanal.



e. Liga Mini

Torneio anual entre escolas de futebol, promovido pela Câmara Municipal de Guimarães e com produção/organização da **Tempo Livre**. Trata-se de uma competição desportiva entre clubes do concelho, no escalão de minis (6-9 anos), escalão muito deficitário de competição, através da qual se pretende fomentar o espírito de cooperação entre as instituições desportivas, estimular a competição saudável e o fairplay bem como transmitir valores desportivos aos jovens participantes.

A *Liga Mini* inscreve-se no quadro de princípios do *Desporto Para Todos* e encontra-se em sintonia com os objetivos preconizados pelo Plano Nacional, no que concerne à promoção da prática desportiva, na educação para o desporto e pelo desporto e pela promoção da inclusão, coesão e desenvolvimento social. Este projeto tem tido uma evidência clara no aumento da procura de jovens atletas pela prática da modalidade nos diferentes clubes existentes e este ano celebra 10 anos de atividade contínua e com uma evolução bastante positiva, sendo nossa esperança destacar essa data durante toda a atividade deste ano.

f. Mini Olimpíadas

As *Mini Olimpíadas* foram lançadas em 2012, com o intuito de incentivar as crianças do ensino pré-escolar para a prática desportiva e, ao mesmo tempo, sensibilizá-las para o mundo do desporto e para o olimpismo. Na base desta atividade, está um conjunto de jogos, mas a competição é o aspeto menos relevante deste projeto.

As *Mini Olimpíadas* realizam-se no final do ano letivo, durante um dia e reúnem cerca de 700 crianças em representação de 25 instituições de ensino pré-escolar do concelho de Guimarães. Para além dos jogos com as crianças, o programa contempla também atividades dirigidas aos pais, pelo que se trata de uma iniciativa que privilegia o envolvimento de toda a família e da comunidade escolar.

g. Jogos da Comunidade

Os *Jogos da Comunidade* é um projeto lançado em 2013, no âmbito da programação geral da *Cidade Europeia do Desporto*, através do segmento *Desporto para Todos* e procura dinamizar o desporto nas freguesias do concelho de Guimarães, envolvendo a população, independentemente da sua condição física, idade e género. Inspirado nos *Jogos sem Fronteiras*, está aberto à participação de todas as freguesias e decorre por jornadas ao longo de seis meses (quatro meses de qualificação). Culmina com uma grande final, na qual as equipas finalistas disputam os três primeiros lugares do pódio.

Em 2019 pretendemos manter a hipótese de inscrição de outros grupos informais além daqueles que são habitualmente formados pelas Juntas de freguesia. A formação das equipas, obrigatoriamente, contemplando a participação de elementos de todas as idades e condições físicas, bem como a circunstância de recuperar alguns jogos tradicionais, adaptando-os a uma realidade mais lúdica e competitiva, assim como a adoção e utilização de materiais simples, muitos deles reciclados e reaproveitados para a realização das provas, são outros aspetos criativos do projeto.

h. Atividade física para todos

Através de um programa paralelo ao plano de trabalho dos professores de educação física, em serviço na **Tempo Livre**, é promovida atividade de dança e fitness em diferentes locais do nosso concelho através da dinamização dos projetos *Ginástica para Adultos "A-Gym"*. Direcionado para a população adulta, pretende ser uma promoção de hábitos de vida saudáveis através da prática desportiva em diferentes locais de Guimarães que por diversos motivos geográficos, tem mais dificuldade em aceder a este tipo de serviços de forma regular. Ainda, e porque temos tentado mas ainda não nos foi possível executar pelas mais diversas limitações, em 2019 conseguir dinamizar e implementar o projeto *Ginástica Laboral "L-Gym"*, programa de atividade física nas empresas.

i. Coordenação das AEC's

A Tempo Livre assume desde 2016 a coordenação do programa educacional de Atividade Física e Desportiva inserido no âmbito das AEC's, orientando a actividade dos professores contratados pela Câmara Municipal de Guimarães. Desde 2016 que coordenamos este projecto, desenvolvendo ainda outras diversas actividades, como a a elaboração do Manual Escolar de AFD, formação para todos os Professores envolvidos e ainda o programa DESCOLAR, que visa promover o Desporto Escolar no 1º ciclo.

j. Barriguinhas Desportivas

O projecto *Barriguinhas Desportivas* iniciou-se em 2015 e, fruto do sucesso da iniciativa, a **Tempo Livre** entendeu que em 2019 deverá continuar a combater o sedentarismo e o aumento ponderal excessivo durante a gestação, assim como fomentar práticas e estilos de vida saudáveis nesta fase tão especial da vida da mulher, mas reformular para melhorar o serviço a prestar a este público-alvo.

Nesse sentido entendemos que a implementação do projecto com seguimento activo por parte dos serviços desportivos, do centro de estudos desportivos de Guimarães bem como do gabinete de comunicação, que em sintonia deverão criar um programa ocupacional que se preocupe com as necessidades intrínsecas à mulher que se encontra em fase gestacional, de forma continuada e sistematizada de forma a obter os melhores benefícios para a grávida, para a mãe e para o seu "rebenoto".

k. AAAF's | CAF's

A **Tempo Livre** assumirá este ano a coordenação e implementação do programa educacional de Atividade Física e Desportiva inserido no âmbito das AAAF's e CAF's. Nesse propósito, cabe à Tempo Livre a coordenação de actividades desenvolvidas para todos os agentes envolvidos, desde os professores contratados bem como nas actividades e programas a dinamizar ao longo do ano lectivo para os alunos vimaranenses inseridos num destes dois projectos e que terá como principal missão o desenvolvimento de actividades complementares durante o período das 15h30 às 18h30 nas escolas aderentes.



I. Guimarães Legends

O *Guimarães Legends* foi um evento criado com a principal missão de homenagear todos os ex-atletas de diferentes modalidades desportivas que nos últimos anos do século anterior tiveram uma preponderância no plano desportivo concelhio, entre elas o Voleibol, o Andebol e o Basquetebol. Nesse propósito, cabe à **Tempo Livre** dinamizar um dia de actividades desportivas para recordar esses momentos desportivos com a inclusão dos antigos atletas das diferentes modalidades, culminando tudo num jantar convívio entre todos os participantes.

m. Sarau de Dança e Fitness

Este evento caminha já para a sua sétima edição e pretende ser um momento aglutinador das diferentes instituições que no concelho dinamizam actividades de Dança e Fitness. Teve o seu início no ano de 2013, ano em que Guimarães foi a primeira *Cidade Europeia do Desporto* em Portugal e dele se espera sempre uma noite divertida, repleta de boa disposição, dança e muito glamour. Envolve sempre um número aproximado de 1.000 participantes e enche a casa mãe do desporto vimaranense de alegria e energia.

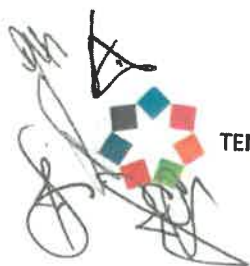
n. Gala do Desporto

A *Gala do Desporto* é mais um momento de homenagem e reconhecimento do contributo de ex-atletas e atletas desportivos que no decorrer de cada ano vão cimentando a imagem de Guimarães no plano de competição desportiva e que alcancem o mérito desportivo, sendo campeões distritais, nacionais ou internacionais. De igual forma, é neste momento que se atribui as Bolsas de Mérito Desportivo a 5 atletas que pelos seus feitos se tornam a cada ano, Atletas do Ano, Jovens Revelações ou Desporto Adaptado e ainda se conta com a atribuição do prémio Homenagem e outro para Carreira. A exaltação do nosso passado é factor primordial para assegurar o futuro desportivo competitivo de Guimarães.

1.2. SERVIÇOS DE APOIO AO DESPORTO

Reconhecido como uma extensão dos Centros de Medicina do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), o Centro de Medicina Desportiva de Guimarães tem-se assumido como um extraordinário apoio para os clubes e atletas do sistema desportivo local, principalmente ao nível dos exames médico-desportivos, do aconselhamento para a prática desportiva e de diversos atos de assistência médica.

Atuando no âmbito da promoção do valor da prática desportiva em segurança, o Centro de Medicina Desportiva tem procurado melhorar continuamente as condições de atendimento aos utentes, investindo em recursos humanos e técnicos qualificados e inovadores, proporcionando não só cada vez maior rigor na assistência médica desportiva, como também na sensibilização dos praticantes e desportistas informais para a importância deste tema.



Atendendo ao aumento significativo da procura das consultas, principalmente na área da sobreclassificação e da assistência médica especializada, desde outubro de 2018 que o horário de atendimento foi alargado para o sábado de manhã, aumentando a sua capacidade de resposta.

2. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

O desporto, no seu sentido mais lato, tem tido uma evolução contínua no âmbito das políticas públicas nomeadamente na esfera de intervenção dos municípios, congregando cada vez mais meios e recursos para o seu desenvolvimento, o que implicou a criação e organização no seu seio, de estruturas orgânicas dotadas de recursos humanos cada vez mais qualificados para corporizar e concretizar as respetivas políticas desportivas. Para além dos recursos humanos, é necessário associar os recursos materiais necessários, destacando as instalações desportivas como instrumentos facilitadores e potenciadores da prática desportiva.

Uma instalação desportiva é uma estrutura natural ou artificial previamente preparada para garantir a sua utilização em termos desportivos.

A evolução tecnológica e a crescente dimensão social do desporto exigem cada vez maior qualidade dos locais de prática desportiva com o objectivo de captar mais pessoas para assumirem hábitos de vida saudáveis. Assumindo-se como um dos principais factores de desenvolvimento desportivo, as instalações desportivas são fundamentais para elevar os níveis de prática desportiva num território. Portugal ocupa a cauda da Europa no que diz respeito aos índices de prática desportiva. As elevadas taxas de ocupação que as instalações desportivas municipais em Guimarães apresentam justificam a elevada taxa de participação desportiva que se verifica no concelho, permitindo-lhe apresentar valores superiores à média nacional e atingir os índices médios de prática desportiva que se verificam na Europa.

Conscientes da importância que a prática desportiva representa actualmente na vida das pessoas e considerando as recentes instalações que foram integradas no seu plano de gestão, a **Tempo Livre** encontra nestas infraestruturas uma excelente ferramenta de promoção generalizada da prática desportiva, dotando-as de programas e condições capazes de motivar e fidelizar os seus públicos-alvo. Realce ainda para o papel social que estas instalações proporcionam no apoio a grupos organizados e individuais que ocupam grande parte destas instalações desportivas, com especial referência ao apoio prestado ao movimento associativo que encontra em várias destas instalações o seu "habitat" natural de promoção do seu trabalho quotidiano.

Sintetizando, as instalações desportivas são responsáveis por oferecerem um "input" positivo ao trabalho generalizado do município na promoção de hábitos de vida saudáveis, garantindo qualidade e excelência na sua missão de atuação.



2.1. Multiusos de Guimarães

O ano de 2018 reforçou a tendência de normalização da taxa de utilização do Multiusos, num claro indicador da regularidade de agenda do Multiusos e da capacidade de resposta diversificada que oferece aos produtores de eventos que nos procuram. Os dados reportados a 2018 indicam que o ano fechará com 49 eventos distintos realizados, correspondendo uma ocupação de 238 dias e um registo de público da ordem das 135.000 pessoas.

Proseguiremos em 2017 os contactos com produtoras e organizadores de eventos, garantindo a fidelização dos clientes que mantêm com o Multiusos de Guimarães uma estreita proximidade, alguns deles já tendo renovado para 2017 e 2018 a marcação de novos eventos (sobretudo concertos e exposições), registamos a chegada de novos promotores, com propostas inovadoras que, certamente, acrescentam valor e perspetivam uma temporada muito positiva para 2018. A imagem e notoriedade do Multiusos continua a refletir-se positivamente e a reverter para a dinâmica do calendário e mapa de ocupação da instalação.

ano	nº eventos	ocupação dias	ocupação semanas	público
2013	41	89	38	105.750
2014	47	110	33	135.500
2015	40	156	32	140.850
2016	56	192	36	189.500
2017	54	231	42	142.000
2018*	49	238	40	135.000

(*) Previsão até final do ano

Da programação prevista para 2019, para além de um conjunto de eventos que já integram o seu calendário anual (Reino da Diversão, Expo Casamento, Expo Clássicos, Gala do Desporto, Receção ao Caloiro, Movidos pelo Futuro - Salão Automóvel de Veículos Elétricos e Inteligentes), temos já garantida a continuidade de dois grandes eventos gímnicos - as Super Finais e a Taça do Mundo de Ginástica Artística – para além do Open Internacional de Ténis de Mesa, o importante jogo de qualificação para o Campeonato da Europa de Andebol, entre Portugal e a França e o regresso da fase final dos Campeonatos Nacionais Universitários, que serão realizados em várias instalações da cidade, para além do Multiusos.

Para além disso, são já vários os promotores com datas reservadas para concertos musicais e espectáculos de entretenimento, garantindo que o Multiusos de Guimarães continuará a ser a principal casa de espectáculos do norte do país.

2.2. Complexos de Piscinas

A **Tempo Livre** gere actualmente cinco complexos de piscinas diferenciados na sua tipologia, escala e dimensão, e que estão espalhados por todo o Município de Guimarães:

- a. Em **Candoso S. Tiago** gerimos um conjunto de piscinas cobertas e aquecidas, que depois do grave incidente em fevereiro de 2017 (obrigando ao seu encerramento por mais de três meses), retomou já os seus índices de utência e utilização, para o que muito contribuiu o conjunto de intervenções de reabilitação do edifício e das suas condições de funcionamento, assim como alguns investimentos importantes na renovação de equipamentos desportivos, como foi o caso da substituição integral de todas bicicletas de cycling (concretizada em Setembro de 2018), continuando a assumir-se como uma referência no panorama desportivo local pelas elevadas taxas de utilização que regista;
- b. Ainda nesse complexo, embora funcionando de forma autónoma do primeiro, temos o **Scorpio - Piscinas de Recreio e Diversão ao Ar Livre**, uma instalação desportiva de lazer e recreação de referência não só em Guimarães como em municípios vizinhos, que já superou a marca de 1 milhão de visitantes ao longo do seu histórico, e que continua a registar elevados níveis de afluência que determinam a necessidade urgente de avançar para a sua ampliação. O projecto já está definido e queremos acreditar que em 2019 estarão garantidas as condições financeiras para aumentar o seu potencial de utilização e de rentabilidade económica, que está longe de estar esgotado, na nossa opinião;
- c. Em **Moreira de Cónegos** gerimos uma instalação aquática formal, coberta e aquecida, que possibilita a prática de várias modalidades aquáticas e de aulas de grupo, e que após ter sido inaugurada em 2012, tem vindo a registar um aumento constante do número de utentes, pela sua localização privilegiada numa área do concelho ainda desprovida de instalações desportivas do género;
- d. As **Piscinas de Airão S. João**, ao ar livre, localizadas fora do ambiente urbano, assumem-se como uma boa alternativa para a população residente nesta freguesia e nas localidades limítrofes da mesma, e após um interregno de dois anos na gestão deste equipamento, desde 2017 que assumimos a gestão desta instalação, no âmbito de um protocolo assinado com a União de Freguesias de Airão S. Maria, Airão S. João e Vermil. O número de utilizadores, embora não muito expressivo, estabilizou nos últimos anos e esta instalação continua a ser uma boa resposta a uma comunidade que vive afastada da cidade e do acesso a esta oferta de lazer no período do Verão.
- e. No que concerne às **Piscinas de Brito**, cuja gestão assumimos em Setembro de 2018, no âmbito de um "acordo de cessão de posição contratual" celebrado entre a Junta de Freguesia de Brito, o Centro Social de Brito (antiga gestora do espaço) e a Tempo Livre, sendo constituída por piscinas interiores e aquecidas e uma piscinas ao ar livre, com um número de utentes muito expressivo, será mais um desafio de gestão interessante para a nossa cooperativa. O modelo organizacional de instalações aquáticas que existe no seio da **Tempo Livre** já foi adoptado nessas piscinas, o que, aliado às obras de



beneficiação das condições existentes e de adaptação à legislação e vigor, estão a permitir ter resultados muito positivos, que esperamos sejam robustecidos em 2019.

2.3. Pista de Atletismo

A *Pista de Atletismo Gémeos Castro* continua a ter um papel importante na dinamização e incremento da modalidade principal no nosso concelho, acolhendo com maior frequência atletas de diversas proveniências, sendo igualmente palco de competições desportivas nacionais, que desejamos incrementar através de uma parceria mais ativa com a Associação de Atletismo de Braga e a Federação. Para além disso, a pista de atletismo acolhe o treino e a competição de modalidades, como o futebol de formação e o rãguebi, de clubes como o GRUFC (que tem lá a sua sede), os Mesmos das Cancelas da Veiga e Fundação Alma Branca.

Em outubro de 2018, por força de um acordo estabelecido entre a Câmara Municipal de Guimarães, a Federação Portuguesa de Futebol e o Vitória SC, foi construído um novo relvado natural, de última geração, passando aquela instalação a acolher os jogos oficiais da nova equipa U23 do Vitória SC.

Com esta nova valência, associada ao reforço da importância do Centro de Medicina Desportiva de Guimarães e à circunstância de ser palco privilegiado de iniciativas de forte pendor comunitário, como as Férias Desportivas, a Liga Mini ou os Jogos da Comunidade, a *Pista de Atletismo Gémeos Castro* continua a ser uma instalação com forte utilização, demonstrativa da sua versatilidade e adaptabilidade às exigências do sistema desportivo local.

2.4. Academia de Ginástica de Guimarães

Com pouco mais de um ano de funcionamento, o melhor argumento que se pode utilizar nesta altura é que já é demasiada pequena e exígua para o nível de utilização que tem. Sendo um edifício de referência ambiental e de prática exclusiva das disciplinas gímnicas, a Academia constituiu-se como um pólo estratégico de promoção e crescimento inusitado da ginástica em Guimarães, muito por força do impressionante trabalho desenvolvido pelo Guimagym – Clube de Ginástica de Guimarães, utilizador preferencial da instalação, e que já tem cerca de mil praticantes desportivos, num caso raro de crescimento a nível nacional.

A Tempo Livre, enquanto entidade gestora da Academia, tudo tem feito, e continuará a fazer, para garantir o crescimento de uma modalidade que é base do desporto, e que, sendo sucedida, pode contribuir significativamente para o aumento e qualificação da prática desportiva em Guimarães.

2.4. Pavilhões desportivos

À Tempo Livre está, ainda, cometida a gestão de oito pavilhões desportivos, seis em escolas EB 2,3 (D. Afonso Henriques, Creixomil; Pevidém; Virgínia Moura, Moreira de Cónegos; Gil Vicente, Urgeses; Abel Salazar, Ronfe; e Fernando Távora, Fermentões), o pavilhão municipal de Souto S. Maria e o antigo Inatel, hoje denominado Almor Vaz, no centro da cidade.

Embora a continuidade da gestão de alguns destes pavilhões esteja a ser equacionada com a Câmara Municipal e as direcções das respetivas escolas, no âmbito da política de descentralização de competências em curso, continuaremos o trabalho de incremento das respectivas taxas de utilização, mantendo o investimento na manutenção preventiva e corretiva desses espaços, garantindo as melhores condições de fruição dos mesmos.

3. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

A recém-criada unidade de gestão para a Investigação & Inovação, contempla dois domínios distintos de intervenção: o primeiro, desenvolve-se no âmbito das competências e serviços atribuídos ao **Centro de Estudos do Desporto - Guimarães (CEDG)**, e o segundo contempla um conjunto de intervenções, transversais ao funcionamento dos serviços da **Tempo Livre**, procurando-se adotar metodologias inovadoras de gestão, operação, funcionamento e execução, com vista à realização de um trabalho coletivo adequado às exigências dos serviços que prestamos, em articulação com as melhores práticas.

O CEDG tem já alguma visibilidade pelo trabalho de qualidade iniciado em janeiro de 2018, implementando um programa de atividades, serviços e estudos claramente orientados para a qualificação e capacitação dos agentes desportivos locais.

O CEDG assenta o seu desempenho em dois segmentos diferenciados. Através da sua unidade estratégica assume a gestão dos quatro eixos de atuação – Relações Institucionais, Ciência e Investigação, Formação e Capacitação, Projetos e Programas - ao abrigo dos quais são desenvolvidos contactos com entidades nacionais e estrangeiras, promovidos e incentivados projetos de investigação científica no campo do desporto e da atividade física e nas suas diferentes dimensões, realizados programas de formação para os agentes desportivos e planeados projetos e programas em rede nacional e internacional, numa perspetiva de partilha comum de boas práticas.

Na sua unidade museológica, ainda em fase de estudo e planeamento, contemplará a criação de um serviço de repositório, arquivo digital e museu virtual, visando a recolha, recuperação, sistematização, estudo, preservação e divulgação do património histórico desportivo do concelho, encarando o desporto como cultura e elemento identitário que contribui para a coesão social

Em 2018, o CEDG já proporcionou um *Curso de Formação Executiva* para dirigentes desportivos locais e outro sobre *“Lesão no desporto, como atuar?”*, estando já a preparar a segunda edição dos mesmos.

Para além disso, foi parceiro estratégico na publicação do estudo *“Impacto Económico do Desporto em Guimarães”*, da autoria da autoria de Fernando Perna, da Universidade do Algarve, primeiro livro de uma série em preparação a integrar aa *“Colecção do Centro de Estudos do Desporto de Guimarães”*.

Para além disso, está a coordenar os trabalhos preparatórios para a criação da Unidade Museológica e Arquivística do desporto em Guimarães, a reformular toda a base de dados da plataforma *Guimarães Desporto* e a proceder ao levantamento e estudo estatístico sobre a prática desportiva federada por atletas e clubes de Guimarães.



Em fase final de preparação encontram-se estudos sobre o conceito de *“talento desportivo”*, desenvolvido junto de atletas e treinadores de alta competição com vista à preparação de um novo protocolo técnico para a deteção precoce de jovens desportistas a implementar no CDTD, um sobre *“O perfil do dirigente desportivo em Guimarães”* e um outro sobre *“A utilização dos parques de lazer em Guimarães”* (no âmbito de um estágio curricular da Licenciatura em Estatística Aplicada, da Universidade do Minho);

Foram dados os primeiros e decisivos passos com vista à elaboração do *Plano Municipal de Promoção da Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida* e assinado um protocolo de cooperação com o Centro de Investigação em Psicologia e a Associação de Psicologia da Universidade do Minho, que prevê a investigação científica e intervenção psicológica na área do desporto.

Finalmente, e porque a internacionalização do CED-G é fundamental, estamos fortemente envolvidos no projeto *“Sports for Women in Urban Places (SWUP)”*, em parceria com algumas cidades europeias que vão apresentar em finais de 2019 um projeto piloto e um programa de boas práticas de fomento da atividade desportiva para mulheres. Para além desta parceria, estamos a reforçar o *networking internacional* através de uma maior participação e envolvimento nas atividades da ENSE, da IAKS, da TAFISA, da Global Active Cities e do Erasmus.

Em 2019, para além do reforço destas actividades e projectos, o CED-G vai promover a realização do *1º Congresso do Desporto de Guimarães*, um *Ciclo de Palestras* sobre o fenómeno desportivo, atividade física e políticas desportivas, as *Jornadas Médico Desportivas* (em parceria com o Centro de Medicina Desportiva) e concretizar o programa piloto *“SWUP - Moving Together”*.

III. ORÇAMENTO

1. GASTOS

A previsão de gastos para 2019 ascende a uma verba total de **€3.468.996,91**. Esta verba, superior à de 2018 em cerca de 79.000€, reflecte um aumento muito significativo nas *Despesas com Pessoal*, por força das circunstâncias referidas na parte inicial deste documento. Um aumento superior a meio milhão de euros, resultado de um diferencial no Quadro de Pessoal, de dezembro de 2017 para dezembro de 2018, de mais 49 funcionários, o que significa que os custos com pessoal passam a ter um peso muito significativo na estrutura de gastos, quase a rondar os 50%, o que se procura compensar com uma redução substancial dos *Honorários*, que são reduzidos em cerca de 260.000€.

Esse esforço de contenção é igualmente visível nas rubricas *Despesas de Conservação e Manutenção* e *Custos de Funcionamento*, numa redução global que atinge os 155.000€, e que resulta principalmente dos investimentos que temos feito na redução dos custos energéticos, por um lado, e na substituição de materiais e equipamentos obsoletos feita no decorrer de 2018, e que não se repetirá em 2019.



GASTOS	
	3.468.996,91 €
<hr/>	
Descrição	
Despesas com pessoal	1.708.644,76 €
Remunerações	1.383.898,44 €
Encargos	293.139,69 €
Seguros	24.406,63 €
Formação Profissional	6.000,00 €
Outros Custos	1.200,00 €
Honorários	375.984,00 €
Trabalhos Especializados	173.860,50 €
<hr/>	
Despesas de Conservação e Manutenção	164.479,61 €
Material de Desgaste	97.150,00 €
Limpeza e Higiene	32.500,00 €
Informática e Equipamentos de Comunicação	34.829,61 €
<hr/>	
Custos de Funcionamento	901.648,04 €
Material Escritório, Consumíveis, Livros e Documentação	28.670,60 €
Seguros	16.019,44 €
Combustíveis	5.000,00 €
Comunicações e Correios	15.000,00 €
Rendas e Alugueres	38.208,00 €
Deslocações e Estadas	4.000,00 €
Despesas de Produção de Eventos	13.000,00 €
Material de Venda e Revenda	153.000,00 €
Energia	351.600,00 €
Água	79.450,00 €
Gás	173.850,00 €
Higiene e Segurança no Trabalho	8.100,00 €
Outros Custos	15.750,00 €
Marketing e Publicidade	57.500,00 €
Contencioso e Notariado	1.000,00 €
Impostos, Taxas e Licenças	14.750,00 €
Investimento / Depreciações	51.630,00 €
Encargos Financeiros Bancários	19.500,00 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and 'S' and a checkmark.

2. RENDIMENTOS

Quanto à previsão de rendimentos, estes ascendem a **€3.479.905,90 euros**, numa previsão positiva de aumento da receita em relação a 2018 de aproximadamente 90.000€.

Esta previsão de valor assente fundamentalmente num aumento substancial da rubrica *Prestação de Serviços*, na ordem dos 400.000€, muito por força das expetativas geradas com a gestão das Piscinas de Brito, com o investimento que queremos fazer na ampliação do Scorpio, e que resultará inevitavelmente numa maior capacidade de atração dessa instalação de lazer e correspondente capacidade de arrecadação de receita pelo aumento do número de acessos, como ainda com o serviço relacionado com as AAF's e CAF's para todo o ano de 2019, que no ano passado não foi contemplado, e que prevemos seja na ordem dos 150.000€.

Está aqui igualmente contabilizado o contrato programa a celebrar com o Município de Guimarães, pelo desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público assumidas pela Tempo Livre, desta vez correspondente ao ano civil, como acontecia no passado, e que foi alterado em termos de validade temporal pelas sucessivas dificuldades causadas entre 2013 e 2017 pelas alterações ao enquadramento jurídico-legal do setor empresarial local.

RENDIMENTOS	
	3.479.905,90 €
Descrição	
Prestação de Serviços	1.761.700,90 €
Bilhetelra	41.000,00 €
Alugueres	247.005,00 €
Concessões	0,00 €
Venda de Publicidade	15.500,00 €
Comparticipações Escolas	8.000,00 €
Revendas	429.000,00 €
Subsídios / Contratos Programa	972.200,00 €
Empréstimos	0,00 €
Outras Receitas	5.500,00 €



IV. CONCLUSÃO


A renovação e consolidação dos objetivos e metas que têm norteado a ação e a gestão da **Tempo Livre** nos últimos anos, mantem-se num Plano de Atividades e Orçamento que marcará o vigésimo ano de existência desta cooperativa, objetiva e justamente considerada não só como um pilar fundamental do universo empresarial local, mas também como uma empresa de referência na área da gestão das instalações desportivas e como entidade promotora do desporto e da atividade física.

Dispomos hoje de condições para cumprir os *rácios* de sustentabilidade económico-financeiro que a lei 50/2012, de 31 de agosto, preconiza, de balde a imprevisibilidade do nosso trabalho, feito da procura de utentes, utilizadores, clientes e produtores, cujas oscilações nem sempre dominamos, pelo que continuaremos a pugnar por uma gestão que é rigorosa mas igualmente proativa, com um orçamento que é coerente mas igualmente adaptativo às circunstâncias intrínsecas do nosso trabalho e com uma vontade inquebrantável de ser um parceiro importante na concretização das políticas públicas de desenvolvimento desportivo que são marca distintiva de Guimarães.


Acreditamos estar preparados para continuar a ser motor de inovação e alavanca de novos projetos e ambições no seio do ecossistema desportivo vimaranense, promovendo permanentemente adaptação a novas realidades e novos desafios.

Tempo Livre, Guimarães

Este documento foi aprovado em reunião de Direção de 9 de outubro de 2018.



Amadeu Portilha, Presidente



José Fernandes, Vogal

Albino Pereira, Vogal



TEMPO LIVRE GUIMARÃES

Aprovado em reunião da Direcção
de 09 / 10 / 18

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2019



TEMPO LIVRE
GUIMARÃES



TEMPO LIVRE GUIMARÃES

Aprovado em Assembleia Geral de

Presidente da Ass. Geral:

Vice-Presidente:

Secretário:

10/10/18
[Handwritten signatures]



Handwritten signature or initials in the top right corner.

ÍNDICE

1. Nota introdutória	2
2. Unidades de Negócio e Objetivos Gerais	3/4
3. Plano Plurianual de Investimentos 2019-2021	5
4. Plano de Gestão Previsional 2019	5
4.1. Orçamento	5/7
4.2. Plano de Tesouraria	8
4.3. Demonstração de Resultados	9
4.4. Balanço	10
5. Estimativa de Operações Financeiras com o Estado e Autarquias Locais	11
6. Parecer do Fiscal Único sobre os IGP's	12



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **Tempo Livre** enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da Lei 69/2015, de 16 de julho. Rege-se, também pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

No âmbito dos poderes e competência da Assembleia Geral consagradas no artigo 21º dos estatutos da **Tempo Livre**, vem a sua Direção apresentar os Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2019, submetendo-os, desta forma, a apreciação e votação.

Os instrumentos de gestão previsional a seguir apresentados, de acordo com a lei e os Estatutos atrás referenciados, são:

- Plano Plurianual de Investimentos 2019-2021
- Plano Gestão Previsional para 2019, onde estão englobados:
 - Orçamento
 - Plano de Tesouraria
 - Demonstrações de Resultados
 - Balanço

Estes instrumentos permitem constatar o papel de relevante importância que a **Tempo Livre** vem assumindo na comunidade vimaranense, cumprindo eficazmente o seu papel de entidade gestora de instalações desportivas de propriedade municipal sob sua gestão, como de agente promotor do incentivo, mudança e apoio às políticas públicas de desenvolvimento desportivo e social.

Um papel que se assume com forte sentido de responsabilidade perante o quadro atual de rigor e eficácia que se exige a todos os agentes da administração pública local.



2. UNIDADES DE NEGÓCIO E OBJETIVOS GERAIS

Em 2019, a Tempo Livre continuará a incidir o seu trabalho em serviços de manifesto e obj1. etivo interesse geral, segmentado nas três seguintes unidades de negócio onde preferencialmente atua:

1. SERVIÇOS DESPORTIVOS

- a. Atividades Desportivas
- b. Centro de Medicina Desportiva de Guimarães

2. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

- a. Multiusos de Guimarães
- b. Academia de Ginástica de Guimarães
- c. Pista de Atletismo Gémeos Castro
- d. Complexos de Piscinas (Candoso, Moreira, Brito e Alirão)
- e. Pavilhões Desportivos

3. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

- a. Centro de estudos do Desporto de Guimarães
- b. Unidade Museológica e Arquivística do Desporto em Guimarães

Os objetivos gerais considerados para 2109 nestas áreas são fundamentalmente os seguintes:

1. Serviços Desportivos

- a. Aumento do nº de participantes nas várias atividades desportivas que organiza (Liga Mini, Jogos da Comunidade, Mini Olimpíadas, Férias Desportivas, Oficinas do Desporto, Desporto para Todos, Sarau de Dança e Fitness e Descolar)
- b. Otimizar meios e recursos humanos, técnicos e financeiros por forma a garantir um serviço de qualidade aos participantes e aos parceiros dos projetos.
- c. Demonstrar a toda a comunidade a importância do trabalho desenvolvido na promoção do desporto e na sensibilização para a importância da prática de uma atividade física regular.
- d. Procura de novas fontes de financiamento e de parcerias estratégicas para o incremento da qualidade das atividades desenvolvidas.

2. Instalações Desportivas

- a. Aumento do nº de utentes nas várias instalações desportivas que gerimos, adequando a gestão do espaço aquático às novas exigências e tendências da procura desportiva formal e informal.
- b. Continuar a investir na manutenção rigorosa e preventiva das instalações, equipamentos e máquinas necessárias ao seu funcionamento, garantindo as melhores condições de acolhimento e utência.
- c. Pugnar pela certificação ambiental das instalações desportivas,



- d. Demonstrar a toda a comunidade a importância do trabalho desenvolvido nessas instalações na promoção do desporto e na sensibilização da prática da atividade física.
- e. Investir e trabalhar arduamente para que o Multiusos de Guimarães continue a ser considerado um ativo estratégico de Guimarães, como elemento impulsionador da economia local e de ferramenta privilegiada de notabilização da marca Guimarães.

3. Investigação e Inovação

- a. Investir na formação, especialização e capacitação de todos os agentes desportivos locais.
- b. Atrair os centros de conhecimento para a investigação da realidade sócio desportivo local, desenvolvendo parcerias estratégicas com universidades, unidades do sistema nacional de saúde e entidades da administração pública nacional ligadas ao desporto e à saúde.
- c. Investir na recolha e sistematização da história do desporto em Guimarães, garantindo os meios necessários para robustecer a base de dados existente, mas ainda muito incompleta.
- d. Apostar no *networking* internacional, reforçando parcerias estratégicas com parceiros e entidades europeias que atuam no mesmo setor.

A renovação e consolidação dos objetivos e metas que têm norteado a ação e a gestão da **Tempo Livre** nos últimos anos, será reforçada em 2019, altura em que comemoramos o vigésimo ano de existência desta cooperativa, objetiva e justamente considerada não só como um pilar fundamental do universo empresarial local, mas também como uma empresa de referência na área da gestão das instalações desportivas e como entidade promotora do desporto e da atividade física.

Dispomos hoje de condições para cumprir os *rácios* de sustentabilidade económico-financeiro que a lei 50/2012, de 31 de agosto, preconiza, debalde a imprevisibilidade do nosso trabalho, feito da procura de utentes, utilizadores, clientes e produtores, cujas oscilações nem sempre dominamos, pelo que continuaremos a pugnar por uma gestão que é rigorosa mas igualmente proativa, com um orçamento que é coerente mas igualmente adaptativo às circunstâncias intrínsecas do nosso trabalho e com uma vontade inquebrantável de ser um parceiro importante na concretização das políticas públicas de desenvolvimento desportivo que são marca distintiva de Guimarães.

Acreditamos estar preparados para continuar a ser motor de inovação e alavanca de novos projetos e ambições no seio do ecossistema desportivo vimaranense, promovendo permanentemente adaptação a novas realidades e novos desafios.



3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2021

Unidade: Euros

T.F.	IDENTIFICAÇÃO	2019	2020	2021	VALOR GLOBAL
AF	Equipamento Informático	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00
LF	Equipamento Transporte				
AF	Equipamento básico	1.500,00	1.500,00		3.000,00
AF	Edifícios e Outras Construções	83.333,00	33.334,00	18.333,00	135.000,00
	TOTAL	88.833,00	38.834,00	22.333,00	150.000,00

valores c/ IVA

AF - Auto Financiamento

LF - Locação Financeira

4. PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL

Os pressupostos que serviram de base à elaboração da previsão da situação económico-financeira para o ano de 2019 resumem-se ao seguinte:

- i) tendo por base a informação contabilística de 2018, disponível à data, foram estimados os gastos e rendimentos para 2019, em função do nível de atividade estimado pela Direção;
- ii) todos os gastos e rendimentos foram projetados e calculados a preços constantes;
- iii) os prazos médios de pagamentos e recebimentos foram fixados em 60 dias;
- iv) para efeitos de cálculo dos saldos iniciais do Balanço Previsional da empresa em 01.01.2019, efetuou-se uma previsão de encerramento contabilístico reportado à data de 31.12.2018.

4.1. ORÇAMENTO

A previsão de gastos para 2019 ascende a uma verba total de **€3.468.996,91**.

Esta verba, superior à de 2018 em cerca de 79.000€, reflecte um aumento muito significativo nas *Despesas com Pessoal*, por força das circunstâncias referidas na parte inicial deste documento. Um aumento superior a meio milhão de euros, resultado de um diferencial no Quadro de Pessoal, de dezembro de 2017 para dezembro de 2018, de mais 49 funcionários, o que significa que os custos com pessoal passam a ter um peso muito significativo na estrutura de gastos, quase a rondar os 50%, o que se procura compensar com uma redução substancial dos *Honorários*, que são reduzidos em cerca de 260.000€.

Esse esforço de contenção é igualmente visível nas rubricas *Despesas de Conservação e Manutenção* e *Custos de Funcionamento*, numa redução global que atinge os 155.000€, e que resulta principalmente dos investimentos que temos feito na redução dos custos energéticos, por um lado, e na substituição de materiais e equipamentos obsoletos feita no decorrer de 2018, e que não se repetirá em 2019.

GASTOS	
3.468.996,91 €	
Descrição	
Despesas com pessoal	1.708.644,76 €
Remunerações	1.383.898,44 €
Encargos	293.139,69 €
Seguros	24.406,63 €
Formação Profissional	6.000,00 €
Outros Custos	1.200,00 €
Honorários	375.984,00 €
Trabalhos Especializados	173.860,50 €
Despesas de Conservação e Manutenção	164.479,61 €
Materials de Desgaste	97.150,00 €
Limpeza e Higiene	32.500,00 €
Informática e Equipamentos de Comunicação	34.829,61 €
Custos de Funcionamento	901.648,04 €
Material Escritório, Consumíveis, Livros e Documentação	28.670,60 €
Seguros	16.019,44 €
Combustíveis	5.000,00 €
Comunicações e Correios	15.000,00 €
Rendas e Alugueres	38.208,00 €
Deslocações e Estadas	4.000,00 €
Despesas de Produção de Eventos	13.000,00 €
Material de Venda e Revenda	153.000,00 €
Energia	351.600,00 €
Água	79.450,00 €
Gás	173.850,00 €
Higiene e Segurança no Trabalho	8.100,00 €
Outros Custos	15.750,00 €
Marketing e Publicidade	57.500,00 €
Contencioso e Notariado	1.000,00 €
Impostos, Taxas e Licenças	14.750,00 €
Investimento / Depreciações	51.630,00 €
Encargos Financeiros Bancários	19.500,00 €



Quanto à previsão de rendimentos, estes ascendem a **€3.479.905,90 euros**, numa previsão positiva de aumento da receita em relação a 2018 de aproximadamente 90.000€.

Esta previsão de valor assente fundamentalmente num aumento substancial da rubrica *Prestação de Serviços*, na ordem dos 400.000€, muito por força das expectativas geradas com a gestão das Piscinas de Brito, com o investimento que queremos fazer na ampliação do Scorpio, e que resultará inevitavelmente numa maior capacidade de atração dessa instalação de lazer e correspondente capacidade de arrecadação de receita pelo aumento do número de acessos, como ainda com o serviço relacionado com as AAAF's e CAF's para todo o ano de 2019, que no ano passado não foi contemplado, e que prevemos seja na ordem dos 150.000€.

Está aqui igualmente contabilizado o contrato programa a celebrar com o Município de Guimarães, pelo desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público assumidas pela *Tempo Livre*, desta vez correspondente ao ano civil, como acontecia no passado, e que foi alterado em termos de validade temporal pelas sucessivas dificuldades causadas entre 2013 e 2017 pelas alterações ao enquadramento jurídico-legal do setor empresarial local.

	RENDIMENTOS
	3.479.905,90 €
Descrição	
Prestação de Serviços	1.761.700,90 €
Bilhetelra	41.000,00 €
Alugueres	247.005,00 €
Concessões	0,00 €
Venda de Publicidade	15.500,00 €
Comparticipações Escolas	8.000,00 €
Revendas	429.000,00 €
Subsídios / Contratos Programa	972.200,00 €
Empréstimos	0,00 €
Outras Receltas	5.500,00 €

4.2. PLANO DE TESOURARIA

Rubricas	2019
Recebimentos de Clientes	2.507.705,90
Pagamentos a Fornecedores	- 1.521.472,15
Pagamentos ao Pessoal	- 1.708.644,76
Caixa geradas pelas operações	- 722.411,01
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	- 5.632,56
Outros Recebimentos/Pagamentos	897.634,29
Fluxos das atividades operacionais (1)	169.590,72
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	- 25.984,00
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	-
Ativos Intangíveis	-
Subtotal	- 25.984,00
Fluxos das atividades de Investimento (2)	- 25.984,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de	
Financiamentos obtidos	380.000,00
	380.000,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	- 480.000,00
Juros e gastos similares	- 19.500,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-119.500,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	24.106,72
Efeitos das diferenças de câmbio	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	68.795,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	92.901,95



4.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

código de contas		Rendimentos e Gastos	Exercício
Pos	Neg		
71/72		Vendas e serviços prestados	2.502.205,90
75		Subsídios à exploração	972.200,00
785+792	685	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
73		Variação nos inventários da produção	
74		Trabalhos para a própria entidade	
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-153.000,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	-1.521.472,15
	63	Gastos com o pessoal	-1.708.644,76
7.622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	
7.621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	
7623...	653...	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	
77	66	Aumentos/reduções de justo valor	
78-785...		Outros rendimentos e ganhos	5.500,00
	68-685...	Outros gastos e perdas	-14.750,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			82.038,99
761	64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-51.630,00
7625/6	655/6	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			30.408,99
79		Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados	-19.500,00
86		Resultado antes de impostos	10.908,99
	812	Imposto sobre o rendimento do período	-1.034,67
Resultado líquido do período			9.874,32

4.4 .BALANÇO

	2019
ACTIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	173.790,74
Goodwill	
Ativos intangíveis	0,00
Outros ativos financeiros	4.700,51
Ativos por impostos diferidos	
Ativos não correntes detidos para venda	
sub-total	178.491,25
Ativo corrente	
Inventários	18.965,33
Ativos biológicos	
Clientes	110.235,65
Adiantamentos a fornecedores	0,00
Estado e outros entes públicos	13.998,56
Outras contas a receber	39.569,23
Diferimentos	49.965,32
Caixa e depósitos bancários	92.901,95
Total do ativo	504.127,29
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	67.250,00
Reservas legais	16.002,55
Outras reservas	15.185,17
Resultados transitados	-199.184,11
Ajustamentos em ativos financeiros	
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	3.492,45
sub-total	-97.253,94
Resultado líquido do período	9.874,32
Interesses minoritários	
Total do capital próprio	-87.379,62
Passivo	
Passivo não corrente	
sub-total	0,00
Passivo corrente	
Fornecedores	128.563,33
Adiantamentos de clientes	0,00
Estado e outros entes públicos	59.845,36
Financiamentos obtidos	156.535,00
Outras contas a pagar	246.563,22
Diferimentos	0,00
sub-total	591.506,91
Total do passivo	591.506,91
Total do capital próprio e do passivo	504.127,29



5. ESTIMATIVA DE OPERAÇÕES OPERAÇÕES FINANCEIROS COM O ESTADO E AUTARQUIAS LOCAIS

O envolvimento da **Tempo Livre** com o Município de Guimarães é um envolvimento económico, consubstanciado num contrato-programa para vigorar em 2019, e que se estima tenha um valor de 948.000€, prevendo-se ainda, caso a atual política educativa e formativa municipal se mantenha, faturar um valor mensal de 11.950€, acrescido de 23% de IVA, relacionado com a coordenação do projetos das AEC's nas Escolas EB1 e a coordenação e contratação de recursos técnicos especializados para os projetos promovidos pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de apoio às famílias na área da educação física nas creches e jardins de infância que os integram.

Tempo Livre, Guimarães

Este documento foi aprovado em reunião de Direção de 9 de outubro de 2018.



Amadeu Portilha, Presidente



José Fernandes, Vogal

Albino Pereira, Vogal



6. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O IGP

Handwritten notes and signatures in blue and black ink, including a large signature that appears to read 'Pauca'.

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

Introdução

1. Para os efeitos da alínea j) do nº 6 do art.º 25º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2019 da cooperativa **TEMPO LIVRE FÍSICAL, CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES CIPRL** que compreendem o Plano plurianual de atividades, investimento e financiamentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Garantia de Fiabilidade 3400 – Exame de Informação Prospetiva e demais normas e orientações técnicas emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, a star, and several illegible signatures.

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Opinião

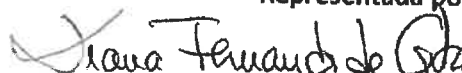
6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.
7. Devemos contudo advertir que os acontecimentos futuros poderão não ocorrer da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 9 de outubro de 2018

O Revisor Oficial de Contas

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC

Representada por



(Diana Fernandes da Costa)

SEDE

Av. da Liberdade, Ed. dos Granjinhos, nº 432, Piso 6, salas 41-42
4710-249 Braga, Apartado 196, Portugal | Tel.: 253 206 730 / 919 670 037 | Fax: 253 206 739
E-mail: geral@acmsroc.pt | www.acmsroc.pt

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870 | SROC inscrita na lista da OROC sob o nº 57
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social 37.500€

ATA QUARENTA E NOVE

Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniram em Assembleia Geral ordinária no Multiusos de Guimarães, Alameda Cidade de Lisboa em Guimarães, os Cooperadores da **Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL**, tendo estado presentes um número suficiente de cooperadores que constituem a maioria do Capital Social, conforme relação de presenças (anexo I e II).

Pelas dezoito horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Dr. António Magalhães, após se certificar da existência de quórum para deliberar nos termos dos artigos vigésimo oitavo e trigésimo quinto dos Estatutos da Cooperativa, informou os presentes que a assembleia foi convocada ao abrigo da alínea d) do Artigo Trigésimo Terceiro dos Estatutos e deu início à discussão da ordem de trabalhos, após esta ter sido aprovada pelos cooperadores presentes na sala (anexo III):

Ponto Um – Apreciação e Votação do Orçamento, Plano de Atividades para o ano de 2019 e Instrumentos de Gestão Previsionais;

Ponto Dois – Autorização de Alteração e Ratificação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018.

A Câmara Municipal de Guimarães esteve representada na reunião pelo Senhor Vereador, Dr. Ricardo Costa.





Dos assuntos agendados, foram tomadas as seguintes deliberações:

Ata da Assembleia Geral de cooperadores realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade, após ter sido dispensada a sua leitura pelos cooperadores presentes.

O Presidente da Mesa lembrou a ordem de trabalhos convidando os cooperadores presentes a participarem na sua discussão.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Orçamento Plano de Atividades para o Ano de 2019 e Instrumentos de Gestão Previsionais – Amadeu Portilha, Presidente da Tempo Livre abordou a situação atual da Tempo Livre, as mudanças operadas na sua estrutura organizacional por forma a prepará-la para os desafios que resultam duma nova realidade que exige respostas de maior prontidão e mais especializadas, assim como, as decorrentes da gestão e



exploração de novas instalações. Elencou objetivos para o ano de 2019 para as diferentes áreas de intervenção da Tempo Livre, tendo dado particular ênfase aos novos projetos a implementar com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães através do desporto e da atividade física regular à população do concelho, alargar o âmbito de intervenção da Tempo Livre criando novas sinergias potenciadoras de uma maior eficiência e qualidade. Quanto à previsão de rendimentos para 2019, estes preveem um aumento da receita em relação a 2018 de cerca de noventa mil euros, assente fundamentalmente no aumento da rubrica prestação de serviços, a gestão das Piscinas de Brito, uma maior atratividade do Scorpio e serviço prestado no âmbito dos novos projetos AAF's e CAF's. Relativamente à previsão de gastos para 2019, ela será superior à de 2018 em cerca de setenta e nove mil euros, por força do aumento significativo dos custos com pessoal que advêm do facto da Tempo Livre ter de assumir os funcionários das Piscinas de Brito e da implicação resultante de uma ação inspetiva da ACT – Autoridade das Condições do Trabalho que nos obrigou a adaptar a legislação laboral que combate a precaridade no emprego. Sobre o documento Instrumentos de Gestão Previsional para 2019 o Presidente da Direção delegou no 1.º Vogal da Direção, Sr. José da Silva Fernandes, representante da Casa do Povo de Fermentões, a apresentação e explicação do documento que classificou como criterioso e de rigor quanto ao cumprimento previsional. Passou-se a uma discussão técnica em que intervieram para além de Amadeu Portilha Presidente da Direção, José Fernandes 1.º Vogal da Direção, o Dr. Ricardo Costa representante da Câmara Municipal de Guimarães e o Sr. José Alves do Clube Ténis de Guimarães acerca da gestão global da cooperativa que todos concordaram ser um caminho a consolidar. Não se registando mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação o Orçamento, o Plano de Atividades da Tempo Livre e os Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de dois mil e dezanove, documentos que foram **aprovados por unanimidade (Anexos IV e V).** _____

Ponto Dois - Autorização de Alteração e Ratificação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018 – O Presidente da Direção explicou que a Tempo Livre se viu confrontada com situações de difícil previsibilidade aquando da apresentação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2018 e que essa razão, determinou o pedido de Autorização de Alteração e Ratificação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018 à Assembleia de cooperadores, referindo-se nomeadamente, a gestão das Piscinas de Brito, a implementação e gestão de novos projetos sociais e a ação inspetiva



ATAS

A decorrer na Tempo Livre da ACT – Autoridade Inspeção do Trabalho, cujas consequências do eventual não acatamento das situações detetadas, poderiam resultar em vários processos contraordenatórios e coimas, que a Tempo Livre, após ouvir a advogada responsável pela assessoria técnica na área do Direito do Trabalho entendeu evitar. Como resultado de tudo isto a Tempo Livre teve de alterar um conjunto de procedimentos relacionados com o seu quadro de pessoal, que em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete era composto por sessenta e seis funcionários, passando integrar à data de um de outubro de dois mil e dezoito cento e quinze funcionários, com repercussão evidente e não prevista no Orçamento de dois mil e dezoito (rubrica “Despesas com Pessoal”). Tendo havido a maior compreensão dos cooperadores às razões que fundamentaram a Proposta de Autorizar a Alteração e Ratificação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018 – Quadro de Pessoal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a proposta a votação tendo sido aprovada por unanimidade (Anexo VI).

Por razões de funcionalidade, foi obtida autorização unânime da Assembleia, para aprovação da presente ata em minuta.

Não se tendo verificado intervenções por parte dos cooperadores presentes na reunião e nada mais havendo a registar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada acta que vai ser assinada por mim que a secretariei em representação do Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos, pelo Vice-Presidente senhor José Carlos Ferreira Gomes Correia e pelo Dr. António Magalhães que a presidiu.

Presidente Assembleia Geral


Dr. António Magalhães

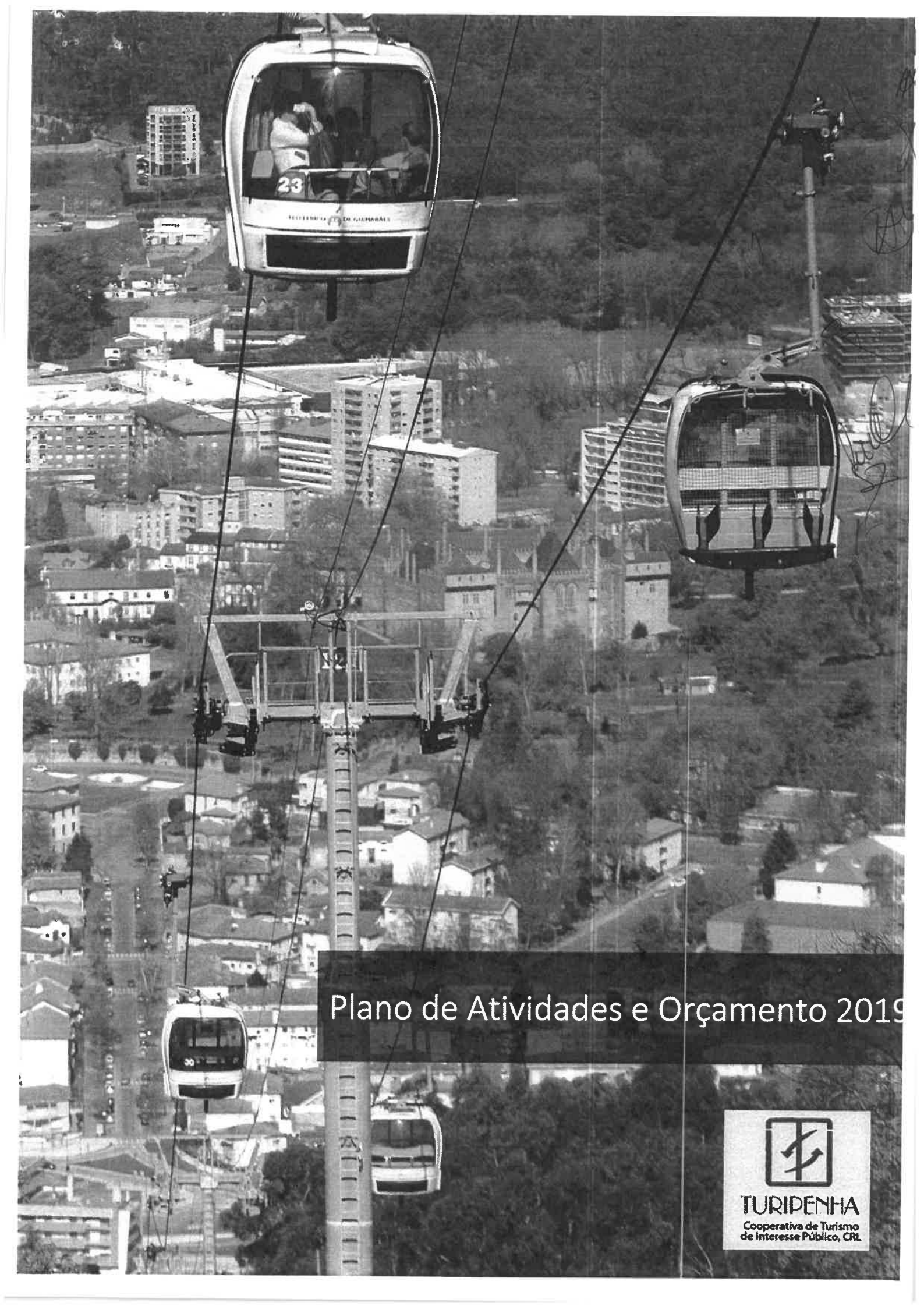
Vice Presidente


José Carlos Correia

Secretário


António Cardoso da Silva

CSRC de Campelos



Plano de Atividades e Orçamento 2019



Introdução:

À semelhança do que vem sucedendo nos últimos anos, os principais montantes de investimento consagrados no Plano e Orçamento de 2019 centram-se, como não podia deixar de ser, na manutenção do Teleférico, considerados o seu desgaste normal e a necessidade de atentar permanentemente nas suas condições de operação e segurança.

Assim, o próximo exercício contemplará a revisão das pinças e braços das cabines e o seu restauro, com um custo estimado em €280.000,00.

Sem perder de vista que estas manutenções obrigatórias e restantes benfeitorias serão sempre o mais vultuoso “investimento” anual, assegurando o eficiente funcionamento e segurança do equipamento, procuraremos rentabilizar e captar recursos que nos possibilitem amortizar as despesas delas resultantes sem deixar de investir na melhoria das condições físicas e infraestruturais de funcionamento da Cooperativa: é o caso do melhoramento da zona do escritório, com a criação de gabinetes e espaços para armazém de peças.

O nosso propósito mantém-se, assim, o de gerir de forma tão eficiente quanto possível os recursos disponíveis e a captar, assegurando em primeiro lugar o pagamento das despesas essenciais ao funcionamento do equipamento, mas não descurando a realização de investimentos que se traduzam na melhoria das suas condições de conforto e de segurança, tornando-o cada vez mais apelativo.

Finalmente, manifestamos a nossa intenção de continuar a gerir o Parque de Campismo da Penha, convictos de que a experiência acumulada ao longo dos últimos anos, associada aos resultados alcançados em termos do crescimento consolidado no número de utentes, não deixará de colocar a Cooperativa numa posição privilegiada para alcançar também este objectivo, com o que esperamos poder continuar a contribuir para a dinamização de um equipamento turístico susceptível de influenciar de forma muito positiva a rentabilização do Teleférico.

I. Qualidade das Instalações e Equipamentos:

- Para o ano de 2019, mantemos a mesma vontade dos anos anteriores de darmos sequência ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente na prestação de serviços de qualidade no Teleférico e no Parque de Campismo da Penha. Para que tal seja possível as nossas instalações continuarão a merecer uma especial atenção, procurando

melhorar o nível de conforto e comodidade dos milhares de utentes, nacionais e estrangeiros, que esperamos receber a bordo do nosso Teleférico em 2019. 1.

- Realizaremos a sexta grande revisão às cabines, braços e pinças num investimento que rondará os €280.000,00;
- Recuperaremos as 41 cabines num investimento na ordem dos €35.000,00, que incluirá pintura (interior e exterior), recuperação da fibra de vidro e substituição de alguns vidros;
- Pretendemos reformular o espaço do escritório, dotando-o de novas funcionalidades e criando um espaço para armazenagem de peças para o teleférico;
- Manteremos a aposta na segurança, especialmente dos utentes e funcionários, pelo que continuaremos, juntamente com a equipa de resgate e salvamento em grande ângulo dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, a realizar exercícios em forma de **simulacro de resgate de passageiros**; testando dessa forma, a sua operacionalidade;
- Sempre que necessário e oportuno pretendemos **manter e ampliar parcerias com outras instituições**, desde logo a Câmara Municipal de Guimarães, parceiro imprescindível desta Cooperativa, com a Irmandade de N.ª. S.ª do Carmo da Penha, com os Cooperantes e com todos que se manifestem disponíveis a colaborar e contribuir no melhoramento das instalações e do equipamento;

2. Acções de Promoção:

- O ano de 2019 não será, pelas razões anteriormente mencionadas, um ano de grande investimento financeiro em campanhas publicitárias. Esses recursos terão de ser canalizados para investimentos estritamente necessários para o normal funcionamento do Teleférico, pelo que se optará pelo apoio a iniciativas promovidas por outras entidades e que de alguma forma contribuam para a promoção do Teleférico, do Parque de Campismo da Penha, da Turipenha, da Penha e de Guimarães.
- Como contrapartida, dadas as limitações financeiras que teremos em 2019, continuaremos, a exemplo dos anos anteriores, a **manter** e, se possível, **ampliar a divulgação do Teleférico e, se for caso disso, do Parque de Campismo**

junto de instituições públicas e privadas, (escolas, clubes desportivos, SAD desportivas, agrupamentos de escuteiros, empresas de tempos livres, clubes de férias, associações de estudantes, associações de pais, associações de reformados, associações recreativas e culturais, etc., divulgação que será feita através do envio de circulares promocionais;

- Fruto do excelente relacionamento com o Município, **o Teleférico de Guimarães** continuará a ser **promovido** juntamente com o destino Guimarães, seus principais recursos e serviços, promoção que continuará a ser feita no mercado nacional e internacional, quer através de acções directas dos Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Guimarães, quer através da colaboração com entidades com competência nessa área, nomeadamente o Turismo do Porto e Norte.

Essas acções directas continuarão a estar centradas na recepção e acolhimento de visitantes, jornalistas, agentes de viagem e operadores turísticos, e ainda no apoio e participação em encontros congressos e seminários que possam realizar-se nos diversos equipamentos do concelho.

No âmbito das entidades com competência na promoção interna e externa, procuraremos estar presentes nos principais mercados turísticos, através das acções desenvolvidas, nomeadamente feiras de turismo, workshops e campanhas de promoção, integrada na estratégia nacional e regional adotada.

- Procuraremos associarmo-nos e apoiar iniciativas promovidas por outras entidades, mas que de alguma forma possam **contribuir para a divulgação e promoção do Teleférico ou do Parque de Campismo da Penha**.

3. Prestação de Serviços:

- Continuaremos determinados em assegurar, a **melhoria do atendimento**, aos milhares de utilizadores que anualmente procuram o Teleférico de Guimarães e a toda a comunidade campista que frequentam o Parque de Campismo da Penha, realizando periodicamente reuniões que permitam avaliar e corrigir comportamentos;
- Relativamente ao **Parque de Campismo da Penha**, é nossa vontade continuar a assegurar, em 2019, os serviços de vigilância, limpeza e gestão daquele espaço

hoteleiro, estando a trabalhar com o Município de Guimarães na elaboração de um projeto de reformulação deste equipamento.

4. Política de Pessoal:

- Procuraremos proporcionar as melhores condições de trabalho aos nossos colaboradores, assegurando-lhes, sempre que possível, o **acesso à formação profissional**, nomeadamente ao nível do relacionamento com clientes, de noções básicas de atendimento, ou outras que por ventura possam ocorrer. Ao nível da segurança e higiene no trabalho e dos procedimentos a ter no auxílio aos passageiros que eventualmente possam ficar retidos em linha, procuraremos promover, para o efeito, encontros periódicos com pessoas devidamente habilitadas para o efeito e assegurar, a certificação da formação recebida;
- Procuremos estabelecer **novas parcerias com outras entidades** e estaremos abertos à realização de estágios curriculares por parte de jovens estudantes, permitindo-lhes um contacto directo com o mundo do trabalho na prestação de serviços sazonais, de acolhimento a turistas, em acções de promoção e divulgação do Teleférico e Parque de Campismo da Penha, em locais previamente seleccionados, como é o caso dos Paços dos Duques de Bragança.

Com este plano previsional, que esperamos continue a consolidar o aumento gradual dos nossos clientes no Teleférico e no Parque de Campismo da Penha, esperamos proporcionar melhores condições de utilização e contribuir, na medida das nossas possibilidades, para continuar a projectar o bom-nome da Turipenha, da Penha e de Guimarães.

Guimarães, 10 outubro de 2018.

O Presidente da Direcção,

(Sofia Ferreira)
(Sofia Ferreira)

TURIPENHA - C.T.I.P., RL.

U.M.: Euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (PREVISIONAL)

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamento	
	2019	2018
Vendas e serviços prestados	552.300,00	513.500,00
Subsídios à exploração	16.510,00	16.510,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos cc		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(250,00)	(250,00)
Fornecimentos e serviços externos	(106.265,00)	(90.425,00)
Gastos com o pessoal	(259.700,00)	(226.700,00)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversõ		
Aumentos / reduções de justo valor		
Outros rendimentos	24.000,00	24.000,00
Outros gastos	(800,00)	(800,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	225.795,00	235.835,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(166.371,74)	(108.640,00)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) .		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	59.423,26	127.195,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	(500,00)	
Resultado antes de impostos	58.923,26	127.195,00
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	58.923,26	127.195,00

--	--	--

--	--	--

TURIPENHA - C.T.I.P., RL.

(Valores em euros)

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	2019	2018
Activos fixos tangíveis:		
432 - Edifícios e outras construções	0,00	0,00
433 - Equipamento Basico	2.500,00	2.450,00
434 - Equipamento de transporte	25.000,00	-
435 - Equipamento administrativo	1.500,00	3.200,00
437 - Outros ativos fixos tangíveis		
Grandes Reparações /Manutenções:	260.000,00	291.200,00
	289.000,00	296.850,00
Activos intangíveis		
Outros activos intangíveis	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-
Programas de computador	500,00	1.937,50
Propriedade industrial	-	-
...		
	500,00	1.937,50
Investimentos em curso		
	-	-
	-	-
TOTAL DO INVESTIMENTO	289.500,00	298.787,50

Memória justificativa: GASTOS

		VALOR PARCIAL	VALOR TOTAL
61	Custo das Mercadorias Vendidas	250,00	250,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621	Subcontratos:		
6211	Transportes de Passageiros	400,00	400,00
622	Serviços Especializados		54.050,00
6221	Trabalhos Especializados	15.000,00	
6222	Publicidade e propaganda	4.000,00	
6223	Vigilância e segurança das instalações	650,00	
6224	Honorários	10.000,00	
6225	Comissões	150,00	
6226	Conservação e Reparação:		
	Edifícios / Geral	5.000,00	
	Teleférico	15.000,00	
	Parque de Campismo	3.000,00	
	Viatura	1.000,00	
6227	Comissões/Garantias bancárias	250,00	
6228			
623	Materiais		4.250,00
6231	Ferramentas Utensílios de Desgaste rapido	1.000,00	
6232	Livros e Documentação tecnica	250,00	
6233	Material de Escritório	1.000,00	
6234	Artigos para Oferta	500,00	
6238	Material de Sinalização	1.000,00	
...	Equipamento e vestuário protecção	500,00	
624	Energia e Outros Fluidos:		31.515,00
6241	Electricidade - Teleférico	20.000,00	
	Electricidade - Parque de Campismo	5.000,00	
6242	Combustiveis	3.500,00	
6243	Água	3.015,00	
625	Deslocações, Estadas e Transportes		1.000,00
6251	Deslocações e Estadas	1.000,00	
626	Serviços Diversos		15.050,00
6261	Rendas e Alugueres	0,00	
6262	Comunicações	2.000,00	
6263	Seguros	8.700,00	
6265	Contencioso e Notariado	500,00	
6266	Despesas de Representação	350,00	
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	2.500,00	
6268	Outros Serviços	1.000,00	
	a Transportar		106.515,00

Memória justificativa: GASTOS

		VALOR PARCIAL	VALOR TOTAL
	Transporte		106.515,00
63	Gastos com o Pessoal		259.700,00
632	Remunerações do Pessoal:		
	Serviços Administrativos	25.000,00	
	Teleférico	130.000,00	
	Parque de Campismo	53.000,00	
635	Encargos sobre Remunerações	46.500,00	
636	Seguros de Acidentes de Trabalho	2.500,00	
6385	Serviços de medicina Trabalho	700,00	
6389	Outros Gastos com Pessoal - Formação	2.000,00	
	Outros Gastos...	0,00	
64	Gastos de depreciação e Amortização		166.371,74
	Ativos Fixos Tangíveis	153.125,00	
	Ativos Intangíveis	13.246,74	
68	Outros Gastos e Perdas		800,00
6812	Impostos Indirectos	100,00	
6813	Taxas	580,00	
683	Dividas Incobráveis		
6883	Quotizações	120,00	
69	Gastos e Perdas de Financiamento		500,00
6911	Juros de financiamento	0,00	
698	Serviços Bancários	500,00	
	TOTAL		533.886,74

Memória justificativa: RENDIMENTOS

		VALOR PARCIAL	VALOR TOTAL
71	Vendas de Mercadorias	300,00	300,00
72	Prestações de Serviços:		
721	Teleférico	490.000,00	
722	Parque Campismo	62.000,00	
725	Publicidade	0,00	
			552.000,00
75	Subsídios à Exploração		
751	Município de Guimarães	16.510,00	
			16.510,00
78	Outros rendimentos e ganhos		
781	Rendimentos Suplementares:		
7812	Aluguer de Equipamento	23.000,00	
7816	Outros Rendimentos Suplementares	1.000,00	
782	Descontos p.Pagamento Obtidos		
			24.000,00
79	Juros Outros Rendimentos Similares		
791	Juros Obtidos	0,00	
			0,00
	Recursos Proprios		
12	Depositos à ordem	0,00	
			0,00
	TOTAL		592.810,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

ATA EM MINUTA

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Guimarães, sob a Presidência do senhor Vice-presidente Manuel Ferreira, por ausência devidamente justificada do senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral, Domingos Vitor Abreu Magalhães, secretariado pelo senhor Paulo Lopes Silva, reuniram em Assembleia-geral Ordinária os Cooperantes da Cooperativa **Turipenha Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL**. Estavam presentes a maioria legal dos membros da Cooperativa, conforme consta na Ficha de Presenças, que constitui o anexo número um da presente ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

1. Leitura e aprovação da ata da reunião de 15 de março de 2018, que constitui o anexo número dois;-----
2. Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019, o anexo número três; -----
3. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa; -----
4. Aprovação da ata em minuta;-----

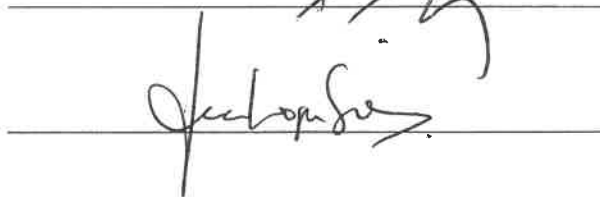
-----ORDEM DO DIA-----

-----DELIBERAÇÕES-----

1. **Leitura e aprovação da ata da reunião de 15 de março de 2018;**-----
Deliberação: APROVADA POR UNANIMIDADE. -----
 2. **Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019;**-----
Deliberação: APROVADA POR UNANIMIDADE.-----
 3. **Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.** -----
 4. **Aprovação da Ata em minuta;**-----
Deliberação: APROVADA POR UNANIMIDADE. -----
- REUNIÃO TERMINOU ÀS VINTE E DUAS HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.** -----

MINUTA DA ATA
Assembleia geral da Turipenha, CRL.
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

ASSINATURAS



Two horizontal lines with handwritten signatures. The top line has a signature that appears to be 'M. M. M.' and another signature. The bottom line has a signature that appears to be 'J. Lopes'.

REUNIAO CA - 15/10/2018
ANEXO 9
ASSEMBLEIA GERAL
ANEXO 4

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.]

Plano Plurianual de Investimentos Plano de Gestão Previsional 2019

Preâmbulo

O Plano de Gestão Previsional para 2019, decorre e dará sequência ao Plano Plurianual de Investimentos para o período quinquenal 2018-2022, aprovado em 30 de junho de 2017 pela Assembleia Geral da Vimágua e, em julho de 2017, pelos Executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, de acordo com o preconizado no Contrato de Gestão Delegada.

O Planeamento da atividade da Vimágua, para o próximo exercício económico, mantém-se em linha com os objetivos nacionais fixados para o setor do saneamento básico, definidos no "PENSAAR 2020", com o Contrato de Gestão Delegada, e com o cumprimento das regras fixadas no contrato de financiamento em vigor.

O Plano Previsional e os investimentos previstos, garantem a viabilidade económica e financeira da Vimágua e visam o cumprimento das metas estabelecidas para o setor de água e saneamento:

- 1 - A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*
- 2 - A Sustentabilidade do Setor;*
- 3 - A Proteção dos Valores Ambientais.*

DECLARAÇÃO

Para os devidos e legais efeitos se declara que o presente Plano de Actividades e Orçamento previsional para 2019 foi APROVADO por UNANIMIDADE em Reunião de Direção, realizada em 10 de outubro de 2018.

Guimarães, 10 de outubro de 2019

A Presidente da Direção


Sofia Ferreira

DECLARAÇÃO

Para os devidos e legais efeitos se declara que o Presente Plano de Actividades e Orçamento previsional para 2019 foi APROVADO por UNANIMIDADE em Assembleia-geral de Cooperantes, realizada em 11 de outubro de 2018.

Guimarães, 11 de outubro de 2018.


Presidente da Mesa da A. Geral,

Domingos Vitor Abreu Magalhães

O Plano de Investimentos, proposto para 2019, compreende três áreas fundamentais:

- I. Sistema de Abastecimento de Água em Alta – 1,5 M€;
- II. Redes de Água e Saneamento – 3 M€;
- III. Investimentos Diversos – 2,2 M€.

No que concerne às redes de água e de saneamento em baixa, temos previsto um montante de investimento de 3.016.932 Euros, que são alocados à execução de extensões de redes nas freguesias e à substituição e remodelação de redes e equipamentos, elevando as taxas de cobertura, reduzindo as perdas e melhorando a continuidade e a qualidade do serviço.

Relativamente às redes de saneamento de águas residuais e tendo como objetivo assegurar a salubridade pública e a salvaguarda das linhas de água, continuaremos a desenvolver o trabalho de pesquisa e eliminação de ligações indevidas de águas pluviais e de infiltrações nos sistemas de drenagem. Para este objetivo concorrerá a eliminação de todos os potenciais pontos de contacto entre redes de águas pluviais e de águas residuais, concluindo o processo de duplicação de caixas de visita em substituição das caixas unitárias ainda existentes, permitindo, ainda, a redução dos custos com energia nas estações elevatórias e com o tratamento das águas residuais nas ETAR.

Ainda no que respeita à melhoria do desempenho das redes de saneamento, propomo-nos intensificar as iniciativas de Educação Ambiental, em estreita ligação com a comunidade escolar, as Juntas de Freguesia, as Brigadas Verdes e outras entidades, e implementar um novo Plano de Comunicação, com o objetivo de informar e sensibilizar para a correta utilização dos sistemas prediais de saneamento, por forma a evitar que sejam lançados no saneamento materiais e objetos que

provocam obstruções e transbordamentos, quando deveriam ser colocados no saco do lixo.

No atinente ao sistema de abastecimento de água em alta iremos investir o montante de 1.501.098Euros, tendo como objetivo reforçar a segurança na produção e na distribuição de água, cumprindo com os mais elevados parâmetros de qualidade, e no aumento da capacidade de reserva, nomeadamente, na ampliação do reservatório de S. Bento e na reabilitação do reservatório de Frades.

As alterações climáticas têm ocasionado situações extremas, com períodos de seca prolongados que alternam com precipitações intensas, que podem vir a colocar em causa quer a qualidade quer a quantidade de água disponível no Rio Ave. Estas circunstâncias exigem o estabelecimento de medidas preventivas e de medidas de mitigação e resposta que garantam a disponibilidade de água para o abastecimento público com a máxima segurança e qualidade.

Nesta conformidade, o investimento nos processos e em tecnologias de vanguarda de tratamento de água, constitui uma prioridade estratégica para a Vimágua. A empreitada para a instalação de tecnologia de desinfecção por radiação ultravioleta, na Estação de Tratamento de Prazins, constitui mais uma etapa no reforço da segurança da água para o abastecimento público.

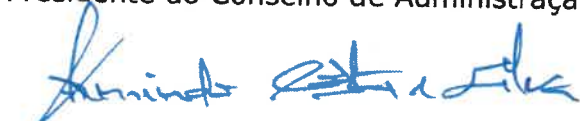
A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo crucial, dependente de múltiplos fatores, pelo que prosseguiremos com significativos investimentos, na remodelação e substituição das redes mais antigas e com maior número de roturas, na diminuição dos valores de pressão de serviço excessivos, registados em determinados pontos da rede, com recurso à instalação de válvulas redutoras de pressão, na

A Administração da Vimágua continuará apostada na otimização da gestão operacional, na eliminação de custos de ineficiência, na recuperação integral dos gastos dos serviços e na prevenção e controlo da poluição, salvaguardando e valorizando o nosso património natural.





Posto isto, propomo-nos aprofundar as políticas de sustentabilidade ambiental prosseguidas pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

Vimágua, 15 de outubro de 2018

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo José Ferreira da Costa e Silva

1. 




Plano Plurianual de Investimentos 2018-2022

Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2022		PREVISÕES APROVADAS A PREÇOS CONSTANTES DE 2017				
CÓDIGO	PROJETO	2018	2019	2020	2021	2022
01	Sistema de abastecimento de água em alta					
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	1 050 000	500 000	250 000	250 000	550 000
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	50 000	100 000		50 000	50 000
01.03	Ampliação e Remodelação de outras instalações de captação e tratamento	75 000	75 000			
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	250 000	650 000	450 000	300 000	100 000
02	Redes de água e saneamento					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 450 000	1 800 000	2 000 000	2 200 000	1 850 000
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	250 000	250 000	300 000	250 000	250 000
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	250 000	250 000	400 000	500 000	750 000
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	900 000	1 000 000	1 000 000	1 200 000	1 300 000
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	200 000	200 000	200 000	200 000	200 000
03	Investimentos diversos					
03.01	Projetos de infraestruturas de água e saneamento	70 000	70 000	70 000	70 000	70 000
03.02	Outros estudos e projetos	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
03.03	Terrenos	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
03.04	Máquinas e Viaturas	495 000	75 000	50 000	50 000	50 000
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
03.06	Equipamentos para telegestão	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
03.07	Equipamento Informático e Software	60 000	60 000	100 000	100 000	100 000
03.08	Equipamento administrativo	25 000	25 000	100 000	60 000	60 000
03.11	Instalações de Armazém e Exploração	150 000		25 000	25 000	25 000
03.12	Instalações e equipamentos para produção de energia	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
03.99	Outros investimentos	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
TOTAIS		5 705 000	5 485 000	5 275 000	5 485 000	5 585 000

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.

Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019

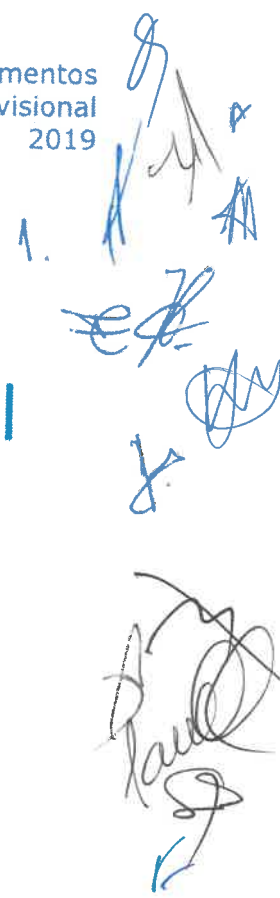
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2022		PREVISÕES CORRIGIDAS E VALORES A PREÇOS CORRENTES				
CÓDIGO	PROJETO	2018	2019	2020	2021	2022
		Previsão Revista				
01	Sistema de abastecimento de água em alta					
	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	219 442	990 615	265 341	270 648	607 333
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	107 357	104 055	0	54 130	55 212
01.03	Ampliação e Remodelação de outras instalações de captação e tratamento	20 000	78 041	0	0	0
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	22 711	52 028	53 068	54 130	55 212
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	66 388	276 359	477 613	324 777	110 424
02	Redes de água e saneamento					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 290 579	1 447 994	2 122 726	2 381 699	2 042 848
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	256 041	260 138	318 409	270 648	276 061
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	65 098	260 138	424 545	541 295	828 182
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	721 749	840 552	1 061 363	1 299 108	1 435 515
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	427 139	208 110	212 273	216 518	220 848
03	Investimentos diversos					
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	36 212	72 839	74 295	75 781	77 297
03.02	Outros estudos e projetos	9 800	10 406	10 614	10 826	11 042
03.03	Terrenos	8 108	20 811	21 227	21 652	22 085
03.04	Máquinas e Viaturas	547 267	478 041	53 068	54 130	55 212
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	286 270	479 055	106 136	108 259	110 424
03.06	Equipamentos para telegestão	8 549	104 055	106 136	108 259	110 424
03.07	Equipamento Informático e Software	38 562	62 433	106 136	64 955	66 255
03.08	Equipamento administrativo	15 121	26 014	26 534	27 065	27 606
03.11	Instalações de Armazém e Exploração	0	750 000	0	0	0
03.12	Instalações e equipamentos para produção de energia	224 926	104 055	106 136	0	0
03.99	Outros investimentos	51 208	52 028	53 068	54 130	55 212
TOTAIS		4 422 525	6 677 766	5 598 690	5 938 008	6 167 192

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1.



Plano de gestão previsional 2019

- Demonstração previsional de resultados
- Balanço previsional
- Atualização das demonstrações financeiras do plano de viabilidade de médio e longo prazo

Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019

Demonstração Previsional de Resultados 2019

	ORÇAM. 2018 Revisto	ORÇAM. 2019
Vendas e serviços prestados	18 628 828	19 325 427
Vendas de material	10 497	10 665
Vendas de água	6 641 954	6 817 099
Prestações de serviços - água	3 238 127	3 339 138
Prestações de serviços - saneamento	8 479 151	8 895 280
Tarifas de ligação	519 749	770 594
Saneamento de águas residuais	7 959 143	8 124 423
Outros	259	263
Outras prestações de serviços	259 098	263 244
Outros rendimentos operacionais	1 678 238	1 668 239
Trabalhos para a própria entidade		
Imputação de subsídios p/ investimentos	1 021 964	1 021 964
Imputação de subsídios p/ ramais	577 340	577 340
Outros rendimentos e ganhos	78 933	68 934
Total de rendimentos operacionais	20 307 066	20 993 665
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-40 056	-40 697
Matérias-primas	-40 056	-40 697
Fornecimentos e serviços externos	-10 083 350	-10 379 543
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-4 721 194	-4 902 027
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-1 672 154	-1 728 474
Outros FSEs	-3 690 002	-3 749 042
Gastos com pessoal	-3 372 339	-3 443 428
Outros gastos operacionais	-267 276	-271 786
Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-13 763 022	-14 135 454
EBITDA	6 544 044	6 858 211
Margem EBITDA	0,32	0,33
Amortizações e depreciações	-4 117 179	-4 438 568
Total de custos operacionais	-17 880 201	-18 574 022
EBIT	2 426 865	2 419 643
Margem EBIT	0,12	0,12
Gastos e perdas financeiros	-714 009	-646 225
Rendimentos e ganhos financeiros	0	0
Resultados financeiros	-714 009	-646 225
Resultados antes de impostos	1 712 856	1 773 419
Imposto sobre o rendimento	-391 778	-407 222
Impostos sobre Lucros	-391 778	-407 222
Impostos Diferidos	0	0
Resultado líquido do período	1 321 078	1 366 197
Margem Líquida	6,5%	6,5%

Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019

Balanço Previsional 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	31/12/2018	31/12/2019
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	47 601 350	49 847 431
Propriedades de investimento		
<i>Goodwill</i>		
Ativos intangíveis	62 409	55 528
Ativos biológicos		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		
Participações financeiras - outros métodos	3 526	3 526
Acionistas/sócios		
Outros ativos financeiros		
Ativos por impostos diferidos	529 093	529 093
	48 196 379	50 435 578
Ativo corrente		
Inventários	658 424	658 424
Ativos biológicos		
Clientes	1 269 216	1 319 132
Adiantamentos a fornecedores	0	0
Estado e outros entes públicos	616 422	539 939
Acionistas/sócios		
Outras contas a receber	910 583	610 583
Diferimentos	109 918	109 918
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos bancários	6 558 846	5 741 948
Fundo de Reserva para Investimento	4 276 782	4 055 594
Fundo de Reserva para Serviço da Dívida	2 808 764	2 757 287
Disponibilidades Mínimas		
Excedentes de Tesouraria no fim do período	-526 699	-1 070 934
	10 123 410	8 979 944
Total do ativo	58 319 789	59 415 521

	31/12/2018	31/12/2019
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	500 000	500 000
Ações (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio	12 240 000	12 240 000
Prémios de emissão		
Reservas legais	67 090	100 000
Outras reservas		
Resultados transitados	-573 035	715 133
Ajustamentos em ativos financeiros		
Excedentes de revalorização		
Outras variações no capital próprio	8 700 220	7 908 197
Resultado líquido do período	1 321 078	1 366 197
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	22 255 352	22 829 527
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	18 271	18 271
Financiamentos obtidos	12 009 220	10 504 140
Outros passivos financeiros	2 351 526	2 351 526
Fornecedores	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos		
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	2 511 532	2 281 590
	16 890 548	15 155 527
Passivo corrente		
Fornecedores	3 474 590	11 070 335
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros entes públicos	0	54 119
Acionistas/sócios		
Financiamentos obtidos	1 263 500	1 294 553
Outras contas a pagar	8 271 183	3 424 184
Diferimentos	6 164 616	5 587 275
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
	19 173 888	21 430 467
Total do passivo	36 064 437	36 585 994
Total do capital próprio e do passivo	58 319 789	59 415 521

**Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019**

MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Vimãgua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Demonstração de Resultados Previsional													
+ Proveitos de Abastecimento de Água	9 880 082	10 156 238	10 432 872	10 709 848	10 987 168	11 455 697	11 456 725	11 480 003	11 708 603	11 943 795	12 182 671	12 426 324	12 674 851
- Incobráveis - Abastecimento de Água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
+ Proveitos de Saneamento e Tratamento de Água Residuais	8 479 151	8 895 280	9 076 618	9 258 534	9 441 036	9 799 898	9 466 452	9 861 631	10 072 876	10 285 126	10 501 297	10 723 073	10 948 988
- Incobráveis - Saneamento e Tratamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
+ Outros Serviços	268 595	273 909	279 387	284 974	290 674	296 487	302 417	308 465	314 635	320 927	327 346	333 893	340 571
+ Outros Rendim. e Ganhos - Diferim. Subsídios (FEDER+OCA+INAG)	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	1 021 964	961 540	919 159	915 672	190 282
+ Outros Rendim. e Ganhos - Diferim. Subsídios (Ramais+Outros)	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	577 340	391 211
+ Outros Rendim. e Ganhos - Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
= Rendimentos Operacionais	78 933	68 934	73 934	71 434	72 684	72 059	72 371	72 215	72 293	72 254	72 274	72 264	72 269
- Compra das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	20 307 086	20 993 665	21 462 115	21 924 094	22 390 867	23 223 448	22 897 270	23 321 820	23 768 712	24 160 984	24 600 087	24 862 437	24 226 960
- Fornecimentos e Serviços Externos	-40 056	-40 697	-41 511	-42 341	-43 188	-44 052	-44 933	-45 831	-46 748	-47 683	-48 637	-49 609	-50 602
- Subcontrato Trateve-Águas do Ave	-3 690 002	-3 749 042	-3 824 023	-3 900 504	-3 978 514	-4 068 084	-4 139 246	-4 222 031	-4 306 471	-4 392 601	-4 480 453	-4 570 062	-4 661 463
- Contrapartida pela Utilização das Infra-estruturas	-4 721 194	-4 902 027	-5 107 581	-5 319 515	-5 538 005	-5 763 234	-5 878 499	-5 996 069	-6 115 990	-6 238 310	-6 363 076	-6 490 338	-6 620 145
- Custos com o Pessoal	-1 672 154	-1 728 474	-1 796 706	-1 819 737	-1 843 470	-2 313 571	-2 024 449	-2 275 708	-2 368 948	-2 624 861	-1 997 257	-2 756 229	-2 467 705
- Outros Gastos e Perdas - Diversos	-3 372 339	-3 443 428	-3 529 858	-3 618 458	-3 709 281	-3 802 384	-3 897 824	-3 995 659	-4 095 950	-4 198 759	-4 304 148	-4 412 182	-4 522 928
- Outros Gastos e Perdas - Extraordinários	-247 588	-251 546	-256 460	-261 473	-266 586	-271 801	-277 120	-282 546	-288 080	-293 754	-299 472	-305 244	-311 066
= Gastos Operacionais	-19 889	-20 240	-20 792	-21 344	-21 897	-22 453	-22 833	-23 215	-23 600	-23 990	-24 384	-24 782	-25 184
= Resultado antes de depreciações, gastos financ. e impostos	-13 763 022	-14 135 454	-14 576 932	-14 883 371	-15 400 940	-16 275 968	-16 840 723	-17 246 624	-17 645 419	-17 992 770	-18 489 822	-18 880 478	-18 630 925
- Gastos de Depreciações e Amortizações	6 544 044	6 868 211	6 885 184	6 940 723	6 989 926	6 947 488	6 612 366	6 480 897	6 523 188	6 368 214	7 090 266	6 281 958	5 596 135
= Resultado Operacional (antes gastos financ. e impostos)	-4 117 179	-4 439 568	-4 460 386	-4 558 600	-4 651 864	-4 198 288	-4 235 015	-4 032 057	-4 028 257	-3 652 560	-5 017 757	-3 430 622	-3 040 191
+ Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2 426 865	2 419 643	2 424 798	2 382 123	2 338 062	2 749 200	2 377 351	2 448 840	2 494 931	2 715 854	2 072 509	2 881 336	2 656 944
- Juros e Gastos Similares Suportados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
= Resultados Financeiros	-714 009	-646 225	-578 572	-509 417	-438 128	-363 866	-286 124	-97 475	-45 038	-497	0	0	0
= Resultados Antes de Impostos	1 712 856	1 773 419	1 846 226	1 872 706	1 899 935	2 385 334	2 091 227	2 351 365	2 449 893	2 715 157	2 072 509	2 881 336	2 555 944
- Impostos s/ Lucros	-391 778	-407 222	-425 788	-432 540	-439 483	-563 260	-488 263	-554 598	-579 723	-647 365	-483 490	-682 091	-606 766
+ Impostos Diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
= Resultado Líquido do Período	1 321 078	1 366 197	1 420 438	1 440 166	1 460 451	1 822 074	1 602 964	1 796 767	1 870 170	2 067 792	1 589 019	2 169 245	1 949 178

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '15'.

Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Gestão Previsional
2019

MODELO ECONÓMICO-FINANCEIRO
Vimãgua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
Demonstração de Resultados Previsional														
+ Proveitos de Abastecimento de Água	12 928 348	13 186 915	13 450 653	13 719 666	13 984 060	14 273 941	14 559 420	14 850 608	15 147 620	15 450 573	15 759 584	16 074 776	16 396 271	
- Incobráveis - Abastecimento de Água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
+ Proveitos de Saneamento e Tratamento de Água Residuais	11 160 763	11 395 451	11 633 914	11 878 540	12 127 090	12 157 615	12 400 767	12 648 782	12 901 758	13 159 793	13 422 989	13 691 449	13 965 278	
- Incobráveis - Saneamento e Tratamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
+ Outros Serviços	347 382	354 330	361 416	368 645	376 018	383 538	391 209	399 033	407 014	415 154	423 457	431 926	440 565	
+ Outros Rendim. e Ganhos - Diferim. Subsídios (FEDER+QCA+INAG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros Rendim. e Ganhos - Diferim. Subsídios (Ramais+Outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros Rendimentos - Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros Rendim. e Ganhos - Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
= Rendimentos Operacionais	72 266	72 268	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267	72 267
24 508 749	25 008 964	25 518 250	26 039 118	26 569 435	26 887 361	27 423 663	27 970 691	28 528 659	29 097 787	29 678 297	30 270 418	30 874 381		
- Compra das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-51 614	-52 646	-53 699	-54 773	-55 868	-56 986	-58 125	-59 288	-60 474	-61 693	-62 917	-64 175	-65 458	
- Fornecimentos e Serviços Externos	-4 754 692	-4 849 786	-4 946 782	-5 045 717	-5 146 632	-5 249 564	-5 354 556	-5 461 647	-5 570 860	-5 682 297	-5 795 943	-5 911 862	-6 030 099	
- Subcontrato Tratave-Águas do Ave	-6 752 548	-6 887 599	-7 025 351	-7 165 858	-7 309 175	-7 455 358	-7 604 465	-7 756 555	-7 911 686	-8 069 920	-8 231 318	-8 395 944	-8 563 863	
- Contrapartida pela Utilização das Infra-estruturas	-2 671 838	-2 992 743	-3 064 043	-3 141 511	-3 175 014	-3 136 637	-3 163 242	-3 203 711	-3 245 973	-3 288 128	-3 335 277	-3 385 402		
- Custos com o Pessoal	-4 636 453	-4 752 828	-4 872 124	-4 994 414	-5 119 774	-5 248 280	-5 380 012	-5 515 051	-5 653 478	-5 795 381	-5 940 845	-6 089 960	-6 242 818	
- Outros Gastos e Perdas - Diversos	-288 262	-293 911	-299 672	-305 549	-311 543	-317 657	-323 894	-330 255	-336 743	-343 362	-350 112	-356 998	-364 021	
- Outros Gastos e Perdas - Extraordinários	-25 765	-26 280	-26 805	-27 342	-27 888	-28 446	-29 015	-29 595	-30 187	-30 791	-31 407	-32 035	-32 676	
= Gastos Operacionais	-19 181 171	-19 855 792	-20 288 475	-20 735 163	-21 145 894	-21 462 793	-21 886 705	-22 316 632	-22 767 159	-23 229 406	-23 700 670	-24 186 251	-24 714 338	
= Resultado antes de depreciações, gastos financ. e impostos	5 327 578	5 153 172	5 229 775	5 303 955	5 423 540	5 424 568	5 536 956	5 655 058	5 761 500	5 868 381	5 977 628	6 084 167	6 160 043	
- Gastos de Depreciações e Amortizações	-2 561 785	-2 057 770	-2 060 728	-2 054 926	-2 139 606	-2 210 399	-2 291 253	-2 381 490	-2 445 838	-2 508 775	-2 574 175	-2 631 733	-2 624 799	
= Resultado Operacional (antes gastos financ. e impostos)	2 765 792	3 095 402	3 169 047	3 249 029	3 283 934	3 214 229	3 245 704	3 273 569	3 315 662	3 359 606	3 403 453	3 452 434	3 535 244	
+ Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Juros e Gastos Similares Suportados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
= Resultados Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
= Resultados Antes de Impostos	2 765 792	3 095 402	3 169 047	3 249 029	3 283 934	3 214 229	3 245 704	3 273 569	3 315 662	3 359 606	3 403 453	3 452 434	3 535 244	
- Impostos s/ Lucros	-660 277	-744 328	-763 107	-783 502	-792 403	-774 629	-782 655	-789 760	-800 494	-811 700	-822 881	-835 371	-856 487	
+ Impostos Diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
= Resultado Líquido do Período	2 105 515	2 351 075	2 405 940	2 465 527	2 491 531	2 439 601	2 463 050	2 483 809	2 515 168	2 547 907	2 580 573	2 617 063	2 678 757	

16

Plano Plurianual de Investimentos Plano de Gestão Previsional 2019

MODELO ECONÓMICO-FINANCEIRO
Vimãgua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.L.M.

BALANÇO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Balanco Previsional													
Activo Fixos Tangíveis	47 601 350	48 847 431	51 326 169	53 212 881	55 377 972	57 248 772	51 123 867	49 238 861	47 562 914	45 934 050	42 865 244	41 354 578	40 242 142
Activos Intangíveis	62 409	55 528	48 646	41 764	34 852	28 001	21 110	14 237	7 355	474	0	0	0
FCGT	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526
Activos por Impostos Diferidos	529 093	529 093	529 093	529 093	529 093	529 093	529 093	529 093	0	0	0	0	0
Activo Não Corrente	48 186 378	50 435 578	53 767 264	55 946 474	58 946 474	61 777 605	51 677 605	49 257 624	47 593 796	45 938 049	42 898 770	41 358 104	40 246 668
Inventários	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424
Clientes	1 289 216	1 319 132	1 350 720	1 382 382	1 414 118	1 918 352	1 890 313	1 917 951	1 997 702	2 038 573	2 080 390	2 123 010	2 165 630
Adiantamentos de Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	616 422	539 839	542 162	588 838	578 041	732 484	730 703	774 441	807 224	874 335	807 327	831 768	872 521
Outros Contas a Receber	910 593	610 593	410 593	210 593	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642
Diferimentos	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918
Conta de Reserva p/ Investimento	4 276 762	4 055 594	3 916 679	2 898 077	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712
Conta de Reserva p/ Serviço da Dívida	2 800 764	2 757 287	2 715 068	877 443	877 443	877 443	838 896	855 156	0	0	0	0	0
Excedentes de Tesouraria	-526 699	-1 070 934	-1 816 223	229 484	99 035	81 790	133 416	146 415	159 505	214 659	206 747	244 818	238 548
Caixa e Depósitos Bancários	6 558 846	5 741 848	4 515 522	3 805 093	3 115 075	1 334 306	1 357 456	1 396 336	544 217	999 371	591 459	629 330	623 260
Activo Corrente	10 123 410	8 979 844	7 887 329	6 736 146	4 212 220	4 890 188	4 873 456	4 984 212	4 214 022	4 376 392	4 342 344	4 548 472	4 523 775
Activo Total	58 319 789	59 415 521	59 804 763	60 623 410	60 157 693	59 699 500	56 581 061	54 241 836	51 807 818	50 314 441	47 241 114	45 904 576	44 768 443
Capital Realizado	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000
Reservas Legais	67 060	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
Outras Reservas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados Transilidos	-573 035	715 133	2 081 330	3 501 768	4 705 784	5 839 084	7 127 484	9 987 231	11 125 977	12 137 513	13 378 316	13 988 866	15 161 105
Outras Variações no Capital Próprio	8 700 220	7 968 167	7 116 175	6 324 153	5 532 131	4 740 108	3 948 068	3 158 064	2 364 041	1 618 848	906 500	198 854	48 386
Resultados Líquidos do Período	1 321 078	1 368 197	1 420 438	1 440 166	1 460 461	1 822 074	1 602 864	1 786 767	1 870 170	2 067 792	1 589 019	2 169 245	1 949 178
Capital Próprio	22 286 362	22 829 827	23 487 943	24 106 087	24 538 378	25 241 287	25 518 544	27 760 052	28 200 189	28 864 162	28 713 039	29 184 965	29 999 689
Provisões	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271
Financiamentos Obtidos	12 009 220	10 504 140	8 960 363	7 367 175	5 714 321	3 893 384	2 195 739	315 789	105 263	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526	2 351 526
Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por Impostos a Pagar	2 511 532	2 261 590	2 051 649	1 821 707	1 591 765	1 381 823	1 131 881	901 939	671 997	455 650	248 840	42 813	0
Passivo Não Corrente	16 890 548	15 165 527	13 381 808	11 558 678	8 676 882	7 726 093	6 697 416	5 235 999	795 530	473 921	267 110	61 684	18 271
Fornecedores	3 474 590	11 070 335	13 262 655	15 589 916	17 052 215	17 937 168	18 480 695	18 522 593	18 226 676	16 981 282	15 382 124	13 186 581	11 806 368
Estado e Outros Entes Públicos	0	54 118	57 363	45 895	45 939	102 827	102 827	105 768	65 077	107 782	0	237 696	0
Financiamentos Obtidos	1 263 500	1 294 553	1 333 251	1 382 691	1 442 328	1 510 410	1 587 119	1 669 423	0	0	0	0	0
Outros Contas a Pagar	8 271 193	3 424 184	3 281 809	3 427 780	3 547 699	2 844 812	2 844 759	2 974 454	3 118 763	2 466 835	3 223 940	2 945 136	2 945 136
Diferimentos	6 164 816	5 587 275	5 009 935	4 432 594	3 655 254	3 277 913	2 700 573	2 123 232	1 545 882	988 551	391 211	0	0
Passivo Corrente	19 175 888	21 430 467	22 965 012	24 858 646	25 943 435	25 731 230	25 335 101	25 245 775	22 812 099	21 176 368	19 260 169	16 648 527	14 751 504
Passivo	36 064 437	36 595 994	36 346 020	36 417 324	35 619 317	33 458 234	31 032 517	28 481 773	23 607 629	21 650 289	18 627 279	16 708 611	14 769 775
Situação Líquida + Passivo	58 319 789	59 415 521	59 804 763	60 523 411	60 157 693	59 699 500	56 581 061	54 241 836	51 807 818	50 314 441	47 241 114	45 904 576	44 768 443

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Plano Plurianual de Investimentos Plano de Gestão Previsional 2019

MODELO ECONÓMICO-FINANCEIRO
Vimãgua, Empresa de Água e Saneamento do Oaímarães a Vizeia, E.L.M.

BALANÇO	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043
Balanço Previsional													
Activo Fixos Tangíveis	39 646 867	39 662 607	39 716 787	39 748 535	40 152 067	40 583 244	40 969 117	41 357 658	41 444 082	41 808 913	42 088 813	42 154 455	42 023 414
Activos Intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FCGT	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526	3 526
Activos por Impostos Diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activo Não Corrente	39 650 193	39 666 133	39 720 323	39 752 061	40 155 593	40 586 770	40 972 643	41 360 984	41 447 608	41 812 439	42 102 339	42 157 981	42 026 940
Inventários	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424	658 424
Clientes	2 184 579	2 208 893	2 253 995	2 300 138	2 347 103	2 372 313	2 419 759	2 468 154	2 517 517	2 567 868	2 619 225	2 671 610	2 725 042
Adiantamentos de Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	906 795	1 014 438	1 035 507	1 058 348	1 069 106	1 071 833	1 082 198	1 092 050	1 088 517	1 121 086	1 139 319	1 152 760	1 176 813
Outros Contas a Receber	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642	136 642
Diferimentos	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918	109 918
Conta de Reserva p/ Investimento	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712	384 712
Conta de Reserva p/ Serviço da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escadências de Tesouraria	252 865	249 951	252 865	271 835	451 953	482 577	523 057	538 364	595 444	565 340	591 372	640 080	705 527
Caixa e Depósitos Bancários	637 597	634 684	637 587	658 547	638 685	667 289	907 769	823 078	970 052	976 084	1 024 792	1 090 239	1 190 239
Activo Corrente	4 613 855	4 782 978	4 832 053	4 920 016	5 177 668	5 216 220	5 314 710	5 388 264	5 491 175	5 563 990	5 639 612	5 754 145	5 897 078
Activo Total	44 264 149	44 429 112	44 552 375	44 672 077	45 333 651	45 782 996	46 287 353	46 748 248	46 938 784	47 376 429	47 741 951	47 912 127	47 924 018
Capital Realizado	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
Outros Intumentos do Capital Próprio	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000	12 240 000
Reservas Legais	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
Outras Reservas	16 098 743	17 204 453	18 544 107	19 862 707	20 520 422	21 081 645	21 429 019	21 738 614	21 840 845	22 014 454	22 188 873	22 217 125	22 012 080
Resultados Transmitedos	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386	49 386
Outras Vaitações no Capital Próprio	2 105 515	2 351 075	2 405 840	2 465 527	2 481 531	2 439 601	2 463 050	2 483 809	2 515 188	2 547 907	2 580 573	2 617 083	2 678 757
Resultados Líquidos do Período	31 093 844	32 444 914	33 839 433	35 217 619	35 901 339	36 410 631	36 781 454	37 111 808	37 245 199	37 451 747	37 666 832	37 723 674	37 580 222
Capital Próprio	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por Impostos a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo Não Corrente	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271	18 271
Fornecedores	9 899 177	8 329 863	7 041 368	5 714 400	5 331 621	5 546 612	5 604 654	5 691 461	5 787 765	5 890 439	5 996 033	6 104 677	6 223 879
Estado e Outros Entes Públicos	93 373	124 832	60 220	61 963	50 649	24 043	49 705	48 647	52 531	53 087	53 150	54 547	63 272
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Contas a Pagar	3 159 193	3 511 133	3 583 084	3 659 804	3 831 571	3 783 433	3 833 298	3 878 862	3 884 999	3 962 885	4 007 666	4 011 058	4 038 375
Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo Corrente	13 152 234	11 965 927	10 694 672	9 436 187	9 413 841	9 354 087	9 487 827	9 619 170	9 676 294	9 906 411	10 056 849	10 170 282	10 325 625
Passivo	13 170 504	11 984 198	10 712 943	9 454 458	9 432 111	9 372 368	9 505 698	9 637 440	9 693 565	9 924 682	10 075 120	10 186 563	10 343 795
Situação Líquida + Passivo	44 264 149	44 429 111	44 552 376	44 672 077	45 333 450	45 782 989	46 287 352	46 749 348	46 938 764	47 376 429	47 741 951	47 912 127	47 924 018

18

1. 




Mapa de pessoal e Plano anual de recrutamento

Mapa de Pessoal da Virmágua - 2018/2019 - Necessidade de Recursos Humanos (doc.2)

Classificação Orgânica	Unidade Orgânica	Missão/ Atribuições/ Competências	Cargos/Categorias	n.º postos de trabalho novos	Justificação da necessidade/atividade a desenvolver em 2018	Descrição do Posto de Trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Necessidade Temporária/ Permanente	CRS
	DT	Desenvolve as atividades técnicas e operacionais da empresa.	Técnico Superior - Engenheiro Civil	2	Reforço da Divisão de Empreendidos na preparação de procedimentos públicos-privatizados e na fiscalização de contratos de empreitada; Reforço da Divisão de Exploração na manutenção das redes de água e saneamento.	Técnico Superior - Engenharia Civil	Licenciatura em Engenharia Civil	Permanente	
	DT	Desenvolve as atividades técnicas e operacionais da empresa.	Técnico Superior	1	Reforço de estrutura técnica de produção e controlo de qualidade de água.	Técnico Superior	Licenciatura	Permanente	
	DT	Desenvolve as atividades técnicas e operacionais da empresa.	Assistentes Operacionais	15	Fazer face às crescentes necessidades de manutenção e assistência técnica das infraestruturas públicas de água e saneamento, organização de turnos rotativos de piquetes permanentes em 240 dias por ano e criação de equipas de construção/remediação/substituição de infraestruturas hidráulicas e reforço da estrutura de apoio à manutenção da ETA de Sta. Eufémia de Trázem.	Canalizador, Manobrista, Eletricista, Operador ETA	Escolaridade mínima obrigatória e formação/experiência de acordo com a função a desempenhar	Permanente	
	DT	Desenvolve as atividades técnicas e operacionais da empresa.	Assistentes Técnicos	1	Substituição do topógrafo que cessou funções na empresa.	Topógrafo	12.º ano e formação de topografia	Permanente	
	DT	Desenvolve as atividades técnicas e operacionais da empresa.	Assistentes Técnicos	1	Reforço administrativo para o setor de fiscalização	Administrativo	12.º ano	Permanente	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

1. 





Tarifário 2019

TARIFÁRIO 2019

A vigorar a partir do dia 1 de janeiro
(Valores sem I.V.A.)

I – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Acresce o I.V.A. à taxa de 6%

I.1 – Tarifa variável – por m³

Utilizadores domésticos:

1.º Escalão: até 5 m ³	0,4889€
2.º Escalão: superior a 5 e até 15 m ³	0,9288€
3.º Escalão: superior a 15 e até 25 m ³	1,4861€
4.º Escalão: superior a 25 m ³	2,2292€

Utilizadores não domésticos:

Escalão único:	1,4861€
----------------------	---------

Tarifário social (utilizadores domésticos):

1.º Escalão: até 5 m ³	0,4889€
2.º Escalão: superior a 5 e até 25 m ³	1,4861€
3.º Escalão: superior a 25 m ³	2,2292€

Tarifário familiar:

1.º Escalão: até 5 m ³ + 1 m ³ x N.....	0,4889€
2.º Escalão: superior a 5 m ³ + 1 m ³ x N e até 15 m ³ + 2 m ³ x N.....	0,9288€
3.º Escalão: superior a 15 m ³ + 2 m ³ x N e até 25 m ³ + 2 m ³ x N.....	1,4861€
4.º Escalão: superior a 25 m ³ + 2 m ³ x N.....	2,2292€

"N" é igual à diferença entre o número de pessoas do agregado familiar e o número 4.

Tarifário I.P.S.S.:

Escalão único: 2.º escalão doméstico.....	0,9288€
---	---------

I.2 – Tarifa fixa – valor mensal (30 dias)

Utilizadores domésticos:

1.º Nível: <25 mm.....	3,6867€
2.º Nível: ≥25 mm.....	5,5300€

Utilizadores não domésticos:

1.º Nível: até 20 mm.....	5,5300€
2.º Nível: superior a 20 mm e até 30 mm.....	8,2951€
3.º Nível: superior a 30 mm e até 50 mm.....	12,4426€
4.º Nível: superior a 50 mm e até 100 mm.....	18,6639€
5.º Nível: superior a 100 mm e até 300 mm.....	27,9958€

Tarifário social (utilizadores domésticos):

Isento de tarifa fixa.....	0,0000€
----------------------------	---------

II – SERVIÇO DE SANEAMENTO – SEM MEDIÇÃO DE CAUDAL

Acresce o I.V.A. à taxa de 6%

II.1 – UTILIZADORES COM CONTRATO DE ÁGUA (CONTRATO ÚNICO)

II.1.1 – Tarifa variável – por m³

Utilizadores domésticos.....	0,9319€
Utilizadores não domésticos.....	1,7117€

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AA', 'F', and others, along with a circled 'A' at the top right.

II.1.2 – Tarifa fixa – valor mensal (30 dias)

Utilizadores domésticos	2,6543€
Utilizadores não domésticos	3,5853€
Tarifário social (utilizadores domésticos): Isento de tarifa fixa.....	0,0000€

II.2 – UTENTES COM CONTRATO DE SANEAMENTO ISOLADO

II.2.1 – Tarifa fixa – valor mensal (30 dias)

Utilizadores domésticos	15,5612€
Utilizadores não domésticos	33,7970€
Tarifário social (utilizadores domésticos)	12,4490€

III – SERVIÇO DE SANEAMENTO –COM MEDIÇÃO DE CAUDAL

Acresce o I.V.A. à taxa de 6%

III.1 – UTILIZADORES COM CONTRATO DE TRATAMENTO DIRETO COM A ENTIDADE GESTORA EM ALTA

Tarifa variável – por m ³	0,2043€
Tarifa fixa – valor mensal (30 dias).....	3,5853€

III.2 – UTILIZADORES SEM CONTRATO DE TRATAMENTO DIRETO COM A ENTIDADE GESTORA EM ALTA

Tarifa variável – por m ³	1,7117€
Tarifa fixa – valor mensal (30 dias).....	3,5853€

IV – RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE LIGAÇÃO

Acresce o I.V.A. à taxa de 23%

IV.1 – RAMAIS DE ÁGUA

Ramal domiciliário tipo:	
Até 6 metros	425,25€
Superior a 6 metros.....	Com orçamento
Por cada associação*	43,86€

*Apenas se executado aquando da construção do ramal

IV.2 – RAMAIS DE SANEAMENTO

Ramal domiciliário tipo:	
Até 6 metros	510,26€
Superior a 6 metros.....	Com orçamento

V – TARIFA DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO

Acresce o I.V.A. à taxa de 23%

V.1 – TARIFA DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO – POR m² DE ÁREA DE CONSTRUÇÃO

Usos domésticos.....	1,87€/m ²
Lojas comerciais e escritórios.....	3,54€/m ²
Cafés, restaurantes, discotecas, snack bar's, pubs e outros estabelecimentos hoteleiros.....	5,38€/m ²
Estabelecimentos industriais em geral, serviços públicos estatais, instituições e autarquias.....	1,99€/m ²

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

1. *[Handwritten signatures and initials]*

V.II – TARIFA DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO PROVISÓRIA

Usos domésticos.....	500,00€
Lojas comerciais e escritórios.....	945,00€
Estabelecimentos hoteleiros e similares.....	1.435,00€
Estabelecimentos industriais, serviços públicos e instituições	3.500,00€

VI – DIVERSOS

Acresce o I.V.A. à taxa de 23%

Encargos de processo de corte	40,98€
Encargos de envio do aviso de corte	1,80€
Verificação extraordinária de contador:	
Calibre 15 mm.....	67,43€
Calibre 20 mm.....	70,60€
Calibre 25 mm.....	82,86€
Calibre 30 mm.....	92,94€
Calibre 40 mm.....	106,80€
Calibre 50 mm.....	128,88€
Calibre 65 mm.....	147,10€
Calibre 80 mm.....	173,48€
Calibre 100 mm.....	208,66€
Calibre 125 mm.....	344,81€
Confirmação de fuga	55,66€
Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento....	89,31€
Realização de vistorias aos sistemas prediais de água	89,31€
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	7,36€
Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização	7,36€
Orçamento de ramal	42,29€
Atestados e documentos análogos e suas confirmações (cada)	4,26€
Certidões narrativas:	
Cada lauda, ainda que incompleta	6,96€
Buscas, por cada ano	1,57€
Transporte e destino final de águas residuais ou lamas de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis:	
Tarifa fixa por transporte.....	63,92€
Tarifa variável, por m ³	5,55€
Serviços de fiscalização dos trabalhos de execução do ramal de ligação por particular	89,31€

VII – CAUÇÕES

Escritórios e outras atividades correlativas	86,65€
Lojas comerciais:	
até 200 m2... ..	86,65€
> 200 m2	262,94€
Hotelaria e similares	262,94€
Indústria	262,94€
Obras – 0,1 % do valor da estimativa orçamental da obra, até ao máximo de:	821,70€

VIII – TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS (TRH)

Acresce o I.V.A. à taxa de 6%

TRH Água	0,0241€
TRH Saneamento	0,0092€

1.

1. 








Aprovação e pareceres

- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Assembleia Geral

Aprovado por unanimidade em reunião do Conselho de Administração,
realizada no dia 15 de outubro de 2018.

O Conselho de Administração,

~~Luiz Henrique de Souza~~
~~João Nivaldo de Jesus~~
~~Rafael de Abreu Coutinho~~

Parecer do Fiscal Único, emitido em ____ de outubro de 2018.

Aprovado por unanimidade em reunião da Assembleia-Geral, realizada
no dia 16 de outubro de 2018.

A Assembleia-Geral,

~~Luiz Henrique de Souza~~
~~João Nivaldo de Jesus~~
~~Rafael de Abreu Coutinho~~



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** (a Entidade) relativos a 2018-2022, que compreendem o Plano de Investimento (2018-2022), a Demonstração de Resultados (2018-2019) e o Balanço Previsional (2018-2019), incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no “Modelo económico-financeiro do plano de viabilidade de médio e longo prazo”.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (artigo 25º, n.º 6, alínea j)).

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respectivo relatório.

O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospectiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projecção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (artigo 25º, n.º 6, alínea j)).



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

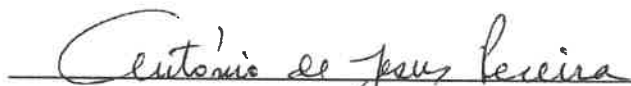
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Vila Nova de Gaia, 16 de Outubro de 2018

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por


(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773)

ASSEMBLEIA GERAL

___ Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito reuniram em Assembleia Geral, na sede social da empresa sita na Rua Rei do Pegú, n.º 172, em Guimarães, os acionistas da **VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.**, sendo o Município de Guimarães representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Domingos Bragança Salgado e o Município de Vizela representado pelo Presidente da Câmara Municipal Victor Hugo Salgado, os quais representam a totalidade do capital social. _____

___ Assistiu, para colaboração, o Presidente do Conselho de Administração da empresa, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, o qual prestou as informações e esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia geral, no decorrer da análise da ordem de trabalhos. A reunião foi secretariada pela respetiva secretária e Diretora Administrativa e Financeira da empresa, Paula Alexandrina Coelho Fernandes. _____

___ Pelas dez horas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, acrescentando que tendo auscultado todos os acionistas, os mesmos se pronunciaram pela constituição da Assembleia geral da empresa, o que o Presidente logo após declarou. _____

___ De seguida, o Presidente da Mesa convidou a Assembleia a deliberar sobre a fixação da ordem de trabalhos, propondo a seguinte: _____

___ PONTO UM - RELATÓRIO E CONTAS – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018 _____

___ PONTO DOIS - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS - MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA _____

___ PONTO TRÊS – TARIFÁRIO 2019 _____

___ PONTO QUATRO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL 2019 _____

ORDEM DE TRABALHOS

___ **UM – RELATÓRIO E CONTAS – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018** – Foi

ASSEMBLEIA GERAL

presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2018 (**Anexo 1**), aprovado pelo Conselho de Administração, na sua reunião extraordinária de 15 de outubro, e remetido ao Fiscal Único para elaboração da informação sobre a situação económica e financeira da empresa, a remeter aos órgãos executivos dos municípios de Guimarães e Vizela, em cumprimento da Lei e Estatutos da Vimágua. _____

___ **A Assembleia geral tomou conhecimento.** _____

___ **PONTO DOIS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS - MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA** – Foi presente para aprovação a proposta de “Regulamento do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas” (**Anexo 2**), para ulterior apreciação e votação pelos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, sendo da competência das Assembleias Municipais a sua aprovação, o qual virá a substituir o “Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas dos Municípios de Guimarães e Vizela”, em vigor e publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2013. _____

___ **Posto à votação foi aprovada, por unanimidade, a proposta de Regulamento a submeter aos Municípios de Guimarães e Vizela.** _____

___ **PONTO TRÊS – TARIFÁRIO 2019** – Foi proposta a aprovação do Tarifário a praticar pela Vimágua a partir de 1 de janeiro de 2019, votado pelo Conselho de Administração na sua reunião extraordinária de 15 de outubro, (**Anexo 3**), o qual foi revisto de acordo com o fixado, nesta matéria, no Contrato de Gestão Delegada aprovado pelos Municípios. A proposta de Tarifário a praticar a partir de 1 de janeiro de 2019, será enviada, para aprovação, às Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa.

___ **Posto à votação foi aprovado, por unanimidade, o Tarifário para 2019.** _____

ASSEMBLEIA GERAL

___ **PONTO QUATRO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL 2019** – Foi proposta a aprovação do “Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2019” da Vimágu (**Anexo 4**), votado pelo Conselho de Administração na sua reunião extraordinária de 15 de outubro, e sobre o qual foi emitido o competente parecer do Fiscal único, que se anexa (**Anexo 5**). O Plano aprovado será enviado, para conhecimento, às Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa. _____

___ **Posto à votação foi o “Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2019” aprovado por unanimidade.** _____

___ **E nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e trinta minutos foi encerrada a Assembleia Geral, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser por todos assinada.**




Luís Augusto Soares

1. *[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

2019

1. 



ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
2.	UNIDADES DE NEGÓCIO E OBJETIVOS GERAIS	3
3.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2021	5
4.	PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL 2019	6
4.1.	ORÇAMENTO	7
4.2.	PLANO DE TESOURARIA	8
4.3.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
4.4.	BALANÇO	10
5.	ESTIMATIVA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM O ESTADO E AS AUTARQUIAS LOCAIS.....	11
6.	PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS IGP's.....	12

1. *Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word 'Simplificar' and several illegible signatures.*

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Rege-se, também, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

No âmbito dos poderes e competência da Assembleia Geral consagrados no artigo 17.º dos estatutos da **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, vem o seu Conselho de Administração apresentar os instrumentos de gestão previsional para o próximo ano, submetendo-os, desta forma, a apreciação e votação.

Os instrumentos de gestão previsional a seguir apresentados, de acordo com a lei e estatutos atrás referenciados, são:

- Plano Plurianual de Investimentos 2019-2021
- Plano de Gestão Previsional para 2019, onde estão englobados:
 - ▶ Orçamento
 - ▶ Plano de Tesouraria
 - ▶ Demonstração de Resultados
 - ▶ Balanço

A **VITRUS** continua a olhar para o futuro e tenta demonstrar diariamente o importante papel que a empresa desempenha no desenvolvimento local e na melhor qualidade de vida que proporciona aos munícipes do nosso concelho.

Será sempre com um grande sentido de responsabilidade, de exigência, rigor, eficácia e eficiência, garantindo assim o crescimento sustentado e alicerçado em premissas fortes e sólidas, que pautaremos o nosso trabalho.

2. UNIDADES DE NEGÓCIO E OBJETIVOS GERAIS

Para o ano de 2019, a **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, continuará a incidir o seu trabalho naqueles que são designados como serviços de interesse geral, ou seja, nas duas grandes unidades de negócio onde atualmente opera:

- I) **RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA:**
 - Recolha e transporte a destino final de RU's;
 - Limpeza de caminhos e espaços públicos;
 - Limpeza de edifícios públicos;
- II) **PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO URBANO:**
 - Parques Públicos;
 - Zonas de Estacionamento de Duração Limitada [ZEDL];

Os objetivos gerais considerados para o próximo ano nestas duas áreas são essencialmente:

I) na Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública:

- ▶ aumento do número de contentores semienterrados no nosso concelho, possibilitando assim uma maior abrangência deste serviço;
- ▶ otimizar e/ou redimensionar a frota de viaturas neste serviço, por forma a racionalizar os circuitos necessários efetuar;
- ▶ dotar as viaturas e respetivos serviços com equipamentos e ferramentas de controlo fiável, rápido e sistemático, que permitirão uma maior eficácia e eficiência na tomada de decisões e controlo e redução de custos;
- ▶ assumir e demonstrar junto do único acionista da empresa e população vimaranense a importância do serviço que prestamos, que se traduz de interesse geral;
- ▶ demonstrar, claramente, com dados e resultados, a nossa capacidade e competência nesta área, que servirão de argumento para assumirmos mais serviços e novas responsabilidades;
- ▶ procura constante de novos serviços, dando assim maior dimensão a esta unidade de negócio;
- ▶ estudo contínuo para encontrar novas e melhores soluções, quer através de equipamentos, quer através de novos métodos e técnicas de trabalho;
- ▶ certificação ambiental dos serviços;

II) na Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público:

- ▶ estudo contínuo para encontrar novas e melhores soluções, quer através de equipamentos, quer através de novos métodos e técnicas de trabalho;
- ▶ investimento em novas soluções e equipamentos informáticos que traduzam uma melhoria contínua na prestação do serviço ao cliente final;

Queremos que o ano de 2019 continue a ser um ano de aperfeiçoamento de tudo o que foi levado à prática nos anos anteriores, nomeadamente aquilo que tem sido o investimento efetuado na área dos resíduos e estacionamento público. Neste domínio pretendemos continuar a melhorar a qualidade e eficiência dos serviços, através dos equipamentos e tecnologia de ponta que adquirimos, tendo como objetivo a redução de custos.

Não obstante estas duas áreas de negócio e atuação, a **VITRUS** tentará manter a sua estrutura organizacional flexível, acompanhará e dotá-la-á de ferramentas e soluções tecnológicas que permitam levar à prática uma gestão capaz de se afirmar como uma referência no âmbito do quadro do sector empresarial local, pois só assim poderá estar à altura para assumir novos desafios e responsabilidades no que diz respeito a novas unidades de negócio de interesse geral e que se possam traduzir num grau de complexidade de alguma monta.

1. *[Handwritten notes and signatures]*

3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2021

Unidade: Euros

T.F.	IDENTIFICAÇÃO	2019	2020	2021	TOTAL
LF	VIATURAS PESADAS DE 19 TON C/ SUPERESTRUTURA E GRUA***	390.000,00	390.000,00	390.000,00	1.170.000,00
LF	VIATURA PESADA DE 8 TON***	70.000,00	70.000,00	70.000,00	210.000,00
AF	SOFTWARE GESTÃO RESÍDUOS***	50.000,00			50.000,00
AF	ASPIRADORES ELETRICOS***	15.000,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00
AF	CONTENTORES SEMI-ENTERRADOS***	70.000,00	70.000,00	70.000,00	210.000,00
LF	PARCÓMETROS**	137.200,00	147.000,00		284.200,00
LF	TRATOR***	123.000,00			123.000,00
LF	VIATURA LIGEIRA P/ LIMPEZA URBANA***	73.800,00			73.800,00
LF	VIATURA LIGEIRA P/ RECOLHA MONSTROS***	55.350,00			55.350,00
LF	VIATURA LIGEIRA DE PASSAGEIROS 7 LUG. C/ CAIXA***	49.200,00			49.200,00
AF	MINI GIRATÓRIA***	55.965,00			55.965,00
LF	VIATURAS LIGEIRAS PASSAGEIROS***	40.000,00			40.000,00
	TOTAL	1.129.515,00	692.000,00	545.000,00	2.366.515,00

valores c/ IVA***

valores s/ IVA**

- TF - Tipo de Financiamento
 LF - Locação Financeira
 AF - Auto Financiamento

1.



4. PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL 2018

Os pressupostos gerais que serviram de base à elaboração da previsão da situação económico-financeira para o ano de 2019 resumem-se ao seguinte:

- I) tendo por base a informação contabilística de 2018, disponível à data, foram estimados os gastos e rendimentos para 2019, em função do nível de atividade estimado pela Administração;
- II) todos os gastos e rendimentos previsionais foram projetados e calculados a preços constantes;
- III) os prazos médios de recebimentos e pagamentos foram fixados em 30 e 60 dias respetivamente, mas tudo será feito para que, com o decurso do tempo, possamos diminuir para 45 dias os pagamentos;
- IV) a política de aquisição de bens e serviços será, preferencialmente, levada à prática através do recurso às locações financeiras.
- V) para efeitos de cálculo dos saldos iniciais do Balanço Previsional da empresa em 01-01-2019, efetuou-se uma previsão de encerramento contabilístico reportado à data de 31-12-2018;
- VI) taxa de IRC aplicável: 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, o remanescente a 21%, de acordo com o disposto no código de IRC;
- VII) derrama aplicável: 1,5% sobre o lucro tributável.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

4.1. ORÇAMENTO

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO
ORÇAMENTO DOS GASTOS	4.017.372,00
Gastos com Pessoal	2.116.200,00
Fornecimentos e Serviços Externos	1.403.272,00
Impostos, Taxas e Licenças	11.600,00
Juros e gastos de financiamento	46.300,00
Depreciações/Amortizações	440.000,00
ORÇAMENTO DOS RENDIMENTOS	4.043.140,00
Prestação de Serviços	3.805.140,00
Outros Rendimentos e ganhos	238.000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature and a checkmark.

1.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4.2. PLANO DE TESOURARIA

Moeda: EUR

Rúbricas	2019
Recebimentos de Clientes	4.043.140,00
Pagamentos a Fornecedores	-1.403.272,00
Pagamentos ao Pessoal	-2.116.200,00
Caixa geradas pelas operações	523.668,00
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-95.276,13
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	69.664,02
Fluxos das atividades operacionais (1)	498.055,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-140.965,00
Ativos Intangíveis	-50.000,00
Investimentos financeiros	-5.640,00
Outros Ativos	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	0,00
Ativos Intangíveis	0,00
Investimentos financeiros	0,00
Outros Ativos	0,00
Subsídios ao investimento	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00
Dividendos	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)	-196.605,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de	
Financiamentos obtidos	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00
Doações	0,00
Outras operações de financiamento	0,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-255.150,89
Juros e gastos similares	-46.300,00
Dividendos	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00
Outras operações de financiamento	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-301.450,89
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	0,00
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	222.119,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	222.119,48

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

4.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Moeda: EUR

Código de Contas		RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício
Pos	Neg		2019
71/72		Vendas e serviços prestados	3.805.140,00
75		Subsídios à exploração	0,00
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
73		Variação de Inventários na produção	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	-1.403.272,00
	63	Gastos com pessoal	-2.116.200,00
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	0,00
7623...	653+...	Imparidade de ativos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor	0,00
78-785...		Outros rendimentos e ganhos	238.000,00
	68-685...	Outros gastos e perdas	-11.600,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			512.068,00
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-440.000,00
7625/6	655/6	Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			72.068,00
79		Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados	-46.300,00
86		Resultado antes de impostos	25.768,00
	812	Impostos sobre o rendimento do período	-5.197,80
Resultado líquido do período			20.570,20
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível: (*)			
Detentores do capital da casa mãe			
Interesses minoritários			
Subtotal			
Resultado por ação básico			

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

4.4. BALANÇO

Moeda: EUR

2019

ACTIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	2.210.801,60
Ativos Intangíveis	48.282,06
Outros ativos financeiros	16.750,33
Subtotal	2.275.833,99
Ativo corrente	
Inventários	0,00
Clientes	502.185,98
Estado e outros entes públicos	44.473,62
Outros créditos a receber	24.252,19
Diferimentos	13.405,85
Caixa e depósitos bancários	222.119,48
Subtotal	806.437,12
Total do ativo	3.082.271,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital Próprio	
Capital realizado	255.353,00
Reservas legais	73.040,98
Resultados transitados	539.004,82
Outras variações de capital próprio	28.100,67
Subtotal	895.499,47
Resultado líquido do exercício	20.570,20
Total do capital próprio	916.069,67
Passivo	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	696.160,31
Subtotal	696.160,31
Passivo corrente	
Fornecedores	301.409,46
Estado e outros entes públicos	58.227,00
Financiamentos obtidos	555.150,89
Outras dívidas a pagar	555.253,78
Subtotal	1.470.041,13
Total do passivo	2.166.201,44
Total do capital próprio e do passivo	3.082.271,11

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

5. ESTIMATIVA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM O ESTADO E AS AUTARQUIAS LOCAIS

O envolvimento da **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, com o Município de Guimarães é um envolvimento económico.

Prevê-se faturar um valor mensal de 24.648,00 euros, acrescido de 23% de IVA, referente à prestação de serviço de limpezas de edifícios e espaços públicos, tendo como prazo de recebimento 30 dias, o que perfaz um valor anual de 295.775,00 euros.

Prevê-se faturar um valor anual de 80.000,00 euros, referente à prestação de serviço de limpeza de caminhos públicos e ecovia, tendo como prazo de recebimento 30 dias.

Prevê-se também faturar um valor anual de 400.000,00 euros, referente à prestação de serviço de limpeza de faixas de combustível.

Do lado dos pagamentos ao Município de Guimarães, existirá uma transação trimestral prevista no valor de 57.500,00 euros, acrescido de 23% de IVA, referente à renda de cessão de exploração da nossa unidade de negócio de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, sendo o seu pagamento de sensivelmente 30 dias à data da fatura.

Guimarães, 9 de outubro de 2018

O Administrador Executivo



Daniel José da Silva Pinto

6. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS IGP's
[ver documentos seguintes]

1.



A vertical column of handwritten signatures and initials. At the top, there is a signature in blue ink that appears to be 'J. M. S. A.'. Below it are several other signatures and initials, some in blue and some in black ink, including a large stylized 'R' and a signature that looks like 'R. S. A.'. The signatures are arranged vertically along the right edge of the page.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & T. AMORIM, SROC, LDA

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **VITRUS AMBIENTE, EM, S. A.** (a Entidade) relativos a 2019, que compreendem os mapas de Exploração Previsional e Orçamento para 2019, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos em Plano de Atividades e Orçamento 2019.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Amorim' and several other initials.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 10 de outubro de 2018

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (n.º.153)
Registo CMVM n.º 20161463

Representada por

Amorim

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, registo CMVM n.º 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM n.º 20160219)

VITRUS AMBIENTE, EM, SA
LARGO CÓNEGO JOSÉ MARIA GOMES
4800-419 GUIMARAES C.A.E.: 38112 N.I.F.: 509584888
Mat. 509584888 de 2010.10.01 em GUIMARAES Cap.: EUR 150000,00

ACTAS

Folha 38

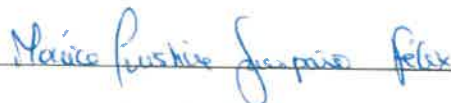
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA VITRUS AMBIENTE, EM, SA 11 DE OUTUBRO DE 2018

No dia onze de outubro de dois mil e dezoito, pelas doze horas, reuniu a Assembleia Geral da VITRUS AMBIENTE, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, na sua sede social sita na Avenida Cónego Gaspar Estação, 606, em Guimarães, estando presente o representante designado pelo Município de Guimarães para a Assembleia Geral, o chefe de Gabinete de Apoio à Presidência Vitor Manuel Teixeira de Oliveira, aqui na qualidade de Presidência da Mesa da Assembleia Geral, e a secretária Mónica Félix. -----

Aberta a sessão, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos, que teve como ponto único: ----
1 - APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2019 – Foram apresentados os documentos dos Instrumentos de Gestão Previsional [IGP] para 2019, documentos estes que tinham sido aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de outubro de 2018 pelas onze horas e quinze minutos. Depois de apresentados e discutidos, foi **DELIBERADO APROVAR** estes documentos. -----



Presidente da Assembleia Geral
Vitor Manuel Lobo Teixeira de Oliveira



Secretária da Assembleia Geral
Mónica Cristina Sampaio Félix



MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

DENOMINAÇÃO	N.I.F.	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO	
			VALOR	%
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	503190985	118 610,00	99 759,58	84,1%
Eco - Ave Sucatas CIPRL	503984337	Extinta em 15/02/20118		
Taipas Turi-Termas CIPRL	501676430	1 040 925,00	994 584,07	95,5%
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, C.R.L.	502301007	4 209 876,88	3 506 418,00	83,3%
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	504487620	112 500,00	99 759,58	88,7%
Tempo Livre Fiscal - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	505197200	67 250,00	59 855,75	89,0%
Casfig - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda.	504885855	49 879,79	49 879,79	100,0%
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.L.M., S.A.	505993082	500 000,00	450 000,00	90,0%
PIEP Associação - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	504943782	1 832 500,00	70 000,00	3,8%
CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	505812657	844 000,00	37 000,00	4,4%
TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	506592545	a)	5 000,00	
Vitrus Ambiente - EM, S.A.	509584888	255 343,00	255 343,00	100,0%

DENOMINAÇÃO	N.I.F.	CONTRIBUIÇÃO	
		INICIAL	EXERCÍCIO
Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP	501627413		5 998,62
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	502131047		1 317,00
UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas	501909311		4 500,00
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	13 831,67	15 000,00
Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas Documentalistas	501121250		180,00
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	502622482		
Associação Cybercentro de Guimarães	506022340	15 000,00	
Associação das Cidades Património - Organização das Cidades Património Mundial	502885955	998,00	4 937,47
Associação Norte Cultural			
Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO	503092584	498,79	
Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica	508642493	150 000,00	
Fundação Martins Sarmento			
CIUMED - Rede para a Promoção das Cidades Médias do Sudoeste Europeu			
Associação ENERGIE-CITÉS			1 250,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435		1 500,00
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	508887780		
Fundação Cidade Guimarães	509126693	1 200 000,00	
APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho	507788800		
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	509441092		
REC - Associação Rede Economias Criativas	509904238		
IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães - Associação para a Regeneração Económica	510421415	125 000,00	
Fundo de Apoio Municipal	513319182	258 889,00	194 167,13
APCV - Associação Portuguesa de Corredores Verdes	504943278		
Laboratório da Paisagem de Guimarães - Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável	504943278	52 500,00	2 500,00
APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	504943278	2 500,00	
Fundação Serralves	502266643	25 000,00	

a) À data a entidade não apresentou o valor da rubrica capital



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ORÇAMENTO
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019

ENCERRAMENTO

O presente orçamento, que importa tanto na receita como na despesa, no total de cento e cinco milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e dois euros (€105.498.852,00), e está foi aprovado por (2) maioria, em projeto - proposta pela Câmara Municipal, de harmonia com o disposto no artigo 33º nº1 alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na reunião realizada no dia 31 de outubro de 2018 para ser presente à Assembleia Municipal.

X Paulina da Silva L.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A CÂMARA MUNICIPAL
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O orçamento que antecede foi presente e aprovado em sessão (3) ordinária, da Assembleia Municipal que se realizou em 27 de novembro de 2018 tendo todas as suas folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente, [Handwritten signature]
O 1º Secretário, [Handwritten signature]
O 2º Secretário, [Handwritten signature]

Para dar cumprimento ao artigo 4º do Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi expedido edital datado de / /201 , dando publicidade a este orçamento.

1 - Rubricar também as folhas e anexos.
2 - Indicar por unanimidade, ou por maioria.
3 - Ordinária ou extraordinária.



GRANDES OPÇÕES DO PLANO
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019

ENCERRAMENTO

O presente PLANO e documentos anexos, que antecedem, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Câmara Municipal que se realizou em 31, de outubro de 2018.

O Presidente,

Príncipe Bismarck

Os Vereadores,

Fernando M. M. h. l.
Allen
Luís
Luís

Luís
Sofia
Luís
Miguel

Luís
Luís
Luís

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Plano de Actividades que antecede foi presente e aprovado por (1) maioria da Assembleia Municipal (2)

_____ em sua sessão (3) ordinária, realizada no dia 27
de novembro de 2018 tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa, que abaixo assinam.

A MESA

O Presidente, Luís

O 1º Secretário, Luís

O 2º Secretário, Luís

Para dar cumprimento ao artigo 4º do Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi expedido edital datado de
___/___/201___, dando publicidade a este orçamento.



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



EDITAL

EXPOSIÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019

Dr. Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Faz público, para efeitos do disposto no nº 1 do artº 79º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, e artigo 4º do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, que a assembleia Municipal, em sessão do dia 17 de novembro de 2018, aprovou, para vigorar no ano supra indicado, o orçamento desta autarquia.

O referido orçamento importa, quer na receita, quer na despesa, em cento e cinco milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e dois euros (€105.498.852,00) e está patente nos serviços municipais, nos termos e para os efeitos definidos na lei.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Câmara Municipal de Guimarães, 04 de dezembro de 2018

O Presidente da Câmara,

(Dr. Domingos Bragança)